



**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – CEE/SC  
COMISSÃO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS E INOVAÇÃO  
COLETÂNEA DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS**



**TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS  
ESTUDOS ESPECIALIZADOS E CONTRIBUIÇÕES  
DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA**

## **CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – CEE/SC**

### **COMISSÃO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS E INOVAÇÃO COLETÂNEA DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS**

#### **Prefácio**

Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), desde o seu surgimento nos anos 90, trazem consigo a proposição da educação voltada para o exercício da cidadania, como princípio norteador da aprendizagem, sendo que, ao longo das últimas décadas, esse foi o objetivo a ser alcançado.

O trabalho realizado pela Comissão Especial de Estudos Especializados e Inovação do CEE/SC tem o propósito de, além de retomar a discussão da função pedagógica dos TCTs, orientar os professores – com este caderno norteador, facilitando a inserção de questões sociais como objeto de aprendizagem e reflexão dos estudantes, ao longo de sua trajetória escolar, visando à conclusão da Educação Básica, reconhecendo e aprendendo sua relevância na sociedade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil e do Ensino Fundamental, aprovadas em dezembro de 2017, e na etapa do Ensino Médio, aprovada em dezembro de 2018, bem como o Currículo Base da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio do Território Catarinense, aprovados em 2019 / 2020, respectivamente, fazem ampliar os seus alcances, que foram consolidados, assegurando-os na concepção dos novos currículos, primando pela abordagem transversal e integradora.

O CEE/SC teve uma percepção natural, pois o “novo” gera certa instabilidade, propiciando dúvidas quanto a sua implementação, bem como questionamentos sobre como articular os TCTs com os componentes curriculares e demais conteúdos pedagógicos; como trabalhar de forma contextualizada, dentro das áreas do conhecimento, e como mostrar a relevância desses conteúdos numa perspectiva de formação cidadã.

A discussão de temas da contemporaneidade é um caminho para a melhoria do processo de aprendizagem. Ao contextualizar os conteúdos da formação geral em sala de aula, juntamente com temas contemporâneos, espera-se aumentar o interesse dos estudantes durante esse processo e despertar a relevância desses temas na sua formação e no seu desenvolvimento como cidadão.

Assim, almeja-se que esta produção oriente a abordagem dos TCTs, auxiliando o professor a elaborar um extraordinário planejamento de aula, ou de projetos interdisciplinares, levando o estudante a compreender questões diversas, tais como: preservar o planeta, a partir do território em que vive; administrar o seu dinheiro; cuidar de sua saúde; usar as novas tecnologias; entender e respeitar aqueles que são diferentes, quais seus direitos e deveres como cidadão, contribuindo assim para sua formação integral como ser humano.

Outra questão positiva é a transversalidade, que possibilitará metodologias transformadoras da prática pedagógica, integrando diversos conhecimentos e ultrapassando uma concepção fragmentada, em direção a uma visão sistêmica de aprendizado.

Enfim, os TCTs não são exclusivos de um componente curricular, ou de uma área de conhecimento, mas perpassam todos, de forma transversal e integradora. A BNCC destaca a importância dos TCTs quando afirma que é dever dos sistemas, das redes e dos estabelecimentos de ensino incorporá-los aos currículos e às propostas pedagógicas, respeitando suas esferas de autonomia e competência.

Esta coletânea de textos facilitará a associação do conteúdo escolar com a realidade de vida, considerando que a educação escolar tem responsabilidade de transformar a realidade, trabalhando, além dos conteúdos considerados clássicos da formação geral básica, aqueles que tenham a dimensão humana e cidadã.

Por esse motivo, a importância deste material orientador, que detalha a abordagem e inserção dos TCTs no contexto da Educação Básica, contendo exemplos da nossa realidade catarinense, apresentando possibilidades já experimentadas e exitosas do nosso dia a dia, de forma a contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ética.

O ato de educar as pessoas é torná-las cidadãs, munidas de ferramentas e condições para pleitear melhorias na sociedade. Nessa direção, queremos parabenizar os Conselheiros integrantes da Comissão Especial de Estudos Especializados e Inovação do CEE - SC pelo extraordinário resultado de sua produção, pois temos aqui um “manual” para operacionalizar os TCTs na sala de aula, na escola e na comunidade escolar, com a realização de projetos interdisciplinares e integradores.

Espera-se ainda que este material oriente a ação de sala de aula, abrindo caminhos, que deverão ser tomados para que a educação abrace cada vez mais sujeitos de aprendizagem e para os transformar de verdade em cidadãos. Afinal, garantir o acesso de todos à escola não traz cidadania automaticamente.

Assim, faz-se necessária uma série de atitudes e políticas para que isso seja alcançado. Educação e Cidadania, sem dúvida, estão imbricadas no resultado da formação do estudante. O dicionário de Língua Portuguesa Aurélio define cidadania como “*qualidade de cidadão*”, “*qualidade de uma pessoa que possui, em uma determinada comunidade, política, o conjunto de direitos civis e políticos*”.

Na atualidade há uma diversidade de opiniões “populares” em relação à definição de cidadania, que não asseguram a sua plenitude. Enfim, ser cidadão é ter direitos e deveres. Exatamente por isso, entendemos que os TCTs contribuirão para a consciência da cidadania plena em direitos e deveres, a partir da prática pedagógica escolar neles fundamentada.

**Oswaldir Ramos**

Presidente do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina

# COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**PRESIDENTE**  
**Oswaldir Ramos**

**VICE-PRESIDENTE**  
**Felipe Felisbino**

**SECRETÁRIO**  
**Tito Lívio Lermen**

## CONSELHEIROS TITULARES

Adelcio Machado dos Santos  
Alvete Pasin Bedin  
Antônio Carlos Nunes  
Antonio Reinaldo Agostini  
Célio Simão Martignago  
Celso Lopes de Albuquerque Junior  
Eduardo Deschamps  
Felipe Felisbino  
Gildo Volpato  
Günther Max Walzer  
José Ari Celso Martendal  
Mariane Beyer Ehrat  
Natalino Uggioni  
Oswaldir Ramos  
Patrícia Lueders  
Raimundo Zumblick  
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz  
Sandra Zanatta Guidi  
Sebastião Salésio Herdt  
Tito Lívio Lermen

## CONSELHEIROS SUPLENTE

Ana Cláudia Collaço de Mello  
Débora Carla Melo e Pimenta  
Elizabeth Terezinha Piotto Kitamura  
Flaviano Vetter Tauscheck  
Mario Cesar Barreto Moraes  
Maricelma Simiano Jung  
Simone Schramm

### CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – CEE/SC

Conselheiros organizadores por temas:

- Temas: **Ciência, Tecnologia e Educação Conectada.**

Conselheiros: Ana Cláudia Collaço de Mello - Relatora, Mário César Barreto Moraes e Natalino Uggioni – Coordenador.

Temas: **Direitos da criança e do adolescente, Educação para o trânsito, Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso e Trabalho.**

Conselheiros: Débora Carla Melo e Pimenta – Relatora e Flaviano Vetter Tauscheck – Coordenador.

- Temas: **Educação em direitos humanos, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012), Educação das relações étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004), Diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010).**

Conselheiro: Antônio Carlos Nunes, com a participação dos colaboradores:

Conselheiro Mário César Barreto Moraes e a Professora Karina Marcelino.

Servidores da Gerência de Modalidades e Diversidades Curriculares (GEMDI) - Diretoria de Ensino - Secretaria de Estado da Educação: Alessandra Cristina Bernardino, Beatris Clair Andrade, César Cancian Dalla Rosa, Cleusa Matiola Petrovcic, Daniel Dall'Igna Ecker, Débora Ruviano, Diogo Fiorello Foppa, Fabíolla Cristina Carpes Krämer, Fernanda Zimmermann Forster, Flávia de Brito Souza Garcia, Helena Alpini Rosa, Manoel Donizete Velho

- Temas: **Educação ambiental, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012), Educação alimentar e nutricional e Educação para o consumo.**

Conselheiros: Celso Lopes de Albuquerque Júnior - Relator, Maricelma Simiano Jung e Sandra Zanatta Guidi – Coordenadora.

- Tema: **Educação financeira e fiscal.**

Conselheiros: Felipe Felisbino – Coordenador e Simone Schramm - Relatora.

- Temas: **Saúde e Vida familiar e social.**

Conselheiros: Elizabeth Terezinha Piotto Kitamura – Relatora, Günther Max Walzer - Coordenador e Mariane Beyer Ehrat.

Fotografias: Sérgio Nei Coelho

Secretário da Comissão: José Raul Staub

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – CEE/SC**  
**COMISSÃO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS E INOVAÇÃO**  
**COLETÂNEA DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS**

**INTRODUÇÃO**

A Comissão Especial de Estudos Especializados e Inovação foi criada pela Presidência do Conselho Estadual de Educação, em continuidade às discussões e trocas de experiências realizadas no âmbito de uma comissão mista criada para discutir a tecnologia e a inovação na educação.

Aquelas discussões serviram de base para definição do objetivo e propósito da nova comissão focados no estudo dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), de modo a produzir um documento que sensibilize e cativa a atenção dos professores para que eles levem aquele conteúdo para onde a educação acontece, na relação com os estudantes.

No processo de educação, TCTs tratam de conteúdos que não pertencem a uma área específica do conhecimento, mas, ao mesmo tempo, perpassam todas elas, uma vez que são temas que fazem parte da vida.

Nas reuniões ordinárias realizadas, foram promovidos debates, trocas de experiências com profissionais qualificados acerca da inovação e melhorias no processo educacional, motivando assim professores e alunos para uma aprendizagem melhor e mais efetiva.

Nesse sentido, o ato de inovar significa a necessidade de criar caminhos ou estratégias diferentes dos habituais, para atingir determinado objetivo. Inovar é inventar, sejam ideias, processos, ferramentas ou serviços.

Por sua vez, a tecnologia – ainda que não seja a única forma de se pensar em inovar na educação – ela se configura como peça-chave nesse processo.

O documento que embasou a criação da educação destaca que, “No caminhar dos estudos da Comissão Especial, vamos refletir sobre educação, inovação, tecnologia e, principalmente, sobre novas formas de se aplicar processos inovadores em instituições da educação básica”.

Os conselheiros integrantes da comissão foram segregados em Grupos de Trabalho – (GT), cabendo a cada GT a análise dos Temas Transversais e Integradores na Educação Básica, compondo um documento base para atrair a atenção dos professores, finalizando-os com sugestões de práticas, projetos e iniciativas práticas para aplicação na educação de forma transversal.

A BNCC orienta a abordagem dos temas contemporâneos de modo a promover de forma integrada, a conexão dos conteúdos curriculares com as situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades.

Dentre os temas contemporâneos da BNCC, destacam-se:

- Direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990);
- Educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997);
- Educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012);
- Educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009);
- Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003);
- Educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012);

- Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004);
- Saúde;
- Vida familiar e social;
- Educação para o consumo;
- Educação financeira e fiscal;
- Trabalho;
- Ciência e tecnologia; e
- Diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010).

Essas temáticas são contempladas no quesito habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e unidades escolares, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada.

Assim, os trabalhos ficaram assim divididos:

**GT 1 - Tema:** Ciência, Tecnologia e Educação Conectada.

**GT 2 - Temas:** Direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990), Educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997), Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200320) e Trabalho.

**GT 3 - Temas:** Educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012), Educação das relações étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004), Diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010).

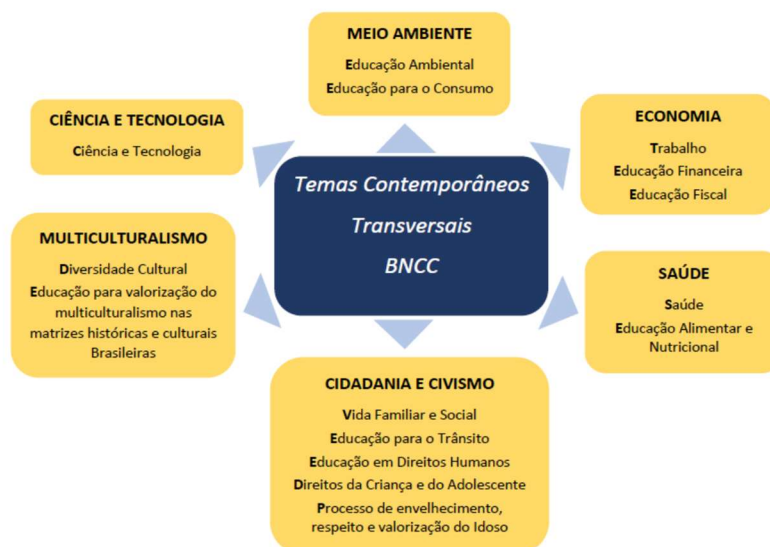
**GT 4 - Temas:** Educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012), Educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/200919) e Educação para o consumo.

**GT 5 - Tema:** Educação financeira e fiscal.

**GT 6 - Temas:** Saúde e Vida familiar e social,

Cada GT realizou os trabalhos, tendo como base as seguintes orientações:

- Levantamento da legislação existente, relacionada à temática.
- Recomendação da Base Nacional Comum Curricular, como sugestão as habilidades, os componentes.
- Orientações do Currículo Base para o Território Catarinense para cada tema direcionado ao Grupo de Trabalho.
- Orientações dos Currículos Base das redes municipais de ensino, por amostragem, partindo da escolha de uma região ou de regiões do Estado (Norte, Oeste, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Sul), anotado o recorte temporal do estudo.
- Registro de boas práticas, especialmente neste período de pandemia.
- Sugestões do Grupo de Trabalho – GT com fundamento nos estudos realizados e olhar futuro para novas iniciativas.



TCTs – Fonte – apresentação em ppt realizada para a CEEEI pela equipe do MEC

O grande desafio, seguidamente repetido nas tratativas entre os membros da Comissão, é o de sensibilizar os professores para que, usando as referências aqui apresentadas e conhecendo as sugestões e possibilidades de ações práticas, inclusive com exemplos de roteiros de aulas, e realizando-as com os estudantes, consigam motivá-los ainda mais para os estudos, fortalecendo em ambos, professores e alunos, o sentimento de pertencimento para com as escolas, condição chave para uma educação melhor e de mais qualidade.

Essa publicação, organizada na forma de cadernos nos quais estão descritos os conteúdos produzidos em cada GT, materializa o resultado final dessa etapa dos trabalhos da CEEEI, de modo a disponibilizá-lo, não apenas para as escolas públicas do Estado de Santa Catarina, mas também para a educação básica em todo o Brasil.

### **Natalino Uggioni**

Presidente da Comissão Especial de Estudos Especializados e Inovação - Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – CEE/SC  
COMISSÃO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS E INOVAÇÃO  
COLETÂNEA DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS**

**SUMÁRIO GERAL DOS CADERNOS**

**CADERNO 1- CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO CONECTADA**

Conselheiros: Ana Cláudia Collaço de Mello, Mário César Barreto Moraes e Natalino Uggioni

**CADERNO 2- DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei nº 8.069/1990), EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO (Lei nº 9.503/1997), PROCESSO DE ENVELHECIMENTO, RESPEITO E VALORIZAÇÃO DO IDOSO (Lei nº 10.741/2003) E TRABALHO**

Conselheiros: Débora Carla Melo e Pimenta e Flaviano Vetter Tauscheck

**CADERNO 3- EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012), EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004), DIVERSIDADE CULTURAL (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010)**

Conselheiros: Antônio Carlos Nunes

**CADERNO 4- EDUCAÇÃO AMBIENTAL (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012), EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Lei nº 11.947/2009) E EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO**

Conselheiros: Celso Lopes de Albuquerque Júnior, Maricelma Simiano Jung e Sandra Zanata Guidi

**CADERNO 5- EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FISCAL**

Conselheiros: Felipe Felisbino e Simone Schramm

**CADERNO 6- SAÚDE E VIDA FAMILIAR E SOCIAL**

Conselheiros: Elizabete Terezinha Piotto Kitamura, Günther Max Walzer e Mariane Beyer Ehart

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – CEE/SC  
COMISSÃO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS E INOVAÇÃO  
COLETÂNEA DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS**

**CADERNO 1  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO CONECTADA**



**CONSELHEIROS**

**ANA CLÁUDIA COLLAÇO DE MELLO  
MÁRIO CÉSAR BARRETO MORAES  
NATALINO UGGIONI**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I: DEFINIÇÕES E ORIENTAÇÕES SOBRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO CONECTADA E OS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS .....</b>	<b>4</b>
<b>1 Ciência .....</b>	<b>4</b>
<b>2 Tecnologia .....</b>	<b>7</b>
<b>3 Inovação e Educação Conectada .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO EM AÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO .....</b>	<b>24</b>
<b>1 Mundo da Tecnologia .....</b>	<b>24</b>
<b>2 Mundo da Indústria .....</b>	<b>26</b>
<b>3 Mundo das Profissões: Comércio e Serviços .....</b>	<b>27</b>
<b>4 Empreendedorismo e Educação Empreendedora .....</b>	<b>28</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>

## APRESENTAÇÃO

A criatividade é a inteligência se divertindo.  
Albert Einstein

O Presidente do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, Osvaldir Ramos, por intermédio da Portaria CEE/SC Nº 021/2021, datada de 7 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado n. 21.517, em 10 de maio de 2021, instituiu a Comissão Especial de Estudos Especializados e Inovação, com o objetivo de estudar temáticas atuais relacionadas à inovação, ao desenvolvimento educacional e ao posicionamento da educação básica no contexto escolar.

Foi designado Presidente da Comissão Especial de Estudos Especializados e Inovação o Conselheiro Felipe Felisbino, que, de imediato, já na primeira sessão em que reunidos todos os seus membros, estabeleceu a sistemática de trabalho, de modo a priorizar a produção de documento a partir da criação de Grupos de Trabalho, cujo tema seria atribuído para o desenvolvimento de estudo visando contribuir para a aplicação dos Temas Contemporâneos Transversais, indicados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no planejamento pedagógico das escolas estaduais e municipais. Posteriormente, tendo aquele Conselheiro assumido a Vice-Presidência do Conselho Estadual de Educação, passou a Presidência dessa Comissão Especial para o Conselheiro Natalino Uggioni.

Este Grupo de Trabalho, constituído pela Conselheira Ana Cláudia Collaço de Mello, pelo Conselheiro Mário César Barreto Moraes e pelo Conselheiro Natalino Uggioni, ficou responsável pela temática Ciência, Tecnologia e Educação Conectada e firmou como propósito apresentar sugestões de ações que possam resultar na realização de atividades nas escolas, durante o período normal de aula ou em contraturno, que motivem a participação de professores e de estudantes, para alcançarem melhores resultados no processo de educação e contribuindo para fortalecer o sentimento de pertencimento, fundamental para o sucesso da construção do conhecimento e da preparação para o mundo do trabalho.

Com esse intuito, estruturamos o nosso texto, primeiramente, em definições essenciais para entendermos os termos partindo dos referenciais teóricos, das normativas e da legislação vigente. Em segundo plano, pontuamos a nossa relação de ações para uma prática pedagógica inserida no mundo tecnológico desafiador e com inovações constantes, que deve ser frequentemente atualizada, mas com caráter educativo e de aprendizagem sempre presentes na escola conectada.

Essa visão arrojada e atual do movimento que, nos últimos anos, fez a educação avançar, percorre a nossa vontade de atrair e de estimular a comunidade escolar mormente para o diferencial do processo ensino-aprendizagem quando amparado no percurso tecnológico, na ciência e na inovação.

## CAPÍTULO I

### DEFINIÇÕES E ORIENTAÇÕES SOBRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO CONECTADA E OS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS

Para que o leitor possa acompanhar a nossa ideia sobre a íntima relação da ciência, tecnologia, inovação e educação conectada com os Temas Contemporâneos Transversais e a riqueza de possibilidades atribuída à escola, conseqüentemente, à sala de aula do século XXI para a concretização do processo ensino-aprendizagem, apresentamos, preliminarmente, as definições e as orientações acerca do tema em estudo.

#### 1 CIÊNCIA

Você pode encarar um erro como uma besteira a ser esquecida ou como um resultado que aponta uma nova direção.  
Steve Jobs

Etimologicamente, o termo ciência pode ser compreendido segundo duas óticas: da língua inglesa, **ciência** ou **science**, remete a **knowledge**, ou seja, **conhecimento**<sup>1</sup>; do latim, **ciência** tem origem no verbo **sciere**, ou seja, **saber adquirido** pelo estudo. Já o estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências constituídas traduz o significado de **epistemologia**, com origem no grego, **episteme** representa **conhecimento**, e **lógos** significa **estudo**. Assim, a epistemologia é também conhecida como o estudo do conhecimento ou da própria ciência.

A ciência pressupõe a garantia, segundo Whitehead (2006), de três preceitos: da demonstração; da descrição e da corrigibilidade. Nesse sentido, a ciência pode ser compreendida em função de uma ampla convicção instintiva de ordenamento, uma “ordem das coisas” e de uma “ordem da natureza”. Desse modo, **ciência** revela-se como o **pensamento ordenado, inteiramente racionalista**, cujas ideias derivam do lado vulnerável da filosofia. A ciência adota métodos para a purificação das ideias, valendo-se, para tal, da observação imparcial e da comparação de vários esquemas de abstração.<sup>2</sup> Em síntese, ciência é o pensamento ordenado racional, que prescinde da observação isenta e imparcial, bem como de um esquema que possibilite a comparação das ideias ou abstrações derivadas, segundo um ordenamento das coisas e da natureza.

Nesse contexto, desenha-se uma **definição de ciência** como uma explicação possível de ser testada, racionalmente válida e justificável, que possa ser replicada, e obtida por meio de estudos, observações e experimentações feitas sobre a afirmação ou o objeto estudado. Portanto, ciência **não é** uma crença inquestionável, não depende de um ato de fé; ciência **não é** argumento de autoridade. Não pode ser considerado científico algo que foi simplesmente apresentado por um grande pensador ou algum místico. A ciência **não é** o senso comum, **não são** saberes adquiridos ou

---

<sup>1</sup> AYT0, John. **Word origins**: the hidden histories of English words from A to Z. London: A&C Black, 2005.

<sup>2</sup> WHITEHEAD, Alfred North. **A ciência e o mundo moderno**. São Paulo: Paulus, 2006.

transmitidos corriqueiramente por nossa experiência de vida. **Ciência tem** que admitir a possibilidade de ser testada, deve ser racionalmente válida e justificável, possível de ser replicada ou obtida por meio de estudos.<sup>3</sup> Chalmers (1981) aborda uma evolução de conceitos, mostrando que o método científico não é uma entidade estática e fixa, mas que evolui à medida que falhas e limitações são identificadas.<sup>4</sup>

É importante resgatar três pensadores que discutiram a ciência segundo diferentes entendimentos ou contextos: Thomas Khun, Karl Popper e Paul Feyerabend. Para Kuhn, se constrói o **progresso da ciência**. Assim, mesmo que um paradigma se prove falso, sua existência é importante, pois só pelo exercício da ciência se considera a realização de estudos aprofundados que concluirão se ele é realmente falso ou não. A ciência é vista, dessa forma, como um constante avanço baseado em tentativa e erro.

Popper é o responsável por estabelecer o princípio da **falseabilidade**, segundo o qual uma teoria só é científica se for possível prová-la falsa. Necessita ser testada e comprovada. Nesse sentido, derrubasse o caráter de infalibilidade da ciência, em muitos momentos dominante.

Finalmente, Paul Feyerabend, ao se posicionar contra o método científico, defende que nenhum dos métodos da ciência utilizados até hoje foram bem sucedidos. Para ele, em alguns casos, os conceitos de teorias podem ser tão diferentes que é impossível pensar uma em termos da outra. A abordagem de Feyerabend traduz um certo **anarquismo do conhecimento**, posicionando-se contrariamente à ideia de progresso da ciência tanto quanto da necessidade de testar para poder comprovar ou refutar<sup>5</sup>.

As ciências podem ser classificadas segundo três grandes grupos: ciências humanas, ciências exatas e ciências biológicas. As **ciências humanas** tratam das relações entre diferentes grupos de pessoas, tentando compreender hábitos, acontecimentos, o funcionamento da sociedade, do sistema internacional, da política, da história, entre diversos outros fenômenos. São exemplos: a História, Filosofia, Sociologia, Economia, Relações Internacionais, Direito, entre outras. As **ciências exatas** são baseadas em raciocínios lógicos sustentados com base em aplicações quantitativas, com a utilização de números, fórmulas, equações etc. São exemplos: a matemática, a química, a física. As **ciências biológicas** envolvem a aplicação da biologia para o estudo de organismos vivos, as espécies, a reprodução, os sistemas e suas interações, a saúde etc. Envolvem toda espécie de organismos vivos, independentemente de reino, filo, classe, ordem, família, gênero ou espécie.

Depreende-se a prática da ciência no dia a dia, ao se aproveitar um fato, um acontecimento ou qualquer evento e submetê-lo a uma avaliação segundo um método, que se denomina científico. Essa avaliação pode ser um teste, um experimento, um estudo ou uma experiência que permita a sua comprovação ou contestação. É importante se estar atento, sobretudo no mundo da criança, para os pequenos experimentos e vivências que podem ser traduzidos em ricas práticas de ciência.

---

<sup>3</sup> <https://www.politize.com.br/o-que-e-ciencia/>

<sup>4</sup> ARAÚJO, Andréia Paula Ferreira. **O que é ciência afinal?** Manaus: Edicitec/IFAM, n. 1, 2015.

<sup>5</sup> CHALMERS, Alan F. **O que é ciência?** Brasília: Editora Brasiliense, 1981.

A Constituição Federal reforça essa competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.<sup>6</sup> A Constituição Federal reforça ainda em seu art. 218, §§ 1º e 3º, a responsabilidade do Estado em relação ao desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

(...)

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

Em que pese a regulação e a responsabilidade do Estado, há que se ressaltar que é exatamente a partir da dúvida manifesta pela criança ou pelo adolescente e de sua inquietação que se promove a investigação, a pesquisa e a completa educação, conduzindo ao aprendizado, à inovação, à tecnologia, a um mundo melhor e mais equânime. E é na ação do docente que reside esse incentivo e a efetiva possibilidade prática da ciência.

---

<sup>6</sup> BRASIL, República Federativa do. **Constituição Federal**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Art. 23, inciso V. Em redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015.

## 2 TECNOLOGIA

A tecnologia move o mundo.  
Steve Jobs

Ao longo dos anos, a palavra tecnologia foi assumindo significados diversos e para sua compreensão na era tecnológica, ou seja, no século XXI, é necessária uma visão da transformação do mundo, desde as grandes descobertas, como a roda, o fogo, até a projeção das máquinas de última geração. Foram as grandes mudanças na forma da convivência humana que nos fizeram perceber a importância da tecnologia no nosso cotidiano como instrumentos, métodos e técnicas utilizados para a resolução de problemas.

Nesse sentido, a etimologia da palavra tecnologia nos ajuda a esse entendimento: "tekhne" ou "téchnē" significa técnica, arte, ofício, habilidade; o sufixo "logos" ou "logia" significa estudo. De origem grega, podemos definir então tecnologia como o conjunto de ferramentas para criar algo útil e funcional a partir do conhecimento ou ciência.

Assim, parece que deixaremos de lado o conceito comumente e reduzidamente vinculado ao campo da informática. Seria equivocado e limitado ao máximo deixar a tecnologia restritamente relacionada ao equipamento computador ou à internet.

A tecnologia está inserida em processo, em procedimento, em nível físico e virtual, mas não somente ligada à máquina. Como processo, ela engloba método, instrumentos e técnicas para conseguirmos chegar, por exemplo, a solucionar um cálculo matemático. A própria regra de três é um meio para atingirmos um resultado ou um número exato. Ao optar por essa regra para solucionar um cálculo matemático, estamos chamando a tecnologia, como procedimento, para assessoramento.

Os anos de 2020 e 2021 foram adversos, cheios de percalços, e a tecnologia foi de suma importância para nossa subsistência, para a educação existir fizemos uso dela, para nos comunicarmos ela foi indispensável.

Durante anos a tecnologia ficou direcionada a algumas áreas do saber, mais precisamente às exatas, às engenharias. Até que o avanço dos meios de comunicação compeliu-nos a usá-la com fins educacionais.

Embora muitos estudiosos já inclinassem para o uso da tecnologia nos diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil, percorrendo o ensino fundamental e médio e a educação superior, ainda havia muita resistência para inserir novas formas de ensinar e aprender com amparo tecnológico. O que o mundo não imaginava é a pandemia fazer o avanço de mais 20 anos em 1 ano em termos tecnológicos.

Quando o isolamento social foi decretado, de imediato, ações foram empreendidas para manter o relacionamento entre as pessoas e, em especial, na educação, muitos processos de inovação contribuíram para que a aprendizagem acontecesse mesmo a distância ou por meio de atividades não presenciais.

E então o mundo digital tornou-se presente também na educação, por intermédio de recursos tecnológicos rapidamente adaptáveis à realidade das redes, das unidades escolares, dos gestores, dos professores e dos estudantes. A tecnologia passou a fazer parte do cotidiano escolar com tal ênfase que, em 2021, não se consegue mais conceber ambiente escolar sem sua presença. Plataformas digitais, equipamentos de última geração, celulares, tablets, notebooks, computadores, projetores multimídia, navegadores, redes de internet, jogos, vídeos, desenhos, sites, links são reconhecidamente essenciais para o aprendizado se

estabelecer. A disponibilidade desses recursos tecnológicos permitiu aproximar os distantes e encurtar caminhos para a escola acompanhar o tempo e a realidade dos estudantes.

A defasagem perceptível e por demais combatida entre o que os estudantes viviam e o que a escola oferecia, com o apoio da tecnologia, foi aproximado nesse período pandêmico justamente pela opção de uso de ferramentas, sistemas e plataformas virtuais pela comunidade acadêmica. Para isso, houve uma corrida aos meios de capacitação dos docentes para que pudessem manter-se ativos e participantes de suas funções num ambiente de aprendizagem de atividades não presenciais ou híbrido ou completamente a distância.

Salientamos que, enquanto muitos docentes obrigaram-se a se atualizar, os estudantes em geral, com destaque para aqueles com acesso à internet, agilmente adaptaram-se aos recursos tecnológicos para dar segmento aos estudos. É certo que muitos foram os desafios nessa caminhada, mas o salto da educação é irreversível no tocante ao uso da tecnologia para o processo ensino-aprendizagem.

Nesse certame, a nossa legislação já era por demais visionária, entretanto, precisamos de um momento adverso para a letra da lei ser atualizada em nossas salas de aula.

Vejamos dispositivos da nossa Constituição Federal, de 1988, que mencionam a palavra tecnologia:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à **tecnologia**, à pesquisa e à inovação; (sem grifo no original)

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

X - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, **tecnologia**, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

É visível que educação e tecnologia caminham juntas, conforme bem acentuam os dispositivos transcritos da Constituição Federal, de 1988.

Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), apresenta a tecnologia intimamente vinculada aos níveis de educação, nos termos que seguem:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

II - A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da **tecnologia**, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

I - linguagens e suas **tecnologias**;

II - matemática e suas **tecnologias**;

III - ciências da natureza e suas **tecnologias**;

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares,

conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I - linguagens e suas **tecnologias**;

II - matemática e suas **tecnologias**;

III - ciências da natureza e suas **tecnologias**;

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação:

VI - cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por **tecnologias**.

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da **tecnologia**.

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da **tecnologia** e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

§ 3º O disposto no caput deste artigo será efetivado sem prejuízo das prerrogativas de matrícula em escolas e classes regulares, de acordo com o que decidir o estudante ou, no que couber, seus pais ou responsáveis, e das garantias previstas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que incluem, para os surdos oralizados, o acesso a **tecnologias** assistivas.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e **tecnologias** de educação a distância.

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e **tecnologias** de educação a distância.

Art. 86. As instituições de educação superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e **Tecnologia**, nos termos da legislação específica.

A magnitude de significado e a riqueza semântica da tecnologia na LDB mostram o quanto o legislador se antecipou e deixou para os educadores as imensas possibilidades tanto do ponto de vista da capacitação quanto do processo, dos meios, das técnicas que a tecnologia aciona para o aprendizado, inclusive

conduzindo à inovação. A própria LDB retoma a etimologia do termo tecnologia, não o restringindo à informática.

Além disso, ainda temos as normativas, que foram abundantes nos anos de 2020 e 2021 para a garantia da aprendizagem e para as escolas permanecerem atuando diretamente como gestoras relevantes do contínuo pedagógico.

Destacamos as normativas emanadas do Conselho Nacional de Educação, enfatizando os Pareceres CNE/CP 05, 09, 11, 15, 19/2020, em que a expressão “tecnologias digitais de informação e comunicação” é por demais citada para apoiar as atividades não presenciais em virtude da COVID 19, conduzindo a práticas pedagógicas mediadas por diversos meios e ferramentas com vista à aprendizagem. A reportada expressão, é recorrente também na Resolução CNE/CP Nº 2, de 10 dezembro de 2020, consagrando o uso da tecnologia para mediar as atividades pedagógicas.

O cuidado com a expressão e a visão futura da educação repercute claramente na Resolução CNE/CP Nº 2/2020. Por sua abrangência, por culminar com a modernidade tecnológica imposta na era digital e por sua disseminação na pandemia, com reforço no regramento, reproduzimos o art. 11 da Resolução CNE/CP Nº 2:

Art. 11. Cabe às secretarias de educação e a todas as instituições escolares:

I – planejar a reorganização dos ambientes de aprendizagem, comportando **tecnologias** disponíveis para o atendimento do disposto nos currículos;

II – realizar atividades on-line síncronas e assíncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica;

III – realizar atividades de avaliação on-line ou por meio de material impresso

entregue desde o período de suspensão das aulas; e

IV – utilizar mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) para estimular e orientar os estudos, pesquisas e projetos que podem ser computados no calendário e integrar o replanejamento curricular.

§ 1º As atividades referidas no caput devem, conforme as peculiaridades e exigências locais, garantir e condizer com o calendário escolar dos anos letivos 2020 e 2021 devidamente reorganizado, por conta da afetação pelo estado de calamidade pública, obedecendo os princípios dispostos no art. 206 da Constituição Federal.

§ 2º O disposto neste artigo deve, notadamente, assegurar a igualdade de condições para o acesso e a permanência escolar, contando com a participação das comunidades escolares para sua definição.

§ 3º Cabe às instituições e redes escolares públicas, privadas, comunitárias e

confessionais promover, no âmbito de sua atuação, estruturas suficientes para efetivar as garantias e exigências estabelecidas no *caput* deste artigo.

Até mesmo nas normativas percebemos o avanço educacional conjugando modalidades, metodologias e estratégias pedagógicas as mais diversas para acompanhar os tempos e manter a escola e a comunidade escolar em sintonia com o mundo digital.

Fica óbvio que, para a tecnologia ser incluída na prática pedagógica, é necessário fornecer ao professor a respectiva capacitação. No entanto, cabe esclarecer que o próprio profissional deve buscar sua atualização. Não se concebe mais a inércia, é fundamental, diante da competitividade e para a qualificação pessoal, que o profissional busque o seu aperfeiçoamento continuamente. São incontáveis as *lives*, os cursos, os projetos de estudo e mais uma infinidade de

recursos disponíveis na internet, gratuitamente ofertados. Basta a vontade e a percepção de que a formação deve ser constante.

Nesse sentido, o art. 29 da Resolução CNE/CP Nº 2/2020 é transcrito:

Art. 29. Cabe às secretarias de educação e gestores de instituições escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, oferecer programas visando à formação da equipe escolar na administração logística da instituição, à formação de professores alfabetizadores e de professores para as atividades não presenciais, e ao uso de métodos inovadores e **tecnologias** de apoio aos docentes.

Nessa acepção, a Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020, que “Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada)”, em seu Anexo I - Competências Gerais Docentes, assim disciplina:

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens

Nas Competências Específicas e Habilidades da Dimensão do Conhecimento Profissional, o texto fixa:

1.2.7 Demonstrar conhecimento de variados recursos - incluindo as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) -, capazes de envolver cognitivamente e emocionalmente os alunos em seus aprendizados.

Nas Competências Específicas e Habilidades da Dimensão do Engajamento Profissional, está descrito:

3.3.3 Comunicar-se com as famílias e a comunidade, de forma acessível e objetiva, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação envolvendo a comunidade nas ações educativas;

O espaço para a capacitação docente está assegurado. A proatividade, ou seja, a busca por mudança espontaneamente é requerida e necessária por parte dos profissionais da educação.

A pandemia mostrou o quanto o professor foi empoderado e evidenciou que precisa abrir-se para o mundo, para a realidade que se apresenta, para agir, para experimentar, para mudar, para inovar.

Discorrendo sobre tecnologia, cabe mencionar a Lei n. 14.040, de 18 de agosto de 2020, cuja ementa “Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009”, que em seu bojo insere a tecnologia como recurso educacional indispensável, de acordo com os dispositivos seguintes:

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino de educação básica, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, ficam dispensados, em caráter excepcional:

§ 4º A critério dos sistemas de ensino, no ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, poderão ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais:

I – na educação infantil, de acordo com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dessa etapa da educação básica e com as orientações pediátricas pertinentes quanto ao uso de **tecnologias** da informação e comunicação;

II – no ensino fundamental e no ensino médio, vinculadas aos conteúdos curriculares de cada etapa e modalidade, inclusive por meio do uso de **tecnologias** da informação e comunicação, cujo cômputo, para efeitos de integralização da carga horária mínima anual, obedecerá a critérios objetivos estabelecidos pelo CNE.

§ 6º As diretrizes nacionais editadas pelo CNE e as normas dos sistemas de ensino, no que se refere a atividades pedagógicas não presenciais, considerarão as especificidades de cada faixa etária dos estudantes e de cada modalidade de ensino, em especial quanto à adequação da utilização de **tecnologias** da informação e comunicação, e a autonomia pedagógica das escolas assegurada pelos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º As instituições de educação superior ficam dispensadas, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho acadêmico, nos termos do caput e do § 3º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para o ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, desde que:

§ 1º Poderão ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais vinculadas aos conteúdos curriculares de cada curso, por meio do uso de **tecnologias** da informação e comunicação, para fins de integralização da respectiva carga horária exigida.

Nesse contexto, a tecnologia se torna imprescindível na era digital, para assegurar a personalização da aprendizagem, que propicia a cada um acesso ao ensino, respeitando suas habilidades para aprender, seu próprio tempo e ritmo de aprendizagem.

A conexão permitida pela tecnologia entre os formadores de profissionais e os próprios profissionais deixa cristalina a ideia de que precisamos sensibilizar na educação de hoje para construirmos o ideal do amanhã.

Hoje, no mundo do mercado, estamos carentes de profissionais que atuam na área tecnológica. Com a explosão do uso da tecnologia na educação, muitas vagas foram abertas e ainda permanecem aguardando profissionais com perfil específico. Podemos afirmar que faltam talentos para as vagas de tecnologia porque a escola não prepara para os perfis esperados para o mundo do trabalho, os conteúdos nela ministrados e as atividades nela propostas estão ou estiveram anos luz da realidade. Ficamos praticando a educação do século XIX na era digital e, por isso, nos distanciamos do mundo das oportunidades. Mas a pandemia foi imperiosa para chamar a atenção dos órgãos de educação, das redes, das unidades escolares e de seus atores para a necessidade de prepararmos, no sentido de formarmos, estudantes competentes e hábeis para atuarem em estágio ou profissionalmente de modo a contribuir para nossa evolução e para a melhoria da prestação de serviços em atendimento à demanda a cada dia mais exigente.

Com esse olhar, o novo currículo do ensino médio apresenta uma gama de possibilidades para quem almeja logo ser inserido no mundo do trabalho. Esse novo modelo de aprendizagem por áreas de conhecimento permitirá ao estudante optar por uma formação técnica e profissionalizante. Ao final do ensino médio, o

jovem receberá, além do certificado do ensino médio regular, o certificado do curso técnico ou profissionalizante que cursou, se assim o desejar.

A tendência pela carência de talentos é o egresso logo conseguir colocação na indústria, no comércio ou na iniciativa privada.

Obviamente, alguns desafios ainda precisam ser vencidos e um deles pode ser suprido na própria escola, porquanto deve oferecer o contato com a língua inglesa em tempo de estudo suficiente para o aprendizado do inglês técnico, pelo menos.

Para trabalhar com tecnologia, em razão da linguagem universal própria, o domínio do inglês é indispensável.

Nessa perspectiva, os Temas Contemporâneos Transversais têm em muito a contribuir para o aperfeiçoamento dos estudantes, especialmente quando se relaciona a metodologias de solução de problemas, fornecendo bagagem geral e construindo em cada aluno as vivências do cotidiano laboral, com enfrentamento das dificuldades, da busca por conteúdos para construção do conhecimento a partir dos dilemas e das escolhas.

Desse modo, projetamos para a inovação tanto no aspecto pessoal quanto profissional e para a educação conectada no item seguinte.

### 3 INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO CONECTADA

A inovação distingue um líder de um seguidor.  
Steve Jobs

Não é difícil falar sobre inovação, tampouco da sua relevância e do seu consequente impacto na competitividade de uma região, de um estado ou de um país. Inovação tem sido palavra corrente no dia a dia, porém, o que parece não estar claro é que a chave para a inovação não está nas máquinas e nos complexos sistemas de controle, mas, sim, nas pessoas; esse é o verdadeiro valor das entidades e organizações que são referência em inovação, pois são as pessoas que definem processos, sistemas de controle e constroem máquinas, ou seja, são as grandes responsáveis por fazer a inovação acontecer, de fato.

Máquinas e equipamentos de última geração podem ser adquiridos, mas pessoas com conhecimento e base tecnológica precisam ser formadas e essa formação advém e está fundamentada no processo de educação. Importante lembrar que inovação só pode ser assim considerada se for percebida pela sociedade, em suma, se o resultado do processo inovador, de alguma forma, tiver como resultado a geração de valor.

É comum ouvirmos a citação de que nós brasileiros somos um povo bem criativo; criatividade, no entanto, pode remeter a invenções, mas nem sempre é sinônimo de inovação, uma vez que invenção não é inovação; de nada adianta uma ideia criativa e inventiva se ela não for assim percebida pelos consumidores – pessoas físicas e/ou jurídicas, pela sociedade, em outras palavras, se não houver interessados em pagar por aquela ideia ou invenção.

A inovação tem papel estratégico na construção das bases para o aumento da competitividade, bem como para o crescimento econômico sustentável de uma região, de um estado e do país. Com a ampliação da atuação focada em inovação, as empresas, entidades e organizações têm a possibilidade de oferecerem produtos e/ou serviços melhores, mais atraentes aos consumidores, mais competitivos, com mais qualidade e com maior valor agregado.

É comum ainda se confundir inovação com investimentos, aquisição de máquinas e equipamentos de última geração, porém, isso não é inovar, ainda que possa trazer ganhos de produtividade, quem inovou foram aqueles que desenvolveram tais equipamentos.

Definida como a capacidade de criar novos produtos ou modificar processos, a inovação pode ser classificada como **inovação incremental**, quando ocorrem pequenas modificações e melhorias nos produtos e processos, resultantes de pesquisa aplicada que agregam valor aos produtos e que podem representar ganhos para as empresas; ou **inovação radical**, quando são implementadas ações, a partir de pesquisas científicas, desenvolvimento e inovação, resultando em novos produtos, novos processos, novos métodos de fabricação e processamento que, disponibilizados ao mercado, beneficiam os consumidores e diferenciam a empresa, a entidade ou a organização, no estado, no país e, talvez, no mundo.

Kim e Mauborgne (2005) defendem que não devemos focar a estratégia de competitividade no enfrentamento à concorrência, mas sim, buscarmos a diferenciação lançando produtos inovadores que apresentem valores atraentes percebidos pelos clientes, o que garantirá sucesso e benefícios decorrentes. Essa forma de atuação, segundo os autores, faz com que os concorrentes se tornem irrelevantes.

O processo de criação de uma nova curva de valor passa então pela eliminação das ações realizadas tradicionalmente e que não agregam valor ao

produto, ou seja, reduzir custos, elevar o padrão em relação aos demais produtos do setor e criar novos produtos/processos, de modo a atender as expectativas do mercado.

Os laboratórios e os ambientes escolares são os locais mais indicados para a consolidação das bases e dos fundamentos para o desenvolvimento de mentes criativas e inovadoras e não devemos deixar de aproveitar essa oportunidade enquanto os estudantes estão em processo de formação de suas carreiras e de suas trajetórias profissionais. Proporcionar aos estudantes o conhecimento teórico e a vivência prática no desenvolvimento de projetos inovadores estão na base de formação do processo de inovação que eles assimilarão para sempre. Os estudantes vão até as escolas todos os dias e os responsáveis precisam fazer valer essa condição para trabalhar com eles os fundamentos da criatividade e da inovação; trabalhados na idade certa, os estudantes levarão com eles em suas vidas e aplicarão em suas carreiras, com diferenciais competitivos.

De Davila, Epstein e Shelton (2007), destacamos alguns apontamentos que convergem com nossa visão acerca da inovação:

- É reduzido o n. de empresas que contam com diagnósticos eficazes para o conjunto completo de suas atividades de inovação.
- A maioria das empresas realiza inovação incremental, que significa criatividade travada, pequenas mudanças, mas que vai se transformando na forma dominante de inovação e não deixa espaço para a inovação de ruptura, para a inovação radical.
- Quando não se conta com sólido mapeamento da inovação, é mais difícil saber por onde começar.
- Inovação de ruptura tem o potencial de reescrever as regras da competição no mercado.
- Inovação não é privilégio reservado a algumas empresas “escolhidas” nem ao alcance de alguns poucos iluminados.
- \*O sucesso da inovação consiste em superar os “anticorpos” organizacionais.

\*Obs.: Este último apontamento converge para o que é apontado no livro “A estratégia do oceano azul”, que destaca como sendo estes “anticorpos” as barreiras na mente das pessoas, os bloqueios mentais e o conforto com o *status quo*.

Da mesma forma, Gibson e Skarzynski (2008), destacamos apontamentos relevantes e convergentes com as ideias aqui defendidas:

- Existe uma clara necessidade de implementação de ações para incrustar o DNA da inovação nos sistemas gerenciais e culturas organizacionais.
- No passado a inovação era vista como trabalho de especialistas criativos, tarefa de artesãos da inovação que, vez por outra, conseguem implantar uma ideia radical nas covardes e conservadoras fileiras da média gerência das empresas e organizações.
- A inovação é importante demais para ser função de um departamento, iniciativa eventual ou ato excepcional.
- A inovação é a única segurança contra a irrelevância.
- Destacada a falta de um plano para tornar a inovação responsabilidade de todos.
- Reforça-se o desafio de levar a inovação até o âmago da empresa, ao cerne dos negócios e da cultura da organização.
- A inovação pode se tornar sistêmica dentro de qualquer organização.

- A inovação, para surtir efeitos e resultados relevantes deve ser “onipresente” na empresa e, aplicada de modo sistêmico, funciona.
- Os sistemas corporativos de gestão da inovação podem ser tão eficientes e comuns quanto foram (e são) os sistemas de gestão da qualidade.

Voltando a Davila, Epstein e Shelthorn (2007), os autores apontam duas estratégias para inovar:

- JPG (Jogando para ganhar) que busca identificar se o volume de recursos que a empresa está investindo em inovação vai resultar em vantagens competitivas. Nesta modalidade a empresa prioriza investimentos em inovação radical, trabalhando ideias e produtos capazes de revolucionar o mercado.
- JPNP (Jogando para não perder), onde a empresa realiza Inovações tecnológicas incrementais que mantém sua participação no mercado cada vez mais competitivo.

A regra básica, num mundo cada vez mais competitivo, é que não se pode deixar de jogar em, pelo menos, uma das duas estratégias, e isso vale para empresas, entidades ou organizações.

No livro “Sem educação não haverá futuro”, Mozart Neves Ramos (2019) apresenta um dado estupefacente ao apontar que “o Brasil chega a perder, a cada ano, algo em torno de R\$ 27,5 bilhões (dados do ano de 2015), e isso sem falar no custo social e indireto”. Todo gestor que recebe essa informação deveria ficar chocado, para dizer o mínimo; essas perdas são cifras astronômicas para um país como o Brasil, que precisa tanto melhorar o nível da educação de seus estudantes. Imaginemos o quanto se poderia fazer para tornar as escolas mais atrativas e motivar os alunos à aprendizagem e o quanto esse investimento melhoraria os níveis de qualidade da educação em nosso País.

Em artigo intitulado “Ensino híbrido, a nova realidade provocada pela pandemia de covid-19”, publicado no jornal O Estado de SP, em 14 de abril de 2021, que apresentamos à íntegra adiante, o mesmo autor aponta que “uma das consequências é que, mesmo antes da pandemia, em média, cerca de 500 mil jovens abandonavam a última etapa da Educação Básica. A perda anual era da ordem de R\$ 3,5 bilhões de reais, sem falar no custo social”.

Nessa mesma linha, lemos em Robinson e Aronica (2019): “Os custos decorrentes do abandono dos estudos são muito maiores do que os do investimento em escolas que estimulem a aprendizagem”.

Para destacar a relevância dos investimentos continuados em educação e na oferta de novas oportunidades para os estudantes, no portão de uma universidade na África do Sul, foi fixada a seguinte mensagem, para reflexão:

Para destruir qualquer nação não é necessário usar bombas atômicas ou mísseis de longo alcance. Basta apenas reduzir a qualidade da educação e permitir que estudantes “cabulem” nos estudos.  
 Pacientes morrem nas mãos de tais médicos.  
 Edifícios desabam nas mãos de tais engenheiros.  
 Dinheiro perde-se nas mãos de tais economistas e contabilistas.  
 A humanidade morre nas mãos de tais eruditos religiosos.  
 A justiça perde nas mãos de tais juizes.  
 O colapso da educação é o colapso da nação.

Apresentamos, na sequência, o artigo de Mozart Neves Ramos intitulado “Ensino híbrido, a nova realidade provocada pela pandemia de Covid-19”, ao qual

já nos referimos anteriormente, publicado no jornal O Estado de SP, em 14/04/2021 (<https://bit.ly/2Q8NORz>):

Uma das principais consequências da crise sanitária é a necessidade de revisão da forma como educamos crianças e jovens.

Não há dúvida que a pandemia, causada pela covid-19, alterou nosso estilo de vida. Mudamos a maneira de trabalhar e de estudar. Os muros da escola se alargaram. Uma das principais consequências da crise sanitária é a necessidade de revisão da forma como educamos nossas crianças e jovens. Com a volta às aulas presenciais, com parte da classe acompanhando o conteúdo online, o ensino híbrido virou a norma. O que muitos me perguntam é se isto será temporário ou não. Particularmente, acredito que esta tendência veio para ficar e o ensino híbrido, aprimorado, deve ser incorporado definitivamente na rotina escolar.

Precisamos assegurar a qualidade de ensino ofertado, já que boa parte das escolas implantou sistemas e formatos com pouco ou nenhum planejamento.

Há muitos pontos ainda a serem aprimorados, como uma melhor regulamentação deste ensino híbrido e dos ambientes virtuais ideais de aprendizado. As plataformas adaptativas, apoiadas por meio da inteligência artificial, serão, neste novo cenário disruptivo, importantes alinhadas para oferecer um ensino mais personalizado, especialmente na gestão de diferentes trilhas de aprendizagem e no monitoramento do desenvolvimento escolar dos estudantes.

É necessário encarar o ensino híbrido como uma oportunidade, e não como uma ameaça. Ele vai, por exemplo, nos permitir colocar em prática o conceito do aluno em tempo integral. Por meio dele poderemos estimular educandos a estudarem por meio de metodologias ativas, como projetos, resolução de problemas e jogos, para que aprendam e se desenvolvam de forma plena, indo além dos aspectos cognitivos, e potencializando suas habilidades e competências socioemocionais.

Em meio a esta grande mudança causada pela pandemia, precisamos urgentemente implantar o chamado Novo Ensino Médio. A escola de ensino médio que ainda está aí, em sua maioria, não dialoga com o projeto de vida dos jovens. Uma das consequências é que, mesmo antes da pandemia, em média, cerca de 500 mil jovens abandonavam esta última etapa da Educação Básica. A perda anual era da ordem de R\$ 3,5 bilhões de reais, sem falar no custo social. Este novo ensino médio, mais flexível e diversificado, dialoga diretamente com os anseios da juventude, que deseja uma escola que caiba na vida. E nesse novo ambiente, temos ainda uma bússola para as aprendizagens essenciais que todos os estudantes precisam desenvolver ao longo de toda a Educação Básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para que tudo que falamos até aqui se materialize, de fato, no ambiente escolar, é preciso preparar os professores para esses novos tempos. Nesse sentido, o país precisa colocar em prática a Base Nacional Comum da Formação Inicial e Continuada Docente recentemente aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), e homologada pelo Ministério da Educação. Precisamos investir na formação dos professores com foco em três dimensões: conhecimento, prática e engajamento profissionais. Eles não serão substituídos pelas tecnologias, mas precisam acompanhar as mudanças, buscar a inovação e romper com o ensino tradicional. Se esta necessidade já existia, foi acentuada pela covid-19.

Os estudantes não querem mais só copiar o conteúdo da lousa e decorar as respostas dos livros. Eles querem mais autonomia e desafios. Em outras palavras, eles querem uma Educação que os preparem para a vida. No ensino híbrido, os docentes têm que enfrentar um novo ambiente, e as faculdades de educação também precisam mudar a base curricular para formar educadores mais preparados para essa nova realidade das salas de aula. O mundo mudou e não podemos desperdiçar essa oportunidade de, finalmente, virar o jogo na educação básica brasileira.

Em Harari (2018) está escrito que “toda rotina é um convite à ruptura e toda hierarquia um convite à revolução” e segue destacando que precisamos “desenvolver nos estudantes os quatro C’s: Pensamento Crítico, Comunicação, Colaboração e Criatividade” e ainda, que “duas habilidades não humanas especialmente importantes da Inteligência Artificial são: Conectividade e a Capacidade de atualização”. É importante frisar que é exatamente para esse mundo em constante evolução e em constante conectividade que estamos preparando os estudantes.

Em Robinson e Aronica (2019) lemos que “uma das estratégias mais poderosas para a mudança sistêmica é testar os benefícios de fazer de um modo diferente. A inovação é estratégica quando possui um significado além de seu contexto imediato – quando inspira outros a inovar, de modo semelhante, em suas próprias situações. A mudança é frequentemente difícil, pelo menos, quando envolve práticas desafiadoras”, o que nos soa como incentivo para o desenvolvimento de ações e projetos que envolvam professores e estudantes, para ações que vão além dos limites das salas de aula, como as iniciativas propostas no âmbito dessa publicação.

Destacando a relevância do sentimento de pertencimento dos estudantes para com a escola como fator crítico de sucesso para a qualidade do processo ensino-aprendizagem, os autores Robinson e Aronica (2019) apontam que “o pré-requisito básico para uma educação efetiva é cultivar o entusiasmo dos alunos pela aprendizagem... Se os alunos não estiverem envolvidos com a escola tudo o que segue em nome da educação é praticamente irrelevante”.

Já em Barros (2018) temos destacado que “para que um aluno desenvolva habilidades pessoais desejáveis, como curiosidade, resiliência, persistência e “mentalidade de crescimento”, ele precisa antes adquirir outras, como o senso de pertencimento ao ambiente escolar, típico de classes emocionalmente seguras, autocontrole e gestão do nível de stress”. Por senso de pertencimento, entenda-se o aluno sentir-se que pertence àquela escola, que a escola lhe proporcionará a base sobre a qual ele desenvolverá sua carreira, sua trajetória e seu projeto de vida. Quanto maior for o senso de pertencimento, tantos melhores serão os resultados do processo educacional.

Em Robinson e Aronica (2019), lemos alguns apontamentos acerca do papel dos gestores nesse processo, conforme seguem:

Em educação, a aprendizagem natural e sustentável depende de cultura da escola e da qualidade do ambiente de ensino. Manter uma cultura de aprendizagem vibrante é a essência do papel do diretor.

Os principais diretores sabem que seu trabalho não é apenas melhorar os resultados dos testes; é construir uma comunidade entre os alunos, os professores, os pais e os funcionários, que precisam compartilhar um conjunto comum de propósitos.

Grandes sistemas exigem grandes líderes...escolas podem ser inspiradas por um diretor visionário....

As escolas.... estão conectadas de todas as maneiras ao mundo que as rodeia.

Uma escola vibrante pode alimentar toda uma comunidade, tornando-se uma fonte de esperança e energia criativa.

O ambiente físico de uma escola afeta não apenas como você a sente, mas também como ela realmente funciona. Você sente a escola logo que entra pela porta.

Os projetos e ações que estão sendo aqui sugeridos têm o propósito maior de desenvolver mentes cada vez mais criativas para nosso Estado, pois é bom para os alunos e também para a sociedade, uma vez que eles serão os futuros protagonistas nas empresas, entidades e organizações, portanto, quanto mais criativos, quanto mais experiências e vivência prática tiverem ao longo de sua carreira estudantil, tanto melhor preparados estarão para fazer a diferença onde quer que venham a atuar.

Necessitamos então de um conjunto de ações que devem vir acompanhadas de investimentos em infraestrutura e, principalmente, em pessoas, com a premissa de que tecnologia e soluções em equipamentos podem ser adquiridos, porém, pessoas bem capacitadas, num processo de formação continuada, que requerem formação e treinamentos que contemplem aspectos de autodesenvolvimento, autoaprendizagem e em experiências vivenciadas, fator crítico de sucesso para que a inovação educacional passe definitivamente a fazer parte da rotina na educação básica.

Toda essa melhoria e inovação tecnológica que, pela necessidade, foi inserida de certa forma abruptamente no processo de educação e contribuiu sobremaneira para aproximar o “mundo da escola” do “mundo dos estudantes”, tende a não mais se separar do processo, uma vez que nem os alunos, nem os docentes abrirão mão desse importante recurso que veio para melhorar e facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

O uso continuado da tecnologia tende a fortalecer ainda mais o interesse dos estudantes pela escola, bem como dos próprios docentes, que encontram nesse recurso um grande aliado e facilitador para sua nobre missão de bem formar e encaminhar os estudantes para suas vidas e suas carreiras profissionais, aproveitando a oportunidade durante o seu percurso formativo para abrir neles um mundo de novas oportunidades, fazendo com que se tornem agentes de transformação, da boa transformação que todos queremos e esperamos. Precisamos orientá-los a construir redes sadias de conexões; eles precisam e precisarão cada vez mais, para lograrem êxito em suas vidas e em suas carreiras.

Em Robinson e Aronica (2019) encontramos que “o modelo atual serviu a um propósito e foi efetivo até certo ponto. No entanto, o acesso universal à informação, proporcionado pelo advento a internet e das mídias digitais, transformou radicalmente a sociedade e, com ela, a forma de se relacionar, consumir, trabalhar, aprender e, até mesmo, viver”.

Em “docência, entusiasmo e paixão”, Élcio Alberton (2020) aponta que “as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDCI) se constituem no que se pode qualificar como o “último mundo livre” abolindo fronteiras e distâncias e apontando para a transnacionalidade...nesse novo contexto, a educação não pode permanecer a mesma. Ficar como está já não é mais possível, sequer é tolerável, muito menos inteligente.”

Materializou-se assim o grande incentivo para promovermos um significativo avanço nas práticas pedagógicas em sala de aula ou extraclasses, conectando-as ao mundo digital dos estudantes. As até então práticas pedagógicas correntes foram, e continuam sendo, necessariamente, adaptadas com o uso da tecnologia, melhorando e facilitando sobremaneira a forma de ensinar e aprender.

A educação é a plataforma e a base que tem o poder de transformar vidas, e a tecnologia vem para contribuir e facilitar essa interação, fortalecendo o sentimento de pertencimento daqueles que atuam diretamente no processo, condição determinante para que se consiga uma educação de melhor qualidade, fazendo com que o ambiente escolar e as práticas educacionais se tornem mais

atrativas e relevantes fazendo com que os estudantes tenham mais estímulo para os estudos e participar das atividades escolares faça sentido para eles.

Toda essa melhoria e inovação tecnológica que, pela necessidade, foi inserida de certa forma abruptamente no processo de educação e contribuiu sobremaneira para aproximar o “mundo da escola” do “mundo dos estudantes”, muito provavelmente não mais se separará do processo, uma vez que nem os alunos nem os docentes abrirão mão desse importante recurso.

Temos a oportunidade de, pela educação, inovarmos continuamente para bem educar os estudantes e ajudá-los a serem empreendedores e inovadores, para que aproveitem as oportunidades que lhes forem apresentadas durante suas vidas e suas carreiras. As atividades apresentadas nessa publicação têm como objetivo proporcionar todos esses ganhos para a educação no Estado de Santa Catarina.

Harari (2018) nos aponta que “em 2050 não apenas a ideia de um emprego para a vida inteira, mas até mesmo a ideia de uma profissão para a vida inteira parecerão antidiluvianas...é possível que o mercado de trabalho em 2050 se caracterize, mais pela cooperação, e não pela competição”, e é para essa nova realidade que precisamos preparar nossos estudantes, mostrando a eles o mundo para o qual estão sendo formados e educados.

Nesse contexto, ganha relevância a realização de programas e ações que promovam, despertem e fortaleçam o interesse dos estudantes, promovendo atividades individuais ou em equipes, durante o período de aulas ou no contraturno escolar, desenvolvendo neles o interesse e a vontade de permanecerem mais tempo nas escolas, o que contribuirá também para fortalecer o sentimento de pertencimento, sobre o qual já destacamos a importância, desenvolver neles a alegria pelo fato de que “a escola deles” está lhes proporcionando essas oportunidades e aqueles estudantes que as aproveitarem, certamente adquirirão diferenciais competitivos para suas vidas e suas carreiras.

Estamos tratando então de um conjunto de atividades apresentadas como oportunidades para os alunos aplicarem trabalhos de modo a fazer sentido e auxiliarem no desenvolvimento de competências que serão úteis e necessárias, além de proporcionar aos estudantes que se tornem protagonistas no processo de aprendizagem e não apenas um consumidor de conteúdos apresentados da forma expositiva tradicional. São programas e ações que proporcionarão a eles desenvolverem competências consideradas relevantes para suas trajetórias e projetos de vida, competências essas que estão apresentadas na BNCC.

Tratamos, portanto, de ações que, como apontado em Camargo e Daros (2018), tendem a “viabilizar a motivação discente, pois, diante do problema real, ele examina, reflete, relaciona e passa a atribuir significado às suas descobertas...aprender por meio da resolução de problemas de sua área é uma das possibilidades de envolvimento ativo dos alunos durante o processo formativo.

Criar condições de ter uma participação mais ativa dos alunos, implica, absolutamente, a mudança da prática do desenvolvimento de estratégias que garantam a organização de um aprendizado mais interativo, intimamente ligado às situações reais. Por isso, a inovação na educação é essencialmente necessária. A inovação é uma das formas de transformar a educação”.

Urge, portanto, que os gestores desenvolvam o processo de planejamento político pedagógico que contemple a constância do propósito de trabalhar para o desenvolvimento de ações, programas e projetos inovadores que se somem aos esforços para consolidação definitiva desse processo de mudança, tendo a educação como base fundamental.

De Camargo e Daros (2018), temos ainda importantes contribuições aos propósitos aqui elencados, como segue:

Experiências como atividades realizadas em grupos, mais de um professor na sala de aula acompanhando a execução das tarefas, realização de projetos, solução de problemas reais e estudos de caso, são estratégias que, se bem conduzidas, podem gerar uma verdadeira inovação pedagógica.....se os alunos conseguem estabelecer relações entre o que aprendem no plano intelectual e suas situações reais, experimentais e profissionais ligas a seus estudos, certamente a aprendizagem será mais significativa e enriquecedora.

Em Robinson e Aronica (2019), temos:

Existem três tipos de pessoas no mundo: as que são imóveis, as que são móveis e as que se movem.

Como disse Gandhi: seja a mudança que você quer ver no mundo.

Quando um número suficiente de pessoas se move, isso se torna um movimento, e se esse movimento possuir energia suficiente, isso se torna uma revolução.

E, na educação, é exatamente disso que precisamos”.

Citamos abaixo Gardner, Chen e Moran (2010) que demonstram a das ações propostas:

Se pretendemos maximizar o potencial dos alunos e transformá-los em desempenho, levar em conta a catálise pode nos ajudar a atingir esse objetivo com menos apoio externo à criança. Os projetos integradores e a solução de problemas em tempo real... consistem em uma forma particularmente frutífera de tornar visíveis as interações catalíticas.

Além de reconhecer as interações entre inteligências em uma pessoa, é útil observar as interações entre as inteligências de diferentes indivíduos, afinal de contas, no mundo do trabalho, a maioria das pessoas trabalha em relação ao trabalho de outras pessoas.

Quando os estudantes com diferentes qualidades trabalham em grupo e respeitam suas diferenças, a compensação pode levar a um resultado melhor do que se cada um tivesse realizado um trabalho individual.... podemos conquistar muito mais juntos do que por conta própria.

Podemos estar limitando os recursos que temos em sala de aula...quando restringimos as interações à mão única, de alunos melhores e piores, a partir de um critério unidimensional.

Do filme A Dama de Ferro (Abigail Louise Morgan, 2011), compartilho a citação aqui, como forma de melhorarmos nossa conduta com reflexos numa educação de mais qualidade:

Cuidado com seus pensamentos, eles se tornam palavras...

Cuidado com as palavras, elas se tornam ações.

Cuidado com as ações, elas se tornam hábitos;

Cuidado com seus hábitos, eles se tornam seu caráter.

E cuidado com seu caráter, ele se torna o seu destino.

Nós nos tornamos o que pensamos. (Frank Outlaw)

Para que as ações aqui propostas possam alcançar pleno êxito, é necessário que as escolas tenham acesso à internet de qualidade, em todos os seus ambientes, de modo a facilitar o processo ensino-aprendizagem.

Os recursos tecnológicos se constituem no grande diferencial para que os responsáveis possam fazer mais, ir além das ações realizadas em sala de aula,

fundamental para que os aspectos negativos e perdas advindas por conta da pandemia e da suspensão das aulas presenciais sejam minimizados.

E não basta a escola estar conectada, com acesso de qualidade à rede mundial, é preciso que os professores e profissionais responsáveis e que também os estudantes estejam conectados. Essa conectividade é composta pela disponibilidade de recursos, pelo querer, pela vontade de todos os envolvidos no processo.

É com base nessa percepção, que envolve não somente as escolas, mas também os professores, os estudantes e os profissionais responsáveis pelas ações educacionais, que nos parece mais adequado o termo “educação conectada”, e não apenas as escolas conectadas.

A conectividade e o acesso aos recursos tecnológicos são elementos fundamentais para que os professores desenvolvam e mantenham o interesse e o entusiasmo dos estudantes nas atividades proporcionadas nesses projetos extraclasse, fortalecendo neles o sentimento de pertencimento que, proporcionado pelas oportunidades e pela estrutura disponibilizadas nas escolas, também estará cada vez mais fortalecido nos professores, vindo ao encontro do propósito maior que é uma educação de melhor qualidade para a vida dos alunos e por melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem.

Urge, portanto, que os responsáveis proporcionem as melhores condições para que o uso da tecnologia na educação seja cada vez mais intenso, com o propósito de que sejam desenvolvidas e formadas mentes cada vez mais criativas como resultado do processo educativo.

Tão ou mais relevante que falarmos sobre inovação é entendermos sobre cultura, uma vez que a cultura se mostra dominante na empresa, na organização ou em uma entidade. A cultura não é definida pela vontade do líder ou do gestor, numa decisão isolada e determinada da gestão, mas, sim, é construída e solidificada nas rotinas diárias, nos processos que são aplicados nas situações de rotina.

Em Horn e Staker (2015), lemos que, “após todo o planejamento que entra na criação de uma inovação na educação, a execução ainda importa muito. E, quando a cultura não é a certa, ou é desigual, a execução pode desmoronar”, daí a relevância para que os responsáveis estejam atentos em relação à cultura que predomina naquele ambiente.

A cultura não é criada ou estabelecida por decreto, ela é vivenciada diariamente e, para que a inovação aconteça, é necessário que ela faça parte da cultura organizacional.

No livro “Dez tipos de inovação”, Keeley (2015), encontramos que “todo mundo é a favor da inovação, contudo, quase todas as empresas conspiram para destruí-la”, e a causa, na grande maioria das organizações, tem ligação com a cultura predominante.

Então, o que é cultura?

Em Horn e Staker (2015), lemos que “cultura é uma forma de trabalhar em conjunto para alcançar objetivos comuns seguidos com tanta frequência e com tanto sucesso que as pessoas nem mesmo pensam em tentar fazer as coisas de outra maneira. O poder da cultura é que...ela satisfaz as prioridades e valores daquela organização em particular”.

Esse conjunto de ações que determinam a cultura predominante naquele ambiente não se forma da noite para o dia; ele se desenvolve por longo período de tempo, e leva-se anos para conseguir mudar uma cultura predominante e vai-se

moldando na medida em que as pessoas trabalham juntas para realizar os processos em curso na organização.

Os gestores e líderes podem moldar e mudar a cultura predominante na organização, mas não apenas falando sobre a necessidade para essa mudança; mais que falar, os líderes precisam agir e dar o exemplo, com gestos e ações, orientando e apontando caminhos para as respostas e soluções, prazos, formas e posturas, que constituirão um conjunto de exemplos, regramentos e procedimentos que se moldarão na medida que forem cada vez mais repetidos; caso não derem resultados, serão encontradas outras formas de alcançá-los e essas novas formas passarão a ser o padrão da cultura estabelecida.

## **CAPÍTULO II**

### **EDUCAÇÃO EM AÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO**

O começo é a parte mais difícil do trabalho.  
Platão

De forma muito objetiva, pretendemos sugerir ações, nos próximos subtítulos, que possibilitem uma visão prática das possibilidades de parcerias a serem firmadas e do quanto se pode fazer para conduzir o estudante ao mundo do trabalho, capacitado para atender às demandas e para preencher as vagas ociosas por falta de perfis adequados e preparados para o exercício profissional. Para tanto, o professor deve estar capacitado e atualizado de modo a instigar o estudante em seu percurso formativo.

#### **1 MUNDO DA TECNOLOGIA**

Sugestão de ação (programa) a ser realizado no contraturno, nas escolas da rede estadual, em parceria com a ACATE (Associação Catarinense de Tecnologia):

Objetivo – Realizar a qualificação técnica para o mundo do trabalho de modo a atender as demandas das empresas do Estado de Santa Catarina, de modo a qualificar os estudantes e prepará-los para atuarem no setor de tecnologia, oferecendo programas FIC (Formação Inicial Continuada), inclusive, para as novas profissões que estão sendo demandadas pelo setor.

Os conteúdos a serem oferecidos nos cursos são dinâmicos, uma vez que precisam estar em conformidade com as demandas de mercado apontadas pelas empresas: oferecer atendimento das demandas profissionais apresentadas pelas empresas nos ambientes de inovação e impulsionar o desenvolvimento de competências estratégicas para atuação no mercado de trabalho de cada região.

Por sua vez, a função comunidade envolve a inovação social e a preparação das novas gerações na economia do conhecimento e tecnologia conciliando a formação dos talentos com as demandas do mercado de tecnologia e inovação.

São visíveis as transformações pelas quais o mundo passa no século 21, trazendo fortes impactos e afetando a vida dos jovens, sendo cada vez mais atingidos na sua forma de socialização, na relação que estabelecem com a educação e o trabalho, nos seus modos de vida, nos seus pensamentos. Perdem, assim, muitas vezes, a ideia de que são responsáveis pela sua própria história, faltam-lhes perspectivas para o futuro.

A escola tem papel fundamental e está fortemente atrelada no processo de escolhas destes jovens. O ambiente escolar é o espaço onde os jovens passam a maior parte do tempo e é de se esperar que as experiências vividas na escola tenham grande impacto na decisão tomada para sua vida.

A implementação do Programa para Formação de Talentos nos Segmentos de Tecnologia e Inovação, possibilitará aos estudantes novas oportunidades de ensino, na facilitação das escolhas pessoais e profissionais.

O ensino, neste contexto, tem um potencial transformador, pois combina as capacidades de competências cognitivas e socioemocionais promovendo o desenvolvimento pleno dos estudantes.

O Programa propõe ações voltadas para a qualidade social da educação escolar.

Quanto ao “mérito”, da análise do instrumento foi possível verificar que todas as ações estão voltadas à adoção de práticas colaborativas no âmbito da educação, em especial a conjugação mútua de esforços entre os partícipes, com a finalidade de estabelecer programa para formação de talentos nos segmentos de tecnologia e inovação, no Estado de Santa Catarina, e para as novas profissões que estão sendo demandadas no mercado.

Os programas de formação de talentos para o mundo da tecnologia além de atendimento para as demandas apresentadas pelas empresas nas diferentes regiões do Estado, contribuirá também para impulsionar o desenvolvimento de competências estratégicas nos alunos, tornando-os melhor preparados para iniciarem suas carreiras e suas trajetórias profissionais. Ainda, como consequência, poderá auxiliar os estudantes no encaminhamento de seus projetos de vida e escolha dos itinerários formativos no Ensino Médio.

Estamos tratando, portanto, da oferta de programas de qualificação para a tecnologia e inovação, voltadas para as demandas das empresas do setor, que atuam no Estado de Santa Catarina.

O sucesso dessa iniciativa poderá ser aferido com o acompanhamento dos egressos da rede pública de modo a verificar sua inclusão no mundo do trabalho; quanto mais programas os alunos frequentarem, tanto maiores serão suas chances de alcançar uma rápida colocação profissional.

Dentre os temas a serem trabalhados nos programas a serem realizados, destaca-se o conjunto base do setor de TI que são as chamadas Softskills, que contemplam, dentre outros, os seguintes tópicos:

#### Resolução de Problemas Complexos

- Pensamento Crítico
- Criatividade
- Liderança e Gestão de Pessoas
- Trabalho em Equipe
- Inteligência Emocional
- Julgamento e Tomada de Decisões
- Orientação a serviços
- Negociação
- Flexibilidade Cognitiva

Após adquirida essa base de conhecimento, os alunos poderão ter acesso a programas que abordam o conteúdo “Linguagem de Programação”; nesse enfoque, quanto maior o número de horas de qualificação, tanto maiores serão as competências desenvolvidas pelos estudantes.

Obs.:

1 – As escolas poderão organizar uma grade com um conjunto de conteúdos, onde os alunos poderão frequentar os cursos FIC com aquele conteúdo, em módulos sequenciais que, após um determinado número de módulos (horas de formação), poderá configurar-se como um itinerário formativo técnico profissional, desde que essa possibilidade seja ofertada como uma das alternativas dentre as escolhas dos estudantes para seu percurso formativo no Ensino Médio (EM).

2 – A ACATE pode ser a entidade parceira dessa iniciativa a ser realizada nas escolas, apontando as necessidades de conhecimento que os estudantes precisam ter para acesso ao mundo do trabalho, bem como, indicar empresas e/ou profissionais para realizarem a formação de professores e acompanhar a realização dos cursos realizados nas escolas, na forma de consultoria.

## 2 MUNDO DA INDÚSTRIA

Sugestão de ação (programa) a ser realizado no contraturno, nas escolas da rede estadual, em parceria com as entidades do Sistema FIESC (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina) – SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SESI (Serviço Social da Indústria):

Objetivo – Promover atividades de aprendizagem e experimentação práticas das oportunidades do mundo da indústria, de modo a estimular os estudantes para a descoberta de suas vocações, visando o desenvolvimento de suas habilidades e escolhas pessoais e profissionais.

Os conhecimentos a serem trabalhados nessa ação devem estar alinhados ao dia a dia da indústria, de modo a despertar e/ou fortalecer nos estudantes o interesse no desenvolvimento de suas carreiras naquele setor.

É uma ação para ser realizada, prioritariamente, com os estudantes do último ano do ensino fundamental e também, para aqueles que estão cursando o ensino médio.

Por ser uma geração que tem habilidades para realizar várias atividades simultaneamente, e, portanto, com maior facilidade para dispersão, é fundamental que as escolas, com apoio das famílias, as ajudem a fazer as melhores escolhas para suas vidas e suas carreiras.

Para que os estudantes realizem suas escolhas com tranquilidade é necessário que estejam preparados psicologicamente e que os fatores externos (família, escola e sociedade) os auxiliem, apresentando-lhes, na idade certa, as informações, orientações e apoio enquanto estão frequentando a escola.

Exemplos de atividades que podem ser realizadas com os estudantes:

Cursos de curta duração (qualificação profissional), no contraturno escolar, de modo a fazê-los conhecer as muitas possibilidades de atuação no setor industrial;

Aqui poderá ser explorada a metodologia STEAM, despertando nos alunos o interesse pela tecnologia;

Organizar e orientar os estudantes para o desenvolvimento de ideias inovadoras, propor soluções para problemas reais de suas comunidades e da própria unidade escolar;

Fazê-los conhecer as tendências do mundo das profissões e as oportunidades futuras;

Realizar atividades laboratoriais para que os estudantes sintam como é o ambiente nas indústrias;

Convidar empresários ou diretores das empresas para realizar palestras e bate-papo com os estudantes, mostrando-lhes a indústria, na visão de quem atua nela;

Realizar ações como a semana das profissões, trazendo profissionais de diferentes especializações para falar e tirar dúvidas dos estudantes;

Realização de visitas em indústrias próximas das escolas, levando os estudantes a dialogar com quem trabalha nas mesmas;

Promover rodadas de conversa que pode ser chamada p.ex., de “diálogos para o futuro”, trazendo profissionais dos setores indústria, comércio e serviços para juntos, dialogarem com os estudantes.

Todas essas ações deverão estar devidamente alinhadas ao plano pedagógico da escola, de modo que os assuntos tratados nessas atividades no

contraturno possam ser amplamente discutidos junto com os professores em sala de aula.

As entidades do Sistema FIESC (SENAI e SESI) possuem muitos anos de atuação no setor industrial, estrutura laboratorial e profissionais altamente qualificados para poderem atuar como parceiros nas ações aqui sugeridas, em todas as regiões do Estado de Santa Catarina.

A participação dos estudantes nessas atividades poderá auxiliá-los na definição de suas trilhas, suas escolhas no ensino médio e a definição da base para o início de sua possível trajetória profissional no setor industrial.

### **3 MUNDO DAS PROFISSÕES: COMÉRCIO E SERVIÇOS**

Sugestão de ação (programa) a ser realizado no contraturno, nas escolas da rede estadual, em parceria com as entidades do Sistema Fecomércio (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) – SESC (Serviço Social do Comércio) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial):

Objetivo – Promover atividades de aprendizagem e experimentação práticas das oportunidades do mundo do trabalho nos setores de comércio e serviço, de modo a estimular os estudantes a conhecerem as oportunidades e possibilidades para a escolha de suas vocações, visando o desenvolvimento de suas habilidades e melhor preparação para o início de suas carreiras.

Princípios e base que essa atividade busca desenvolver/fortalecer nos estudantes:

Protagonismo, trabalho em equipe, criatividade, inovação e empreendedorismo.

As atividades realizadas nesse foco terão como base os conhecimentos experiência e vivência prática dos setores de comércio e serviço, de modo que os estudantes possam considerar a hipótese de buscarem o aprofundamento de seus conhecimentos e preparação para iniciarem suas carreiras naqueles setores.

É uma ação para ser realizada, prioritariamente, com os estudantes do último ano do ensino fundamental e também para aqueles que estão cursando o ensino médio.

Por ser uma geração que tem habilidades para realizar várias atividades simultaneamente, e, portanto, com maior facilidade para dispersão, é fundamental que as escolas, com apoio das famílias, as ajudem a fazer as melhores escolhas para suas vidas e suas carreiras; portanto, com as ações aqui propostas espera-se fortalecer o sentimento de pertencimento dos estudantes para com as escolas, uma vez que será a sua escola que estará oferecendo a eles essa oportunidade, enquanto se preparam para seguir seus projetos de vida.

Exemplos de atividades que podem ser realizadas com os estudantes:

Cursos de curta duração (qualificação profissional), no contraturno escolar, de modo a fazê-los conhecer as muitas possibilidades de atuação nos setores de comércio e serviços;

Organizar e orientar os estudantes para o desenvolvimento de ideias inovadoras, propor soluções para problemas reais de suas comunidades, de empresas do comércio e do setor de serviço;

Fazê-los conhecer as tendências do mundo das profissões e as oportunidades futuras no setor de comércio e serviços;

Realização de atividades práticas de campo, com visitas em empresas do comércio e de serviços para que os estudantes experimentem o ambiente nas empresas, fora do ambiente escolar no qual convivem e conhecem bem;

Convidar empresários ou diretores das empresas do comércio e serviços para realizar palestras e bate-papo com os estudantes, mostrando-lhes a visão de quem atua neles;

Realizar ações como a semana das profissões, convidando empresas do comércio e serviços para dialogar e tirar dúvidas dos estudantes;

Realização de visitas em empresas do comércio e serviços, levando os estudantes a dialogar com quem trabalha nas mesmas;

Promover rodadas de conversa que pode ser chamada, por exemplo., de “diálogos para o futuro”, trazendo profissionais dos setores indústria, comércio e serviços para juntos, dialogarem com os estudantes.

Todas essas ações deverão estar devidamente alinhadas ao plano pedagógico da escola, de modo que os assuntos tratados nessas atividades no contraturno possam ser amplamente discutidos em sala de aula com a participação dos professores, se possível, considerando a participação conjunta daqueles que atuam na mesma área do conhecimento.

As entidades do Sistema FECOMÉRCIO (SESC e SENAC) possuem muitos anos de atuação no setor de comércio e serviços, estrutura física e profissionais altamente qualificados para poderem atuar como parceiros nas ações aqui sugeridas, em todas as regiões do estado de SC..

A participação dos estudantes nessas atividades poderá auxiliá-los na definição de suas trilhas, suas escolhas no ensino médio e a definição da base para o início de sua possível trajetória profissional no setor industrial.

#### **4 EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA**

Trabalhar os conhecimentos e fundamentos do empreendedorismo de maneira transversal e multidisciplinar é uma iniciativa que trará grandes contribuições para a melhor preparação dos estudantes, para suas vidas e suas carreiras.

Aproveitar a frequência dos estudantes nas escolas, que é o espaço adequado para a difusão de conhecimento e dos fundamentos teóricos, bem como da prática da educação empreendedora, do empreendedorismo, que é capaz de transformar e abrir nos jovens um mundo de oportunidades, configura-se num diferencial competitivo na preparação dos estudantes para o mundo do trabalho.

O empreendedorismo deve ser visto e trabalhado de forma transversal e multidisciplinar, fazendo-se presente no plano político pedagógico da escola.

Para fazer com que esses conhecimentos sejam inseridos no Projeto Político Pedagógico (PPP), com o envolvimento dos professores, de modo a chegar até os alunos, é necessário que sejam realizadas formações, capacitações e seminários com os professores, e o consequente acompanhamento da aplicação daqueles conhecimentos nas escolas.

Uma entidade com vocação natural para o empreendedorismo em suas ações é o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que tem promovido soluções para o desenvolvimento de atitudes, habilidades e

comportamentos empreendedores nos estudantes de escolas das redes pública e privada de ensino no Brasil.

As competências gerais apontadas pela BNCC são aderentes a essas atitudes empreendedoras, a exemplo das 10 características do comportamento empreendedor, tais como:

- (i) Busca de Oportunidade e Iniciativa;
- (ii) Persistência;
- (iii) Correr Riscos Calculados;
- (iv) Exigência de Qualidade e Eficiência;
- (v) Comprometimento;
- (vi) Busca de Informações;
- (vii) Estabelecimento de Metas;
- (viii) Planejamento e Monitoramento;
- (ix) Persuasão e Rede de Contatos;
- (x) Independência e Autoconfiança.

As ações aqui propostas, que poderão ser realizadas em parceria com o SEBRAE, consolidam-se como uma oportunidade de trabalhar uma compreensão mais ampla e sólida sobre a educação empreendedora, para que as próximas gerações possam estar bem preparadas para enfrentar os novos desafios do mundo do trabalho, que está em constante transformação, levando-lhes ao empoderamento e o desenvolvimento de novas formas de pensar e de agir, conectando-os a conteúdos inovadores, metodologias ágeis e ferramentas que são capazes de estimular o surgimento de novos modelos de negócio, bem como de desenvolver comportamentos empreendedores e intraempreendedores.

A ação inicia então com a mobilização e habilitação os professores para a atualização da sua prática docente e para o seu autodesenvolvimento, com foco nas competências empreendedoras, por meio de oficinas de formação continuada, realizada pelos profissionais do SEBRAE.

Essas formações têm o propósito de levar o conhecimento necessário acerca do tema e promover mudanças de práticas em educação empreendedora na rotina dos alunos, cultivando neles o interesse e o desenvolvimento de competências empreendedoras, visando o protagonismo em suas escolhas e uma atuação inovadora na sociedade.

Após a formação, capacitações e orientações aos professores, aqueles que participaram da etapa de formação ficam com a responsabilidade de mobilizar os demais professores de suas escolas, onde o trabalho passa a ser executado, com a participação e o envolvimento dos alunos, cabendo aos professores a responsabilidade de repassar os conhecimentos para os demais colegas (multiplicadores), de modo a fazer com que os conteúdos sejam inseridos nas atividades didáticas, em interação permanente entre os diferentes professores que atuam com os alunos e com a supervisão e acompanhamento periódico do consultor que realizou a formação e preparação inicial. Esse acompanhamento é Fator Crítico de Sucesso para o êxito dessa iniciativa.

Em continuidade às ações implementadas nas escolas, poderão ser realizados eventos em formato de desafios e maratonas de empreendedorismo e inovação (regionais e estadual) com a participação dos estudantes, sob a orientação dos professores.

Esses programas e projetos focados no conhecimento acerca do empreendedorismo poderão alavancar e servir de base para a implementação de ações de Iniciação Tecnológica, desenvolvendo nos alunos o gosto pela pesquisa e inovação, com projetos desenvolvidos pelos alunos, sob a orientação dos

professores, que, na sequência, poderão ser apresentados em feiras de ciência e tecnologia, primeiro em âmbito regional, depois em âmbito estadual e, numa articulação maior, até mesmo em um grande evento nacional, com participação dos projetos selecionados nos estados.

Os estudantes são movidos positivamente por essa competição saudável que os manterá mais ligados às suas escolas e com maior dedicação e afinco nos estudos.

As ações, no âmbito do tema empreendedorismo, devem estar ligadas também aos fundamentos e conhecimentos sobre como a inovação acontece, de onde vêm as ideias e como elas são processadas, direcionando para a educação que deve preparar os estudantes para o mundo do trabalho com tecnologia que é realidade.

Diante de todo esse arcabouço teórico e dos exemplos práticos, entendemos ainda necessário apresentar um Plano de Ensino que envolve o Tema Contemporâneo Transversal em exame, com intuito de contribuir diretamente o professor, de modo a auxiliar em sua prática pedagógica, servindo com ponto de partida para, de forma criativa, pensar em muitas outras possibilidades de trabalhar do TCT - Tecnologia na educação básica.

## PLANO DE ENSINO

### I. IDENTIFICAÇÃO

<b>Escola:</b>	
<b>Conteúdo:</b> TCT-Tecnologia	
<b>Foco:</b> Ciência, Tecnologia e Inovação	
<b>Carga horária:</b> 2 horas semanais	<b>Período letivo:</b>
<b>Professor(a):</b>	
<b>Contato:</b>	

### II. EMENTA

Ciência, tecnologias e inovação. Educação conectada. O mundo da tecnologia. O mundo das profissões - indústria. O mundo das profissões – comércio e serviços. A inovação e a criatividade. O empreendedorismo.

### III. OBJETIVOS

Possibilitar ao discente a articulação entre conteúdos científicos e a perspectiva histórica e longitudinal das epistemologias com conhecimento prático das tecnologias e da inovação, com foco no Tema Contemporâneo Transversal. Permitir a integração de conteúdos e tecnologias específicas à organização e sistematização do conhecimento, despertando para o uso da tecnologia, a inovação e a criatividade no ambiente de aula, com articulação teórica e prática. Viabilizar a apropriação dos conhecimentos científicos, tecnológicos, de inovação e criatividade para o desenvolvimento e empreendimento de uma nova ideia ou negócio.

#### IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTIVO

A ciência e o conhecimento sua articulação e interdependência. Tecnologias na educação básica. O uso e a prática das tecnologias. A inovação como desafio a uma educação conectada.

#### V. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas preletivas expositivas acompanhadas de exercícios em sala, aulas práticas com uso de computadores e programas básicos para desenvolver o interesse do estudante, além do trabalho interdisciplinar.

Apresentação de conteúdos interdisciplinares com exercícios, simulações e vivências sendo desenvolvidas em sala de aula.

Realizar visitas técnicas que possibilitem ampliar a visão de mundo dos estudantes.

Desenvolver e estimular a criatividade com dinâmicas, jogos e exercícios para solução de problemas coletivamente.

Estimular os alunos a desenvolver mascotes em cada turma para representar o respeito ao outro e o coleguismo na escola e caracterizar sua turma ou grupo.

#### VI. EQUIPAMENTOS E APOIO

Computadores. Softwares. Freewares. Plataformas de ensino.

#### VII. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação consiste em estabelecer um desafio em cada um dos macrotópicos a serem desenvolvidos, estimulando os estudantes a apresentar seu entendimento e resultados específicos, identificando as potencialidades vocacionais. Finaliza a avaliação com a apresentação em auditório dos mascotes desenvolvidos ao longo do semestre pelas turmas com sua história de criação e os resultados dos desafios colocados.

#### VIII. PROGRAMAÇÃO DAS AULAS EM GRANDES TÓPICOS

Em cada tópico a seguir relacionado serão trabalhados conteúdos inerentes à disciplina, com exercícios em sala e leitura complementar previstos. O roteiro básico para as aulas compreende:

1. **Ciência:** Compreender a ciência e o conhecimento como interdependentes e como um processo inerente ao aprendizado. Conhecer os grupos em que se dividem as ciências.
2. **Tecnologia:** As origens do termo. O ambiente tecnológico. A regulação específica. Linguagens, matemática, ciências e suas tecnologias.
3. **Inovação e Educação Conectada.** Compreendendo a Inovação. Conectividade e Capacidade de atualização. Escola criativa e sala de aula inovadora.
4. **Educação em ação** para o mundo do trabalho. A escola e a sala de aula conectadas.
5. **O Mundo da Tecnologia.** A resolução de problemas complexos com o uso das tecnologias e de modo inovador. Despertar no estudante o interesse para o mundo do trabalho preparando-os para atuarem no setor de tecnologia

6. **O Mundo da Indústria.** Realização de atividades de aprendizagem e experimentação práticas das oportunidades do mundo da indústria, de modo a estimular os estudantes para a descoberta de suas vocações.
7. **O Mundo das Profissões:** comércio e serviços. Promover atividades de aprendizagem e experimentação práticas das oportunidades do mundo do trabalho nos setores de comércio e serviço.
8. **Empreendedorismo.** Implementar, de modo inter e transdisciplinar, iniciativas que despertem o interesse em empreender, envolvendo entidades de suporte e apoio ao empreendedorismo. Desenvolver o empreendedorismo transversalmente ao longo do percurso formativo dos estudantes.

## IX. REFERÊNCIAS

- ALBERTON, Élcio. **Docência, entusiasmo e paixão.** Curitiba: Ed. Brasil Publishing, 2020.
- ARAÚJO, Andréia Paula Ferreira. **O que é ciência afinal?** Manaus: Edicitec/IFAM, n. 1, 2015.
- AYTO, John. **Word origins:** the hidden histories of English words from A to Z. London: A&C Black, 2005.
- BARROS, Daniel. **País mal-educado.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 2018.
- BRASIL, República Federativa do. **Constituição federal.** Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- CAMARGO, Fausto e DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora:** estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Ed. Penso, 2018.
- CHALMERS, Alan F. **O que é ciência?** Brasília: Editora Brasiliense, 1981.
- CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de. **Gestão integrada da inovação:** estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.
- DAVILA, Tony; EPSTEIN, Marc J. e SHELTON, Robert. **As regras da inovação –** como gerenciar, como medir e como lucrar. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2007.
- GARDNER, Howard; CHEN, Jie-qi; MORAN, Seana e colaboradores. **Inteligências múltiplas ao redor do mundo.** Trad. Roberto Cataldo Costa e Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre Ed. Artmed, 2010.
- GIBSON, Rowan e SKARZYNSKI, Peter. **Inovação prioridade nº 1 –** o caminho para transformações nas organizações. Trad. Alessandra Mussi Araújo. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Elsevier, 2008.
- HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21.** São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2018.
- HORN, Michael B. e STAKER, Heather. **Inovação disruptiva para aprimorar a educação.** Porto Alegre: Ed. Penso, 2015.

KEELEY, Larry et all. **Dez tipos de inovação**: a disciplina de criação de avanços de ruptura. São Paulo: DVS Editora, 2015.

KIM, W. Chan e MAUBORGNE, Renée. **A estratégia do oceano azul**: como criar mercados e tornar a concorrência irrelevante. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2005.

RAMOS, Mozart Neves. **Sem educação não haverá futuro**: uma radiografia das lições, experiências e demandas deste início de século 21. São Paulo: Ed. Moderna, 2019.

ROBINSON, Ken e ARONICA, Lou. **Escolas criativas**: a revolução que está transformando a educação. Porto Alegre: Ed. Penso, 2019.

SILVEIRA, S. A. **Software livre: a luta pela liberdade do conhecimento**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WHITEHEAD, Alfred North. **A ciência e o mundo moderno**. São Paulo: Paulus, 2006.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seu trabalho vai preencher uma parte grande da sua vida,  
e a única maneira de ficar realmente satisfeito  
é fazer o que você acredita ser um ótimo trabalho.  
E a única maneira de fazer um excelente trabalho  
é amar o que você faz.  
Steve Jobs

A temática Ciência, Tecnologia e Educação Conectada percorreu todo esse repositório de apontamentos e de ações sobre a escola e seus protagonistas, ou seja, os estudantes e os professores.

A dinâmica da ciência no fazer e refazer diante do acerto e erro são a mostra mais natural de que aprendemos pela experiência.

Na tecnologia, a criatividade e a noção de que o mundo digital faz parte da vida escolar trazem um novo olhar para a educação. Não se pode mais dissociar a sala de aula, as metodologias ativas da tecnologia para o processo ensino-aprendizagem se estabelecer com vista à construção do conhecimento, ensejando um futuro próspero aos que dele participam.

Para tanto, a capacitação continuada do professor é exigida para que o sucesso seja atingido, trazendo satisfação ao profissional e realização ao estudante.

Nesse sentido, as inúmeras ações possíveis e incentivadas pela inovação devem ser atentadas pelos gestores educacionais, pelos professores para que o estudante obtenha a mais completa formação em seus estudos, inclusive preparando-o para o mundo do trabalho.

Recorrer a quem já faz bem e tem a experiência, o domínio do saber prático, a exemplo do SEBRAE, da ACATE, as entidades do Sistema FIESC (SENAI e SESI), para firmar parcerias de modo a capacitar o educando para o mundo do trabalho, suprimindo as demandas hoje existentes.

Exatamente nesse contexto, reside a intenção de que o professor encontre aqui uma orientação, um ponto de partida, para seu trabalho com apropriação do conteúdo, tornando suas aulas atrativas, interessantes, mostrando o saber-fazer para preparar o estudante para a sua vida e a sua profissão, a partir do Tema Contemporâneo Transversal – Tecnologia. Por isso, deixamos um modelo de Plano de Ensino contendo atividades a ser desenvolvidas em um ano letivo, integrando todos os níveis de ensino da educação básica.

Nesse prisma, somente uma educação conectada poderá exercer esse papel tão relevante para aqueles que científica, tecnologicamente e de forma inovadora empreendem e preparam um mundo mais solidário, de conquistas e vitórias para atender às necessidades da humanidade.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTON, Élcio. **Docência, entusiasmo e paixão**. Curitiba: Ed. Brasil Publishing, 2020.
- ARAÚJO, Andréia Paula Ferreira. **O que é ciência afinal?** Manaus: Edicitec/IFAM, n. 1, 2015.
- AYTO, John. **Word origins**: the hidden histories of English words from A to Z. London: A&C Black, 2005.
- BARROS, Daniel. **País mal-educado**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2018.
- BRASIL, República Federativa do. **Constituição federal**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- CAMARGO, Fausto e DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora**: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Ed. Penso, 2018.
- CHALMERS, Alan F. **O que é ciência?** Brasília: Editora Brasiliense, 1981.
- CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de. **Gestão integrada da inovação**: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.
- DAVILA, Tony; EPSTEIN, Marc J. e SHELTON, Robert. **As regras da inovação** – como gerenciar, como medir e como lucrar. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2007.
- GARDNER, Howard; CHEN, Jie-qi; MORAN, Seana e colaboradores. **Inteligências múltiplas ao redor do mundo**. Trad. Roberto Cataldo Costa e Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre Ed. Artmed, 2010.
- GIBSON, Rowan e SKARZYNSKI, Peter. **Inovação prioridade nº 1** – o caminho para transformações nas organizações. Trad. Alessandra Mussi Araújo. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Elsevier, 2008.
- HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2018.
- HORN, Michael B. e STAKER, Heather. **Inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Porto Alegre: Ed. Penso, 2015.
- KEELEY, Larry et all. **Dez tipos de inovação**: a disciplina de criação de avanços de ruptura. São Paulo: DVS Editora, 2015.
- KIM, W. Chan e MAUBORGNE, Renée. **A estratégia do oceano azul**: como criar mercados e tornar a concorrência irrelevante. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2005.

RAMOS, Mozart Neves. **Sem educação não haverá futuro**: uma radiografia das lições, experiências e demandas deste início de século 21. São Paulo: Ed. Moderna, 2019.

ROBINSON, Ken e ARONICA, Lou. **Escolas criativas**: a revolução que está transformando a educação. Porto Alegre: Ed. Penso, 2019.

SILVEIRA, S. A. **Software livre: a luta pela liberdade do conhecimento**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WHITEHEAD, Alfred North. **A ciência e o mundo moderno**. São Paulo: Paulus, 2006.

FIGUEIREDO, Dannel. O que é ciência: tudo o que você precisa saber! Politize, 30 maio 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-ciencia/> Acesso em: 27 abr. 2022.

<https://etimologia.com.br/tecnologia/> Acesso em: 27 abr. 2022.

<https://www.significados.com.br/tecnologia-2/> Acesso em: 27 abr. 2022.

<https://www.certifiquei.com.br/tecnologia-informacao/>

<https://www.infowester.com/ti.php/> Acesso em: 27 abr. 2022.

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – CEE/SC  
COMISSÃO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS E INOVAÇÃO  
COLETÂNEA DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS**

**CADERNO 2**

**DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; EDUCAÇÃO PARA O  
TRÂNSITO;**

**PROCESSO DE ENVELHECIMENTO,  
RESPEITO E VALORIZAÇÃO DO IDOSO E TRABALHO**



**CONSELHEIROS**

**DÉBORA CARLA MELO E PIMENTA  
FLAVIANO VETTER TAUSCHECK**

**2022**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I: DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/1990) .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO (LEI Nº 9.503/1997) .8</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO III: PROCESSO DE ENVELHECIMENTO, RESPEITO E VALORIZAÇÃO DO IDOSO (LEI Nº 10.741/2003) E TRABALHO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO IV: DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS NA PRÁTICA... 14</b>	<b>14</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>18</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>19</b>

## APRESENTAÇÃO

A BNCC contemplou Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) que afetam a vida humana em escala local, regional e global, como temas necessários a serem incorporados aos currículos e propostas pedagógicas.

Diretrizes Curriculares Nacionais no item 7.4 – Em decorrência de legislação específica, são obrigatórios:

I – Língua Espanhola, de oferta obrigatória pelas unidades escolares, embora facultativa para o estudante (Lei nº 11.161/2005).

II – Tratados transversal e integradamente, permeando todo o currículo, no âmbito dos demais componentes curriculares: a) a educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica, altera outras leis e dá outras providências);

a) o processo de envelhecimento, o respeito e a valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (Lei nº 10.741/2003: Estatuto do Idoso);

b) a Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99: Política Nacional de Educação Ambiental);

c) a educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro).

d) a educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009: Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3).

Essa abordagem tem por escopo:

- Assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica;

- Conduzir o estudante a compreender questões diversas, tais como cuidar do planeta, a partir do território em que vive; administrar o seu dinheiro; cuidar de sua saúde; usar as novas tecnologias digitais; entender e respeitar aqueles que são diferentes e quais são seus direitos e deveres como cidadão, contribuindo para a formação integral do estudante como ser humano, sendo essa uma das funções sociais da escola;

- Capacitar a tratar com a informação, cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidades nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação problema e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades; e

- Desenvolver pensamento crítico, colaboração, comunicação e criatividade voltadas para habilidades que devem ser nutridas ao longo da vida escolar para que se tenha mais plenitude na vida e no trabalho, levando a

resiliência, a empatia, o altruísmo e a habilidade de ouvir e trabalhar de forma colaborativa.

Assim, a BNCC deixa claro que não se trata de uma profissionalização precoce ou precária dos jovens ou o atendimento das necessidades imediatas do mercado de trabalho, mas o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserirem-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível.

A partir desse viés, se propõe descrever a importância de incluir nos projetos pedagógicos e planos de ensino os temas abaixo, conforme veremos adiante:

- Direitos da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069/1990);
- Educação para o Trânsito (Lei Nº 9.503/1997);
- Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei Nº 10.741/2003) e Trabalho.

## **CAPÍTULO I**

### **DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/1990)**

Diante de uma sociedade antagônica, transformadora da produção econômica, das mudanças tecnológicas, da comunicação em larga escala, com inegável e lamentável polarização sobre diferenciação étnicas, de gênero, de orientação sexual, religiosa, geracional, entre outras, emerge a necessidade de criação e recriação de identidades que impactam diretamente os sistemas educacionais para responder às novas demandas que lhes são postas, sobretudo na infância e a adolescência as quais merecem uma preocupação especial.

Não basta à escola transmitir conhecimento (científico, linguístico-literário, humanístico, artístico) é preciso ir ao encontro dos rearranjos das famílias, dos padrões consumistas, das tecnologias informacionais, de relações sociais as vezes marcadas por exclusão e violência, até porque são 12 anos de educação básica.

Os processos educativos devem ser permeados por valores gerais e comuns a todas as áreas, e relativos à sociedade e às pessoas como um todo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – Lei nº 9394/96 – dispõe que o currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

Segundo Amanda Ribeiro Duarte, a criança e o adolescente são titulares de direitos garantidos na legislação específica a qual possuem proteção, contudo, é importante ressaltar que ainda que exista a legislação com todos os direitos especiais remetido a esses indivíduos, torna-se necessário a participação da sociedade em alertar, conscientizando de que esta criança ou adolescente tenha seus direitos ressaltados, pois sozinhos não possuem plena capacidade e discernimento de conhecer todos seus direitos e exercê-los de forma que estejam realmente protegidos.<sup>7</sup>

Considerando esse contexto, Miceli (2011) expõe que:

O Direito da Criança e do Adolescente, pelo simples fato de ser uma elaboração jurídica, tem limitações consideráveis, seja por apresentar a lógica normativa, seja por estar marcado por suas origens históricas, que subjugavam a criança e o adolescente ao domínio dos adultos, tanto mais quanto fossem eles de uma classe social menos favorecida. Também tem limitações pelo fato de não ter envolvido crianças e adolescentes na sua elaboração, o que, de certa forma, retira-lhe a legitimidade, porque não se trata de um Direito das crianças, mas de um Direito para crianças, a partir da visão adultocêntrica do mundo. E, ainda, o Direito da Criança e do Adolescente, apesar de trazer inúmeras regras com vistas a promoção do bem-estar dos jovens, não consegue

---

<sup>7</sup> Duarte Amanda Ribeiro. Direitos da Criança e do Adolescente, <https://jus.com.br/artigos/70501/direitos-da-crianca-e-do-adolescente>, publicado em 11/2008.

prever mecanismos eficazes para sua operacionalização, sobretudo porque sua teoria – de inspiração eurocêntrica – é descontextualizada no cenário real em que se pretende aplicar.<sup>8</sup>

Nessa concepção, o Estatuto da Criança e do Adolescente precisa ser desmistificado, trabalhando-se no sentido de evidenciar que todas as pessoas são sujeitos de dignidade e, portanto, de direitos.

Direcionado para a infância e a adolescência, o estatuto traz a concepção psicopedagógica reconhecendo as especificidades desses sujeitos – criança e adolescente – e de seu desenvolvimento, tais como o acesso à alimentação, saúde, educação, cultura, entre outras.

Por isso, o ECA é um instrumento educativo para crianças e adolescentes, mas muito mais, para todos os sujeitos envolvidos com crianças e adolescentes.

De maneira mais assertiva, o ECA prevê:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

(...)

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino.

A escola é um espaço para desenvolver temas contemporâneos transversais, práticas e valores, formando e reformando, ou desconstruindo se forem indesejáveis e incompatíveis com uma sociedade que deseja a inclusão, tolerância e convivência fraterna, menos desigual e menos violenta, sobretudo, mais justa e igualitária.

Sem olvidar o exercício da criticidade, essência do processo educativo, ao examinar as realidades e contextos sociais, as pessoas desenvolvem uma das capacidades mais características dos seres humanos: a empatia, ao verificar suas condições de vida, analisá-las e projetar soluções para si e para os demais.

O ordenamento jurídico brasileiro tem sua viga mestra na Constituição Federal e a partir dessa o legislador institui e preserva direitos estabelecendo limites e garantias. Mais especificamente neste tema de proteção aos direitos da criança e do adolescente o artigo 227 dispõe:

---

<sup>8</sup> MICELI, Mariana Sant'Ana. **Por uma visão crítica do direito da criança e do adolescente.**

Disponível em [http://file:///D:/Amanda%20\(\(Usu%C3%A1rio\)\)/Downloads/Dialnet-](http://file:///D:/Amanda%20((Usu%C3%A1rio))/Downloads/Dialnet-PorUmaVisaoCriticaDoDeritoDaCriancaEDoAdolescente-3997839.pdf)

PorUmaVisaoCriticaDoDeritoDaCriancaEDoAdolescente-3997839.pdf> Acesso em 28 de Maio de 2018.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em linhas didáticas José Afonso da Silva (2010, p. 853) salienta que:

Ao Estado incumbe ainda promover programas de assistência integral a saúde da criança, do adolescente e do jovem, incluindo prevenção e atendimento especializado às pessoas com algum tipo de deficiência física, sensorial ou mental, dispondo a lei sobre normas que facilitem seu acesso a logradouros, edifícios públicos e veículos de transportes coletivos.

A Constituição é minuciosa e redundante na previsão de direitos e situações subjetivos de vantagens e crianças, adolescentes e do jovem, especificando a relação de direitos já consignados para todos em geral, como os direitos previdenciários e trabalhistas.

Assim, fixa-se que o dever de assegurar o respeito pela criança e adolescente que deve se efetivar nas políticas públicas, nos programas e nas entregas do Poder Público na saúde, na assistência social e sobretudo na educação.

Na educação, o ECA deve estar explicitamente articulado com a cultura do respeito, maior diretriz orientadora do PPP, a partir da qual se desdobram as diretrizes curriculares, a estrutura curricular, os programas das disciplinas e os seus conteúdos, bem como os princípios básicos das relações sociais escolares como um todo.

Pode ser trabalhado pelos professores das diferentes áreas de conhecimento, a partir de conteúdos específicos de sua disciplina escolar, desenvolvendo com os alunos atividades adaptadas a suas respectivas fases de aprendizagem.

## **CAPÍTULO II**

### **EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO (LEI Nº 9.503/1997)**

A educação para o trânsito nas escolas é um tema para todos. Não basta capacitar os condutores na ocasião da emissão da CNH. Importante introduzir nas escolas, de forma a mudar a mentalidade de uma sociedade, reduzir a incidência de acidentes e transformar o espaço urbano.

Os países com as menores taxas de mortes no tráfego têm educação para o trânsito nas escolas, investem na educação no trânsito desde o primeiro dia de aula e obtêm resultados bem interessantes com essa prática.

O Brasil perdeu 479.857 vidas no trânsito em dez anos. O custo desses acidentes chegou a R\$1,584 trilhão, segundo o estudo Impactos Socioeconômicos dos acidentes de transporte no Brasil, divulgado em setembro de 2020 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A maior parte das vítimas são jovens de 18 a 34 anos, mas também foram constatados dados bastante elevados de acidentes com idosos, principalmente devido à reduzida capacidade em atravessar a rua com segurança, por exemplo.

O ensino de educação no trânsito nas escolas pode fazer toda a diferença para que alunos aprendam o quanto antes a circular pelas cidades sem correr riscos.

Quanto antes conseguirmos introduzir noções básicas de segurança para crianças e adolescentes, maiores serão as chances de que eles se tornem bons motoristas e excelentes pedestres.

O SNT – Sistema Nacional de Trânsito se funda em duas frentes: Educação e Fiscalização, atuando preventiva e repressivamente.

Somente educando a sociedade para o bom comportamento se evitará o cometimento de infrações e conseqüentemente os danos e resultados advindos.

Os artigos 74 a 79 do Código de Trânsito Brasileiro contemplam o Capítulo VI DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO.

A Lei 9.602/98 regulamenta que o FUNSET – Fundo Nacional de Segurança e Educação para o Trânsito deverá ser destinado ao custeio das despesas do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN relativas à operacionalização da segurança e educação de Trânsito, possibilitando aos municípios a apresentação de projetos para o recebimento de verbas para a promoção da educação para o trânsito.

A educação para o trânsito nas escolas, de forma extracurricular, já foi instituída na Resolução do Contran 265/07, ao dispor sobre processo de habilitação de condutores de veículos automotores elétricos como atividade extracurricular no ensino médio e define os procedimentos para implementação nas escolas interessadas, podendo inclusive compor o conteúdo programático dos três anos do ensino médio ou nos dois últimos anos, conforme previsto em resolução.

Na lei 9.394/96, em seu artigo 26 §7º, ao dizer que a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput, oportuniza incluir a educação para o trânsito em disciplina específica ou a transversalidade, pois a base

nacional comum traz disciplinas que são relevantes na formação do indivíduo, para que possa utilizar tudo o que está aprendendo em todas as áreas da sua vida e dali para o futuro.

Toledo<sup>9</sup> afirma que todas as áreas aprendidas na escola pressupõem que sejam necessárias para posterior escolha do educando e conclui que a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional deixa uma válvula para que se trate de temas diversos nos currículos das escolas, e vincula a inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular, à aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

Educação para o trânsito pode ser ministrada nas escolas de modo transversal ao tratar do tema trânsito durante as disciplinas obrigatórias da grade curricular, trazendo os conceitos que são aprendidos com uma comunicação de assuntos da realidade.

O ONSV – Observatório de Segurança Nacional publicou artigo intitulado Contribuições da psicologia e pedagogia para o trânsito seguro, que destaca a importância de subsidiar os educadores com material sobre a educação no trânsito.

A Educação para o trânsito está prevista no art. 76 do CTB, o qual norteia e estabelece a necessidade de incluir aos conteúdos programáticos de forma transversal dentro de Ética, Cidadania, Saúde e Meio Ambiente, com equipe multidisciplinar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, teve uma alteração em 2017, definindo Base Nacional Comum Curricular – BNCC, como a nomenclatura para direitos e objetivos de aprendizagem. Por intermédio de seus temas contemporâneos, em Cidadania e Civismo, também contempla Educação para o Trânsito. Dessa forma, os pedagogos e educadores de trânsito já possuem referenciais teóricos para suas práticas. O Observatório Nacional de Segurança Viária desenvolveu o projeto EDUCA com material que auxilia educadores do Ensino Fundamental 1 e 2.

Alvise<sup>10</sup> Pedagoga, Educadora de Trânsito especialista em Educação e Ação Social com ênfase em Sustentabilidade e gestão e normatização de trânsito e transportes afirma que dados do Observatório Nacional de Segurança Viária apontam que do total de crianças mortas em 2016 em sinistros de trânsito, 35% das vítimas fatais constituíam-se de usuários não motorizados, ou seja, pedestres. A mudança de comportamento e gentileza no trânsito reduzirão os altos índices de mortes, vítimas sequeladas permanentes no trânsito de forma vivaz, deixando de onerar os cofres públicos, desafogando a saúde, melhorando a infraestrutura, economia e educação com a própria recomendação da SENATRAN, com material de apoio as escolas, justamente com essa finalidade.

Demonstrada a necessidade de desenvolver a educação para o trânsito no âmbito do ambiente escolar, Alvise diz que defender o assunto trânsito como disciplina específica nas escolas está na contramão com o que prevê a legislação educacional. E não é que não reconheça a importância, mas a forma de abordagem é diferente, e não está como disciplina específica, mas sim em todas as disciplinas

---

<sup>9</sup> Toledo, Adriane, <https://www.portaldotransito.com.br/educacao/artigo-transito-nas-escolas/>

<sup>10</sup> Stefania Alvise <https://www.onsv.org.br/comportamento-seguro-como-pedestres/>

conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais no item 7.4 – Em decorrência de legislação específica, são obrigatórios:

I – Língua Espanhola, de oferta obrigatória pelas unidades escolares, embora facultativa para o estudante (Lei nº 11.161/2005).

II – Tratados transversal e integradamente, permeando todo o currículo, no âmbito dos demais componentes curriculares: a) a educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica, altera outras leis e dá outras providências);

[..]

c) a educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro).

A educação nas escolas é responsável pela formação do indivíduo, tem essa expertise na transmissão de conhecimentos, seja na educação básica até a superior.

No final da década de noventa o estado de Santa Catarina através da Lei 11.194 instituiu a inclusão do ensino de noções básicas de trânsito nos planos curriculares das Escolas de Educação Básica da Rede Pública Estadual contemplando no conteúdo básico aspectos legais afins, direção defensiva, sinais e placas indicativas e segurança do pedestre.

Mais recentemente, em janeiro de 2022, foi criado o Programa Trânsito nas Escolas na rede pública e privada de ensino do Estado de Santa Catarina (Lei 18.343/22)<sup>11</sup> prevendo educação, conscientização e formação sobre educação para o trânsito, tanto para alunos do ensino fundamental e médio, quanto para os professores.

Tratar sobre trânsito sempre que possível em todas as disciplinas, vai trazer a integração para formação de professores multiplicadores desse assunto.

---

<sup>11</sup> <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-18343-2022-santa-catarina-institui-o-programa-transito-nas-escolas-na-rede-publica-e-privada-de-ensino-do-estado-de-santa-catarina-e-adota-outras-providencias>

### **CAPÍTULO III**

## **PROCESSO DE ENVELHECIMENTO, RESPEITO E VALORIZAÇÃO DO IDOSO (LEI Nº 10.741/2003) E TRABALHO**

Trata-se de valorização e inclusão do idoso conscientizando sobre a necessidade de valorização e reverência a pessoa idosa, aproximando as faixas etárias.

A boa longevidade é uma conquista social e individual. Os textos sobre longevidade, saúde e doenças formam um corpo de informações em que predominam três noções: a longevidade como vitória social e cultural sobre o determinismo da natureza, a velhice como problema de saúde pública e a velhice como responsabilidade individual (Moraes; Neri; Cachioni, 2015b).

O Brasil vem passando por um processo de envelhecimento populacional, ocorrendo a passos largos, e isto se deve, essencialmente, ao aumento da expectativa de vida, processo este que o país vem experimentando desde 1950.

No entanto, a medida que os anos passam torna-se mais fácil a visualização deste processo.

Projeções indicam que, em 2050, 22% da população global será composta por pessoas idosas. Isto se explica, em parte, pelo fenômeno da baixa taxa de fecundidade vivenciada após a década de 1960 (Sanchez; 2018).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), no Relatório Mundial sobre Envelhecimento e Saúde publicado em 2015, aponta que irá duplicar o número de pessoas idosas no mundo até o ano de 2050, sendo no Brasil a previsão é de quase o triplo para a faixa etária acima dos 60 anos.

A Constituição Federal de 1988, antecipou-se em seus artigos 229 e 230 e definiu os direitos da população idosa, demonstrando preocupação no que tange tanto a sociedade política quanto a sociedade civil.

Na proporção do envelhecimento dos brasileiros, foram desenvolvidos meios legais para garantir a dignidade humana, com vistas à ampliação de direitos à pessoa idosa e proteção social, como o combate à violência, e dos princípios essenciais que são características específicas nessa etapa da vida, conforme define a Secretaria de Direitos Humanos (s/d) “novas necessidades foram explicitadas pela pessoa idosa, como de autonomia, mobilidade, acesso a informações, serviços, segurança e saúde preventiva”.

A Lei Federal n.º 10.741/2003, dispõe sobre a instituição do Estatuto do Idoso, assegurando os direitos das pessoas com idade igual ou superior há sessenta anos, e atribuindo à família, à comunidade, à sociedade e ao Poder Público, o dever de efetivar, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (art. 3º).

Soares, Costa e Poltronieri concordam que a temática “Estatuto do idoso na Escola: desafios intergeracionais” é relevante e atual, pois as transformações ocorridas na dinâmica familiar se refletem nas relações entre os membros familiares, principalmente no que tange à criança e à pessoa idosa.

O Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741/03, no tocante ao relacionamento do idoso com as futuras gerações, indica no art. 3º, parágrafo único, IV, a “viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações” como uma prioridade da família, da comunidade, da sociedade e do poder público.

A valorização do diálogo entre as gerações ajuda a combater o desrespeito. Levar o idoso a narrar suas experiências, suas memórias, sua sabedoria, é positivo.

A Política Nacional do Idoso foi instituída em 1994. Em 2000, com a Lei Estadual nº 11.436/2000 o estado de Santa Catarina cria a sua Política Estadual do Idoso, no entanto em 2021 iniciou-se os estudos e discussões para criação da Política de Educação para o Envelhecimento, de forma pioneira no país, em parceria com instituições das áreas de educação, saúde, gerontologia, de direitos dos idosos e assistência social.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação apontam que os componentes curriculares se organizam em cinco áreas de conhecimento, a saber:

- (i) Linguagens (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira Moderna);
- (ii) Ciências Humanas (História e Geografia);
- (iii) Matemática (Matemática);
- (iv) Ciências da Natureza (Ciências);
- (v) Ensino Religioso (Ensino Religioso).

No tocante ao estatuto do idoso, a orientação é que os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular seus conteúdos a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos, que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual.

Leis integradoras complementam a LDB, determinam ainda que sejam incluídos temas relativos à educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97) e à condição e direitos dos idosos, conforme a Lei nº 10.741/2003.

Levy<sup>12</sup> (2016) sugere cinco condições ou ações ideais na promoção de resultados positivos e mutuamente valiosos no contato intergeracional:

- 1) Interação individualizada um com o outro: projetos ou programas envolvendo alunos mais jovens trabalhando com idosos na construção de materiais e projetos didáticos;
- 2) Cooperação ou envolvimento em trabalho com meta em comum: idosos e alunos jovens e crianças envolvidos em trabalhos comunitários;
- 3) Compartilhamento de informações pessoais: oferecimento e compartilhamento de informações dos idosos sobre sua profissão e percurso de vida profissional, aventuras, viagens aos alunos adolescentes;

---

<sup>12</sup> <https://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/31321-sed-inicia-elaboracao-da-politica-estadual-de-educacao-para-o-envelhecimento#:~:text=Essa%20Pol%C3%ADtica%20tem%20busca%20contribuir,vida%20para%20todos%20os%20catarinenses.>

4) Reforço de figuras de liderança dentro do ambiente: os próprios professores ou voluntários mais velhos liderando projetos e programas nas áreas de ciências, tecnologia, esporte e artes;

5) Desenvolvimento e avaliação de programas de leitura visando à mudança de atitudes dos alunos em relação a idosos.

Com o objetivo de oferecer aos professores uma lista de sugestões aplicáveis na prática educativa, serão apresentadas algumas atividades no que tange à temática do envelhecimento.

## **CAPÍTULO IV**

### **DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS NA PRÁTICA**

Superados os fundamentos e importância de abordar de maneira transversal os Direitos da Criança e do Adolescente, a Educação para o Trânsito e o Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso é mister apresentar sugestões de ações a se trabalhar nas escolas da rede estadual de ensino.

É no relacionamento inclusivo, no aprendizado do respeito que se desenvolvem virtudes as quais sincronizam os vetores vontade, afetividade e inteligência.

Apresenta-se na sequencia sugestão de ações que podem ser adotadas no âmbito escolar para incluir os temas transversais estudados.

Levantar expectativas reais quanto aos temas e ações, nivelar as expectativas para que se diminua o impacto negativo das frustrações, sobretudo quando as ações envolvem visitas, entrevistas e contato com pessoas que não fazem parte do ambiente escolar.

Adequar as ações a fase e idade escolar.

Sempre avaliar em conjunto o resultado das ações propostas priorizando trabalhar os temas na rotina das aulas e não separar em um evento pontual.

### **PROTEÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**

#### **Objetivo:**

Assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, orientado pelos princípios éticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Entender e respeitar as diferenças e exercendo seus direitos e deveres como cidadão que contribui para a formação integral do estudante como ser humano, sendo essa uma das funções sociais da escola.

Conscientizar o aluno que as normas balizam os relacionamentos e por isso a necessidade de elencar direitos e deveres;

#### **Ações:**

Propor ações usando textos, teatros, exposição de fotos, entrevistas sobre uma escola sem direitos;

Propor ações usando textos, teatros, exposição de fotos, entrevistas sobre uma escola sem deveres;

Dividir as ações conforme as disciplinas de aprendizagem:

- Português - desenvolver atividades de leitura e interpretação de textos sobre o tema;

- Matemática - construir tabelas, gráficos e porcentagens, apontando estatísticas;

- História - pesquisar as sociedades com a perspectiva da infância e da adolescência em várias épocas, identificar a idade e formação dos governantes/gestores, e como foi a sua infância, questionar sobre os direitos e deveres das crianças e adolescentes na época;

- Geografia - localizar espacialmente abandono intelectual e material, exploração do trabalho infantil, evasão escolar, a violência sexual nas várias escalas territoriais: internacional, nacional, regional e local;

- Artes – expor fotos que demonstrem direitos e deveres, desenvolver vídeos e teatros.

## **EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO**

### **Objetivo:**

Compreender o trânsito como um espaço importante de convivência social para estabelecer relações de respeito mútuo e cooperação.

Compreender a relação existente entre o trânsito e a poluição atmosférica, sonora e visual.

Esclarecer que no trânsito há uma linguagem, um relacionamento que impõe direitos e deveres.

Reconhecer os vários meios de transporte e identificar seu espaço nas vias pública.

### **Ações:**

Fazer levantamento do bairro em que se localiza a escola, classificar as vias por fluxo e risco, identificar placas e sinais utilizadas na comunicação do trânsito, classificar os veículos de transporte.

Realizar pesquisas sobre os acidentes ocorridos no bairro, verificando se houve vítimas e se é possível identificar fatos em comum entre os acidentes.

Conforme a fase escolar aprofundar o conhecimento de forma gradativa iniciando por ações inter classe, extraclasse, no bairro e nos órgãos de trânsito.

Dividir as ações conforme as disciplinas de aprendizagem:

- Português - desenvolver atividades de leitura e interpretação de textos sobre o tema; entrevistar alunos, gestores, professores e familiares sobre as noções de trânsito e uso de cinto de segurança e outros equipamentos.

- Matemática - construir tabelas, gráficos e porcentagens, apontando estatísticas sobre acidentes e consequências;

- História - pesquisar o aumento de veículo de transporte e suas alterações;

- Geografia - fazer um levantamento das vias informando o tipo de calçamento, largura, etc.

- Artes – expor fotos que demonstrem direitos e deveres, desenvolver vídeos e teatros.

## **PROTEÇÃO DO IDOSO:**

### **Objetivos**

Conscientizar as crianças acerca das potencialidades e limitações do idoso, valorizando e reverenciando a pessoa idosa, aproximando as faixas etárias.

Motivar o aluno a conhecer e principalmente a ouvir a pessoa idosa.

Proporcionar período de descontração entre as diversas idades.

Compreender a valorização do idoso como questão social atual.

Lembrar a efemeridade da vida e o quanto não se pode controlar o tempo.

Questionar e refletir sobre o relacionamento com os avós vivos e se eles vivem sozinhos ou com a família.

Avaliar o conhecimento acerca de casas de repouso e aposentadoria.

Trabalho do idoso;

### **Ações:**

Iniciar com levantamento dos idosos que convivem com os alunos, destacando idade, saúde, companhia, moradia, autonomia financeira, etc.

Visitar casas de repouso e identificar a diferença entre casa de repouso e asilo, não levar presentes sem verificar com os gestores da casa sobre a possibilidade.

Levantar quantas casas de repouso e asilo há no município mantidos ou não pelo poder público.

Promover visitas dos idosos nas escolas e ida dos alunos nos asilos, fotografar.

Promover uma exposição de fotografias na escola, classificando os idosos por parentesco, e não parentesco.

Criar encontros possibilitando o protagonismo do idoso, observar a idade dos idosos e apresentar ações adequadas a mobilidade dos mesmos.

Dividir as ações conforme as disciplinas de aprendizagem:

- Português - desenvolver atividades de leitura e interpretação de textos sobre o tema;

- Matemática - construir tabelas, gráficos e porcentagens, apontando estatísticas, identificando qual a faixa etária de idoso predominante, proporção de idosos que moram com as famílias, qual a despesa para manutenção de um idoso;

- História - pesquisar as sociedades com a perspectiva de envelhecimento saudável, identificar a idade e formação dos idosos e seus antepassados, identificar como foi a sua infância, questionar sobre os direitos e deveres dos idosos;

- Geografia - localizar espacialmente abandono intelectual e material, exploração do idoso, casos de violência, doenças prevalentes;

- Artes – expor fotos que demonstrem direitos e proteção aos idosos, desenvolver vídeos e teatros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível verificar, é inegável que a própria legislação prevê e estabelece parâmetros para a implementação de políticas educacionais para tratar dos direitos da criança e do adolescente, da educação para o trânsito e da proteção dos idosos no ambiente escolar, inseridos em currículos e propostas pedagógicas.

De outro norte, também se verifica o quanto enriquecedor seria para as crianças serem estimuladas a desenvolverem esses assuntos no ambiente escolar, difundindo o aprendizado para a sua família e na comunidade em que residem.

São assuntos que permeiam o dia a dia de todas as famílias e que permitem, com muita criatividade, serem desenvolvidas de forma multidisciplinar e durante todo o percurso da educação básica.

Proporcionar que a criança desenvolva a sua formação, pautada sempre no aprendizado e na prática de atividades que desenvolvam seu conhecimento e a adotar atitudes que visem exigir o cumprimento dessas normas e, acima de tudo, como noção de cidadania, com respeito ao direito que possuem enquanto crianças e adolescentes, exigindo e cumprindo das leis para um trânsito mais humanizado e respeitando e reverenciando os direitos dos idosos, em última análise, é o que se quer e se espera dos nossos alunos.

E é isso que aqui, modestamente, se propõe, apenas como ponto de partida aos professores e às escolas.

## REFERÊNCIAS

ROZESTRATEN, R. J. A., & Dotta, A. J. (1996). Os sinais de trânsito e o comportamento seguro (2a ed.). Porto Alegre: Sagra Luzzatto.

SILVA, M.A. (2010). Psicologia do trânsito ou avaliação psicológica no contexto do trânsito. Encontro: Revista de Psicologia, 13(19), 199-208. Disponível em <https://seer.pgskroton.com/renc/article/view/2526>

DOTTA, Ático. O condutor defensivo: teoria e prática/ Ático Dotta. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, p.80, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos. Dados sobre o envelhecimento no Brasil. s/d. Disponível em: [http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoaidosa/dados-estatisticos/Dados\\_sobre\\_o\\_envelhecimento\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoaidosa/dados-estatisticos/Dados_sobre_o_envelhecimento_no_Brasil.pdf). Acesso em: 11/11/2016.

BRASIL, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/ Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Unesco, 2013.

BRASIL. [Estatuto do idoso (2003)]. Estatuto do idoso [recurso eletrônico]: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do idoso), e legislação correlata. – 5. ed., rev. e ampl. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série legislação; n. 227)

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. CHOTGUIS, J., Andragogia: Arte e ciência na aprendizagem do adulto - Disponível em [www.serprofessoruniversitario.pro.br](http://www.serprofessoruniversitario.pro.br). Acessado em 14/09/2016.

FONSECA, M. N. S. Velho e velhice nas literaturas africanas de língua portuguesa contemporâneas. In: BARBOSA, Maria José Somerlate (Org.). Passo e Compasso: nos ritmos do envelhecer. Porto Alegre: Edipucrs, 2003 DE AQUINO, T. C. E., Como Aprender: Andragogia e as habilidades de aprendizagem. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Projeção da População Brasileira. 2016. Acesso em 16/11/2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde. 2016. Acesso em 16/11/2016. Disponível em: <http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO2015-port.pdf>.

3. Presidência da República (Brasil). Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências [Internet]. D.O.U., Brasília, 3 out 2003 [citado em 3 nov 2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.741.htm).

4. Britto JT. Josepha Theotônia de Britto: dirigente sindical, secretária e assessora. A Terceira Idade [Internet], São Paulo, v. 16, n. 34, p. 89-103, out 2005. [citado em 12 mar 2016]. Disponível em: [https://www.sescsp.org.br/online/artigo/8571\\_JOSEPHA+THEOTONIA+DE+BRITTO+DIRIGENTE+SINDICAL+SECRETARIA+E+ASSESSORA](https://www.sescsp.org.br/online/artigo/8571_JOSEPHA+THEOTONIA+DE+BRITTO+DIRIGENTE+SINDICAL+SECRETARIA+E+ASSESSORA).

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de Janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de janeiro de 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm). Acesso em: 20 de nov. de 2021.

<https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-18343-2022-santa-catarina-institui-o-programa-transito-nas-escolas-na-rede-publica-e-privada-de-ensino-do-estado-de-santa-catarina-e-adota-outras-providencias>

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – CEE/SC  
COMISSÃO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS E INOVAÇÃO  
COLETÂNEA DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS**

**CADERNO 3  
DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E  
ENSINO DE HISTÓRIA AFROBRASILEIRA, AFRICANA E ÍNDIGENA,  
E DIVERSIDADE CULTURAL**



**Conselheiro Antônio Carlos Nunes – Coordenador**

**Colaboradores:**

**Conselheiro Mário César Barreto Moraes**

**Professora Karina Marcelino**

**Servidores da Gerência de Modalidades e Diversidades Curriculares (GEMDI)**

**- Diretoria de Ensino - Secretaria de Estado da Educação: Alessandra Cristina Bernardino, Beatris Clair Andrade, César Cancian Dalla Rosa, Cleusa Matiola Petrovcic, Daniel Dall'igna Ecker, Débora Ruviaro, Diogo Fiorello Foppa, Fabíolla Cristina Carpes Krämer, Fernanda Zimmermann Forster, Flávia de Brito Souza Garcia, Helena Alpini Rosa, Manoel Donizete Velho**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I: CURRÍCULO E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - ERER EM SANTA CATARINA: PONTOS PARA REFLEXÃO E AÇÃO DOCENTE (*)..</b>	<b>4</b>
<b>1 Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais na Educação Brasileira.....</b>	<b>5</b>
<b>2 Importância das Relações Étnico-Raciais para uma Educação com Equidade em Santa Catarina .....</b>	<b>6</b>
<b>3 Os Propósitos são Desafios.....</b>	<b>8</b>
<b>4 Pontos de Apoio à Reflexão.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO II: SEGREGAÇÃO, PRECONCEITO, RACISMO (**)</b> .....	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO III: DIVERSIDADE CULTURAL (***).....</b>	<b>17</b>
<b>SUGESTÕES DE MATERIAIS DE CONSULTA E DE APOIO À BOAS PRÁTICAS.....</b>	<b>20</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>23</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>26</b>

## APRESENTAÇÃO

Este Grupo de Trabalho, constituído originalmente pelo Conselheiro Antônio Carlos Nunes, ao qual se incorporou o Conselheiro Mário César Barreto Moraes e por técnicas e gestoras da Secretaria de Estado da Educação, além da professora Karina Marcelino, convidadas para coparticipar deste grupo de trabalho, ficando responsável pelo tema Educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012), Educação das relações étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004), além da Diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010). Tendo por foco a temática, o Grupo de Trabalho tratou de resgatar os conceitos e definições que sustentavam os diversos temas vinculados, de forma didática e ratificou o propósito de apresentar sugestões de ações que possam resultar na realização de atividades teórico-práticas nas escolas. No específico, a intenção é alertar os docentes para a importância e relevância dos temas tratados nos dias de hoje, motivando e dirimindo dúvidas, de modo a esclarecer e ampliar a discussão e compreensão da temática, permitindo que o ambiente escolar seja mais humano, cordato e unido em torno da multiculturalidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento, fundamental para o sucesso da construção do conhecimento e da preparação para um mundo melhor.

É imbuído de um espírito crítico e construtivo que o grupo trabalhou, na expectativa de melhorar o conhecimento geral a propósito da temática focada, objetivando minimizar os efeitos da segregação e da exclusão no ambiente escolar. Nesse sentido, o Grupo de Trabalho se pautou, inicialmente, nos princípios regulatórios, encontrando amparo em legislações e regramentos específicos que ampararam as discussões e a consolidação dos textos apropriados. Em seguida, procurou-se esclarecer questões conceituais, as quais ainda que façam parte do cotidiano, careciam de maiores detalhamentos, de modo a permitir aos docentes melhor compreensão das definições e conceitos específicos. Como base para a estrutura regulatória e conceitual assumida, pontuou-se ações para uma articulação prática pedagógica, mas com o propósito educativo e de aprendizagem favoráveis à formação e qualificação de estudantes.

**CAPÍTULO I**  
**CURRÍCULO E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA IMPLEMENTAÇÃO**  
**DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - ERER**  
**EM SANTA CATARINA:**  
**PONTOS PARA REFLEXÃO E AÇÃO DOCENTE (\*)**

O Brasil é país signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituída em 10 de dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Documento escrito por representantes de diversas localidades do globo, a Declaração é reconhecida como uma norma comum que precisa estar no horizonte das sociedades de todos os povos e de todas as nações.

A Declaração contém trinta artigos, afirmando logo no primeiro que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. O reconhecimento de que todas as pessoas são livres e iguais antecipa a premissa de que todas as pessoas são também dotadas de razão e consciência. Esta premissa aponta para o reconhecimento de que não existe o sujeito “outro” na sociedade, mas sim “nós”, já que devemos agir construindo relações de fraternidade. Isto significa quebrar a barreira do simplesmente olhar e reconhecer os diferentes sujeitos que compõe a diversidade humana, mas também encarar estes sujeitos como parte da sociedade com as mesmas prerrogativas e possibilidades de participação.

Atualmente, serve como base de construção das políticas públicas no Brasil o Plano Nacional de Direitos Humanos PNDH-3 (2009). Este plano foi construído em torno de seis eixos-orientadores: interação democrática entre Estado e sociedade civil; desenvolvimento e direitos humanos; universalizar direitos em um contexto de desigualdades; segurança pública, acesso à justiça e combate à violência; educação e cultura em direitos humanos; e direito à memória e à verdade. Por sua vez, estes eixos dividem-se em 25 diretrizes e 82 objetivos estratégicos. O PNDH-3 é uma atualização de dois planos nacionais anteriores, tendo sido caracterizado pela participação ativa da sociedade civil brasileira em sua construção.

Apesar dos avanços realizados a partir da trajetória brasileira em torno do reconhecimento dos direitos humanos, há ainda entraves e questões não resolvidas com o nosso passado colonial e escravista, marcado pelo genocídio dos povos originários e pela escravização de povos africanos. Somente a partir do reconhecimento de que esses problemas persistem como ferida aberta na sociedade brasileira é que se pode pensar em medidas de reparação e superação da discriminação, do preconceito e do racismo. Dentro desta perspectiva, os direitos humanos precisam ser reconhecidos como parte de um processo histórico e social em construção, sendo necessária a constante defesa e aprimoramento de seus preceitos, acompanhando os movimentos da sociedade em questão.

O presente documento contém uma breve contextualização acerca da introdução do tema das relações étnico-raciais na educação brasileira, defende a importância das Relações Étnico-Raciais para uma educação com equidade em

Santa Catarina, em seguida apresenta alguns questionamentos e oferece pontos de apoio à reflexão.

## **1 DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

O Estado brasileiro tem como princípio a afirmação dos Direitos Humanos como universais, indivisíveis e interdependentes e, para sua efetivação, todas as políticas públicas devem considerá-los na perspectiva da construção de uma sociedade baseada na promoção da igualdade de oportunidades e equidade, no respeito à diversidade e na consolidação de uma cultura democrática e cidadã (BRASIL, 2009).

Desde a abolição da escravatura no Brasil, o Movimento Negro e a defesa de pautas que promovam a importância das Relações Étnico-Raciais são reconhecidos como os principais responsáveis pela superação do racismo em nossa sociedade, por valorizarem a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, assim como a Cultura e História Indígena (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017). As reivindicações constantes apresentadas por diferentes entidades, com destaque para a mobilização do Movimento Negro Brasileiro, conquistaram proteções legais no campo dos Direitos Humanos que envolvem desde questões trabalhistas, dos Direitos Cíveis e Políticos, Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, até proposições jurídicas que envolvem proteções específicas no que concerne a eliminação de todas as formas de discriminação racial, com ênfase na luta por eliminar desigualdades Étnico-Raciais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006).

A importância em preservar, proteger, reconhecer, promover visibilidade e presença das diferentes manifestações culturais na educação, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade, sem quaisquer formas de discriminação, propõe defender a promoção das diferentes vidas como um Direito Humano (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2016), em que toda pessoa teria garantido sua existência singular como um bem a ser preservado. No campo educacional, o direito de ser reconhecido como humano, nas questões que envolvem raça, cor e cultura, ganhou consistência com a publicação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e incluiu no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006). Igualmente, no bojo dessa perspectiva, em 2008 é publicada a Lei 11.645/2008, incluindo a “História e Cultura Indígena”, alterando a LDB e a Lei 10.639/2003, visando a obrigatoriedade de inclusão dos conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino.

Com isso, se assinalou o quadro de intenções, por parte do Estado brasileiro, em eliminar o racismo e a discriminação racial, consolidando o Brasil como signatário das premissas presentes na Declaração e no Plano de Ação resultantes da *III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância*, realizada em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006). As premissas da *III Conferência* em Durban se tornaram essenciais para pensar os Currículos e as Práticas Pedagógicas, pois situaram as Relações Étnico-Raciais no cerne dos processos educativos que formam os sujeitos: incluiu a

questão racial como elemento constitutivo da sociedade brasileira e das pessoas e de suas possibilidades, ou não, de exercício da cidadania. Adotar medidas reparatórias às vítimas do racismo; intervir em situações de discriminação racial e formas conexas de intolerância; realizar políticas específicas para superação das desigualdades Étnico-Raciais; criar fundos que subsidiem ações de reparação social, gerido pelo Governo e pela sociedade civil; financiar políticas de cunho inclusivo; adotar reserva de cotas e/ou outras medidas afirmativas foram algumas das diretrizes que a Declaração e o Plano de Ação situaram como importantes para promover o acesso das pessoas negras aos diferentes contextos, serviços, espaços sociais e direitos, incluindo o direito à educação nos seus diferentes níveis de ensino (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006).

Implementar a Educação das Relações Étnico-Raciais e integrar esse tema a formação de Currículos e Práticas Pedagógicas é compreender que a educação é um meio privilegiado de promover Direitos Humanos cabendo, por ele, formar agentes públicos e sociais para atuar no campo formal e não-formal da sociedade (BRASIL, 2009). Nesse propósito, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED SC) possui dentro da Diretoria de Ensino (DIEN) a Gerência de Modalidades e Diversidades Curriculares (GEMDI), a qual se organiza a partir de quatro equipes/eixos de trabalho e intervenção: 1) Educação Especial (COESP); 2) Educação em Direitos Humanos e Diversidade (COED); 3) Educação de Jovens e Adultos (COEJA); e 4) Educação do Campo (EDUCampo). Todos esses eixos transversalizam o tema das Relações Étnico-Raciais em suas práticas, entendendo a importância da temática na constituição dos serviços escolares.

Cabe destacar, dentre as políticas, programas e projetos realizados pela SED SC, a *Política de educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana* (SANTA CATARINA, 2018a); a *Política de educação escolar quilombola* (SANTA CATARINA, 2018b); a *Política da Secretaria de Estado da Educação de Educação Escolar Indígena* (SANTA CATARINA, 2018c) e a *Política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola* (SANTA CATARINA, 2018d). Esta última inclui o Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola (NEPRE), que tem como objetivo fomentar ações nas escolas estaduais em rede intersetorial, visando promover uma educação em e para os direitos humanos na Educação Básica. Dentre as ações do Núcleo, estão práticas que intervêm em situações de violência, incluindo aquelas que envolvam racismo e discriminação, tanto contra estudantes, quanto contra professoras/es ou gestoras/es.

## **2 IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PARA UMA EDUCAÇÃO COM EQUIDADE EM SANTA CATARINA**

A Educação das Relações Étnico-Raciais e a História e Cultura Africana e Afro-brasileira e a História e Cultura Indígena são constitutivas da Educação em Direitos Humanos, nos marcos do Estado Democrático de Direito no Brasil.

No cenário educacional catarinense se observa um significativo avanço no que se refere à educação Étnico-Racial e Antirracista, que não se limita aos constructos teóricos de valorização da identidade, história e cultura da população negra e, igualmente, indígena. Visa também a superação da desigualdade por meio de práticas educativas que incluam conteúdos e atividades que possibilitem que a

Educação das Relações Étnico-Raciais se desenvolva com o currículo em sala de aula e para cada componente curricular, como também no âmbito do planejamento e gestão escolar.

Entende-se, assim, que é na prática escolar que se efetivarão seu reconhecimento com o currículo e não como um tema restrito a datas, homenagens e festividades a marcar presença histórica. Embora isso tenha a sua importância, bem como obrigatória a inclusão das referidas datas no calendário escolar, é insuficiente para desinstalar a institucionalização do enunciado cultural antipluralista.

Deste modo, o documento Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense - CBTC - define como objetivo da educação básica a promoção, tanto de competências gerais, voltadas à formação integral dos estudantes, quanto de competências específicas de todas as Áreas do Conhecimento, incluindo o tema das Relações Étnico-Raciais. De acordo com o documento, “as relações étnicas são ações que consideram os seres humanos diversos em suas experiências de vida históricas e culturais, únicos em suas personalidades e diversos em suas formas de perceber o mundo” (CBTC, 2019, p.41).

Essa transversalidade das questões raciais na educação de Santa Catarina se faz necessária, para que os grupos sociais afetados pelo racismo e pela discriminação tenham acesso aos direitos civis, nas dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais, haja vista, serem os mais afetados na implementação destes direitos.

A prática escolar da *Educação para as Relações Étnico-Raciais - EREER* - baseada em competências e habilidades encontra amparo nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, as quais tratam da inclusão do ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena em todos os níveis de ensino. A legislação está orientada pelas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* do ano de 2004, que fundamentam e estabelecem parâmetros para a abordagem desse conteúdo nas escolas e níveis de ensino. Em 2018, essa Secretaria editou a Política para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o qual subsidia a prática pedagógica dos profissionais da educação da rede pública.

A Resolução 004/2022/CEE/SC do EREER, mediante Parecer 042/2022, estabelecerá diretrizes fundamentais para que não haja equívocos de abordagem desse conteúdo na prática escolar, nos diferentes componentes curriculares. Especialmente porque a diversidade cultural é concebida como identidade de Santa Catarina, mas há que se destacar os grupos que vivenciaram processos de preconceito e discriminação e, portanto, a imprescindível abordagem desse tema em sala de aula. Esses conteúdos e práticas contribuem para a conscientização de ações e posturas antirracistas, não discriminatórias e excludentes.

Atender as Leis 10.639/03 de incluir o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Lei 11645/08 que inclui o ensino da História e da Cultura Indígena, no currículo escolar vem sendo um desafio para muitas instituições de ensino,

independentemente do nível e modalidade, para atenderem as especificações das leis.

Desta forma, há dificuldades em promover uma educação antirracista, dentre elas, estão: despreparo das/os professoras/es e gestoras/es em relação ao conhecimento da história e da cultura das pessoas negras e indígenas, que saiam dos estereótipos reproduzidos pela história eurocêntrica e pela mídia; a forte presença de materiais didáticos que reforçam estereótipos e/ou excluem a contribuição do povo negro e indígena, nas áreas social, econômica e política para a História do Brasil; a pouca presença ou ausência de conteúdos e práticas pedagógicas que problematizem as consequências do racismo para as populações negras e indígenas e para populações brancas, bem como que desmistifiquem o mito da democracia racial.

Para além da dimensão genealógica do racismo, atrelado ao conceito de raça – forjado no âmbito das Ciências Biológicas, desde o século XVIII, a partir das teorias raciais que classificavam e hierarquizavam os grupos humanos, houve um empenho em classificar seres humanos no sentido de hierarquizar as supostas raças. Infelizmente, as pesquisas voltadas à classificação da diversidade humana serviram aos interesses de grupos que distorcidamente se viam como superiores e buscavam legitimar a exploração de outros grupos com argumentos pseudocientíficos.

Muitas pessoas ainda se utilizam do termo *raça* em seu sentido biológico, tornando-se importante compreendê-lo enquanto uma concepção “sociológica e político-ideológica, pois embora não exista cientificamente, a raça persiste no imaginário coletivo e na cabeça dos racistas e, conseqüentemente, continua a fazer vítimas em nossas sociedades” (MUNANGA, 2008). Portanto, o conceito de raça passou de um termo do uso na Biologia para se tornar uma “categoria discursiva sobre a qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão, ou seja, o racismo” (HALL, 2003, p. 69).

É fundamental considerar que o racismo também trata os interesses políticos e econômicos nos quais ele serve, enquanto ideologia, para manter um projeto de dominação. Nesse sentido, criar formas de problematizar o propósito do conhecimento produzido e ensinado nas escolas que, historicamente, foi utilizado contra africanas/os no continente e na diáspora, bem como fomentar a produção e o ensino de conhecimentos ‘outros’, principalmente quando o processo educativo estiver voltado para as/os remanescentes desses povos.

### **3 OS PROPÓSITOS SÃO DESAFIOS**

Diante desse contexto, necessário encontrar respostas e caminhos aos muitos questionamentos que surgem, dentre eles:

- O que é ser igual? O que é ser diferente? Somos todos iguais?
- De que formas foram tratados os segmentos étnicos que nos conformaram no que somos e, sobretudo, quem são esses sujeitos?
- Como levar ao professor orientações que lhes permitam desconstruir para construir um ambiente escolar e uma sala de aula assentados nos princípios da diversidade e do pluralismo cultural?

- Quais pressupostos a uma prática pedagógica de reconhecimento e respeito à dignidade da pessoa humana e a sua identidade cultural?
- Como chegar à igualdade de valorização das várias histórias e culturas que compõem a formação social brasileira?

#### **4 PONTOS DE APOIO À REFLEXÃO**

- O ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e da História e Cultura Indígena é obrigatório no estado de Santa Catarina, o objetivo deste documento normativo e orientador, é realizar uma reflexão crítica sobre a diversidade como princípio formativo;
- É relevante ampliar a discussão sobre a referida temática, abrangendo os estabelecimentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, públicos e privados, incluindo todas as modalidades de Ensino;
- A resolução que trata da regulamentação para a implementação do currículo da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) tem amparo nas leis nº10.639/2003 e nº11.645/2008 bem como na Proposta Curricular de Santa Catarina e Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense.

Em consonância com uma política curricular do Estado de Santa Catarina, a ERER contesta a ausência dos sujeitos étnicos de matriz africana e indígena no “território do conhecimento”.

A Educação das Relações Étnico-Raciais orienta uma prática pedagógica que esteja apoiada em três princípios:

1. A busca de uma consciência histórica e política da diversidade, conduzindo para a superação da indiferença com que a história das relações raciais se deu em nosso país. Esse princípio chama para a reflexão profunda dos processos históricos que nos constituíram como nação. Alerta para a importância da desconstrução de ideias cujo conteúdo não corresponde à perspectiva das populações negras e indígenas.
2. O fortalecimento de identidades e de direitos de um processo afirmativo na construção social dos seres humanos, podem ser compreendidos a partir de suas singularidades e reconhecidos dentro do ambiente escolar e em outros espaços educacionais. Propõe que se amplie o acervo de informações e de acessos para que os sujeitos da Educação das Relações Étnico-Raciais tenham de fato condições de efetivar suas expectativas em relação a sua trajetória escolar e a seus projetos de vida. Reconhece que muitos dos sujeitos da ERER ainda não se compreendem protagonistas de processos e saberes históricos a serem respeitados e que parte dessa (in)compreensão se dá pela forma como esses conteúdos e saberes são apresentados no ambiente escolar. Fortalecer a identidade dos estudantes significa, também, oferecer as suas versões sobre fatos que, ao longo de nossa história, vêm sendo contados de uma única forma e muitas vezes pejorativa.
3. Ações educativas de combate ao racismo e às discriminações. Esse princípio encaminha para que se estabeleça conexão entre os

objetivos da escola e os dos sujeitos negros e indígenas, na busca por igualdade e equidade. Para tanto, é preciso reconhecer que todos os sujeitos que frequentam a escola são detentores de identidade, de história, de personalidade cultural e étnica, que possuem conteúdos e saberes e que são sujeitos de direitos, isto é, que têm o direito de ter direitos. Propõe esse princípio o reconhecimento da escola como local de encontros e de desencontros. É de se imaginar que, no lugar em que os sujeitos se constroem reflexivos e críticos, se façam presentes as tensões e os conflitos próprios de quem se propõem a pensar o mundo. E no âmbito das tensões emergem reações e comportamentos que contrastam com os objetivos e função da escola e geram experiências (que se não tratadas adequadamente) serão negativas aos sujeitos envolvidos.

São conteúdos marcados pela desvalorização, pela inferiorização, pela intolerância e pela ausência de conhecimento. Falamos do machismo, do racismo, da xenofobia, da homofobia, da intolerância religiosa, dos preconceitos regionais, geracionais, entre outros. O racismo e outras formas de discriminação, embora não tenham nascido na escola, perpassam esse ambiente e ali precisam ser combatidos.

Os conteúdos de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira devem abranger as diversas dimensões histórico-culturais da formação da população brasileira, a partir das seguintes referências de estudos étnico-raciais:

- a. estudo da história da África e dos africanos,
- b. as lutas dos negros por sua liberdade e melhores condições de vida, contra estigmas, preconceitos, valores civilizatórios, discriminações e racismo;
- c. as diversas culturas afro-brasileiras e sua participação, contribuições e valorização na formação e configuração da sociedade brasileira, em seus múltiplos aspectos (sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos);
- d. ensino da Cultura Africana e das Negras e Negros no Brasil, abrangerá as contribuições para as áreas de conhecimento das Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, das técnicas e das tecnologias da Agricultura, Mineração, Metalurgia e de Edificações, áreas econômicas, trazidas pelos povos escravizados da África;
- e. apresentar as contribuições dos pioneiros negros nas áreas de sua atuação, bem como as influências que exerceram e exercem na comunidade negra em especial na catarinense;
- f. oferecer informações sobre a dinâmica de resistência da população negra, e dentre elas a organização de quilombos;
- g. contextualizar a presença negra na atividade e sua participação nas políticas públicas com reflexão do papel do negro na sociedade atual (movimento negro, discriminação racial, consciência negra, políticas afirmativas, gênero e relação étnico racial e saúde da população negra);
- h. ampliar os conhecimentos e conteúdos sobre a história e presença do negro no Estado de Santa Catarina
- i. conceitos de território, trabalho escravo, identidade negra, racismo e raça e etnia;

- j. reconhecer os espaços de memória e heranças de matriz africana no estado de Santa Catarina (cultura negra, identidade, patrimônio cultural, patrimônio imaterial e etc.);
- k. estudar as bibliografias e biografias dos intelectuais, poetas, educadores, jornalistas, atores músicos e políticos negros e negras, e contextualizar por quais razões suas contribuições foram omitidas por parte da historiografia oficial;
- l. introduzir jogos africanos de raciocínio e ligados à dinâmica África rural, estabelecendo relação como o modo de vida das comunidades negras e quilombolas;
- m. desconstruir a ideia de que a África é um país, apresentando o continente africano e seus países;
- n. destacar a contribuição do geógrafo Milton Santos;
- o. contextualizar que todos os grupos étnicos possuem cultura, resultante das suas experiências valores e significados, bem como as suas relações entre si e com os outros povos;
- p. debater sobre a diversidade étnico e cultural da população catarinense.

Os conteúdos de História e Cultura Indígena, a que se refere o artigo 4º da Resolução devem abranger as diversas dimensões histórico-culturais da formação da população brasileira, a partir desse grupo de estudo étnico:

- I. a história dos povos indígenas em geral, e em especial a história dos Povos Kaingang, Xokleng/Laklanõ e Guarani;
- II. as suas lutas por liberdade e melhores condições de vida, contra estigmas, preconceitos, discriminações e racismo;
- III. a diversidade cultural indígena e a revisão das perspectivas eurocêntricas e das teses de aculturação;
- IV. a sua participação no tempo presente, em interação com a sociedade não indígena e na manutenção e esforço sobre as suas formas específicas de existência e resistência.
- V. Os conteúdos programáticos de História e Cultura Indígena se caracterizam pela transversalidade e interdisciplinaridade, e segundo esta perspectiva, deverão ser desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar.

Uma reflexão apropriada a respeito dos propósitos estabelecidos como desafios conduz, invariavelmente, à conceituação e, a uma revisão teórica que permita uma melhor compreensão do que efetivamente se verifica nos dias de hoje, quanto a segregação, ao preconceito e ao racismo, na sociedade brasileira.

(\*) Colaboradores:

Servidores da Gerência de Modalidades e Diversidades Curriculares (GEMDI) - Diretoria de Ensino - Secretaria de Estado da Educação:

Alessandra Cristina Bernardino  
 Beatris Clair Andrade  
 César Cancian Dalla Rosa  
 Cleusa Matiola Petrovcic  
 Daniel Dall'igna Ecker  
 Débora Ruviano

Diogo Fiorello Foppa  
 Fabíolla Cristina Carpes Krämer  
 Fernanda Zimmermann Forster  
 Flávia de Brito Souza Garcia  
 Helena Alpini Rosa  
 Manoel Donizete Velho

## **CAPÍTULO II**

### **SEGREGAÇÃO, PRECONCEITO, RACISMO (\*\*)**

O ambiente acadêmico evidencia-se como um espaço responsável por promover debates sobre a desigualdade, a discriminação, o preconceito e a diversidade. Segundo Viana (2019) essa discussão no universo escolar é abrir-se para uma educação que vai além da reprodução de valores, é entender que se deve educar para a crítica às reproduções culturais.

Bourdieu (1994) afirma que a exclusão dos sujeitos de ambientes percebidos como fora de sua realidade pode indicar uma disposição social interiorizada, uma forma de reconhecimento antecipado do preconceito. Em alinhamento com esse discurso, é necessário conhecer ‘o outro’ para respeitar (VIANA, 2019), ou seja, os espaços acadêmicos devem reconhecer e valorizar a pluralidade cultural, buscando assim desconstruir paradigmas racistas, preconceituosos, discriminatórios, excludentes e hegemônicos. Sob esse cenário, ressalva Bourdieu (2004), a construção do cidadão é feita por um processo histórico que se faz por meio da educação, sendo essa planejada pelo próprio estado, tendo como intuito forjar uma visão de mundo já predeterminada e que garanta a prevalência do dominante sobre o dominado.

O preconceito pode ser definido como “uma opinião que se emite antecipadamente, a partir de informações acerca de pessoas, grupos e sociedades, em geral infundadas ou baseadas em estereótipos, que se transformam em julgamento prévio, negativo” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 221). Observa-se que, para ser considerado preconceito tem que existir necessariamente dois atributos: ser negativo e ser anterior a qualquer concepção, ou seja, “ideia, opinião ou sentimento desfavorável formado *a priori*, sem maior conhecimento, ponderação ou razão” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2.282). Para o Instituto Interamericano de Direitos Humanos (1995, p.17), os preconceitos:

[...] são opiniões levianas e arbitrárias, mas que não surgem do nada. Nem, ao contrário do que se possa pensar, são opiniões individuais. Em geral, nascem de repetição irrefletida de prejulgamentos que já ouvimos antes mais de uma vez. Finalmente, à força de tanta repetição, terminamos por aceitá-los como verdadeiros. E os repetimos sem sequer nos preocuparmos em verificar quão certos são.

Segundo Rangel (2006), é possível compreender o quanto o preconceito pode causar algum tipo de discriminação ou exclusão na vida de pessoas que historicamente sofrem com os efeitos nocivos dessas práticas. Enquanto a discriminação é um tratamento pior ou injusto dado a alguém por causa de características pessoais, que quebra o princípio de igualdade, motivado por raça, cor, sexo, idade, trabalho, credo religioso ou convicções políticas, a exclusão é o ato que priva ou exclui alguém de determinadas funções (HOUAISS; VILLAR, 2001).

Segundo Dupas (2001), a definição de exclusão social considera especificidades relacionadas ao contexto institucional, econômico e o entendimento sobre o que seja integração social. Considerando a realidade da exclusão, do preconceito e da discriminação, esses são experimentados por minorias, que

recebem habitualmente um tratamento discriminatório por parte de uma maioria, ocasião em que um grupo de pessoas se encontra em situação de dependência ou de desvantagem em relação a um outro grupo, majoritário, ambos integrando uma sociedade mais ampla (CHAVES, 1970). Ressalve-se que o termo 'minorias' ultrapassa o entendimento numérico, o termo é definido sociologicamente como "pessoas que de alguma maneira são objetos de preconceito social e/ou não têm respeitado os seus direitos de cidadania, necessitando de proteção e reconhecimento de direitos na sociedade" (KOSOVSKI, 2001, p. 356).

As características podem variar para cada grupo minoritário, mas alguns elementos costumam ser comuns às minorias, tais como:

**Vulnerabilidade jurídico social:** por ser um grupo não é institucionalizado pelas regras do ordenamento jurídico-social vigente. É, assim, "vulnerável", diante da legitimidade institucional e diante das políticas públicas. Onde, sua luta por uma voz, isto é, pelo reconhecimento societário de seu discurso.

**Identidade em formação:** porque do ponto de vista de sua identificação social, a minoria apresenta-se sempre na condição de uma entidade em formação e que se alimenta da força e do ânimo dos estados nascentes. Mesmo quando já existe há muito tempo, a minoria vive desse eterno recomeço.

**Luta contrahegemonica:** pois uma minoria luta pela redução do poder hegemônico, embora em princípio sem objetivo de tomada do poder pelas armas.

**Estratégias discursivas:** uso de estratégias de discurso e de ações demonstrativas (passeatas, invasões episódicas, gestos simbólicos, manifestos, revistas, jornais, programas de televisão, campanhas pela internet). (SODRÉ, 2005, p. 205).

As minorias podem ser discriminadas e excluídas por diversos motivos: raça, religião, gênero, sexualidade, físico, linguístico e cultural. O conceito de exclusão "define processos sociais de discriminação, estigmatização e vulnerabilidade" (COSTA; IANNI, 2018, p. 77).

Especificamente no que se refere a questão racial, compreende-se que existem três categorias associadas à ideia racial: racismo, preconceito racial e discriminação racial. Segundo Almeida (2019), embora haja relação, o racismo se diferencia do preconceito e da discriminação racial. Para Almeida (2019, p. 22-23), enquanto o "preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias", a "discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados". O requisito fundamental para se caracterizar a discriminação é o poder, ou seja, "a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça" (ALMEIDA, 2019, p.23). Considerando as concepções de discriminação racial adotadas pelo Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010) e pelo Ministério da Educação (2006) adota-se como base conceitual para discriminação racial todo e qualquer tipo de ação, atitude, ou manifestação que distingue, exclua e restrinja uma pessoa ou um grupo de pessoas.

O racismo é considerado uma "forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a

dependem do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2019, p. 22). Refere-se ao preconceito de cor da pele, ou seja, mesmo que o indivíduo negro pertença a uma classe social favorecida ou a uma descendência árabe, por exemplo, será discriminado em diferentes situações, embora em menor grau. O mesmo vale para o mestiço, ou seja, o descendente de negros e não-negros (MUNANGA, 1999; RANGEL, 2006). A concepção de racismo a partir de uma abordagem filosófica é vista como uma:

doutrina segundo a qual todas as manifestações histórico-sociais do homem e os seus valores (ou desvalores) dependem da raça; também segundo essa doutrina existe uma raça superior ("ariana" ou "nórdica") que se destina a dirigir o gênero humano. (ABBAGNANO, 2007, p. 822-824).

Para o Ministério da Educação (2006) o racismo pode ser compreendido como uma doutrina ou sistema político fundado sobre o direito de uma raça (considerada pura ou superior) de dominar outras ou preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, geralmente considerada inferior ou até mesmo uma atitude de hostilidade em relação à determinada categoria de pessoas. O encontro dessa concepção de Munanga (s/d), consegue exprimir teoricamente o conceito de racismo tendo como base as relações entre ‘raça’ e ‘racismo’:

o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural.

Reforçando a questão, Mezan (2021, p. 88) observa que:

o racismo é a forma que assume o preconceito quando o grupo portador das características repugnantes ou indesejáveis é uma raça, e não uma profissão, uma corrente de opinião, os moradores de certa região ou localidade etc. (...) Por trás da aparente tautologia - o racismo é o preconceito contra uma raça - oculta-se um complexo problema, que é o da própria conceituação do que seja uma ‘raça’.

Ainda a respeito do **racismo**, Mezan (2021) destaca que essa concepção **surge ideologicamente, com o intuito de diferenciar as raças humanas em escalas inferiores e superiores**: “o racismo é a pior forma de discriminação, porque o discriminado não pode mudar as características raciais que a natureza lhe deu” (MUNANGA, 2005, p. 41). Se materializa na discriminação racial, por seu caráter sistêmico em:

ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da

política, da economia e das relações cotidianas. (ALMEIDA, 2019, p. 24).

De acordo com Sant'Ana (2005) pode-se compreender que o preconceito é uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos, que é imposta pelo meio, época e educação. O preconceito regula as relações de uma pessoa com a sociedade e é considerado um fenômeno psicológico, ou seja, reside apenas na esfera da consciência e/ou afetividade dos indivíduos e por si só não fere direitos. Há que se ressaltar que o estereótipo nada mais é que a prática do preconceito, ou seja, é a sua manifestação comportamental, o qual objetiva segundo Sant'Ana (2005, p. 65): "(1) justificar uma suposta inferioridade; (2) justificar a manutenção do *status quo*; e legitimar, aceitar e justificar: a dependência, a subordinação e a desigualdade". Para a autora, a discriminação se verifica na ação ou omissão que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, ou seja, é a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. (SANT'ANA, 2005) Portanto, enquanto o **preconceito é subjetivo** e reside na esfera individual, a exclusão e a **discriminação possuem características objetivas**, ou seja, ferem direitos e o **racismo se evidencia na materialização da exclusão**, da discriminação e do preconceito.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad Contínua do IBGE – 2º trimestre de 2021 – 54,7% da população brasileira se autodeclarou como pertencente ao grupo racial negro<sup>13</sup>. Especificamente, 45,9% das pessoas se autodeclararam como parda enquanto 8,8% se autodeclararam como preta (IBGE, 2021). Em Santa Catarina, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – 1º trimestre de 2020 - esse cenário se inverte: 81,6% da população se autodeclara como branca enquanto 17,9% se autodeclarou como pertencente ao grupo racial negro, sendo 15,1% como pardos e 2,8% como pretos (IBGE, 2021).

Para Almeida (2019), nos espaços onde ocorrem os debates em torno da questão racial podemos encontrar variadas conceituações para o racismo. Observa-se que o racismo se apresenta de múltiplas formas, tais como: (1) racismo estrutural; (2) racismo institucional; e (3) racismo epistêmico. O racismo institucional e o estrutural descrevem fenômenos distintos. Em uma concepção sociológica, os conceitos de instituição e estrutura são distintos, dessa forma os adjetivos direcionados ao racismo, institucional e estrutural, devem ser tratados como “dimensões específicas do racismo, com significativos impactos analíticos e políticos” (ALMEIDA, 2019, p. 25).

O **racismo institucional** é tratado “como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, vantagens e privilégios com base na raça” (ALMEIDA, 2019, p. 26). Já o **racismo estrutural**, para Almeida (2019, p. 26) decorre da “própria estrutura social, ou seja, do modo natural com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional”. Para o autor,

---

<sup>13</sup> População negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga (Art. 1º, IV, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010)

comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo **racismo é regra e não exceção**; o **racismo é parte de um processo social**. O **racismo epistêmico** ou epistemológico **significa a recusa em reconhecer que a produção de conhecimento de algumas pessoas seja válida por duas razões: 1º) porque não são brancas; 2º) porque as pesquisas e resultados da produção de conhecimento envolvem repertório e cânones que não são ocidentais** (NOGUEIRA, 2015). Ou seja, o racismo epistêmico relaciona-se com o termo criado por Santos e Meneses (2010), para explicar o processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo ‘saber’ ocidental.

Via de regra, ao se fechar os olhos para a desigualdade e/ou para a multiculturalidade, características inerentes à formação da nação brasileira, tacitamente se aceita a segregação, o preconceito e o próprio racismo. Reitera-se, portanto, a importância de se conhecer esta diversidade cultural, como condição de melhorar o convívio social e o exercício da própria cidadania.

(\*\*) Colaborador:

Conselheiro Mário César Barreto Moraes

### CAPÍTULO III DIVERSIDADE CULTURAL (\*\*\*)

A cultura se apresenta como um conceito polissêmico, ou seja, dependendo de quem se consulta, diferentes e múltiplos são os conceitos inerentes. Da cultura deriva o multiculturalismo, a diversidade cultural, a educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras, que se tornaram contextualizadas na regulação do ensino, especificamente nas diversas e diferentes Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação.

**A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estimula a valorização da diversidade de saberes e das vivências culturais, como reflexo de uma sociedade mais inclusiva e receptiva às diversidades.** Nesse contexto, o itinerário formativo se propõe a oferecer uma formação integral em determinada área, para que junto a outros itinerários, além da formação geral básica, os egressos do ensino alcancem uma formação que os habilite à vida em sociedade e ao mundo do trabalho. Neste cenário se inserem as múltiplas visões ou percepções da cultura, seu entendimento e aceitação, como condição de cada estudante aprender e saber lidar e conviver com as diferenças.

Para tal, é preciso despertar a consciência a respeito dos usos e costumes de determinado grupo social e de seu impacto nas ações de profissionais de todas as áreas do conhecimento. É necessário que se desenvolva o conhecimento e o aprendizado tendo por referência os diferentes e múltiplos laços culturais que nos unem enquanto nação e, mais do que permitir, possibilitar e estimular para que que estudantes oriundos de diferentes grupos sociais se posicionem, fazendo com que todos respeitem sua identidade, tanto quanto necessitam respeitar e valorizar a identidade dos demais. Costa (2021), reforça **a importância do estudante desenvolver habilidades necessárias para valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais.** Observa a importância do exercício da empatia na escola, com a mesma assumindo o seu papel de espaço coletivo de convívio, onde trocas são privilegiadas, no sentido do acolhimento e do aconchego para garantir o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre si e com as demais pessoas. A escola, portanto, necessita valorizar as diferenças e precisa ser empática para que o estudante possa desenvolver as competências desejadas de seus egressos e previstas na BNCC. Ressalte-se que a valorização da diversidade se dá a partir de um currículo, um projeto político pedagógico e de vivências cotidianas que sejam atravessadas pela ênfase e ressignificação das diferentes culturas e das diferentes identidades vinculadas e contextualizadas no espaço escolar.

Assim, é possível que, ao findar sua formação, estudantes tenham cultivado e desenvolvido habilidades e competências que que lhe possibilitem praticar e demonstrar empatia na resolução de conflitos pelo diálogo. Neste sentido, é necessário não admitir ou aceitar que o racismo, a discriminação, a segregação e o preconceito estejam presentes na prática pedagógica, nos materiais didáticos, muitas vezes promovendo a exclusão ou tratando de maneira pejorativa a negros, índios, deficientes, mulheres ou quaisquer minorias em suas aulas. É imperativo não permitir que as relações cotidianas sejam pautadas por práticas discriminatórias, as quais ocorrem na escolha de representantes de grupos, nas conversas cotidianas e na desvalorização das práticas religiosas. E, sobretudo, é necessário ter uma intencionalidade educativa, que conduza ao registro e à

efetivação das práticas de valorização da diversidade e de exercício da empatia desde o plano de aula até o projeto político pedagógico da instituição.

A **diversidade cultural** deve permear toda formação dos estudantes para garantir que tenham o seu direito à formação integral respeitado, devendo, enquanto conteúdo, estar presente nas práticas de ensino-aprendizagem. Assim, o dia-a-dia da sala de aula, dos laboratórios, dos diversos espaços de estudo, necessitam que a identidade das pessoas e dos grupos seja respeitada, considerando vivências que não permitam nem estimulem práticas de racismo, de preconceito, de discriminação ou de qualquer tipo de segregação, mas que sejam orientadas pela valorização e pelo respeito das diferenças. (COSTA, 2021). O exercício da empatia e do diálogo, além de necessitar ser intencional nas práticas planejadas para cada conteúdo e sequência, também deve ser corriqueiro nas relações que se estabelecem no espaço escolar. Portanto, a convivência em um ambiente assim focado, permite que os estudantes desenvolvam as habilidades e competências desejadas e necessárias.

Evidencia-se na **diversidade cultural** um dos fios condutores da educação no Brasil, haja vista vivermos uma nação plural, articulado por múltiplas e diferentes suas culturas. Para a melhor compreensão da diversidade cultural é mister contextualizá-la a partir do conceito de cultura, tendo por referência a ideia de conjunto de hábitos, crenças, valores, tradições, interações e relacionamentos típicos de cada sociedade. No específico, é relevante resgatar Smircich (1983) e Freitas (2007), que afirmam ser a cultura propriedade de um grupo, que começa a se formar a partir de uma experiência comum e partilhada. A cultura existe nas famílias, nos grupos sociais, em ramos de atividade profissional, em regiões e em nações, por causa de uma língua comum, por questões étnicas, religiosas ou até mesmo por experiências compartilhadas. Ela se revela nas atitudes, nos comportamentos, práticas e sentimentos de um determinado grupo social. Conhecer e conviver com a cultura de um determinado grupo social facilita sua compreensão tanto quanto sua aceitação, pois não parece admissível de entendimento a rejeição, hostilidade ou discriminação do que não se conhece. Enquanto brasileiro, nada mais natural que se conhecer estas múltiplas culturas que forjam a nação brasileira.

Assim, a **multiculturalidade** como característica precípua da nação brasileira, onde a diversidade, em seu sentido mais amplo, evidencia-se como essência de um povo derivado da integração de muitos povos com diferentes culturas, de per se, revela a importância de se superar as eventuais divergências e/ou diferenças induzidas pelo diálogo e, sobretudo pela prática da empatia. No específico, entende-se que, não apenas o conhecimento ou o detalhamento da outra cultura fará com que ela seja aceita, mas pela sua vivência e resgatando sua práxis no ambiente de ensino é que se pode ter a esperança de um redesenho do convívio e da sociabilidade melhores.

Nesse contexto, inserimos, em anexo, as seguintes resoluções expedidas pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC):

-Resolução CEE/SC nº 048, de 05 de julho de 2016, que dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos e dá outras providências;

-Resolução CEE/SC nº 068, de 11 de dezembro de 2018, que dispõe sobre normas complementares para a Educação Básica nas Escolas de Educação Indígena, no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina;

-Resolução CEE/SC nº 063, de 27 de novembro de 2018, que dispõe sobre normas complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina, e estabelece outras providências;

-Resolução CEE/SC nº 086, de 15 de julho de 2019, que institui as Diretrizes para a organização da Educação Escolar Quilombola no Estado de Santa Catarina; e

-Resolução CEE/SC nº 004, de 21 de fevereiro de 2022, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana e da História e Cultura Indígena para o Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.

Referidas resoluções foram motivadas pela necessidade de atualização das normas para que o multiculturalismo, com todas as suas facetas, estivesse presente tanto nas diretrizes norteadoras do ensino quanto nas práticas educativas como nas ações pedagógicas dos estabelecimentos educacionais.

É dessa forma, com igualdade, que se pretende adotar os Temas Contemporâneos Transversais para formação humanitária dos estudantes e com sugestões de boas práticas para os professores.

(\*\*\*) Colaboradores:

Conselheiro Mário César Barreto Moraes

Professora Karina Marcelino

## SUGESTÕES DE MATERIAIS DE CONSULTA E DE APOIO À BOAS PRÁTICAS

BERNARDINO, Alessandra Cristina; VANZUITA, Alexandre. **Diversidade como princípio formativo: uma discussão sobre as práticas educativas de saberes tradicionais**. Dialogia, São Paulo, n. 39, p. 1-13, e20432, set./dez. 2021.

Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/20432>

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação e Ministério da Justiça, UNESCO: Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>

BRASIL. **Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SEDH, 2009.

Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PNDH3.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os**. Brasília: CFP, 2017. Disponível em:

[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes\\_raciais\\_baixa.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Série: Assistente Social no combate ao preconceito**. Brasília: DF, 2016. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

HALL, S. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2004. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes\\_etnicoraciais.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em

[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes\\_etnicoraciais.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf)

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

ROMÃO, JERUSE MARIA - **A África Está Em Nós: história e cultura afro-brasileira: africanidades catarinenses**, livro 5 / José Bento Rosa da Silva [ et al ] outros autores: Maria de Lourdes Mina, Fábio Garcia - João Pessoa, PB: editora Grafset, 2010.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação.

**Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica**. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação.

Florianópolis: SC, 2014. Disponível em:

<https://www.sed.sc.gov.br/documentos/ensino-89/proposta-curricular-156/4326-proposta-curricular-final>

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Diretoria de Gestão da Rede Estadual. Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional I **Caderno pedagógico: educação e diversidade** / Diretoria de Gestão da Rede Estadual, Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional. Florianópolis: SC, 2016.

Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/documentos/politica-prevencao-as-violencias-na-escola-335/5247-caderno-pedagogico-educacao-e-diversidade>

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação.

**Política de educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de**

**história e cultura afro-brasileira e africana** / Estado de Santa Catarina,

Secretaria de Estado da Educação. Florianópolis: SC, 2018a. Disponível em:

[https://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-asdiversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7380-caderno-politica-de-educacao-paraas-relacoes-](https://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-asdiversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7380-caderno-politica-de-educacao-paraas-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-eafricana-nead)

[etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-eafricana-nead](https://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-asdiversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7380-caderno-politica-de-educacao-paraas-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-eafricana-nead)

SANTA CATARINA. GOVERNO DO ESTADO. Secretaria de Estado da Educação.

**Política de educação escolar quilombola.** Estado de Santa Catarina, Secretaria

de Estado da Educação. Florianópolis: SC, 2018b. Disponível em:

[https://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-asdiversidades-e-os-](https://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-asdiversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7378-caderno-politica-de-educacaoescolar-quilombola-nequi)

[temas-que-os-compoem/7378-caderno-politica-de-educacaoescolar-quilombola-](https://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-asdiversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7378-caderno-politica-de-educacaoescolar-quilombola-nequi)  
[nequi](https://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-asdiversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7378-caderno-politica-de-educacaoescolar-quilombola-nequi)

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação.

**Política da Secretaria de Estado da Educação de educação escolar indígena.**

Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. Florianópolis: SC,

2018c. Disponível em: [https://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-as-](https://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-as-diversidades-e-ostemas-que-os-compoem/7376-caderno-politica-da-secretaria-de-estado-da-educacao-deeducacao-escolar-indigena-nei/file)

[diversidades-e-ostemas-que-os-compoem/7376-caderno-politica-da-secretaria-de-](https://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-as-diversidades-e-ostemas-que-os-compoem/7376-caderno-politica-da-secretaria-de-estado-da-educacao-deeducacao-escolar-indigena-nei/file)  
[estado-da-educacao-deeducacao-escolar-indigena-nei/file](https://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-as-diversidades-e-ostemas-que-os-compoem/7376-caderno-politica-da-secretaria-de-estado-da-educacao-deeducacao-escolar-indigena-nei/file)

SANTA CATARINA. **Política de educação, prevenção, atenção e atendimento**

**às violências na escola.** Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da

Educação. Florianópolis: SC, 2018d. Disponível em:

[https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/6613-politica-de-educacao-](https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/6613-politica-de-educacao-prevencao-atencao-e-atendimento-as-violencias-na-escola)  
[prevencao-atencao-e-atendimento-as-violencias-na-escola](https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/6613-politica-de-educacao-prevencao-atencao-e-atendimento-as-violencias-na-escola)

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação.

**Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território**

**catarinense** / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação.

Florianópolis:

SC,

2019. Disponível

em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos\\_estados/](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/sc_curriculo_santacatarina.pdf)  
[sc\\_curriculo\\_santacatarina.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/sc_curriculo_santacatarina.pdf)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A densidade da temática tratada, que compreendeu a Educação em direitos humanos, a Educação das relações étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena, além da Diversidade cultural, exigiu uma visão mais ampla e geral dos temas, de modo a nortear seu entendimento, possibilitando suscitar ou sugerir, objetiva e subjetivamente, ações que poderão ser empreendidas nas escolas e em sua comunidade. Em que pese o olhar do docente ser objeto do foco principal do Grupo de Trabalho, o conteúdo contextualizado não esgota os temas tratados mas, por outro lado visa também despertar o interesse pela pesquisa e novos estudos a respeito desses temas transversais que, diante da BNCC, devem ser contemplados e cotejados nos projetos pedagógicos dos cursos e respectivos planos de ensino.

Ao contemplar no Capítulo I o currículo e a prática pedagógica na implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER em Santa Catarina, procurou-se provocar uma ampla reflexão e proposta de ação docente, com pontos de apoio e referência ao estudo e pesquisa.

Como continuidade, o Capítulo II trouxe a base conceitual que trata da segregação e do preconceito, finalizando com a fundamentação das bases conceituais que traduzem o racismo, propiciando uma melhor compreensão e diversidade conceitual aos docentes.

Finalmente, no Capítulo III, ao se contextualizar a Diversidade Cultural, partiu-se do conceito de cultura, considerando sua polissemia até consolidar o conceito da multiculturalidade, revelando-se o propósito de abrir os horizontes e compreensão conceitual específica.

Ainda que não se tenha esgotado a temática abordada, é fundamental que a mesma seja objeto da atenção do docente, empreendendo sua capacitação, pesquisas e estudos que o permitam conhecer e melhor discutir os temas. Neste sentido, formatou-se um conjunto de sugestões para consultas e de apoio às boas práticas, que iniciam as Referências Bibliográficas apontadas. Destarte, reside no presente contexto, a expectativa de que o docente encontre neste trabalho uma orientação que lhe possibilite fundamentar suas aulas, permitindo que também amplie seus conhecimentos sobre os temas abordados, que na BNCC são tratados como Tema Contemporâneo Transversal.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL, República Federativa. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm).
- BRASIL, República Federativa. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm).
- BRASIL, República Federativa. **Lei nº 12.990**, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jun. 2014. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm).
- BRASIL, República Federativa. **Parecer CNE/CEB Nº 20/2009**. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Aprovado em 11/11/2009. – *Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*.
- BRASIL, República Federativa. **Parecer CNE/CEB Nº 003/2004**. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Aprovado em 17/06/2004. – *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*.
- BRASIL, República Federativa. **Resolução nº 7**, de 7 de abril de 2010. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, 2012. – *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*.
- BRASIL, República Federativa. **Resolução nº 1**, de 17 de junho de 2004. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, 2004. – *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria prática**. In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994a. p. 46-81.
- BOURDIEU, Pierre. **Gostos de classes e estilos de vida**. In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994b. p. 82-121.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004
- CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782003000300002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782003000300002&script=sci_arttext).
- CHAVES, Luís de Gonzaga Mendes. **Minorias e seu estudo no Brasil**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 149-168, 1970.
- COSTA, M.I.S., and IANNI, A.M.Z. **A dialética do conceito de exclusão/inclusão social**. In: Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea:

uma análise teórica [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, pp. 75-101. ISBN: 978-85-68576-95-3.

<https://doi.org/10.7476/9788568576953.0004>

COSTA, Rosilene Silva da. **Temas contemporâneos transversais da educação básica integral**: multiculturalismo, diversidade cultural, educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras. Brasília: SEB/MEC, 2021.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREITAS, Maria Ester de. **Cultura organizacional**: evolução e crítica. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>

INSTITUTO INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. **Maleta Didática Educação para a Cidadania. Capítulo Igualdade/Atividades**. Anistia Internacional, São José, Costa Rica, 1995. p.17.

KALNIN, Guilherme Felipe. **Avaliação do ensino superior**: uma análise comparativa entre o sistema de avaliação brasileiro e um sistema internacional de acreditação. 420 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Mestrado Acadêmico em Administração, Florianópolis, 2016.

KOSOVSKI, Ester. **Minorias e discriminação**. In: SÉGUIN, Élide (coord.). Direito das Minorias. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MEZAN, R. **Tempo de muda**. São Paulo: Editora Blucher, 2021. 9786555062670. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555062670/>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>

NOGUEIRA, Renato. **Afroperspectividade**: por uma filosofia que descoloniza. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza/>

PERARDT, S; BURIGO, C. C. D. **A concepção de universidade e a inter-relação com o processo da gestão universitária**. Revista da FAE, v.19, n.1, p.80-93, 2016.

RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Racismo, preconceito e exclusão**: um olhar a partir da Educação Física escolar. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 12, n. 1, p. 73-76, jan./abr., 2006.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. **História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados**. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo no Brasil*. Brasília:

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Portal da Educação Institucional**. Disponível em: <http://serieweb.sed.sc.gov.br/cadiesportal.aspx>

SILVA, Sérgio Gomes da. **Preconceito no Brasil contemporâneo**: as pequenas diferenças na constituição das subjetividades. Psicologia: Ciência e Profissão

[online]. 2003, v. 23, n. 2 [Acessado 13 Setembro 2021, pp. 2-5. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000200002>. Epub 06 Set 2012. ISSN 1982-3703.

<https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000200002>.

SILVA, Tatiana Dias. **Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente.** 2020. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35893&Itemid=448](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35893&Itemid=448) Acesso em 18 de set. 2021.

SMIRCICH, Linda. **Conceito de cultura e análise organizacional.** Artigo traduzido da *Administrative Science Quartely*, v.28, n.3, p.339-356, Sept. 1983.

SODRÉ, Muniz. **Por um conceito de minoria.** In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Org.). *Comunicação e cultura das minorias.* São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-14.

VIANA, Simone da Silva. Conhecer para respeitar: um grande desafio para banir a desigualdade e a discriminação do cotidiano escolar. **Filosofia Ciência e Vida**, São Paulo, Ano 10, Edição 146, p. 34-39, fevereiro, 2019.

## ANEXOS



### RESOLUÇÃO CEE/SC N° 048, de 05 de julho de 2016.

Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XIV do artigo 25, do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 05 de julho de 2016, pelo Parecer CEE/SC n° 104,

#### RESOLVE:

**Art 1º** Determinar, quando requerido, que as escolas/instituições vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina que, em respeito à cidadania, aos direitos humanos, à diversidade, ao pluralismo, à dignidade humana, além do nome civil, incluam o nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos.

**Art. 2º** Entende-se por nome civil como sendo aquele registrado na certidão de nascimento.

**Art. 3º** Entende-se por nome social como sendo aquele adotado pela pessoa e/ou conhecido e identificado na comunidade.

**Art. 4º** O nome social deverá acompanhar o nome civil em todos os registros e documentos escolares internos, inclusive ser usual na forma de tratamento.

**Art. 5º** O(a) aluno(a), maior de 18 anos, poderá requerer, a qualquer tempo, por escrito, a inclusão do nome social nos documentos escolares internos.

**Parágrafo único.** Para o(a) aluno(a), menor de 18 anos, o requerimento deverá ser subscrito pelos pais ou responsáveis.

**Art. 6º** A escola/instituição deverá viabilizar as condições necessárias de respeito às individualidades, mantendo programas educativos de combate à homofobia, assegurando ações e diretrizes previstas no plano nacional da cidadania e dos direitos humanos.

**Art. 7º** No ato da expedição do histórico escolar, no certificado e no diploma constará o nome civil e o nome social do concluinte do curso, desde que observado o disposto no artigo 5º e parágrafo único desta Resolução.

**Art. 8º** Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado e revoga a Resolução CEE/SC nº 132/2009 e a Resolução CEE/SC nº 015/2010, bem como as disposições em contrário.

Florianópolis, 05 de julho de 2016.

  
Osvaldir Ramos  
Presidente do Conselho Estadual de  
Educação de Santa Catarina

**RESOLUÇÃO CEE/SC Nº 063, de 27 de novembro de 2018.**

Dispõe sobre normas complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina, e estabelece outras providências.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições de acordo com o inciso IX do artigo 3º e o inciso XIII, do artigo 10 do Regimento e os artigos 109 a 130 da Lei nº 4.394/69, que dispõe sobre o CEE/SC e, considerando o disposto na Lei nº 9.394/96, na Lei Complementar Estadual nº 170/98, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação e no Parecer nº 151,

**RESOLVE:**

**Art.1º** Para efeitos desta Resolução entende-se por:

I - população do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, pescadores artesanais e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural, tais como indígenas e caboclos;

II - escola do campo: é aquela situada em área rural, conforme definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

§1º Serão consideradas do campo as turmas anexas e/ou localizadas nos segundos endereços vinculados às escolas com sede em área urbana (sede do município) que funcionem nas condições específicas no inciso II, deste artigo.

§2º As escolas do campo ou as turmas localizadas nos segundos endereços vinculados às escolas com sede em área urbana (sede do município), deverão elaborar seu projeto político pedagógico na forma estabelecida no Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/SC), especificadas nas Resoluções instituídas pela Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina (SED).

**Art.2º** São princípios da Educação do Campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero e de etnias;

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

II - incentivo à formulação de projeto político pedagógico específicos para a escola do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, com base na agroecologia e articulação com o mundo do trabalho, podendo-se utilizar alternâncias pedagógicas.

§1º Alternância Pedagógica é uma proposta metodológica que orienta a organização do processo educacional em tempos e espaços educativos distintos e interdependentes que se alternam continuamente, integrando os conhecimentos populares e os conhecimentos científicos, em um processo de retroalimentação: o Tempo Escola ou Acadêmico e o Tempo Comunidade.

III - desenvolvimento de política de valorização dos profissionais da Educação do Campo que garanta uma remuneração digna, com a inclusão e reconhecimento dos diplomas das Licenciaturas do Campo pelos editais de concursos públicos;

IV - desenvolvimento de política de formação de profissionais de educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas de produção e reprodução social da vida do campo;

V - valorização da identidade da Escola do Campo, considerando as práticas socioculturais e suas formas específicas de organização do tempo, por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos estudantes do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola, às condições climáticas e às características socioculturais da região; e

VI - implementação de gestão democrática nas instituições escolares, por meio de controle social, sobretudo da qualidade da educação oferecida, mediante a efetiva participação das comunidades na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão.

**Art.3º** A política de Educação do Campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de Educação Básica às populações do campo, será desenvolvida em regime de colaboração entre Estado e Municípios, de acordo com as orientações e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e o disposto nestas diretrizes, a saber:

I - alfabetização e redução das desigualdades educacionais para a população de jovens e adultos;

II - universalização da Educação Básica, com acesso e permanência no próprio campo, conforme a legislação;

III - desenvolvimento de políticas que promovam a permanência e a aprendizagem dos estudantes em todos os níveis e modalidades da Educação Básica.

IV - educação de tempo integral para escolas do campo em atendimento a comunidades indígenas e quilombolas, nômades e tradicionais;

V - propostas pedagógicas e currículo que incorporem os padrões culturais das diferentes populações do campo.

**Art.4º** A Educação Infantil, de competência dos municípios, constitui a primeira etapa da Educação Básica em creches e escolas do campo, atendendo crianças de zero a cinco anos de idade.

**Parágrafo único.** Preferencialmente, a Secretaria de Estado de Educação (SED), em colaboração com as Secretarias Municipais de Educação, definirá, conforme estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE 2014), a meta de expansão da respectiva rede de Educação Infantil do Campo, observando o padrão de qualidade e considerando as peculiaridades locais.

**Art.5º** O Ensino Fundamental, com duração de 09 (nove) anos, deve ser garantido para toda a população do campo de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade, e ainda:

I - garantir que até o último ano de vigência do PNE pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam o Ensino Fundamental na idade própria recomendada;

II - criar mecanismos para monitoramento e acompanhamento do acesso, permanência e aproveitamento escolar das crianças e adolescentes do campo, matriculados nas Escolas Públicas de Ensino Fundamental;

III - caberá à Secretaria de Estado de Educação (SED), em parceria com outros órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, promover a busca ativa de crianças e adolescentes do campo fora da escola.

**Art. 6º** O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, tem como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.

§ 1º Caberá à Secretaria de Estado de Educação (SED), assegurar, preferencialmente até o final da vigência do PNE, a universalização do atendimento escolar para toda a população do campo de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos.

§ 2º Caberá à Secretaria de Estado de Educação (SED) a garantia da oferta de educação profissional e tecnológica, integrada, concomitante ou sucessiva ao Ensino



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Médio, com perfis adequados às características socioeconômicas das populações indígenas, quilombolas, tradicionais, do campo nas regiões onde será ofertada e a partir dos interesses da comunidade escolar.

**Art. 7º** A Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) deverá atender, mediante procedimentos adequados, às populações do campo que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio.

**Parágrafo Único.** A oferta da Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos poderá ser articulada com qualificação social e profissional, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do campo.

**Art. 8º** A Educação Especial será compreendida conforme a Lei nº 12.796, de 04/04/2013, e Resolução CEE/SC nº 100/2016, como a modalidade de educação escolar para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento de altas habilidades, superdotação.

**Parágrafo único.** Os Sistemas de Ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens com deficiência, transtornos globais de desenvolvimentos e altas habilidades, superdotação, residentes no campo, tenham acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado em escolas de rede de ensino regular.

**Art. 9º** Anualmente, no período de cadastro escolar, deverá ser feita a avaliação de demanda escolar da população do campo de cada município, relacionando-a com os dados da população do campo por faixa etária, com a finalidade de verificar as taxas de frequência líquida, tanto na Educação Infantil quando no Ensino Fundamental e Médio.

**Art. 10.** Compete à Secretaria de Estado de Educação (SED), em colaboração com os órgãos municipal e federal de educação, sempre que o cumprimento do direito à educação assim o exigir, o desenvolvimento e manutenção da política de educação do campo em seus respectivos sistemas de ensino:

I - organização e funcionamento de turmas formadas por estudantes de diferentes idades e graus de conhecimento de uma mesma etapa de ensino, especialmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

II - oferta de Educação Básica, em suas diversas modalidades e, considerando, quando necessário, os princípios da pedagogia da alternância, que combine de modo articulado a organização das atividades da escola, da comunidade e do trabalho, nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

III - organização do calendário escolar, de acordo com as fases do ciclo produtivo, das condições climáticas e das características socioculturais de cada região.

**Art. 11.** A Educação Básica do Campo será preferencialmente ofertada nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento de estudantes para fora de sua comunidade de pertencimento.

§1º Para garantir o atendimento mais próximo às comunidades de pertencimento, as escolas poderão adotar estratégias de oferta multisseriada, classes ~~unidocentes~~, ciclos por idade de formação e regime de alternância.

§2º Sugere-se aos Sistemas Municipais de Educação que se evite sejam agrupadas, em uma mesma turma, crianças da Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.

§3º Quando os Anos Iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser ofertados nas próprias comunidades das crianças, o processo de nucleação priorizará deslocamento intracampo das crianças, devendo garantir a participação das comunidades, especialmente as famílias das crianças, na definição do local, bem como na avaliação das possibilidades de percurso a pé pelos alunos, na menor distância a ser percorrida.

§4º Para os Anos Finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, integrado ou não à Educação Profissional Técnica, o processo de nucleação poderá constituir-se, desde que salvguarde o diálogo, o respeito, os valores e a cultura das comunidades atendidas pela escolarização.

§5º A oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) também deve considerar que os deslocamentos sejam feitos nas menores distâncias possíveis, preservando o princípio da escola do campo.

**Art. 12.** Recomenda-se à Secretaria de Estado de Educação (SED), por meio do Programa Estadual de Transporte Escolar, que, cumprindo a legislação vigente, assegure o transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação de convênio de transporte escolar com financiamento compartilhado entre os entes federados, regulamentando a transferência de recursos financeiros, de forma direta, aos municípios que realizam o transporte escolar dos alunos, residentes em zona rural.

**Art. 13.** Para o atendimento dos objetivos previstos nas diretrizes propostas, a condição do trabalho docente, bem como a formação de professores para a Educação do Campo, observarão os princípios e objetivos da política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto no Decreto Federal

  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que será orientada, no que couber, pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

**Art. 14.** Orienta-se que a Secretaria de Estado de Educação (SED), em colaboração com as Secretarias Municipais de Educação, busque garantir:

I - institucionalização de programas de formação inicial e continuada para os profissionais da educação do campo que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo e propiciem, no mínimo, o disposto nos artigos 13, 61, 62 e 67 da LDB; e

II - formação específica de gestores e profissionais da educação que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo, produção de recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que atendam às especificidades formativas das populações do campo.

§1º A formação de professores poderá ser oferecida concomitante à atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, como a Pedagogia da Alternância e a Educação a Distância, sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da Educação do Campo e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§2º A formação de professores incorporará, em seus projetos político pedagógicos, as orientações das diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação (CNE) para os cursos de formação continuada, os princípios e as concepções da educação diferenciadas, as especificidades e diversidades socioculturais, ambientais, políticas, e econômicas, os processos de interação entre campo e a cidade e a organização dos espaços e tempos da formação.

§3º Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à Educação do Campo deverão atender às especificidades e peculiaridades das populações do campo

  
PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO



**RESOLUÇÃO CEE/SC Nº 068, de 11 de dezembro de 2018.**

Dispõe sobre normas complementares para a Educação Básica nas Escolas de Educação Indígena, no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições de acordo com o inciso IX do artigo 3º e o inciso XII, do artigo 10 do Regimento e os artigos 109 a 130 da Lei nº 4.394/89, que dispõe sobre o CEE/SC e, considerando o disposto na Lei nº 9.394/96, na Lei Complementar Estadual nº 170/98, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação, no Parecer CEE/SC nº 282/2005 e no Parecer nº 159,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - A oferta de Educação Escolar Básica Indígena, no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina, deverá ser promovida mediante a implementação das adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades dos povos indígenas, visando à valorização plena de sua cultura e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica, reconhecendo-se às respectivas unidades escolares a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios.

Parágrafo único. Dada a natureza da Educação Escolar Indígena, aplicam-se a ela, também, os dispositivos constantes na regulamentação pertinente à Educação Básica nas Escolas do Campo de Santa Catarina.

**Art. 2º** - Além do disposto no artigo anterior, constituirão elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena:

I. sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos;

II. exclusividade de atendimento à comunidades indígenas;

III. o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo;

IV. a organização escolar própria.



PROFESSOR DE EDUCAÇÃO

**Parágrafo único.** A escola indígena será criada em atendimento à reivindicação ou por iniciativa de comunidade interessada, ou com a anuência da mesma, respeitadas suas formas de representação.

**Art. 3º** - Na organização de escola indígena deverá ser considerada a participação da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão, bem como:

I. o planejamento e edificação de estruturas físicas adequadas à prática escolar nas comunidades indígenas, levando em conta as demandas apresentadas pelo povo indígena demandante;

II. o uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural, respeitado o princípio do bilinguismo, da interculturalidade e da especificidade;

III. a institucionalização de espaços de consulta prévia e informada na Secretaria de Estado da Educação, bem como nas Secretarias Regionais de Educação e Secretarias Municipais de Educação que atendem às comunidades indígenas, com a participação de representantes indígenas;

IV. a oferta de atendimento escolar em todas as etapas e modalidades, considerando as necessidades apontadas pela comunidade indígena;

V. do fornecimento de alimentação escolar em consideração à cultura alimentar da comunidade e às garantias estabelecidas pelas políticas de segurança alimentar e nutricional;

**Art. 4º** - As escolas indígenas, respeitados os preceitos constitucionais e legais que fundamentam a sua Instituição, desenvolverão suas atividades de acordo com o proposto nos respectivos projetos pedagógicos e regimentos escolares com as seguintes prerrogativas:

I. organização das atividades escolares, independentes do ano civil, respeitado o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas;

II. duração diversificada dos períodos escolares, ajustando-a às condições e especificidades próprias de cada comunidade.

**Art. 5º** - A formulação do projeto pedagógico próprio, por escola ou por povo indígena, considerando os fundamentos da Educação Escolar Indígena Específica, diferenciada, bilíngue, intercultural e comunitária, terá por base:



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

I. as Diretrizes Curriculares Nacionais referentes à Educação Escolar Indígena e as Diretrizes da Educação Básica;

II. as características próprias das escolas indígenas, em respeito à especificidade étnico-cultural de cada povo ou comunidade;

III. as realidades sociolinguísticas, em cada situação;

IV. os conteúdos curriculares especificamente indígenas e os modos próprios de constituição do saber e da cultura indígena;

V. a participação da respectiva comunidade ou povo indígena;

VI. a inclusão de conhecimentos interculturais no currículo, considerando os conteúdos científicos pertinentes ao projeto societário da comunidade escolar indígena;

VII. a organização de calendário escolar específico garantindo o direito aos dias letivos de atividade estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB);

**Art. 6** - A educação escolar indígena, no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina, é de competência do Estado, podendo ser desenvolvida pelos Municípios quando houver solicitação expressa da comunidade indígena requisitante, cabendo ainda, ao primeiro, as seguintes atribuições:

I. responsabilizar-se pela oferta e execução da Educação Escolar Indígena, diretamente ou por meio de regime de colaboração com seus municípios;

II. regular administrativamente as escolas indígenas, integrando-as como unidades próprias, autônomas e específicas no sistema estadual;

III. prover as escolas indígenas de recursos humanos, materiais e financeiros, para o seu pleno funcionamento;

IV. instituir e regulamentar a profissionalização e o reconhecimento público do magistério indígena, a ser admitido mediante concurso público específico;

V. promover a formação inicial e continuada de professores indígenas;

VI. promover a oferta de cursos técnicos em nível médio;

VII. promover apoio e incentivo à cursos de Pós-Graduação;

VIII. elaborar e publicar sistematicamente material didático, específico e diferenciado, para uso nas escolas indígenas.



PROFESSORA DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**Parágrafo único.** Os municípios que sejam mantenedores de escolas indígenas que não satisfaçam as exigências mínimas de qualidade, ouvidas as comunidades interessadas, deverão iniciar tratativas com o Governo do Estado para viabilizar a transferência de manutenção no prazo máximo de 03 (três) anos, a partir da publicação desta Resolução.

**Art. 7º** - A Secretaria de Estado da Educação (SED) ficará responsável pela emissão de Instruções Normativas, sempre que necessário, para orientar, organizar e implementar esta Resolução, considerando os princípios e fundamentos que balizam os direitos constitucionais dos povos indígenas.

**Art. 8º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 11 de dezembro de 2018.



Osvaldir Romos  
Presidente do Conselho Estadual de  
Educação de Santa Catarina

**RESOLUÇÃO CEE/SC N° 086, de 15 de julho de 2019.**

Institui as Diretrizes para a organização da Educação Escolar Quilombola no Estado de Santa Catarina.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições de acordo com o inciso IX do artigo 3º e inciso XII do artigo 10 do Regimento e os artigos 109 e 130 da Lei nº 4.394/89, que dispõe sobre o CEE/SC e, considerando o disposto na Lei nº 9.394/96, na Lei Complementar Estadual nº 170/98, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação, no Parecer CEE/SC nº 140/2019, no Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 16, de 05 de junho de 2012, na Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e considerando ainda:

O direito à Educação Escolar Quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais;

A Educação Escolar Quilombola destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica;

A necessidade de assegurar as Escolas Quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento, por intermédio de utilização de recursos tecnológico;



\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

A aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento, por intermédio de utilização de recursos tecnológico, admitindo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade, observados os princípios constitucionais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira e suas diretrizes;

A necessidade de assegurar o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos desses territórios considere o direito de consulta e a participação da comunidade e suas lideranças;

A Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Estado brasileiro por meio do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004;

A Política Estadual de Educação Escolar Quilombola;

A política Estadual de Educação para as Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana;

As deliberações da I Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB - 2008) e da Conferência Nacional da Educação Básica (CONAE - 2010);

As Metas e Estratégias do Plano Estadual de Educação, Lei nº 18.794 de 14 de dezembro de 2015;

O previsto na Proposta Curricular de Santa Catarina de 2014; e

CONSIDERANDO, finalmente, as manifestações e contribuições provenientes da participação de representantes de organizações quilombolas, profissionais da educação e da Secretaria Estadual de Educação (SED) em reuniões técnicas de trabalho e audiências públicas.

## RESOLVE:

### Capítulo I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Ficam estabelecidas as Diretrizes para a organização da Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no Estado de Santa Catarina, na forma desta Resolução.



\_\_\_\_\_  
Secretaria de Estado de Educação

**Art. 2º** A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica fundamenta-se nos princípios:

I - da historicidade, ancestralidade e memória coletiva;

II - das línguas reminiscentes;

III - dos marcos civilizatórios;

IV - das práticas culturais;

V - das tecnologias e formas de produção do trabalho como princípio educativo;

VI - dos acervos e repertórios orais;

VII - dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;

VIII - da territorialidade e respeito aos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas;

IX - do reconhecimento dos quilombolas como povos ou comunidades tradicionais;

X - do direito ao ~~etnodesenvolvimento~~ entendido como modelo de desenvolvimento alternativo, que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e da vida;

XI - da superação do racismo institucional, ambiental, alimentar, dentre outros;

XII - da articulação entre os conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais e as práticas socioculturais próprias das comunidades quilombolas, em processo educativo dialógico e emancipatório;

XIII - reconhecimento do lugar social, cultural, político, econômico, educativo e ecológico ocupado pelas mulheres no processo histórico de organização das comunidades quilombolas e construção de práticas educativas que visem à superação de todas as formas da violência racial e de gênero;

XIV - valorização das ações da coletividade, de cooperação e de solidariedade presentes na história das comunidades quilombolas, a fim de contribuir para o fortalecimento das redes de colaboração solidária por elas construídas; e

XV - direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade.



PROFESSORA DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**Art. 3º** A Educação Escolar Quilombola, educação do campo e educação escolar indígena são modalidades de ensino que devem estabelecer interfaces entre si, reconhecendo seus pontos de intersecção política, econômica e social, sem perder a especificidades de cada uma e o direito a uma estrutura que requer as referidas modalidades.

## CAPÍTULO II

### DO ATENDIMENTO DA DEMANDA

**Art. 4º** A Educação Escolar Quilombola destina-se ao atendimento das populações rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica.

**Art. 5º** A Educação Escolar Quilombola será ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades quilombolas, rurais e urbana, reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis devendo observar o seguinte:

§ 1º A Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental realizada em áreas rurais, deverão ser sempre ofertados nos próprios territórios quilombolas;

§ 2º As escolas quilombolas, quando nucleadas, deverão ficar em polos quilombolas e somente serão vinculadas aos polos não quilombolas em casos excepcionais.

§ 3º Quando os Anos Finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio, integrado ou não à Educação Profissional Técnica e a Educação de Jovens e Adultos não puderem ser ofertados nos próprios territórios quilombolas, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades quilombolas e de suas lideranças na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos estudantes na menor distância a ser percorrida e em condições de segurança.

§ 4º Quando se fizer necessária à adoção do transporte escolar no Ensino Fundamental, Ensino Médio, integrado ou não à Educação Profissional Técnica, e na Educação de Jovens e Adultos devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte intracampo dos estudantes quilombolas, em condições adequadas de segurança.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**Art. 6º** A Secretaria de Estado da Educação (SED) deve garantir a identificação dos estudantes oriundos de territórios quilombolas, no sistema de informações educacionais, bem como o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar.

**Art. 7º** A demanda da Educação Escolar Quilombola deve ser identificada no Plano de Atendimento Educacional dos Órgãos Regionais e/ou Coordenadorias de Educação e nas Secretarias Municipais de Educação, de acordo com a responsabilidade de cada ente federado.

### Capítulo III

#### DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

**Art. 8º** A organização da Educação Escolar Quilombola, em cada etapa da Educação Básica, poderá assumir variadas formas, de acordo com o art. 23 da Lei de Diretrizes e Base (LDB), tais como:

- I - ~~anuais~~;
- II - ~~períodos~~ semestrais;
- III - ciclos;
- IV- ~~alternância~~ regular de períodos de estudos com tempos e espaços específicos; e
- V - ~~grupos~~ não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

**Art. 9º** O calendário da Educação Escolar Quilombola deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas, econômicas e socioculturais, a critério do respectivo projeto político-pedagógico da escola, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na Lei de Diretrizes e Base (LDB).

**Art. 10** O calendário escolar deve incluir as datas consideradas mais significativas para a população negra e para cada comunidade quilombola, de acordo com a região e a localidade, consultadas as comunidades e lideranças quilombolas.

  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Art. 11** O programa institucional de alimentação escolar deve atender os seguintes objetivos:

I - garantir a alimentação escolar, na forma da Lei e em conformidade com as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas;

II - respeitar os hábitos alimentares do contexto socioeconômico-cultural-tradicional das comunidades quilombolas;

III - garantir a soberania alimentar assegurando o direito humano à alimentação adequada; e

IV - garantir a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade cultural e étnico-racial da população.

**Art. 12** Recomenda-se que as escolas contratem profissionais de apoio escolar oriundos das comunidades quilombolas para produção da alimentação escolar, de acordo com a cultura e hábitos alimentares das próprias comunidades.

**Art. 13** A Educação Escolar Quilombola deve ser acompanhada pela prática constante de produção e publicação de materiais didáticos e de apoio pedagógico específicos nas diversas áreas de conhecimento, mediante ações colaborativas entre o poder público, instituições e organizações sociais.

§ 1º As ações colaborativas constantes do caput deste artigo poderão ser realizadas contando com a parceria e participação dos docentes, organizações do movimento quilombola e do movimento negro, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e grupos correlatos, instituições de Educação Superior e da Educação Profissional e Tecnológica.

§ 2º O Estado e os Municípios devem assegurar, por meio de ações cooperativas, a aquisição e distribuição de livros, obras de referência, literatura infantil e juvenil, materiais didático-pedagógicos e de apoio pedagógico que valorizem e respeitem a história e a cultura local das comunidades quilombolas.

§ 3º Os materiais didáticos pedagógicos próprios preferencialmente deverão ser produzidos considerando a autoria, história e experiência das comunidades quilombolas e com anuência das mesmas.



\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**Art. 14** O Estado e os Municípios desenvolverão um plano de reestruturação e implantação de infraestrutura física (salas, ambiente, ginásio de esportes, centros culturais), escolas, para o atendimento da Educação Escolar Quilombola.

#### CAPÍTULO IV

##### DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

**Art. 15** O Projeto Político Pedagógico da instituição escolar deve expressar os princípios da Educação Escolar Quilombola da Educação Básica, de forma coerente, articulada e integrada com a realidade histórica, regional, política sociocultural e econômica das comunidades quilombolas.

**Art. 16** A construção do Projeto Político Pedagógico deverá ocorrer de forma autônoma e coletiva, pautada em diagnóstico da realidade e mediante o envolvimento e participação de toda a comunidade escolar, em processo dialógico com as lideranças e as organizações existentes no território.

**Art. 17** O Projeto Político Pedagógico deverá levar em conta:

I - os princípios descritos no art. 2º desta Resolução;

II - os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola;

III - as formas por meio das quais as comunidades quilombolas vivenciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade mais ampla;

IV - a possibilidade de articulação entre Escola Quilombola e instituições de Ensino Superior, devidamente apoiadas por agências de fomento à pesquisa;

V - a questão da territorialidade, associada ao etnodesenvolvimento e à sustentabilidade socioambiental e cultural das comunidades quilombolas;

VI - o conhecimento dos processos e hábitos alimentares das comunidades quilombolas por meio de troca e aprendizagem com os próprios moradores e lideranças locais; e

  
PROFESSORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

VII - os processos de aprendizagem com os grãos, os mestres de ofícios e as lideranças locais.

## CAPÍTULO V

### DAS ETAPAS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

**Art. 18** A Educação Escolar Quilombola no âmbito da Educação Básica deve compreender todas as etapas e modalidades de ensino, de oferta segundo as competências definidas nos termos da legislação e normatização vigente.

**Art. 19** A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, na qual se privilegiam práticas de cuidar e educar, é um direito das crianças dos povos quilombolas e obrigação de oferta pelo poder público para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade.

§ 1º A decisão pela matrícula e frequência das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos é uma opção de cada família das comunidades quilombolas, a partir de suas referências culturais e de suas necessidades.

§ 2º Na oferta da Educação Infantil na Educação Escolar Quilombola deverá ser garantido à criança o direito a permanecer com o seu grupo familiar e comunitário de referência, evitando-se o seu deslocamento.

§ 3º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade.

**Art. 20** A Educação Infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade.

II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade.

**Art. 21** A Secretaria de Estado da Educação (SED), no âmbito da Educação Infantil, colabora com os Municípios, por meio da cessão de espaço e formação de professores para atuar nessa etapa de ensino, ou indiretamente no apoio pedagógico, favorecendo o padrão de qualidade de acordo com as peculiaridades locais.



PROFESSORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**Art. 22** O Ensino Fundamental, direito humano, social e público subjetivo, aliado à ação educativa da família e da comunidade devem articular-se no contexto da Educação Escolar Quilombola, com os conhecimentos tradicionais, com o direito à identidade étnico-racial, e com a dinâmica própria de organização de cada comunidade quilombola, tendo o respeito à diversidade como valor fundamental.

**Parágrafo único** O Estado, em regime de colaboração com os Municípios, deve garantir o Ensino Fundamental, com duração de nove anos, para toda a população quilombola de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade.

**Art. 23** O Ensino Fundamental deve garantir aos estudantes quilombolas:

I - a indissociabilidade das práticas educativas e das práticas do cuidar visando o pleno desenvolvimento da formação humana dos estudantes na especificidade dos seus diferentes ciclos de vida;

II - a articulação entre os conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais e as práticas socioculturais próprias das comunidades quilombolas, num processo educativo dialógico e emancipatório;

III - um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modos de ser e de se desenvolver das crianças e adolescentes quilombolas nos diferentes contextos sociais; e

IV - a organização escolar em ciclos, anos e outras formas de organização, compreendidos como tempos e espaços interdependentes e articulados entre si, ao longo dos nove anos de duração do Ensino Fundamental.

**Art. 24** O Ensino Médio na Educação Escolar Quilombola deverá proporcionar aos estudantes:

I - formação capaz de oportunizar o desenvolvimento das capacidades de análise e de tomada de decisões, de resolução de problemas, com flexibilidade e valorização dos conhecimentos tradicionais produzidos pelas suas comunidades e aprendizado de diversos conhecimentos necessários ao aprofundamento das suas interações com seu grupo de pertencimento e com a sociedade mais ampla.

II - participação em projetos de estudo, de pesquisa e de trabalho e atividades pedagógicas que visem ao conhecimento das dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura própria das comunidades quilombolas, bem como da sociedade mais ampla.

  
PROFESSORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**Art. 25** O Estado deve garantir a universalização do atendimento escolar do Ensino Médio para toda a população quilombola de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos de idade.

**Art. 26** A proposta pedagógica do Ensino Médio na Educação Escolar Quilombola deve também abrir perspectivas para os estudantes vislumbrarem seu ingresso no Ensino Superior.

**Art. 27** A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa assegurar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação o desenvolvimento das suas potencialidades socioeducacionais em todas as etapas e modalidades da Educação Básica nas escolas quilombolas e nas escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas.

§ 1º O Estado e os Municípios devem garantir aos estudantes a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

§ 2º O Estado e os Municípios devem assegurar a acessibilidade para toda a comunidade escolar e aos estudantes quilombolas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação, mediante:

- I - prédios escolares adequados;
- II - equipamentos;
- III - mobiliário;
- IV - transporte escolar;
- V - profissionais especializados;
- VI - tecnologia assistiva; e
- VIII - outros materiais adaptados às necessidades desses estudantes e de acordo com o Projeto Político-Pedagógico da escola.

**Art. 28** A Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Educação Escolar Quilombola deve articular os princípios da formação ampla, sustentabilidade socioambiental e respeito à diversidade dos estudantes, considerando-se as formas de organização das comunidades quilombolas e suas diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais, devendo:

- I - contribuir para a gestão territorial autônoma, possibilitando a elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável e de produção alternativa para as comunidades quilombolas, tendo em vista, em muitos casos, as situações de falta de assistência e de apoio para seus processos produtivos; e

  
PROFESSORA SUZANA DE SOUZA  
PROFESSORA SUZANA DE SOUZA

II - ~~articular-se~~ com os projetos comunitários, definidos a partir das demandas coletivas das comunidades quilombolas, contribuindo para a reflexão e construção de alternativas de gestão autônoma dos seus territórios, de sustentabilidade econômica, de soberania alimentar, de educação, de saúde e de atendimento às mais diversas necessidades cotidianas.

§ 1º As escolas poderão solicitar a autorização de oferta de Cursos Técnicos via Plano de Atendimento, em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, ressaltando a importância de que essa modalidade esteja voltada para o estudo aprimorado de tecnologias ao contexto quilombola.

§ 2º Para o atendimento das comunidades quilombolas, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio deverá ser realizada preferencialmente em seus territórios, podendo ser ofertada nas escolas estaduais ou por meio de parcerias com outras instituições de ensino e organizações do Movimento Negro e Quilombola.

**Art. 29** A Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Educação Escolar Quilombola deve atender às realidades socioculturais e interesses das comunidades quilombolas, vinculando-se a seus projetos de vida e trabalho.

§ 1º Na Educação Escolar Quilombola, as propostas educativas de EJA, numa perspectiva de formação ampla, devem favorecer o desenvolvimento de uma Educação Profissional que possibilite aos jovens, adultos e idosos quilombolas atuar nas atividades socioeconômicas e culturais de suas comunidades com vistas ao fortalecimento do protagonismo quilombola e da sustentabilidade de seus territórios.

§ 2º Os critérios para autorização de turmas de EJA das comunidades quilombolas serão diferenciados e devem ocorrer de acordo com as demandas da comunidade.

§ 3º A oferta de EJA no Ensino Fundamental não deve substituir a oferta regular dessa etapa da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola, independente da idade.

§ 4º A matrícula de EJA deverá ser a qualquer tempo, considerando avaliação classificatória específica para cada caso, mediante diretrizes operacionais próprias.



PROFESSORA DO COLÉGIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

## CAPÍTULO VI

### DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

**Art. 30** O currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

**Art. 31** O currículo da Educação Escolar Quilombola, obedecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para todas as etapas e modalidades da Educação Básica, deverá:

I - garantir ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas;

II - implementar a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena nos termos da legislação em vigor;

III - reconhecer a história e a cultura Afro-Brasileira como elementos estruturantes do processo de formação da sociedade brasileira, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que estruturam as concepções de vida dos Afro-Brasileiros na diáspora africana;

IV - promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura Afro-Brasileira e Africana ressignificada, recriada e ~~reterritorializada~~ nos territórios quilombolas;

V - garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importantes eixos norteadores do currículo; e

VI - considerar a liberdade religiosa, a diversidade, a inclusão, como princípios jurídicos, políticos e pedagógicos atuando de forma a superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, de matriz africana ou não, e a proibir toda e qualquer prática de proselitismo religioso nas escolas.

  
PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA E EDUCAÇÃO

**Art. 32** Na construção dos currículos da Educação Escolar Quilombola, devem ser consideradas as condições de escolarização dos estudantes quilombolas em cada etapa e modalidade de ensino; as condições de trabalho do professor; os espaços e tempos da escola e de outras instituições educativas da comunidade e fora dela, tais como museus, centros culturais, laboratórios de ciências e equipamentos de tecnologia da comunicação e informação), associações comunitárias, cooperativas locais, entre outros espaços comunitários e educativos.

**Art. 33** O currículo na Educação Escolar Quilombola pode ser organizado por eixos temáticos, projetos de pesquisa, eixos geradores ou matrizes conceituais, em que os conteúdos das diversas disciplinas podem ser trabalhados numa perspectiva interdisciplinar.

**Art. 34** A organização curricular da Educação Escolar Quilombola deverá se pautar em ações e práticas político-pedagógicas que visem:

I - a interdisciplinaridade e contextualização na articulação entre os diferentes campos do conhecimento, por meio do diálogo entre áreas do conhecimento e do estudo e pesquisa de temas da realidade dos estudantes e de suas comunidades;

II - a adequação das metodologias didático-pedagógicas às características dos estudantes, em atenção aos modos próprios de socialização dos conhecimentos produzidos e construídos pelas comunidades quilombolas ao longo da história;

III - a elaboração e uso de materiais didáticos e de apoio pedagógico próprios, com conteúdos culturais, sociais, políticos e identitários específicos das comunidades quilombolas;

IV - a inclusão das comemorações nacionais e locais no calendário escolar, consultadas as comunidades quilombolas no colegiado, em reuniões e assembleias escolares, bem como os estudantes no grêmios estudantil e em sala de aula, a fim de, pedagogicamente, compreender e organizar o que é considerado mais marcante a ponto de ser rememorado e comemorado pela escola;

V - as estratégias e metodologias de pesquisa como eixo para a produção de conhecimentos; e

  
PROFESSOR(A) RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE ENSINO

VI - os conhecimentos produzidos no percurso formativo dos estudantes tornar-se-ão uma fonte para a elaboração e produção de materiais pedagógicos, contemplando os conteúdos culturais, sociais, políticos e identitários específicos das comunidades quilombolas.

## CAPÍTULO VII

### DA AVALIAÇÃO

**Art. 35** A avaliação, entendida como um dos elementos que compõem o processo de ensino e aprendizagem deverá garantir o direito do estudante a ter considerados e respeitados os seus processos próprios de aprendizagem.

**Art. 36** A avaliação do processo de ensino e aprendizagem na Educação Escolar Quilombola deve considerar:

I - os aspectos qualitativos, diagnósticos, processuais, formativos, dialógicos e participativos do processo educacional;

II - o direito de aprender dos estudantes quilombolas;

III - as experiências de vida e as características históricas, políticas, econômicas e socioculturais das comunidades quilombolas; e

IV - os valores, as dimensões cognitiva, afetiva, emocional, lúdica, de desenvolvimento físico e motor, dentre outros.

**Art. 37** A Educação Escolar Quilombola desenvolverá práticas de avaliação que possibilitem o aprimoramento das ações pedagógicas, dos projetos educativos, da relação com a comunidade, da relação professor/estudante e da gestão.

## CAPÍTULO VIII

### DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

**Art. 38** A Educação Escolar Quilombola deve atender aos princípios constitucionais, diretrizes da gestão democrática e deverá ser realizada em diálogo, parceria e consulta às comunidades quilombolas por ela atendidas.

  
PROFESSORA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

§ 1º Faz-se imprescindível o diálogo entre a gestão da escola, a coordenação pedagógica e organizações do movimento quilombola nos níveis local, regional e nacional, a fim de que a gestão possa considerar os aspectos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos do universo sociocultural quilombola no qual a escola está inserida.

§ 2º A gestão das escolas quilombolas deverá ser realizada, preferencialmente, por quilombolas e/ou por indicação da comunidade, considerando a formação profissional e específica da Educação Escolar Quilombola, mediante plano de gestão construído coletivamente.

§ 3º O Estado e os Municípios estabelecerão convênios e parcerias com instituições de Educação Superior para a realização de processos de formação continuada e em serviço de gestores em atuação na Educação Escolar Quilombola.

**Art. 39** A Secretaria de Estado de Educação (SED) e as Secretarias Municipais de Educação deverão organizar uma sistemática de contratação dos professores quilombolas que permita a articulação entre o estudo, a pesquisa e a proposta de intervenção. A metodologia da alternância assegura por meio de "tempo comunidade" a integração do currículo com a realidade vivenciada pelos estudantes e suas comunidades, oportunizando aos educadores o conhecimento da cultura e vivência e desta maneira um planejamento coletivo na perspectiva a interdisciplinaridade nas relações com as áreas do conhecimento.

## CAPÍTULO IX

### DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

**Art. 40** A Secretaria de Estado da Educação do Estado de Santa Catarina (SED/SC) deverá estimular a criação e implementação de programas de formação inicial de professores em licenciatura para atuação em Escolas Quilombolas e Escolas que atendam estudantes oriundos de territórios quilombolas ou ainda em cursos de magistério de nível médio na modalidade normal, de acordo com a necessidade das comunidades quilombolas.



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Nesse Processo é preciso:

I - **fomentar** a produção de materiais didáticos e de apoio pedagógico específicos, de acordo com a realidade quilombola em diálogo com a sociedade mais ampla, conforme parágrafo terceiro do artigo 13 desta Resolução.

II - **garantir** a utilização de metodologias e estratégias adequadas de ensino no currículo que visem à pesquisa, à inserção e à articulação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas em seus contextos sócio-histórico-culturais.

**Art. 41** Nos cursos de formação inicial da Educação Escolar Quilombola deverão ser criados espaços, condições de estudo, pesquisa e discussões sobre:

I - **as** lutas quilombolas ao longo da história;

II - **o** papel dos quilombos nos processos de libertação e no contexto atual da sociedade brasileira;

III - as ações afirmativas;

IV - **o** estudo sobre a articulação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas ao longo do seu processo histórico, sociocultural, político e econômico; e

V - **as** formas de superação do racismo, da discriminação e do preconceito raciais, nos termos da legislação vigente.

**Art. 42** A formação continuada de professores que atuam na Educação Escolar Quilombola deverá:

I - **ser** assegurada pelo Estado e Municípios e suas instituições formadoras e compreendida como componente primordial da profissionalização docente e estratégia de continuidade do processo formativo, articulada à realidade das comunidades quilombolas e à formação inicial dos seus professores;

II - **ser** realizada por meio de cursos presenciais ou a distância, por meio de atividades formativas e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, bem como programas de mestrado ou doutorado;

III - realizar cursos e atividades formativas criadas e desenvolvidas pelas instituições públicas de educação, cultura e pesquisa, em consonância com os projetos das escolas e dos sistemas de ensino; e

IV - **participação** dos grãos, mestres e lideranças das comunidades.

  
PROFESSORA DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO

## CAPÍTULO X

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 43** É responsabilidade do Estado e Municípios, com apoio da União, ofertar e manter a Educação Escolar Quilombola atendendo o previsto na Constituição Federal e demais diretrizes.

**Art. 44** As instituições de Educação Superior poderão realizar projetos de extensão universitária voltadas para a Educação Escolar Quilombola, em articulação com as diversas áreas do conhecimento e com as comunidades quilombolas.

**Art. 45** A Secretaria de Estado de Educação (SED) deve manter em seu espaço virtual e/ou eletrônico divulgação das ações pedagógicas, normas, orientações e informações pertinentes à Educação Escolar Quilombola.

**Art. 46** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 15 de julho de 2019.

  
Osvaldo Romos  
Presidente do Conselho Estadual de  
Educação de Santa Catarina

**RESOLUÇÃO CEE/SC Nº 004, de 21 de fevereiro de 2022.**

Institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena para o Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições de acordo com o Inciso IX do Artigo 3º e Inciso XII do Artigo 10 do Regimento e os Artigos 109 e 130 da Lei nº 4.394/89, que dispõe sobre o CEE/SC e, considerando o disposto na Lei nº 9.394/96, na Lei Complementar Estadual nº 170/98, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação, no Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 16, de 05 de junho de 2012, nos PARECERES CNE/CP 001/2004 e 003/2004; PARECER CNE/CEB 14/2015; RESOLUÇÃO CNE/CEB 008/2012; RESOLUÇÃO CNE/CEB 005/2012 e PARECER CNE/CEN 008/2012, RESOLUÇÕES CEE/SC 88/2018 e CEE/SC 86/2019 e PARECERES CEE/SC nº 140/2018 e 149/2019 como o PARECER CEE/SC nº 042/2022 o deliberado na Sessão Plenária do dia 21 de fevereiro de 2022, considerando ainda:

A necessidade de os sistemas educacionais adotarem concepções de educação compatíveis com as atuais mudanças paradigmáticas do conhecimento, no sentido de contemplar, nos projetos político-pedagógicos e nos currículos, os princípios da diversidade e do pluralismo cultural da sociedade brasileira, com especial atenção para os grupos étnicos negros e indígenas, promovendo a reparação da histórica segregação de suas memórias, de suas histórias e de suas culturas nos sistemas educacionais;

O direito à Educação das Relações Étnico-raciais e o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena, respeitando a sua história e memória;

A aprendizagem com base nos princípios constitucionais, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, Currículo Base do Território Catarinense e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira e suas diretrizes;



PROFESSORA DE EDUCAÇÃO

As Metas e Estratégias do Plano Estadual de Educação, Lei nº 16.794 de 14 de dezembro de 2015;

O previsto na Proposta Curricular de Santa Catarina de 2014; e

CONSIDERANDO, finalmente, as manifestações e contribuições advindas da participação de representantes de Conselhos de Direitos: Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes/CEPA e Conselho Estadual dos Povos Indígenas/CEPI, profissionais da educação e da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina - SED/SC.

## RESOLVE:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - Ficam estabelecidas as Diretrizes para a organização da Educação das Relações Étnico-raciais e o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena para o Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina na Educação Básica, no Estado de Santa Catarina, no âmbito das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e na forma desta Resolução.

**Art. 2º** - A Educação das Relações Étnico-Raciais e a História e Cultura Afro-brasileira Africana e da Cultura e História Indígena são constitutivas da Educação em Direitos Humanos, nos marcos do Estado Democrático de Direito, e se assentam nos princípios da diversidade e do pluralismo cultural, como pressupostos do reconhecimento e respeito à dignidade da pessoa humana e a sua identidade cultural, bem como da igualdade de valorização das várias culturas que compõem a formação social brasileira.

**Art. 3º** - O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena é obrigatório no estado de Santa Catarina, abrangendo os estabelecimentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, públicos e privados, incluindo todas as modalidades de ensino.

  
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**Art. 4º** - As Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e da História e Cultura Indígena serão desenvolvidas por meio de conteúdos obrigatórios, competências, valores e atitudes compatíveis, a serem estabelecidos pelas instituições de ensino, com a participação de seus vários segmentos e apoio e supervisão do sistema estadual de educação, Conselhos de Direitos: Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes/CEPA e Conselho Estadual dos Povos Indígenas/CEPI, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas nos PARECERES CNE/CP 001/2004 e 003/2004; PARECER CNE/CEB 14/2015; RESOLUÇÃO CNE/CEB 008/2012; RESOLUÇÃO CNE/CEB 005/2012 e PARECER CNE/CEN 008/2012, RESOLUÇÕES CEE/SC 68/2018 e CCE/SC 86/2019 e no PARECER CEE Nº 149/2010, que fundamenta esta RESOLUÇÃO.

**Art. 5º.** Os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a que se refere o artigo 4º desta Resolução, devem abranger as diversas dimensões histórico-culturais da formação da população brasileira, a partir das seguintes referências de estudos étnico-raciais:

I - o estudo da história da África e dos africanos;

II - as lutas dos negros por sua liberdade e melhores condições de vida, contra estigmas, preconceitos, discriminações e racismo;

III - as diversas culturas afro-brasileiras e sua participação, contribuições e valorização na formação e configuração da sociedade brasileira, em seus múltiplos aspectos (sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos);

IV - o ensino da Cultura Africana e das Negras e Negros no Brasil abrangerá as contribuições para as áreas de conhecimento das Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, das técnicas e das tecnologias da Agricultura, Mineração, Metalurgia e de Edificações, áreas econômicas, trazidas pelos povos escravizados da África.



PROFESSORA SUZANA DE OLIVEIRA

**Art. 6º** - Os conteúdos de História e Cultura Indígena, a que se refere o artigo 4º desta Resolução devem abranger as diversas dimensões histórico-culturais da formação da população brasileira, a partir desse grupo DE estudo étnico:

I - a história dos povos indígenas em geral, e em especial a história dos Povos Kaingang, Xokleng/Laklano e Guarani;

II - as suas lutas por liberdade e melhores condições de vida, contra estigmas, preconceitos, discriminações e racismo;

III - a diversidade cultural indígena e a revisão das perspectivas eurocêntricas e das teses de aculturação;

IV - a sua participação no tempo presente, em interação com a sociedade não indígena e na manutenção e esforço sobre as suas formas específicas de existência e resistência.

**Art. 7º** - Os conteúdos programáticos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e de História e Cultura Indígena se caracterizam pela transversalidade e interdisciplinaridade, e segundo esta perspectiva, deverão ser desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar.

§ 1º - A Educação das Relações Etnico-raciais deverá constar como referencial nos Projetos Político Pedagógicos das Escolas Públicas Estaduais e Privadas.

§ 2º - As escolas deverão especificar as temáticas gerais estabelecidas nos artigos 5º e 6º e o disposto no caput deste artigo, para os seus respectivos contextos locais, contemplando as singularidades dos povos e culturas afro-brasileiros e indígenas na formação e configuração da sociedade catarinense.

**Art. 8º** - Para a implementação desta Resolução, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina - SED/SC, em articulação com o Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes em Santa Catarina - CEPA e Conselho Estadual dos Povos Indígenas/CEPI, estabelecerá programas e ações pertinentes, com especial prioridade para a capacitação de docentes e a produção e difusão de materiais didáticos, que contemplem, sobretudo, as especificidades histórico culturais dos negros (as) e dos (as) indígenas em Santa Catarina.



\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**Parágrafo único.** Para fins do disposto no *caput* deste artigo, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina - SED/SC deverá estabelecer canais de comunicação e diálogo com Organizações do Movimento Social Negro e dos Movimentos Indígenas, Instituições de Ensino Superior, núcleos de estudos e pesquisas de contribuições negras e indígenas, visando subsídios e troca de experiências para planos institucionais, capacitação e planos pedagógicos e projetos de ensino.

**Art. 9º** - A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina - SED/SC, no seu respectivo âmbito de atuação, deverá incluir na Lei Orçamentária Anual (Loa), investimento para implementar as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, e oferecer suporte financeiro e material para prover os estabelecimentos escolares, professores e alunos, de material bibliográfico e outros recursos didáticos necessários à efetivação da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena.

**Parágrafo único** - Compete à Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina - SED/SC orientar e supervisionar a elaboração e edição de livros e outros materiais didáticos a serem adquiridos fora do âmbito do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD.

**Art. 10** - Compete à Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina - SED/SC tomar providências com vistas a garantir o direito de alunos (as) negros (as) e indígenas, assim como a todos os demais alunos, frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, dotados de instalações, recursos didáticos e equipamentos adequados, bem como corpo docente devidamente capacitado e comprometido com educação de negros (as), indígenas e outros grupos étnicos em uma cultura de respeito à diversidade cultural.

**Art. 11** - Para o cumprimento da presente Resolução, a Secretaria de Estado da Educação, em articulação com o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina - CEE/SC, Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes/SC - CEPA e Conselho Estadual dos Povos Indígenas/CEPIIn deverá formular e implementar ações, visando inserir os conteúdos obrigatórios da temática do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro e indígena de Santa Catarina nos processos educacionais das escolas de ensino fundamental e do ensino médio da rede pública estadual.

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**Art. 12** - A implementação do currículo na temática de que trata esta Resolução deve contemplar a história e contribuições Africana e Afro-Brasileira e História dos Povos Indígenas.

**Art. 13** - O calendário escolar incluirá os dias 13 de maio, 11 de julho, 20 e 24 de novembro que representam respectivamente: Dia de Luta Contra o Racismo, aniversário de nascimento da professora Antonieta de Barros; Dia Nacional da Consciência Negra, homenagem ao 1º Herói Negro do Brasil; Nascimento do maior Poeta do Brasil: Poeta, Promotor Público e Abolicionista João da Cruz e Souza. Nos citados dias as escolas deverão articular, com os conteúdos programáticos de História e Contribuições Afro-Brasileira e Africana previstos no Art. 5º desta Resolução, atividades de caráter reflexivo envolvendo a Comunidade Escolar com o objetivo de propor mudanças atitudinais para enfrentar a ideologia estruturante do racismo a partir das referências das vidas de lutas das personalidades relacionadas.

**Art. 14** - O "Dia dos povos Indígenas" - 19 de abril, já estabelecido no calendário escolar, deverá ser abordado como um evento reflexivo, articulado com os conteúdos programáticos de História e Contribuições Indígena previstos no Art. 6º desta Resolução, devendo desenvolver, junto aos educandos (as) e à comunidade escolar envolvente, atitudes de reconhecimento e valorização da importância dos (as) indígenas na formação social brasileira e catarinense e de respeito a suas tradições culturais.

**Art. 15** - Os Programas de Formação Continuada para Professores (as), da Secretaria de Estado da Educação, deverão formular e desenvolver ações de capacitação que incluam metodologias adequadas ao desenvolvimento dos conteúdos previstos nas Leis 10.639/2003 e 11.845/2008, na RESOLUÇÃO CNE nº 1, de 17 de junho de 2004, nos Artigos 5º e 6º desta RESOLUÇÃO, bem como nas demais diretrizes sobre Educação das Relações Etnico-raciais e ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena, emanadas do Conselho Nacional de Educação.

**Art. 16** - As Coordenações Pedagógicas, no âmbito das escolas, deverão promover aprofundamento de estudos e ações no sentido de inclusão, no Projeto Político Pedagógico e nos programas, de unidades de estudo e projetos referentes aos conteúdos curriculares dispostos nos Artigos 5º e 6º desta Resolução.

  
PROFESSORA ANTONIETA DE BARROS

**Art. 17** - Os Conselhos Escolares deverão, como parte de suas atribuições, dar encaminhamento e buscar soluções para situações de discriminação e crime de racismo e injúria racial, incluir ações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade cultural e étnica.

**Art. 18** - A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina - SED/SC promoverá ampla divulgação desta Resolução, em atividades periódicas, com a participação das escolas das redes pública e privada, para fins de acompanhamento, avaliação e divulgação do processo de implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais, da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena no Estado de Santa Catarina.

## CAPÍTULO II

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 19** - É responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina - SED/SC manter em seu espaço virtual e/ou eletrônico divulgação das ações pedagógicas, normas, orientações e informações pertinentes à Educação das Relações Étnico-raciais e o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena para o Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.

**Art. 20** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 21 de fevereiro de 2022.



**OSVALDIR RAMOS**  
Presidente do Conselho Estadual  
de Educação de Santa Catarina - CEE/SC

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – CEE/SC  
COMISSÃO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS E INOVAÇÃO  
COLETÂNEA DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS**

**CADERNO 4  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E  
EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO**



**CONSELHEIROS**

**CELSO LOPES DE ALBUQUERQUE JUNIOR  
MARICELMA SIMIANO JUNG  
SANDRA ZANATTA GUIDI**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>.4</b>
Referencial Teórico.....	.4
Legislação e Políticas Públicas .....	.6
<b>CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO ALIMENTAR E EDUCAÇÃO PARA O</b>	
<b>CONSUMO.....</b>	<b>.9</b>
Referencial Teórico.....	.9
Legislação e Políticas Públicas .....	11
<b>CAPÍTULO III: AÇÕES PRÁTICAS E NORTEADORAS.....</b>	<b>13</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>16</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>17</b>

## APRESENTAÇÃO

O objetivo dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) da BNCC é trazer temas relevantes para o desenvolvimento social e cognitivo dos estudantes. Dessa forma, espera-se que o estudante termine seus estudos formais com o conhecimento de outros temas, além das disciplinas técnicas e convencionais, que possam agregar valor à sua atuação no meio social.

Os TCTs, por exemplo, vão ajudar o estudante a lidar melhor com seu dinheiro, cuidar de sua saúde, utilizar as ferramentas digitais tecnológicas, cuidar melhor do planeta, aprender a respeitar aqueles que têm crenças diferentes, entendendo os direitos e deveres de todos os cidadãos.

O termo transversal é definido por algo que atravessa, o que significa que os TCTs, no contexto da educação, são assuntos que não se relacionam com uma área de conhecimento específica, mas que agregam ou atravessam todas elas, já que fazem parte dela e a trazem para a realidade dos aprendizes, e por isso são inerentes à realidade dos estudantes.

No meio escolar, os TCTs são os temas que dizem respeito à sociedade contemporânea, que são vivenciados no seio familiar, nas comunidades, entre os estudantes e educadores no cotidiano.

Existem abordagens diversas para trabalhar esses temas na escola, e elas são positivas já que garantem autonomia para as redes de ensino e os professores na sua aplicação.

Diante dessas variadas possibilidades didáticas para a abordagem dos TCTs, destaca-se a orientação de que sejam aplicados de maneira contextualizada e transversal, preferencialmente de forma intra, inter ou transdisciplinar.

Essa metodologia tem por objetivo colaborar com a educação formal escolar para tornar o estudante um cidadão que participe ativamente e de maneira efetiva na sociedade.

Em âmbito político, econômico e social, um tema em relevância é o meio ambiente, que apresenta muitos debates em escala teórica, porém, grande escassez de propostas e reflexões práticas.

Este documento resulta de pesquisas bibliográficas, discussões em grupos, e de um diagnóstico realizado na Secretaria de Estado da Educação e em suas Coordenadorias Regionais, sobre os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), relacionados a Educação Ambiental, Educação Alimentar e Nutricional e Educação para o Consumo.

Ao final do trabalho, são recomendadas “Ações Práticas e Norteadoras” sobre os Temas Contemporâneos Transversais, que podem ser implantadas e aprimoradas pelos órgãos públicos e, especialmente, pelas escolas, por intermédio de práticas pedagógicas inovadoras.

# CAPÍTULO I

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL

### REFERENCIAL TEÓRICO

Os impactos ambientais, ao longo do tempo, têm como principal responsável a relação do ser humano com o meio ambiente. A espécie humana transformou sua ordem social durante o processo de evolução e, conseqüentemente, instituiu sua maneira de agir junto à natureza (PELICIONI; PHILIPPI, 2005), provocando sérios problemas ambientais e sociais, os quais se acentuam à medida que se expande o capitalismo.

Diante dessa conjuntura, tem aumentado de forma considerável a apreensão da sociedade em relação aos graves problemas socioambientais, especialmente a partir da década de 70, quando as discussões sobre o meio ambiente passaram a ser em âmbito mundial, em decorrência da pressão da sociedade e dos movimentos sociais. Por tudo isso, estudos e produções acadêmicos sobre esses temas estão cada vez mais comuns, o que mostra a importância dessa área de conhecimento (RODRIGUES et al., 2019).

A Educação Ambiental surge em um terreno marcado por uma tradição naturalista. Superar essa marca, mediante a afirmação de uma visão socioambiental, exige um esforço de superação da dicotomia entre natureza e sociedade, para poder ver as relações de interação permanente entre a vida humana social e a vida biológica da natureza (Carvalho, 2004).

Temas sobre meio ambiente entram também no âmbito da ciência, geralmente relacionados com os danos físico-químicos da natureza. E no âmbito sociocultural, as questões ambientais são tratadas sob a perspectiva comportamentais do ser humano, como agente poluidor e destruidor (Penteado, 2003).

Mesmo na Educação Ambiental, que apresenta atualmente um enfoque mais social, ainda é muito comum encontrarmos diversos projetos e atividades ligados exclusivamente à perspectiva biológica. Nossa percepção, nossas traduções e reconstruções cerebrais dos conhecimentos ocorrem por meio da linguagem que sofre interferência das emoções (Morin, 2003). O encanto pelo belo, pelas plantas e animais sensibiliza muito mais que a sociedade em que a maioria das pessoas vive o dia a dia. Este apelo acaba distanciando a Educação Ambiental mais relacionada à sociedade e para a maioria das pessoas, ela termina por adquirir uma dimensão somente naturalista.

Atualmente, a Educação Ambiental exige um conhecimento aprofundado nas áreas da Filosofia, Ciências Ambientais e Sociais, História, Economia, Ecologia, entre outras. É importante não confundir as ciências que são utilizadas pela Educação Ambiental com ela própria. Ou seja, a Educação Ambiental utiliza os conhecimentos ecológicos, mas não é Ecologia (Philippi Jr. & Pelicioni, 2005). Este é um dos motivos que justifica a Educação Ambiental como sendo interdisciplinar, ou, como preferem alguns, transdisciplinar. Desta forma, ela permeia essas outras áreas. Logo, para a ocorrência de uma educação efetiva, é necessário o desenvolvimento de uma visão integrada do mundo que nos cerca, visão esta que nos leve a compreender as diversas esferas e suas inter-relações, bem como os impactos ocasionados pelo homem no meio em que vive (Bacci e Pataca, 2008).

No Brasil, o processo de institucionalização da Educação Ambiental teve início em 1973, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que, em suas propostas e práticas nos setores educacionais, confundiam a Educação Ambiental com aulas de Ecologia (DIAS, 2000). No entanto, o pensamento de Educação Ambiental como estudo de conceitos e fenômenos da ecologia foge ao proposto como Educação Ambiental. O pensamento “ecologista” é refletido em algumas macrotendências da Educação Ambiental, como a conservacionista, e muito se aplica em práticas pedagógicas na Educação Ambiental nas escolas até hoje (RODRIGUES et al, 2019). Essas atividades relacionam-se com propostas de Educação Ambiental que proporcionam um contato com a natureza, mas estão distanciadas das dinâmicas sociais e políticas que compõem as questões ambientais (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013).

Em 1998, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que foram compostos por 10 cadernos (volumes) que integram o documento norteador da estrutura curricular em nível nacional, porém, sem caráter de obrigatoriedade. Os PCNs foram elaborados como um conjunto de orientações e recomendações para apoiar o trabalho docente. Em primeiro momento, foram fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental e, posteriormente, para o Ensino Médio, com vistas a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Sobre a Educação Ambiental, os PCNs apresentam o tema em três dos dez volumes: Ciências Naturais, Meio Ambiente e Temas Transversais.

Nos diferentes volumes em que é mencionada, repete-se a orientação a ser desenvolvida como tema transversal, diluída em todo o currículo da Educação Básica. Como exemplo, observa-se no volume de Ciências Naturais:

*“O tema transversal Meio Ambiente traz a discussão a respeito da relação entre os problemas ambientais e fatores econômicos, políticos, sociais e históricos. São problemas que acarretam discussões sobre responsabilidades humanas voltadas ao bem-estar comum e ao desenvolvimento sustentado, na perspectiva da reversão da crise socioambiental planetária. [...] Em coerência com os princípios da educação ambiental (tema transversal Meio Ambiente), aponta-se a necessidade de reconstrução da relação homem-natureza, a fim de derrubar definitivamente a crença do homem como senhor da natureza e alheio a ela e ampliando-se o conhecimento sobre como a natureza se comporta e a vida se processa.” (BRASIL, 1997, p. 35).*

Em relação a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) verifica-se que houve uma evolução ao tratar do tema “Educação Ambiental” quando compara-se a primeira versão do documento em relação à versão mais atual. Na primeira versão do documento, o termo “Educação Ambiental” não aparece, os temas relacionados com discussões sobre meio ambiente, cidadania, direitos humanos e trabalho devem ser tratados como formas de diálogos interdisciplinares, e abordados como temas transversais (BRASIL, 2015).

Na segunda versão da BNCC, a Educação Ambiental é apresentada como uma dimensão da educação escolar, uma atividade intencional da prática social que deve imprimir no desenvolvimento individual, um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos. Objetivando a construção de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores, dando ênfase para o cuidado com a qualidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental e a proteção do meio ambiente natural e construído (BRASIL, 2016).

O documento aborda especificidades do conhecimento nas áreas temáticas, como a “qualidade de vida e sustentabilidade”, que tem como foco o estudo das tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, ao desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde e, também, das tecnologias relacionadas ao beneficiamento e à industrialização de alimentos e de bebidas associadas à extração e produção animal, vegetal, mineral, agrícola e pesqueira. Além disso, apresenta os “Temas Especiais”, caracterizados como temas sociais contemporâneos que contemplam, além da dimensão cognitiva, as dimensões política, ética e estética da formação dos sujeitos, na perspectiva de uma educação humana integral (BRASIL, 2016).

Nessa segunda versão da BNCC, ao situar a Educação Ambiental como Tema Especial, objetiva-se articular direitos e objetivos de aprendizagem relacionados às questões socioambientais, integrando-os aos currículos escolares. Já em sua versão final da BNCC (BRASIL, 2017), observa-se que existe um direcionamento para que o trabalho nas escolas tenha maior ênfase na sustentabilidade, relacionada com o meio ambiente e com o uso de seus recursos naturais. Verifica-se que similar aos PCNs e as DCNs, a BNCC não estabelece a Educação Ambiental como componente curricular, propondo que se incorpore aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de “temas contemporâneos” preferencialmente de forma “transversal e integradora”.

Dessa forma, apesar da consolidação do campo da Educação Ambiental, há uma necessidade de amadurecimento teórico e metodológico desse modelo de Educação, e as práticas devem refletir o amplo campo teórico desse modelo. O campo teórico vem se mostrando ligado a uma perspectiva mais crítica, percebendo o indivíduo como elemento de atuação e transformação no meio ambiente e na sociedade (PEDRINI; SAITO, 2014). Entretanto, as propostas de atividades práticas não acompanham a teoria epistemológica produzida pelos teóricos da Educação Ambiental Crítica.

Rodrigues et al. (2019) citam que foram encontrados e analisados 645 artigos em todas as edições disponibilizadas *online* da Revista Brasileira de Educação Ambiental de 2010 até novembro de 2017, e que desse total, 75% dos artigos eram trabalhos teóricos e 25% (163 artigos) eram trabalhos contendo práticas pedagógicas. Essa pesquisa mostra uma visão muito clara da necessidade de incentivar e desenvolver práticas pedagógicas relacionadas à educação ambiental, e mais ainda, mostra que o discurso está muito além do que é praticado.

## **LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

De acordo com Rivelli (2014), desde o século XIX existiam legislações que disciplinavam o meio ambiente. A Lei nº 1, de 01 de outubro de 1828, tecia considerações de cunho ambiental e atribuía à polícia o dever de zelar pelos poços, tanques, fontes, aquedutos, chafarizes e quaisquer outras construções de benefício comum dos habitantes, bem como a plantação de árvores para preservação de seus limites à comodidade dos viajantes (BRANCO, et al, 2018).

Posteriormente foi sancionada a Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967, que “Dispõe sobre a Proteção à Fauna”, traz em seu artigo 1º: Os animais de

quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha. (BRASIL, 1967).

As particularidades da Educação Ambiental (EA), envolvendo numerosas experiências socioecológicas e ambientais, estão resguardadas por marcos legais e por compromissos internacionalmente assumidos. Um exemplo disso é a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.795, de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

A Lei nº 9.795/99 estabelece que a EA deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, respeitando, em suas diretrizes nacionais, aquelas a serem complementadas pelos estabelecimentos de ensino (artigo 26, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB/96). Como uma parte diversificada, a EA deve incentivar a busca de alternativas curriculares e metodológicas que contemplem a formação humana diante dos desafios socioambientais, além de iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo (Santa Catarina, 2018).

A lei considera a EA como um processo educativo, que incorpora novos significados sociais e científicos, devendo fomentar nas pessoas, desde a infância, um olhar crítico frente aos problemas socioambientais da atualidade, de modo a escolher caminhos integrados e coerentes, sob o ponto de vista da preservação/conservação e justiça (Santa Catarina, 2018).

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social; que os currículos do Ensino Fundamental e do Médio abranjam o conhecimento do mundo físico e natural; que a Educação Superior desenvolva a compreensão do ser humano e do meio em que vive; que a Educação tem, como uma de suas finalidades, a preparação para o exercício da cidadania (BRASIL, 1996).

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no inciso X do artigo 2º, já estabelecia que a educação ambiental deve ser ministrada a todos os níveis de ensino, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente (Brasil, 1981).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) é componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades reconhecem a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental.

O Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos incluindo os direitos ambientais no conjunto dos internacionalmente reconhecidos, e define que a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global;

No campo educacional, o estado de Santa Catarina é pioneiro em ter a Educação Ambiental na Proposta Curricular para a rede de ensino desde 1991. Na última versão, atualizada em 2014, o texto referente a essa temática destaca que promovê-la na escola é considerá-la como um processo educacional na gestão, no currículo, na formação docente/discente e na comunidade, devendo ser trabalhada

independentemente de efemérides, datas comemorativas e outros fatos eventuais. Também alerta para o reconhecimento do papel da Educação Ambiental na formação e mobilização das pessoas, no resgate de valores e na ação social comprometida com todas as formas de vida (SANTA CATARINA, 2014).

Seguindo essa mesma linha de ações, em novembro de 2005, Santa Catarina sancionou a Lei nº 13.558, que trata sobre a Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA), trazendo a EA como um componente essencial e permanente da educação estadual, em conformidade com o PNEA. Da mesma forma que a política nacional, em âmbito estadual, ela deve estar presente no processo educativo em caráter formal e não formal, atuando diretamente na prática pedagógica, nas relações familiares, comunitárias e nos movimentos sociais para a formação da cidadania. A PEEA estabelece as competências, o conjunto de ações, critérios, instrumentos e metodologias para sua realização, bem como os órgãos gestores e de alocação de recursos para a sua implantação (Santa Catarina, 2018).

Depois das políticas, surgiram os Programas Nacional e Estadual de Educação Ambiental. O Programa Nacional de Educação Ambiental é coordenado pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação) e suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política ao desenvolvimento do país. Para esse fim, quatro diretrizes são assumidas pelo Ministério do Meio Ambiente: a transversalidade; o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNA- MA); a sustentabilidade; a participação e controle social.

Em sinergia com a Política Nacional e Estadual e com o Programa Nacional de Educação Ambiental, em dezembro de 2010, o governo do estado de Santa Catarina editou o Decreto nº 3.726, regulamentando o Programa Estadual de Educação Ambiental de Santa Catarina (ProE- EA/SC). Esse programa é definido por 07 (sete) ações prioritárias inter-relacionadas com base em critérios e metodologias para a efetivação da EA no estado de Santa Catarina, que são:

- a) formação de recursos humanos para a EA;
- b) desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- c) produção e divulgação de material educativo;
- d) acompanhamento e avaliação continuada;
- e) disponibilização permanente de informações;
- f) integração através da cultura de redes sociais;
- g) busca de fontes de recursos.

Essas ações estão harmônicas com as dimensões previstas no Programa Nacional, através do envolvimento social, cuidado ambiental e da sustentabilidade dessas condições em longo prazo, buscando a melhor qualidade de vida para todos.

A seguir, no próximo capítulo, serão trabalhados alguns conceitos, o referencial teórico, legislação e políticas públicas, referentes a Educação Alimentar e nutricional, bem como a Educação para o consumo. Assim, espera-se subsidiar teoricamente os atores do processo educacional, afim de que possam desenvolver um trabalho voltado à educação integral de todos os estudantes.

## **CAPÍTULO II**

### **EDUCAÇÃO ALIMENTAR E EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO**

#### **REFERENCIAL TEÓRICO**

A natureza hoje nos diz como sente e reage quando os seres humanos, em um sistema injusto e predatório, utilizam-na apenas como fonte de recursos, sem preocupação com a sustentabilidade da vida.

É preciso que os novos conceitos para os padrões de relação da sociedade moderna com a natureza façam parte do currículo escolar, porque é a partir da escola que a revitalização e a melhoria do meio ambiente e a qualidade de vida de todos poderá e deverá acontecer.

A educação ambiental tem que atuar de maneira integral, com ações de caráter multi e interdisciplinar, permeando a vida cotidiana dos indivíduos. É uma proposta de filosofia de vida, que incorpora valores éticos, democráticos e humanistas que são a base da cidadania. Por isso, se reconhece a necessidade de ampliar essa responsabilidade para os diferentes setores da sociedade: ONG's, todo setor público e a sociedade civil organizada.

Temos diferentes olhares para trabalhar a educação ambiental.

“Layrargues, P. no Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental em Erechim, 2002, cita uma professora canadense chamada Sauv  que utiliza apenas preposi es significativas:

- Educa o sobre o ambiente – informativa, com enfoque na aquisi o de conhecimentos, curricular, em que o meio ambiente se torna um objeto de aprendizado. Apesar de o conhecimento ser importante para uma leitura cr tica da realidade e para se buscar formas concretas de se atuar sobre os problemas ambientais, ele isolado n o basta;

- Educa o no ambiente – vivencial e naturalizante, em que se propicia o contato com a natureza ou com passeios no entorno da escola como contextos para a aprendizagem ambiental. Com passeios, observa o da natureza, esportes ao ar livre, ecoturismo, o meio ambiente oferece viv ncias experimentais tornando-se um meio de aprendizado;

- Educa o para o ambiente - construtivista, busca engajar ativamente por meio de projetos de interven o socioambiental que previnam problemas ambientais. Muitas vezes traz uma vis o cr tica dos processos hist ricos de constru o da sociedade ocidental, e o meio ambiente se torna meta do aprendizado.

O  rg o gestor de educa o ambiental do Governo Federal (2007) acrescenta uma quarta preposi o:

- Educa o a partir do meio ambiente – considera os saberes dos povos tradicionais e origin rios que sempre partem do meio ambiente, as interdepend ncias das sociedades humanas, da economia e do meio ambiente, a simultaneidade dos impactos nos  mbitos local e global; uma revis o dos valores,  tica, atitudes e responsabilidades individuais e coletivas; a participa o e a coopera o. Reconhecimento das diferen as  tnico-raciais e da diversidade dos seres vivo, respeito aos territ rios com sua capacidade de suporte, a melhoria da qualidade de vida ambiental das presente e futuras gera es; os princ pios da incerteza e da precau o”.

O aumento no consumo de energia, água, minerais e elementos da biodiversidade vem causando sérios problemas ambientais.

Dizemos que vivemos em uma sociedade de consumo, mas sabemos que é muito difícil estabelecer um limite entre consumo e consumismo. Também sabemos que a distribuição dos benefícios oriundos dessa exploração ocorre de maneira desigual inter e intrageracional, exigindo um consumo ético, responsável e consciente.

A água é um recurso natural essencial para a sobrevivência de todas as espécies vegetais e animais que vivem no planeta terra.

A água, no organismo humano atua principalmente como veículo para troca de substâncias e para a manutenção da temperatura. Representa 70% da massa corporal do ser humano.

Precisamos da água para:

- Consumo animal;
- Produção de alimentos;
- Higiene pessoal, lavar roupas e utensílios, limpeza da casa e da cidade;
- Construção de obras, combate a incêndios nas indústrias;
- Irrigação das plantas;
- Produzir energia elétrica.

A maior parte da água do planeta é salgada (97%), o restante está congelado nos polos, nas montanhas altas ou encontram-se em lençóis subterrâneos.

A água potável é cara porque tem custos de tratamento e porque quando se constroem represas de abastecimento de tratamento de água perde-se terras cultiváveis.

Nos países pobres, a água suja é o agente transmissor de cerca de 80% das doenças.

A revolução industrial, a partir do final do século XVIII exigiu a exploração e utilização de energia que causa poluição, chuva ácida, destruição da camada de ozônio, aquecimento do planeta.

O acesso à energia é tão fundamental para o homem quanto a água potável, mas a geração de energia é o maior emissor de gases para o efeito estufa. Por isso, a energia precisa ser limpa. Nosso grande desafio é obter energia renovável.

Nenhuma fonte de energia renovável garante 100% de fornecimento e nenhuma tem impacto zero. Os países investem em uma matriz energética diversificada que inclui fontes não renováveis: energia nuclear e combustíveis fósseis (petróleo e carvão que serão usados por um bom tempo) e fontes renováveis: hidráulica, solar, eólica, biomassa agrícola, biogás, biocombustível (etanol e biodiesel), resíduos sólidos, urbanos, outros como a energia marítima e a geotérmica.

Há muito desperdício de energia, em média 10% por consumidor. Este desperdício ocorre geralmente por hábitos adquiridos e pelo uso ineficiente dos eletrodomésticos.

A grande questão é atender ao aumento da demanda devido ao crescimento populacional e conseqüentemente do consumo.

De acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica (Rio, 1992), "Biodiversidade ou diversidade biológica é a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, como os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte, além da diversidade dentro das espécies, entre espécies e de ecossistemas".

Calcula-se que na terra há de 15 a 30 milhões de espécies, mas o homem conseguiu descrever 1,4 milhão de espécies: 750.000 são insetos, 41.000 são vertebrados, 250.000 são plantas e o restante demais invertebrados, algas, fungos e ainda, microrganismos como bactérias e vírus.

A composição total da biodiversidade Brasileira ainda não é conhecida. Mas sabe-se que o Brasil abriga a diversidade mais rica do mundo. Na região amazônica encontra-se a maior biodiversidade do planeta. É preciso conservar e fazer uso sustentável da biodiversidade. Ela é responsável por funções vitais para o meio ambiente, para as atividades econômicas, sociais e culturais como: a realização de vários processos ecológicos, polinização e dispersão das plantas, a teia trófica ou cadeia alimentar, variabilidade genética, estabilidade do regime hídrico, funções socioeconômicas, frente de novos produtos e de energia, sustentabilidade na agricultura e na pecuária, produtos florestais, questões socioculturais, lazer e turismo.

Temos que entender as necessidades do presente, mas não temos o direito de comprometer o futuro. No livro: O que os economistas pensam sobre a sustentabilidade, Antônio Delfim Neto diz: “Nunca tive a ilusão de que esta astronave independente, rodando em torno do Sol, tivesse os recursos infinitos” e Eduardo Giannetti reforça a necessidade do consumo sustentável: “Estamos prestes a uma corrida armamentista de consumo”.

## **LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

- Constituição A República federativa do Brasil - 1988. Artigo 225. Destacamos:
- Eco 92/Rio com o tratado de Ed. ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global;
- Dakar 2000/Fórum Mundial de Educação com documento “Compromisso de Dakar”;
- Lei 11.947 de 16 de julho de 2009: dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro direto na Escola aos alunos da educação básica.
- Lei 13.186 de 11 de novembro de 2015, que institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável no Brasil.
- Eco 92/Rio com o tratado de Ed. ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.
- Dakar 2000/Fórum Mundial de Educação doc. “Compromisso de Dakar” considerou a educação para a sustentabilidade ambiental “um meio indispensável para a participar do no sistema sociais e econômicos do século 21 afetados pela globalização”.
- ONU/Res.57/254 declara a década da educação para o desenvolvimento sustentável - 2005 a 2015.
- Lei 13186 de 11 de novembro de 2005. Institui a política de educação para o consumo sustentável;
- Lei 12305 de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
- Lei da merenda escolar e dinheiro na escola: Decreto nº. 8.892 de 27 de outubro de 2016 cria Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

- Portaria nº. 24 de 4 de abril de 2017, institui o Comitê de Seleção Pública para a escolha dos representantes para a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No próximo capítulo serão elencadas algumas sugestões de ações e atividades que podem nortear trabalho docente referente às questões ambientais e de saúde. As sugestões seguem no intuito de contribuir com o processo de ensino e de aprendizagem, na busca de uma formação mais crítica, cidadã e altruísta.

### **CAPÍTULO III**

## **AÇÕES PRÁTICAS E NORTEADORAS**

A Educação Ambiental (EA), a Educação Alimentar e Nutricional e a Educação para o Consumo são temas de grande relevância na sociedade e excelentes campos para tentar novas abordagens de ensino e aprendizagem, principalmente na escola, que por sua natureza trabalha em prol da apropriação do conhecimento e exercício da cidadania. Assim, o trabalho pedagógico desenvolvido no cotidiano escolar não pode esquivar-se de reflexões a cerca desses temas, tamanha magnitude social dos mesmos.

A EA, a Educação Alimentar e Nutricional e a Educação para o Consumo fazem parte da vida e do cotidiano dos estudantes, devendo ser trabalhados transversalmente por todos os componentes curriculares, de forma interdisciplinar e convergente em todas as áreas do conhecimento. Tratar temas que envolvem o cotidiano, motiva os estudantes, envolvem atividades fora dos muros da escola, como coleta de dados, observações, projetos comunitários e entrevistas, e propiciam o uso de tecnologias digitais, abrindo espaço para novas abordagens educacionais.

Sendo assim, a escola torna-se um local propício para socializar os conhecimentos, tentando desta forma criar um pensamento crítico, reflexivo e racional a respeito da EA, da Educação Alimentar e Nutricional e da Educação para o Consumo.

Para Santos e colaboradores (2017) é necessário introduzir nas aulas, métodos e práticas pedagógicas que instruem o estudante para a vida social, e também construtiva. Logo, na prática docente cabe aos professores trabalhar de forma interdisciplinar, buscando a compreensão e interação dos estudantes levando em conta a realidade em que os sujeitos estão inseridos e mostrando que eles são capazes de intervir ativamente nesta realidade.

A interdisciplinaridade corresponde a uma nova consciência da realidade, a um novo modo de pensar, que resulta num ato de troca, de reciprocidade e integração entre áreas diferentes de conhecimento, visando tanto à produção de novos conhecimentos, como a resolução de problemas, de modo global e abrangente. (LÜCK, 1994, p. 62-63).

Assim, a proposta que será apresentada a seguir tem o intuito de subsidiar o educador na construção do conhecimento, de maneira integrada. É necessário destacar o papel dos professores como orientadores e mediadores nesse processo, uma vez que, parte do que o estudante aprende depende da estratégia usada pelo professor para abordar o assunto.

## **SUGESTÕES DE AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NAS ESCOLAS A CERCA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO**

### **DESENVOLVIMENTO DE VALORES**

Os princípios da escola devem ressaltar e abranger valores concretos, estruturados e planejados para incentivar os estudantes a uma cultura de responsabilidade em relação ao ambiente social e ambiental e de cuidados para consigo mesmo. Dessa forma, realizar um diagnóstico da realidade da comunidade escolar, acerca da EA, da Educação Alimentar e Nutricional e da Educação para o Consumo, é primordial para que os valores já presentes sejam consolidados e novos valores possam ser apropriados pelos estudantes.

### **A CURRICULARIZAÇÃO**

A informação teórica é uma parte essencial do conhecimento dos estudantes. Portanto, a escola deverá incentivar o ensino de questões relacionadas às questões ambientais, da Educação Alimentar e Nutricional e a Educação para o Consumo em sala de aula desde a infância. Esses temas devem ser abordados de forma gradual e sempre conectado com a realidade dos estudantes, propiciando uma aprendizagem significativa.

### **ELABORAR E EXECUTAR PROJETOS DE INTERVENÇÃO**

A escola deve oportunizar aos estudantes espaços que promovam a elaboração de projetos de intervenção na comunidade, individualmente ou em equipe, que tenha no ambiente que estão inseridos, na vida da comunidade em suas próprias vidas. Através de projetos de intervenção, os estudantes irão se apropriar de conhecimentos, obter habilidades técnicas, desenvolver habilidades socioemocionais, além de aprender sobre inovação e empreendedorismo.

### **REALIZAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO ATIVIDADES PRÁTICAS**

A escola deve encorajar os seus estudantes a realizar atividades práticas relacionadas à Educação Ambiental, Educação Alimentar e Nutricional e à Educação para o Consumo e a socializá-las com os todos os estudantes. A realização de oficinas, seminários e fóruns são excelentes oportunidades de aprendizado coletivo e de socialização de práticas exitosas realizadas no ambiente escolar. Assim, o planejamento de atividades como feira de ciências, mostra de trabalhos e exposições devem estar presentes no projeto pedagógico das escolas e no plano de ensino do professor.

Para que tal ações se concretizem no âmbito escolar, abaixo serão listadas algumas sugestões de atividades que possam ser desenvolvidas, favorecendo, dessa forma, o processo de educação ambiental, para o consumo e alimentar e nutricional.

- Realizar campanhas e ações visando reduzir o desperdício de água na escola, na residência;
- Pesquisar a origem da água utilizada pelo município, se há tratamento de esgoto, sistema de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, aterro sanitário e se existe estações de recebimento de produtos tóxicos, agrícolas e domiciliares;

- Pesquisar a procedência dos alimentos consumidos na escola, na residência e no município;
- Pesquisar sobre a biodiversidade do município e região, comparando com dados sobre a biodiversidade antes da ação antrópica;
- Realizar trabalhos estimulando a leitura e análise de rótulo de alimentos;
- Incentivar a formação e/ou participação em coletivos de juventude;
- Investigar o desperdício de energia na escola e nas residências dos estudantes, analisando as contas de luz e os hábitos da comunidade escolar e da família;
- Fomentar práticas pedagógicas que visem o ensino pela pesquisa, pelo desenvolvimento de projetos e por meio da resolução de problemas;
- Fomentar, por meio de diferentes estratégias e linguagens, o desenvolvimento da inventividade, da criatividade e da inovação;
- Estimular de forma permanente e continuada o desenvolvimento das habilidades, conhecimentos, atitudes e valores necessários para enfrentar os desafios socioambientais, com vista a inserir-se na lógica de trabalho que vai se conformando;
- Fomentar o exercício pleno da cidadania no processo de construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável, conhecendo as leis e normas;
- Listar as mudanças de hábitos desejadas e obtidas, relativas às questões ambientais e alimentares;
- Estimular o desenvolvimento da autonomia intelectual, desenvolvendo as condições necessárias para que haja uma aprendizagem significativa e que se desdobre em ações concretas;
- Fomentar a criação de materiais didáticos próprios e vinculados às particularidades do lugar onde vive;
- Incentivar o hábito do diálogo por meio de Rodas de debates;
- Estimular o uso das redes sociais para estabelecimento de redes de conectividade relacionadas a temas de interesse pessoal, profissional, afinidades, para fins de participação em movimentos sociais;
- Desenvolver estratégias para assumir o papel de mediador de conflitos, exercitando a construção de consensos;
- Incentivar a produção de peças educacionais, como panfletos, textos, histórias, poesias, cartilhas, fotos, vídeos, rede de amigos do meio ambiente;
- Estimular a adoção de padrões de vida sustentáveis em todas as suas dimensões;
- Fomentar relações sociais solidárias e cooperativas;
- Estimular a criação ou participação em observatórios de demandas sociais ou de conflitos socioambientais;
- Estimular o sentimento de integrar uma comunidade planetária;
- Desenvolver estratégias para que os estudantes sejam capazes de entender e dimensionar os impactos da mudança climática na vida cotidiana;
- Criar condições objetivas para trabalhar com os seguintes conceitos: redução do risco de desastres socioambientais; mitigação; adaptação e resiliência;
- Estudar os 10 Rs, buscando alternativas concretas que possam ser implementadas na vida cotidiana dos estudantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação constitui um papel fundamental para o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas a Educação Ambiental, Educação Alimentar e Nutricional e a Educação para o Consumo em todos os níveis de ensino. Dessa forma, a escola que visa uma educação integral, favorecendo a coletividade, deverá promover ações que desenvolvem nos estudantes uma postura correta em relação ao meio ambiente, a sociedade e a sua saúde.

A prática educativa escolar deve buscar trabalhar a sensibilização dos estudantes para o exercício da cidadania, com atitudes positivas articuladas ao respeito social e ambiental. Observa-se que quando a Educação Ambiental, a Educação Alimentar e Nutricional e a Educação para o Consumo são trabalhadas de forma transversal e interdisciplinar os estudantes obtêm um aprendizado significativo e contextualizado com a realidade vigente. Dessa forma, esses temas devem ser trabalhados no âmbito educacional viabilizando uma perspectiva integral, com o intuito da formação de um sujeito ativo e responsável, uma vez que se buscam significativas aprendizagens.

O entendimento da importância de que temas ligados as temáticas ambientais e de saúde, entre elas a educação alimentar e nutricional, sejam abordados no âmbito escolar é incontestável. Porém, ressalta-se a relevância de que essa abordagem mostre a interdependência das variáveis ligadas aos aspectos sociais, econômicos e ambientais, permitindo melhor qualidade na tomada de decisões para a prevenção, para a busca de solução de problemas e formação de uma consciência crítica.

É importante ressaltar que a Educação Ambiental, a Educação Alimentar e Nutricional e Educação para o Consumo articuladas às práticas inovadoras podem despertar a consciência crítica, ativa e comprometida, sendo fator imprescindível na formação de cidadãos responsáveis.

Porém, acredita-se na necessidade de instrumentalizar os professores, tanto na sua formação inicial, quanto na formação continuada, subsidiando-os com elementos adequados que lhe possibilitem um bom desempenho profissional. A escola precisa também ser responsável por esse processo, estimulando a reflexão crítica a respeito das temáticas.

Destaca-se a importância de a Secretaria da Educação implantar programas de EA e Educação Alimentar e Nutricional e Educação para o Consumo, garantindo espaços de formação continuada para os professores, além de abrir espaços de socialização das práticas exitosas que ocorrem no ambiente escolar.

Neste mesmo sentido, enfatiza-se a necessidade de uma maior articulação entre secretarias e órgãos governamentais estaduais e municipais, entidades, instituições de ensino e empresas na elaboração de políticas e práticas que contribuam para o fortalecimento e discussão dos temas no âmbito escolar, para atingir toda a comunidade.

Finaliza-se destacando que uma pesquisa no âmbito da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina e suas coordenadorias, para diagnóstico e análise de atividades, programas e projetos relacionados aos temas discutidos nesse documento está sendo finalizada. Pretende-se verificar as principais estratégias utilizadas pelas escolas, se os temas estão sendo trabalhados em todas as regiões do estado, e principalmente o aperfeiçoamento do trabalho que já vem sendo realizado por todos.

## REFERÊNCIAS

ARNT, Ricardo. O que os economistas pensam sobre os sustentabilidade. - São Paulo: Ed 34, 2010. 288 p.

BACCI, Denise de La Corte e PATACA, Ermelinda Moutinho. Educação para a água.

BRANCO, E. P.; ROYER, M. R.; BRANCO, A. B. G. . A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PCNs, NAS DCNs E NA BNCC. NUANCES (UNESP PRESIDENTE PRUDENTE), v. 29, p. 185-203, 2018.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: 1ª versão. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: proposta preliminar. 2ª versão revista. Brasília: MEC, 2016. 652 p.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. 3ª versão revista. Brasília: MEC, 2017. 396 p.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL, 1996.

BRASIL. Lei Nº 6.938, de 31 de Agosto De 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. BRASIL, 1981.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente/saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997. 128 p.

BRASIL, República Federativa do. Constituição Federal, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Estudos Técnicos, 2011. 578 p.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jun, 2012.

CONSUMO SUSTENTÁVEL: Manual de Educação. Brasília: Consumers Internacional/MMA/MEC/IDEC, 2005. 160 p.

DIAS, G.F. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Editora Gaia, 2000. Estudos Avançados, 22 (63), p.211-226. 2008.

FAHT, Elen Cristina. Diagnóstico e análise de atividades relacionadas à educação ambiental em escolas públicas de São Paulo-SP e Blumenau-SC. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Programa de PG Interunidades em Ensino de Ciências, 2011.

JOVENS: Cidadania & Meio Ambiente. CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, 1998.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE EDUCAÇÃO, (recurso eletrônico). LDB – Lei de diretrizes e bases da educação nacional/Câmara dos Deputados. 5ª Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. - (Série, legislação; n. 269 E-book).

LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 1, p. 53-71, 2013.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro, São Paulo: Cortez, 2003.

LÜCK, H. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 1995. 92 p.

PEDRINI, A.G.; SAITO, C.H. (Org.) Paradigmas metodológicos em educação ambiental. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

PELICIONI, M.C.F.; PHILIPPI JR., A. Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri, SP: Editora Manole, pg. 878, 2005.

PENTEADO, Heloísa D. Meio ambiente e formação de professores. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2003.

PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação Ambiental e Sustentabilidade. Barueri: Manole, 2005.

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL. Realização do Centro SATC de meio ambiente. Patrocínio do Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina.

RIVELLI, E. A. L. Evolução da Legislação Ambiental no Brasil: Políticas de Meio Ambiente, Educação Ambiental e Desenvolvimento Urbano. In: PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental e Sustentabilidade. 2. ed. Barueri: Manole, 2014. p. 336-353.

RODRIGUES, G. S.; PINTO, B. C. T. ; FONSECA, L. C. S. ; MIRANDA, C. C. . O estado da arte das práticas didático-pedagógicas em Educação Ambiental (período de 2010 a 2017) na Revista Brasileira de Educação Ambiental. *REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (ONLINE)*, v. 14, p. 9, 2019.

Santa Catarina. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Educação ambiental: políticas e práticas pedagógicas/Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis : Secretaria de Estado da Educação, 2018.

SANTOS, Helvys Amaro; BARRETO, Polliana de Luna Nunes. Análise jurídica da sustentabilidade ambiental: estudo de caso da cerâmica gomes de matos em crato-ce. *Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia*, v. 3, n. 11, 2016. Disponível em: < <http://interfaces.leaosampaio.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/291>

VAMOS CUIDAR DO BRASIL. Conceitos e práticas em educação ambiental, na escola/ (Coordenação Soraya Silva de Melo, Raquel Trayber). - Brasília: MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental: MMA, Departamento de Educação Ambiental UNESCO, 2007, 248.

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – CEE/SC  
COMISSÃO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS E INOVAÇÃO  
COLETÂNEA DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS**

**CADERNO 5  
EDUCAÇÃO FINANCEIRA, FISCAL E TRABALHO**



**CONSELHEIROS**

**FELIPE FELISBINO  
SIMONE SCHRAMM**

**2022**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I: HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA .....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO FINANCEIRA, FISCAL E PARA O TRABALHO .....</b>	<b>14</b>
Educação Financeira .....	14
Educação Fiscal .....	14
Trabalho .....	18
<b>CAPÍTULO III: EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO MUNDO E NO BRASIL .....</b>	<b>24</b>
Educação Financeira no Mundo: o papel da OCDE .....	24
Educação financeira no contexto brasileiro .....	26
Como a temática deve ser abordada .....	26
Premissas .....	27
<b>CAPÍTULO IV: EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM SANTA CATARINA .....</b>	<b>29</b>
Tema transversal no currículo .....	29
Currículo de Santa Catarina .....	29
Mapa da Educação Financeira em Santa Catarina pela ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira.....	32
Iniciativas nos municípios catarinenses – por amostragem.....	33
Joinville .....	33
Blumenau .....	34
Tubarão .....	37
<b>CAPÍTULO V: EXEMPLO DE PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA .....</b>	<b>43</b>
Orientações Para o Desenvolvimento de um Planejamento de Aula/Projeto.....	46
Antes da elaboração do planejamento .....	46
Durante a elaboração do planejamento .....	46
Durante e após a execução do planejamento .....	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>
Materiais pedagógicos e didáticos sobre o tema .....	50

## APRESENTAÇÃO

“A falta de dinheiro é a raiz de todos os males”.

Mark Twain

O Presidente do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, Osvaldir Ramos, por intermédio da Portaria CEE/SC Nº 021/2021, datada de 7 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado n. 21.517, em 10 de maio de 2021, instituiu a **Comissão Especial de Estudos Especializados e Inovação**, com o objetivo de estudar **temáticas atuais relacionadas à inovação, ao desenvolvimento educacional e ao posicionamento da educação básica no contexto escolar**.

Foi designado Presidente da Comissão Especial de Estudos Especializados e Inovação o Conselheiro Felipe Felisbino, que, de imediato, já na primeira sessão em que reunidos todos os seus membros, estabeleceu a sistemática de trabalho, de modo a priorizar a produção de documento a partir da criação de Grupos de Trabalho, cujo tema seria atribuído para o desenvolvimento de estudo visando contribuir para a aplicação dos Temas Contemporâneos Transversais, indicados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no planejamento pedagógico das escolas estaduais e municipais. Posteriormente, tendo aquele Conselheiro assumido a Vice-Presidência do CEE, passou a Presidência dessa Comissão Especial para o Conselheiro Natalino Uggioni.

Este Grupo de Trabalho, constituído pela Conselheira Simone Schramm - Relatora e pelo Conselheiro Felipe Felisbino ficou responsável pela temática da Macroárea dos **Temas Contemporâneos Transversais da Educação Básica: Educação Financeira, Fiscal e Trabalho** e firmou como propósito apresentar sugestões de ações que possam resultar na realização de atividades nas escolas, com a **implementação de projetos integradores e interdisciplinares**, que motivem a participação de professores e de estudantes, numa perspectiva de envolvimento da comunidade escolar, para alcançarem melhores resultados no processo de educação e contribuindo para fortalecer o sentimento de pertencimento, fundamental para o sucesso da construção do conhecimento e da preparação para o mundo do trabalho.

Nesta linha, o texto foi estruturado a partir das definições essenciais para entendermos os termos partindo dos referenciais teóricos, das normativas e da legislação vigente. Na sequência, pontuamos a nossa relação de **ações para uma prática pedagógica inserida no mundo da Educação Financeira, Fiscal e Trabalho**, que deve ser frequentemente atualizada, principalmente pela evolução das práticas pedagógicas.

Essa visão arrojada de cidadania libertadora tem uma trajetória, mesmo que ainda de poucos anos, mas com resultados positivos na orientação da saúde financeira, bem como da responsabilidade fiscal. **A capacidade de uma pessoa de fazer as escolhas certas, exercendo seus direitos e cumprindo os deveres que lhe são impostos, chamamos de cidadania financeira.** É um conceito que decorre do termo cidadão / cidadania.

Por sua vez, ***cidadania é o conjunto de direitos e deveres exercidos por um indivíduo que vive em sociedade, no que se refere ao seu poder e grau de intervenção no usufruto de seus espaços e na sua capacidade de intervir nele e de transformá-lo.*** Essa expressão vem do latim civitas, que quer dizer cidade.

Assim, para que as pessoas estejam no domínio pleno da sua condição de cidadão, precisam exercer seus direitos também no campo das finanças. E para que isso se torne possível é necessário aprender e compreender conceitos básicos a respeito desse universo.

Infelizmente, com o alto grau de analfabetismo no planeta, o desafio de educar os cidadãos nesse campo das finanças não é exatamente uma prioridade dos governantes. E, longe de se mostrar uma tarefa fácil, tem sido motivo de preocupação de muitos economistas e agentes de regulação, pois **há evidências de que as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico são gravemente afetadas em razão dos efeitos causados pelas más escolhas financeiras da sociedade.**

As conclusões dessas pesquisas são que **as habilidades de administração de dinheiro** se mostram mais importantes do que nunca para navegar nas realidades econômicas do mercado moderno. **Influenciam significativamente no sucesso da busca pela riqueza e impactam nos resultados das políticas públicas em diversos setores, pois ajudam a sociedade a entender melhor a economia como um todo, aumentam a propensão para poupança após aposentadoria, reduzem o nível de endividamento etc.**

Não é por acaso que **a educação financeira está presente em pelo menos 8 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** que fazem parte do Protocolo Internacional da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), relacionado à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cujo compromisso de implementação foi assumido em 2015 pelo Brasil e por mais 193 países. A figura abaixo mostra os ODS:

OS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, LIGADOS À AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / FONTE UNESCO



A Agenda 2030 representa uma ferramenta orientadora para planejamento de ações e políticas públicas perenes, capazes de levar o mundo ao efetivo alcance do desenvolvimento sustentável. **Em busca do equilíbrio entre a prosperidade humana e a proteção do planeta, seus principais alvos são: acabar com a pobreza e a fome, lutar contra as desigualdades e combater as mudanças climáticas.**

Nesse sentido, **a educação financeira** das populações tem papel muito relevante na construção e na consolidação das políticas e ações desenvolvidas, pois, ao moldar o comportamento e as escolhas de consumo pelos indivíduos, **cria um ambiente que favorece o equilíbrio em todos os aspectos, característica essencial para a sustentabilidade dos impactos perseguidos em cada um dos ODS.**

Assim, este trabalho visa **difundir a Educação Financeira, Fiscal e Trabalho** atraindo e estimulando a comunidade escolar mormente para o diferencial do processo ensino-aprendizagem **fortalecendo a transversalidade do tema.**

## CAPÍTULO I

### HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

**“Uma jornada de mil quilômetros precisa começar com um simples passo”.**  
Lao Tzu

**A educação financeira consiste na aprendizagem e na aquisição de conhecimentos sobre a administração dos seus recursos financeiros.** Ela é essencial para ~~saber como ganhar mais dinheiro e como lidar com ele.~~

Infelizmente, informações sobre finanças não estiveram em foco no Brasil nas últimas décadas — o que certamente contribuiu para que nossa população tenha altos níveis de endividamento e inadimplência. Mas a realidade está mudando.

Nos últimos anos, tornou-se mais fácil encontrar bons mentores em educação financeira. Seja em livros, em conteúdo da internet, em cursos, em consultorias ou assessorias de investimentos etc. Até mesmo as crianças já estão recebendo educação financeira.

É comum que as pessoas valorizem muito a renda que ganham, como se ela fosse suficiente para determinar o sucesso financeiro. Entretanto, não é assim que acontece. É possível ver pessoas com uma alta renda, mas que não têm educação financeira.

Por outro lado, mesmo os profissionais que ainda não recebem o salário que desejam podem se beneficiar muito de conhecimentos sobre finanças pessoais. A organização financeira os ajuda a otimizar seus recursos e melhorar seus resultados ao longo do tempo.

**Então, um dos principais ensinamentos da área é que não se deve esperar o momento ideal para cuidar melhor do seu dinheiro, assim, a sala de aula é uma janela para este novo horizonte.**

Os **Temas Contemporâneos Transversais (TCT)** não se configuram como uma novidade no campo educacional. Existe uma vasta e importante literatura que discute o assunto. Entretanto, diferentes olhares e nomenclaturas foram atribuídas a esse conceito ao longo da evolução dos estudos nesse campo.

**Em essência, são as temáticas que estão além do currículo descritivo e que servem à compreensão e construção da realidade social dos estudantes, seus direitos e suas responsabilidades com a sua vida e com a vida da e em sociedade, considerando a prerrogativa da escola de formar cidadãos para agir e transformar a realidade.**

Dessa forma, são temas que não estão vinculados a um ou outro componente curricular, mas transversais a todos eles – e auxiliares – na construção do conhecimento das diversas áreas e da compreensão dos fenômenos e da sociedade.

Considerando que os contextos históricos conduzem para as reformulações em todas as áreas sociais, entre elas a área educacional, observa-se que alguns países que atingiram êxito na educação dedicam muito esforço e tempo para o estabelecimento de suas reformas educacionais, elegendo prioridades quanto à qualidade da educação para alcançar a excelência mundial.

Ao mesmo tempo que nunca se discutiu educação tão amplamente, nunca se teve resultados de desempenho de aprendizagem tão complexos na Educação Básica, chegando a ser o pior dos últimos 20 anos.

Muitas podem ser as possíveis explicações para esse cenário, mas, tão importante quanto localizar essas explicações é perceber como a situação repercute na política pública vigente, para identificar o que essa mudança pode causar ao ensino.

Desde a existência dos **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)** (1999), considera-se que os avanços promovidos na Educação Básica foram substanciais para os “novos rumos” da educação brasileira. Todavia, nos últimos cinco anos, a ênfase recaiu nas discussões curriculares, que passaram por diversos estágios nas instituições e agentes educacionais em todas as esferas públicas.

Muitas foram as iniciativas para o cumprimento da LDB nº 9.394/1996, no que diz respeito à implementação dos currículos de modo a promover o avanço da qualidade da educação continuamente. Elas incluíram propostas e referências curriculares, diretrizes nacionais para a Educação Básica e modalidades que orientaram o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, até chegar à **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**.

**Nos PCNs, já era possível reconhecer a tentativa de configuração dos temas transversais, a saber: Saúde, Ética, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo.** Essas seis temáticas trazem a noção de assuntos que são distintos, mas complementares entre si.

Assim, revelam-se os elementos que contribuem para a forma integrada do currículo e a oportunidade de ele se estabelecer como de fato “transversal”, contribuindo para que a fragmentação pedagógica, apregoada em décadas anteriores, perca seu sentido, mesmo que ainda perdure atualmente.

Por certo que isso é um processo que avança de maneira lenta, mas, dado o primeiro passo, acredita-se que a formação dos professores, tanto inicial quanto continuada, caminhe na direção da integralidade.

Nesse sentido, torna-se um itinerário oportuno e contínuo para as mudanças didático-pedagógicas que devem estar na base da profissionalização docente.

Segundo o documento “Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos” (MEC, 2018), que é a referência orientadora desse trabalho, **os TCT têm a condição de explicitar a ligação entre os diferentes componentes curriculares de forma integrada, bem como de fazer sua conexão com situações vivenciadas pelos estudantes em sua realidade, contribuindo para trazer contexto e contemporaneidade aos objetos do conhecimento descritos na BNCC.**

Outro importante aspecto que justifica esse trabalho é o fato de que a legislação considera a importância dos TCT na garantia dos direitos de aprendizagem, no acesso a conhecimentos que proporcionem formação para o trabalho, na formação da cidadania e para a democracia, consideradas as características regionais e locais, da cultura, da economia e da população que frequenta a escola.

Entre esses normativos, destacam-se o Parecer CNE/CEB Nº 7, de 7 de abril de 2010, que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, e que nos apresenta uma importante discussão conceitual:

“A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. A transversalidade difere-se da interdisciplinaridade e complementam-se; ambas rejeitam a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado. A primeira se refere à dimensão didático-pedagógica e a segunda, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade).”

E continua:

“Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada.

Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas.”

A educação financeira é um instrumento fundamental para as pessoas, para a sociedade e, principalmente, para a economia brasileira do século 21. Já há consenso de que **ter cidadãos com maior consciência, orientação, informação e engajamento em torno de sua vida financeira gera efeitos positivos para todos os setores econômicos.**

A educação financeira vem ampliando seu alcance de forma gradativa, apoiada nos esforços do Estado brasileiro e da sociedade civil organizada, diante dos desafios sociais e econômicos impostos globalmente.

Sabe-se que, como todo processo educacional, a educação financeira exige planejamento, engajamento e mobilização, mesmo considerando que os resultados não se efetivem, necessariamente, a curto e médio prazos. Considerando a **trajetória da educação financeira no Brasil**, este escrito visa discuti-la no contexto educacional e descrever sua trajetória até a efetivação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destacando seu reconhecimento nesse importante documento curricular de referência mais atual na educação brasileira.



Desde a **Declaração de Hamburgo, em 1990**, alguns países pensaram novos rumos para a educação, dada a preocupação com o baixo desenvolvimento econômico e suas implicações educacionais e econômicas. Passou-se então a direcionar as discussões e olhares para a educação como mola propulsora de desenvolvimento social, por meio da qualidade do ensino e da aprendizagem e ainda pela visão mais igualitária da educação. O termo equidade foi agregado à educação de modo geral, como pressuposto para tratar as desigualdades e permitir o acesso e o direito à educação com igualdade de oportunidades, mas também na perspectiva de ofertar mais àqueles que mais precisam.

Entende-se que a educação financeira está inserida nesse processo. Nas escolas, essa temática estava ancorada na intencionalidade dos professores e nas campanhas nacionais que tivessem algum elemento da economia a elas vinculado. Percebia-se que os programas que dispunham dessa prerrogativa estavam mais centrados em consumo e em direitos do consumidor, a exemplo de ações vinculadas a órgãos como PROCON, SERASA, SPC, CCF, entre outros.

Em 2010, apenas 51 países de todo o mundo apresentavam algum tipo de ação ou estratégia voltada para as questões de economia em suas políticas públicas. No Brasil, o Decreto Federal nº 7.397/2010 foi o documento precursor dessa ação, que gerou vários outros desdobramentos em setores institucionais públicos e privados. Nasceu então a **Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**, seguida de projetos específicos para a entrada desse tema nas escolas públicas.

De caráter gratuito e com o objetivo de disseminar conteúdos e conhecimentos acerca das questões mais basilares que pudessem afetar a vida financeira dos indivíduos, a proposta de educação financeira nas escolas teve um projeto organizado para elaborar, orientar, coordenar e acompanhar a disseminação do Programa de Educação Financeira nas Escolas coordenado pela Associação de Educação Financeira no Brasil (AEF-Brasil), conforme proposição do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), então o colegiado condutor da ENEF, que, atualmente, é regida pelo **Decreto nº 10.393/2020, pelo qual foi instituída a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira**, com os mesmos propósitos. Por causa disso, foi criado o Programa de Educação Financeira para o Ensino Médio nas escolas públicas (2010-2011).

A BNCC não é uma demanda surgida recentemente ou que esteja associada a este ou àquele governo. Historicamente, vem sendo gestada desde a Constituição Federal de 1988, que destaca a presença de “conteúdos mínimos” no currículo escolar.

Em 1996, a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** utilizou o termo, asseverando, em seu Art. 26, que:

“os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum”.

Desde então, e considerando que as pesquisas, os debates e a legislação avançaram, a BNCC percorreu seu caminho para ser, finalmente, construída com a participação de diferentes segmentos da sociedade, em um processo que durou aproximadamente dois anos.

A Lei nº 13.005/2014, que aprovou o **Plano Nacional de Educação (PNE)**, também apontou a necessidade de que a BNCC fosse construída. Outro importante documento que tratou da Base foram as **Diretrizes Curriculares Nacionais**.

Essas diretrizes, em seu Art. 14, definiram a BNCC como um conjunto de

“[...] conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas e exercício da cidadania; nos movimentos sociais” (BRASIL, 2010).

O **Novo Ensino Médio** aportado na Lei nº 13.415/2017, que altera a LDB/1996, propõe mudanças nessa etapa de ensino por meio da reforma que amplia a carga horária da matriz curricular (arquitetura curricular), em consonância com a BNCC, hoje é o movimento curricular mais recente da educação e está em processo com prazo de adequação até 2022 em toda a rede de ensino brasileira.

Conforme orienta a Resolução CNE nº 04/2018, a carga horária passa ser de 3 mil horas, sendo 1.800 delas para as aprendizagens obrigatórias com ênfase na preparação dos jovens para o mundo do trabalho e o pleno exercício da cidadania, desenvolvido por meio de competências e habilidades, e de 1.200 horas destinadas ao itinerário formativo, já a partir do primeiro ano do Ensino Médio, inclusive com formação técnica e profissional, constante na Portaria nº 1.432/2018.

Essa nova arquitetura curricular remete à possibilidade de interdisciplinaridade e à flexibilidade do currículo. Dessa forma, a BNCC torna-se uma referência capaz de orientar o direito de aprender e de se desenvolver dos estudantes da Educação Básica, preservando a diversidade e a inclusão de todos, bem como de orientar escolhas para construção da parte diversificada que deve constituir o currículo. Porém, é preciso destacar que **a BNCC não é o currículo, mas a referência curricular que serve como instrumento de gestão para que estados e municípios orientem suas construções curriculares e os projetos pedagógicos das escolas.**

O currículo deve ser visto sob diferentes aspectos, como o objetivo a ser atingido, o que se deve ensinar, os caminhos para se chegar aos objetivos e de que forma os conteúdos se correlacionam.

Assim, **o currículo deve prever, em sua efetivação, a cultura local, a realidade de onde são e como vivem os estudantes, construindo aprendizagens por meio dos conhecimentos, desafiando-os a refletir, analisar e interagir. Uma forma interessante de tratar o currículo, nessa perspectiva, é vivenciá-lo por meio de temas integradores.**

Como o nome diz, são temas capazes de integrar diferentes áreas do conhecimento e diferentes componentes curriculares. Essa interligação permite aos estudantes compreender os conceitos de forma mais contextualizada, fazendo com que suas aprendizagens ganhem sentido.

Numa perspectiva freiriana, é possível entender a necessidade de partir do contexto, da realidade vivida, para que haja sentido no que se aprende.

Nesse sentido, **a educação financeira aparece como um tema que pode integrar múltiplas áreas em virtude de o seu caráter complexo envolver diversas áreas e conhecimentos, além de ser vivenciado na prática cotidiana pelos sujeitos e, dessa forma, construir sua cidadania ativa e participativa.** Cabe lembrar que os marcos regulatórios da educação financeira precedem os marcos regulatórios da BNCC e aqui pretende-se fazer um estudo de entendimento das respectivas competências, da forma como se articulam e se complementam no fazer diário dos professores em sala de aula.

Em 2017, com a homologação da Resolução nº 02/2017, a **BNCC trouxe a ampliação de temas de caráter social sob as premissas de justiça, igualdade e ética propondo**

## **mudanças de atitudes e procedimentos pela apropriação e aplicação de conceitos aprendidos na escola para a vida diária dos estudantes.**

Ressalta-se que a construção da BNCC foi um processo longo e muito participativo. A partir de 2015, formou-se uma comissão de especialistas, pelo MEC, que construiu a primeira versão para consulta pública. Dessa consulta resultaram 12 milhões de contribuições que culminaram na segunda versão, sistematizada pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Foram realizados, ainda, cinco seminários por região brasileira, com a participação de gestores, especialistas, professores e organizações da sociedade civil.

Nesse momento, as instituições ligadas à ENEF tiveram participação ativa, entre elas a AEF-Brasil e o Banco Central. **Na versão final da BNCC, os temas transversais passaram a ser denominados Temas Contemporâneos Transversais - TCT**, com orientação aos estados e o imperativo de oportunizar a vivência cidadã e social, transversal e integradora.

“Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (BRASIL, 2017, p. 19.).

Diante de tamanho desafio, desde 2010, a temática de educação financeira criou uma ampla possibilidade de empreender na área educacional.

Já é possível observar que autores, editoras e empresas privadas oferecem materiais curriculares relativos à temática com grande frequência nas instituições privadas, mas também nas públicas.

Entretanto, **órgãos governamentais e não governamentais também se mobilizaram para a oferta de programas e projetos de educação financeira**. E, entrelaçando essa linha histórica, o Comitê de Educação Financeira (CONEF), da Associação de Educação Financeira no Brasil (AEF-Brasil), bem como o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP) não mediram esforços para a inserção da temática desde as discussões da BNCC.

Dentro da estrutura da ENEF, foi criado o GAP, instância responsável por avaliar todas as decisões de ordem pedagógica tomadas. Esse grupo era presidido pelo Ministério da Educação e dele participavam representantes do setor educacional, notadamente das universidades e de instituições da sociedade civil. Por meio da deliberação CONEF nº 19/2018, surgiram as **diretrizes para execução do Programa de Educação Financeira nas escolas**, a saber:

*I - universalização do tema educação financeira nas escolas, por meio de sua progressiva inserção nas ações curriculares da escola e integração à cultura escolar brasileira;*

*II - privilegiar ações com foco no professor, protagonista do processo de disseminação do tema na escola, com ações para formação;*

*III - participação de instituições de ensino superior;*

*IV - estímulo à produção descentralizada de conteúdos educacionais; e*

*V - articulação com os sistemas públicos de ensino.*

O Grupo de Apoio Pedagógico - GAP teve interferência direta na construção de tais diretrizes. Além dessas diretrizes, o grupo foi responsável pela construção de um documento de

referência na área, as “**Orientações para Educação Financeira nas Escolas**”. Esse documento balizou o projeto piloto desenvolvido nas escolas e dizia, entre outras orientações, que se deveria **formar os estudantes para o exercício da cidadania; para consumir e poupar de modo ético; para tomarem decisões de forma autônoma e baseada em mudança de atitude, bem como aprender a planejar a curto, médio e longo prazo. Para isso, os conteúdos desenvolvidos poderiam ser consumo, poupança, sustentabilidade, entre outros.**

Os temas ficaram assegurados na BNCC desta forma:

<b>Áreas</b>	<b>Temas</b>
Meio Ambiente	Educação Ambiental e Educação para o consumo
Economia	Trabalho Educação Financeira Educação Fiscal
Saúde	Saúde Educação Alimentar e Nutricional
Cidadania e Civismo	Vida familiar e social Educação para o Trabalho Educação em Direitos Humanos Direitos da Criança e do Adolescente Processo de Envelhecimento Respeito e Valorização do Idoso.
Multiculturalismo	Diversidade Cultural Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras.
Ciência e Tecnologia	Ciência e Tecnologia

**Para saber mais:**

<b>Introdução a educação financeira</b>
Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia. Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis).
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilizar a internet para conhecer diferentes concepções de educação financeira</li> <li>• Analisar as pesquisas em educação financeira.</li> <li>• Conhecer os conceitos fundantes da educação financeira.</li> <li>• Conhecer os programas de educação financeira nas escolas e seus objetivos.</li> </ul>
Sugestão de material de apoio: utilizar o livro “Educação financeira nas escolas” - Livro 1 -(MEC/CONEF) e o histórico dos dez anos da Estratégia Nacional de Educação Financeira, disponíveis em:
<a href="https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-aluno-bloco1?e=11624914/49399073">https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-aluno-bloco1?e=11624914/49399073</a> <a href="http://minhaseconomias.com.br/educacao-financeira">http://minhaseconomias.com.br/educacao-financeira</a> <a href="https://fasul.edu.br/projetos/app/webroot/files/controle_eventos/ce_producao/20171024-090434_arquivo.pdf">https://fasul.edu.br/projetos/app/webroot/files/controle_eventos/ce_producao/20171024-090434_arquivo.pdf</a> <a href="http://porvir.org/educacao-financeira-na-sala-de-aula-e-investir-na-vida-fora-da-escola/">http://porvir.org/educacao-financeira-na-sala-de-aula-e-investir-na-vida-fora-da-escola/</a> <a href="https://www.meufuturoseguro.gov.br/noticias/destaques/os-dez-anos-da-estrategia-nacional-de-educacao-financeira-na-visao-de-profissionais-que-atuaram-em-sua-disseminacao-e-desenvolvimento#:~:text=A%20Estrat%C3%A9gia%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o,e%20solidez%20do%20Sistema%20Financeiro">https://www.meufuturoseguro.gov.br/noticias/destaques/os-dez-anos-da-estrategia-nacional-de-educacao-financeira-na-visao-de-profissionais-que-atuaram-em-sua-disseminacao-e-desenvolvimento#:~:text=A%20Estrat%C3%A9gia%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o,e%20solidez%20do%20Sistema%20Financeiro</a>

Livros Fundamental: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/livros-ensino-fundamental/>  
Livros Médio: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/livros-ensino-medio/>  
Game: <http://taosso.vidaedinheiro.gov.br/>  
Web série: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/r-100-neuras-2/>  
Documentários: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/suaescolanossaescola/>  
EaD Finanças sem Segredos: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/ead-novos-alunos/> EaD  
Educação Financeira nas Escolas: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/moodle/>

## CAPÍTULO II

### EDUCAÇÃO FINANCEIRA, FISCAL E PARA O TRABALHO

#### Educação Financeira

As experiências que as crianças e os adolescentes somam ao longo do seu crescimento terão influência direta na formação de sua cidadania e a educação financeira está diretamente ligada a essa formação.

**Em uma sociedade de consumismo desenfreado, é necessário que se desenvolva senso crítico e se discuta a questão do equilíbrio financeiro, da dificuldade em se fazer planejamento, a questão do desemprego e os reflexos na família.** A ideia de poupar extrapola a área econômica e precisa ser tratada em tempos que a sustentabilidade assume um espaço de destaque.

**A educação financeira tem o propósito de capacitar as crianças e jovens para serem capazes de estabelecer julgamentos, tomar decisões e atuar de forma crítica e reflexiva em relação aos problemas e possíveis soluções imposta pela vida econômica na sociedade.**

Para que o país cresça é importante que tenha bons alicerces econômicos e que seus cidadãos recebam orientação e formação financeira para saber orientar suas decisões, planejar seu futuro de forma consciente e responsável e, conseqüentemente, orientar sua família e fortalecer o país que pode ser menos endividado e mais próspero. A ideia de poupar e aplicar ainda se encontra afastada das classes populares.

Assim, a educação financeira contribui para mostrar possibilidades para que o estudante perceba que pode ter uma vida melhor ao se planejar financeiramente quando apresenta um conjunto de orientações sobre atitudes adequadas ao planejamento e uso dos recursos financeiros, de maneira que consigam resolver suas dificuldades, melhorando sua qualidade de vida e de suas famílias, em busca de alcançar suas metas e realizar seus sonhos.

É na inter-relação das ideias e dos fenômenos, na perspectiva do pensamento complexo, que se propõe a abordagem da educação financeira nas escolas, desenvolvendo valores, conhecimentos e competências importantes para a condução autônoma de uma vida financeira.

#### Educação Fiscal

Assim como outras temáticas importantes para a escola e que não estão diretamente expressas no currículo, **a educação fiscal visa à compreensão do uso dos tributos, conseqüentemente, ensina sobre direitos e deveres cidadãos.** É preciso compreender como acontece a arrecadação dos tributos e qual o destino desses tributos.

Esses recursos aplicados adequadamente, geram melhorias na qualidade de vida da população e perspectivas de melhorias para a sociedade de maneira geral. Questões como: de que forma os tributos são arrecadados? Quais tributos existem? Como são aplicados? São as temáticas que mobilizam a educação fiscal. Como se vê, é fundamental que o cidadão saiba que tributos paga e para quê.

Os tributos são, portanto, um caminho para diminuição da desigualdade, da miséria, da fome, entre outras mazelas vividas em sociedade.

Considerando as mudanças que a sociedade necessita passam pelo processo de aprendizagens na escola, para que os cidadãos tenham consciência de seus direitos e do cumprimento dos seus deveres para que possam cobrar ações mais efetivas e responsáveis do Estado.

Isso fortalece a democracia, bem como a cidadania pelo poder de transformar as relações sociais e garantir o direito a uma vida mais digna e mais justa para todos os brasileiros.

O estudo da educação fiscal na escola se firma no Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010, que fixaram as **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos** e na Portaria Conjunta do Ministério da Fazenda e da Educação, Nº 413, de 31/12/2002, que definiu as competências dos órgãos responsáveis pela implementação **do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF**.

**O estudo da educação fiscal na escola prevê que os professores e estudantes reconheçam a educação comprometida com a construção de cidadãos conscientes em relação à administração pública responsável pelos recursos arrecadados e com os impostos, compreendendo a aplicação e controle dos gastos públicos.**

A escola tem um importante papel social de formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres que possam ser úteis à sociedade.

Nesse sentido, fica evidente que ainda precisamos aprimorar o aprendizado na vivência de um regime democrático onde os cidadãos possam exercer seus direitos e deveres para a construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa.

É constante algumas atitudes de incivildade durante as aulas e nos intervalos destas. Uma constante depredação do patrimônio no ambiente escolar e também nos espaços públicos. Se as escolas forem mantidas adequadamente, novos investimentos poderão ser realizados e mais pessoas serão beneficiadas.

**Assim, a educação fiscal pode conscientizar toda comunidade escolar para a importância de se acompanhar os gastos públicos e entender a importância dos impostos na condução e construção da Administração Pública, mas também, estimular a formação da consciência tributária do aluno e promover situações de aprendizagem que possibilitem a consciência de seus direitos e deveres como cidadão.**

A escola deve ainda explicar sobre os recursos públicos aplicados e gastos na escola incentivando a participação em outros espaços públicos exigindo maior controle social do Estado, a relação com as notas fiscais como instrumento de controle social desses recursos.

## Para saber mais:

<b>Cidadania e Estado democrático e de direito</b>
Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia, História. Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)
<b>Habilidades</b>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o que é soberania</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar a formação do Estado brasileiro em poderes</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer o funcionamento da administração pública</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre conceitos de cidadania e democracia</li> </ul>
<p>Sugestão de material de apoio, disponível em:</p> <p><a href="http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Material/Lists/Material/Attachments/17/caderno_2.pdf">http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Material/Lists/Material/Attachments/17/caderno_2.pdf</a>  <a href="http://revista.uemg.br/index.php/direitoecidadania/article/view/2948">http://revista.uemg.br/index.php/direitoecidadania/article/view/2948</a>  <a href="https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2008/direitos-de-cidadania-como-fundamento-do-estado-democratico-de-direito-parte-i-juiza-oriana-piske">https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2008/direitos-de-cidadania-como-fundamento-do-estado-democratico-de-direito-parte-i-juiza-oriana-piske</a></p>
<b>Estado, desenvolvimento e economia</b>
<p>Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia, História</p> <p>Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)</p>
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar uma retrospectiva histórica do conceito de sociedade e de Estado.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre os conceitos de Neoliberalismo, globalização e desemprego estrutural</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o Índice de Desenvolvimento Humano</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar a importância da educação na construção social</li> </ul>
<p>Sugestão de material de apoio, disponível em:</p> <p><a href="http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Material/Lists/Material/Attachments/17/caderno_2.pdf">http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Material/Lists/Material/Attachments/17/caderno_2.pdf</a>  <a href="https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/importancia-estado-na-roda-economia.htm">https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/importancia-estado-na-roda-economia.htm</a>  <a href="http://www.corecon-rn.org.br/2018/05/28/o-papel-do-estado-no-desenvolvimento-e-a-situacao-economica-social-e-politica-no-brasil/">http://www.corecon-rn.org.br/2018/05/28/o-papel-do-estado-no-desenvolvimento-e-a-situacao-economica-social-e-politica-no-brasil/</a></p>
<b>Financiamento do Estado</b>
<p>Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia</p> <p>Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)</p>
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer a origem histórica do tributo</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar a organização do Estado brasileiro atual</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar a qualidade e eficiência dos serviços públicos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar o papel da ouvidoria</li> </ul>
<p>Sugestão de material de apoio, disponível em:</p> <p><a href="http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Material/Lists/Material/Attachments/18/caderno_3.pdf">http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Material/Lists/Material/Attachments/18/caderno_3.pdf</a>  <a href="http://www.sindifisco.org.br/noticias/tributo-a-principal-fonte-de-financiamento-do-estado">http://www.sindifisco.org.br/noticias/tributo-a-principal-fonte-de-financiamento-do-estado</a>  <a href="https://www.brasil247.com/blog/a-educacao-e-o-financiamento-do-estado">https://www.brasil247.com/blog/a-educacao-e-o-financiamento-do-estado</a></p>
<b>História do tributo no Brasil</b>
<p>Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia</p> <p>Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)</p>
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender a evolução histórica do tributo no Brasil</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar o tributo no Brasil colônia</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar o tributo no período da monarquia brasileira</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar o tributo no início da República</li> </ul>

Sugestão de material de apoio, disponível em:

[http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Material/Lists/Material/Attachments/18/caderno\\_3.pdf](http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Material/Lists/Material/Attachments/18/caderno_3.pdf)  
<https://rfersantos.jusbrasil.com.br/artigos/222353175/tributos-origem-e-evolucao>  
[http://www.portaltributario.com.br/tributario/historia\\_dos\\_tributos\\_no\\_brasil.htm](http://www.portaltributario.com.br/tributario/historia_dos_tributos_no_brasil.htm)

### **Sistema tributário Brasileiro**

Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia, História

Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)

#### **Habilidades**

- Conhecer a legislação tributária brasileira
- Conhecer os princípios constitucionais tributários
- Conhecer demais princípios, garantias e limitações constitucionais ao poder de tributar
- Identificar os tipos de tributo nos âmbitos: municipal, estadual e federal

Sugestão de material de apoio, disponível em:

[http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Material/Lists/Material/Attachments/18/caderno\\_3.pdf](http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Material/Lists/Material/Attachments/18/caderno_3.pdf)  
<https://educacao.ibpt.com.br/blog/sistema-tributario-nacional-brasileiro/>  
<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pacto-federativo/documentos/audiencias-publicas/JosRobertoAfonso.pdf>

### **Tributo**

Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia, História

Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)

#### **Habilidades**

- Conhecer o conceito de tributo
- Analisar as características do tributo
- Conhecer as espécies de tributo
- Analisa a classificação dos impostos quanto ao ente tributante

Sugestão de material de apoio, disponível em:

[http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Material/Lists/Material/Attachments/18/caderno\\_3.pdf](http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Material/Lists/Material/Attachments/18/caderno_3.pdf)  
<https://rfersantos.jusbrasil.com.br/artigos/222353175/tributos-origem-e-evolucao>  
<https://facil123.com.br/blog/tributos-impostos-taxas-contribuicoes/>

### **Gestão democrática dos recursos públicos**

Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia

Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)

#### **Habilidades**

- Compreender o conceito geral de orçamento
- Analisar Planejamento e Orçamento Público
- Conhecer os princípios orçamentários
- Conhecer plano plurianual
- Conhecer a Lei de Diretrizes Orçamentárias

Sugestão de material de apoio, disponível em:

[http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Material/Lists/Material/Attachments/19/caderno\\_4.pdf](http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Material/Lists/Material/Attachments/19/caderno_4.pdf)  
[http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/RoC5zTbrrbJiTCK\\_2013-4-29-16-0-38.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/RoC5zTbrrbJiTCK_2013-4-29-16-0-38.pdf)  
<http://www.educacaofiscal.sp.gov.br/contents/Caderno%204.pdf>

<b>Controle social dos tributos</b>
Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender a Lei de Responsabilidade Fiscal</li> <li>• Saber encontrar as informações sobre o uso do dinheiro público</li> <li>• Analisar o controle social dos recursos</li> <li>• Entender o controle social dos recursos no Brasil</li> </ul>
Sugestão de material de apoio, disponível em:  <a href="http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Material/Lists/Material/Attachments/19/caderno_4.pdf">http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/Material/Lists/Material/Attachments/19/caderno_4.pdf</a> <a href="https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/21494">https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/21494</a> <a href="http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000008740.pdf">http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000008740.pdf</a> <a href="https://jornalggn.com.br/politica/movimentos-sociais-politica/controle-social-a-sociedade-na-gestao-da-receita-federal-do-brasil/">https://jornalggn.com.br/politica/movimentos-sociais-politica/controle-social-a-sociedade-na-gestao-da-receita-federal-do-brasil/</a>

## Trabalho

O trabalho pode ser visto sob diversos aspectos. Se for considerada a Constituição Federal/1988, **o trabalho surge como um direito social ao lado da educação, da saúde, entre outros**. Já em seu Art. 205, tem-se que a educação é *“direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”*. Aqui **o trabalho aparece como um dos fins do processo educativo**.

Na LBD/1996, o trabalho aparece, como na Constituição, em diversos momentos da lei e apresenta-se vinculado à diferentes aspectos. Como exemplo temos:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...)

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: (...)  
III - orientação para o trabalho.

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: (...) II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.

Além desses artigos da LDB destacados, o trabalho aparece inúmeras vezes ainda nessa lei. Estes acima foram destacados em função de estarem diretamente ligados à formação dos estudantes.

O trabalho, aparece nos normativos educacionais, a exemplo do Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e da Resolução CNE/CEB Nº 7/2010, que falam da implantação do ensino fundamental de 9 anos, quando tratam dos direitos sociais, como na Constituição Federal/1988.

Outras abordagens podem ser dadas ao trabalho se considerada a literatura científica. Podem ser consideradas diversas concepções, visto que **o trabalho é resultante de um processo de criação histórica, concomitante à evolução dos modos e relações de produção, bem como da organização da sociedade e das diversas formas do conhecimento humano.**

Consideramos que não cabe a este produto uma discussão mais aprofundada da categoria trabalho por este olhar acadêmico, mas de que forma ele se aparece no trabalho pedagógico e no currículo da educação básica.

Entretanto, cabe compreender a terminologia “**mundo do trabalho**”, que pode ser definida como **o conjunto das atividades materiais, produtivas e os processos sociais como parte da realização de um trabalho.**

Em outras palavras, o mundo do trabalho supera o conceito de trabalho por envolver outros fatores. É refletir sobre como a sociedade se organiza, se relaciona e se transforma.

O mundo do trabalho traz consigo um leque de temáticas que precisam ser reconhecidas nos currículos escolares e devem fazer parte da preparação para o trabalho dos estudantes.

Essa terminologia é constantemente destacada na BNCC. Assim, levantamos a temática dentro da própria Base que apresenta um olhar multifacetado para a questão do trabalho.

Podemos observar o trabalho em diversos pontos da BNCC e nas diversas etapas. Destacamos na tabela a seguir, o trabalho visto como vinculado ao que a BNCC entende que deve ser o trabalho efetivo com os estudantes.

A BNCC aborda o trabalho ainda sobre diferentes perspectivas. Temos, para citar algumas: trabalho colaborativo, trabalho artístico, trabalho pedagógico, trabalho com gêneros verbais, trabalho de campo, trabalho com linguagens, trabalho humano, divisão internacional do trabalho, instrumentos de trabalho, postos de trabalho.

Sugerimos que se amplie o diálogo com as instâncias que efetivamente se envolvem com a temática trabalho, em especial as instâncias governamentais, mas todos que percebam a temática na perspectiva de oferecer formação aos estudantes sobre o que é e sua importância para a vida em sociedade desde a educação infantil – considerada a sua adequada abordagem, mas, e sobretudo, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio como forma de qualificar e promover já a inserção dos jovens no mundo do trabalho.

Pensamos que este é um debate aberto e sua abordagem, dentro dos currículos construídos a partir da BNCC, devem ser promovidos pelos sistemas de ensino.

**Esta construção deve orientar a otimização do orçamento pessoal e familiar a partir da conscientização de que ganhar mais não significa, necessariamente, ter a chave para o sucesso financeiro. Pelo contrário: pessoas com renda menor, mas que tenham um orçamento otimizado, conseguem conquistar resultados melhores.**

A aprendizagem de como organizar o orçamento também é uma ferramenta da educação financeira. Quanto mais seus conhecimentos se ampliam, mais a sua renda mensal passa a render — ainda que não haja aumento do salário.

**Para saber mais:**

<b>Conhecendo a si mesmo</b>
Perfil do docente: Professores, bibliotecários, coordenadores, orientadores. Recursos necessários: variáveis de acordo com a metodologia adotada
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre a importância do autoconhecimento</li> <li>• Conhecer ferramentas de autoconhecimento</li> <li>• Refletir sobre seus propósitos</li> <li>• Analisar suas virtudes e dificuldades</li> </ul>
Sugestão de material de apoio, disponível em:  <a href="https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/autoconhecimento.htm">https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/autoconhecimento.htm</a> <a href="https://www.napratica.org.br/tudo-sobre-autoconhecimento/">https://www.napratica.org.br/tudo-sobre-autoconhecimento/</a>
<b>Resiliência emocional e o trabalho</b>
Perfil do docente: Professores, bibliotecários, coordenadores, orientadores. Recursos necessários: variáveis de acordo com a metodologia adotada
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o sentido da resiliência emocional</li> <li>• Refletir sobre a importância da comunicação no trabalho</li> <li>• Compreender o papel das emoções na tomada de decisões</li> <li>• Compreender os fatores envolvidos na resolução de problemas</li> </ul>
Sugestão de material de apoio, disponível em:  <a href="https://www.sbie.com.br/blog/o-que-e-ser-resiliente/">https://www.sbie.com.br/blog/o-que-e-ser-resiliente/</a> <a href="https://freesider.com.br/qualidade-de-vida/saiba-a-importancia-da-resiliencia-no-ambiente-de-trabalho/">https://freesider.com.br/qualidade-de-vida/saiba-a-importancia-da-resiliencia-no-ambiente-de-trabalho/</a> <a href="https://www.ibccoaching.com.br/portal/importancia-da-resiliencia-emocional-no-trabalho/">https://www.ibccoaching.com.br/portal/importancia-da-resiliencia-emocional-no-trabalho/</a>
<b>O projeto de vida</b>
Perfil do docente: Professores, bibliotecários, coordenadores, orientadores. Recursos necessários: variáveis de acordo com a metodologia adotada
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender os aspectos a serem considerados na construção do Projeto de Vida</li> <li>• Compreender que as escolhas e decisões na vida envolvem responsabilidade pessoal</li> <li>• Analisar as etapas e passos para a transformação dos sonhos em realidade</li> <li>• Compreender que os sonhos podem se modificam a partir de novas experiências.</li> </ul>
Sugestão de material de apoio, disponível em:  <a href="http://www.iema.ma.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/MATERIAL-DO-EDUCADOR-AULAS-DE-PROJETO-DE-VIDA.pdf">http://www.iema.ma.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/MATERIAL-DO-EDUCADOR-AULAS-DE-PROJETO-DE-VIDA.pdf</a> <a href="http://blog.missaouniversitario.com.br/texto-i-comecando-a-construir-o-meu-projeto-de-vida-2/">http://blog.missaouniversitario.com.br/texto-i-comecando-a-construir-o-meu-projeto-de-vida-2/</a>

[https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2018/03/caderno-pv\\_professor\\_em.pdf](https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2018/03/caderno-pv_professor_em.pdf)

### **Meditação**

Perfil do docente: Professores, bibliotecários, coordenadores, orientadores. Recursos necessários: variáveis de acordo com a metodologia adotada

#### **Habilidades**

- Conhecer os objetivos da meditação
- Conhecer os tipos de meditação
- Refletir sobre a prática da meditação para alcançar metas
- Conhecer exercícios de meditação

Sugestão de material de apoio, disponível em:

<https://viverdeblog.com/beneficios-da-meditacao/>

<https://www.iquilibrio.com/blog/terapias-alternativas/meditacao/tipos-de-meditacao/>  
<https://alquimiaoriental.com.br/objetivo-da-meditacao/>

### **O trabalho coletivo**

Perfil do docente: Professores, bibliotecários, coordenadores, orientadores. Recursos necessários: variáveis de acordo com a metodologia adotada

#### **Habilidades**

- Analisar a importância do trabalho em equipe
- Refletir sobre a tolerância
- Analisar o papel da cooperação no trabalho
- Refletir sobre as vantagens do trabalho em equipe

Sugestão de material de apoio, disponível em:

<https://www.ibccoaching.com.br/portal/lideranca-e-motivacao/trabalho-equipe-habilidade-essencial-mercado-trabalho/>

<https://www.significadosbr.com.br/trabalho-em-equipe>  
<https://www.educamundo.com.br/blog/trabalho-equipe-escola>

### **Conviver com as diferenças**

Perfil do docente: Professores, bibliotecários, coordenadores, orientadores. Recursos necessários: variáveis de acordo com a metodologia adotada

#### **Habilidades**

- Refletir sobre suas singularidades
- Refletir sobre a importância da diversidade para a convivência
- Analisar o conceito de diversidade
- Construir experiências práticas de superação das diferenças

Sugestão de material de apoio, disponível em:

<https://www.colegiocatarinense.g12.br/saber-conviver-com-as-diferencas-essa-e-uma-das-licoas-que- ficam- pra-toda-vida/>

<https://revistasenso.com.br/2017/05/22/conhecer-para-respeitar-sobre-conviver-com-diferencas/>

<https://vidainovadora.com.br/saber-conviver-com-as-diferencas-e-o-segredo-da-modernidade/>

### **Regras de convivência no trabalho**

<p>Perfil do docente: Professores, bibliotecários, coordenadores, orientadores. Recursos necessários: variáveis de acordo com a metodologia adotada</p>
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre a importância do respeito</li> <li>• Analisar boas regras de convivência e etiqueta no trabalho</li> <li>• Refletir sobre a importância da positividade</li> <li>• Refletir sobre a tolerância e ajuda</li> </ul>
<p>Sugestão de material de apoio, disponível em:</p> <p><a href="https://www.fundacaofritzmuller.com.br/site/blog/677-5-dicas-convivencia-no-ambiente-de-trabalho">https://www.fundacaofritzmuller.com.br/site/blog/677-5-dicas-convivencia-no-ambiente-de-trabalho</a>  <a href="https://wpos.com.br/blog/como-manter-uma-boa-convivencia-no-ambiente-de-trabalho/">https://wpos.com.br/blog/como-manter-uma-boa-convivencia-no-ambiente-de-trabalho/</a>  <a href="https://soumamae.com.br/18-regras-de-convivencia-que-voce-deve-ensinar-para-seu-filho/">https://soumamae.com.br/18-regras-de-convivencia-que-voce-deve-ensinar-para-seu-filho/</a></p>
<b>Os jogos cooperativos</b>
<p>Perfil do docente: Professores, bibliotecários, coordenadores, orientadores. Recursos necessários: variáveis de acordo com a metodologia adotada</p>
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar a origem dos jogos cooperativos</li> <li>• Compreender a importância dos jogos cooperativos</li> <li>• Analisar as características dos jogos cooperativos</li> <li>• Analisar as diferenças entre jogos cooperativos, competitivos e recreativos</li> </ul>
<p>Sugestão de material de apoio, disponível em:</p> <p><a href="https://impulsiona.org.br/jogos-competitivos-x-jogos-cooperativos/">https://impulsiona.org.br/jogos-competitivos-x-jogos-cooperativos/</a>  <a href="https://demonstre.com/10-brincadeiras-cooperativas/">https://demonstre.com/10-brincadeiras-cooperativas/</a>  <a href="https://blog.abaratadizqtem.com.br/jogos-cooperativos/">https://blog.abaratadizqtem.com.br/jogos-cooperativos/</a></p>
<b>A prática cidadã</b>
<p>Perfil do docente: Professores, bibliotecários, coordenadores, orientadores. Recursos necessários: variáveis de acordo com a metodologia adotada</p>
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o conceito de cidadania e os movimentos sociais</li> <li>• Refletir sobre os direitos humanos</li> <li>• Conhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos</li> <li>• Analisar o conceito de democracia</li> </ul>
<p>Sugestão de material de apoio, disponível em:</p> <p><a href="https://www.politize.com.br/por-que-e-importante-cidadania/">https://www.politize.com.br/por-que-e-importante-cidadania/</a> <a href="https://www.todamateria.com.br/cidadania/">https://www.todamateria.com.br/cidadania/</a>  <a href="https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/cidadania.htm">https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/cidadania.htm</a></p>
<b>Participação social</b>
<p>Perfil do docente: Professores, bibliotecários, coordenadores, orientadores. Recursos necessários: variáveis de acordo com a metodologia adotada</p>
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar a importância e a responsabilidade na participação</li> <li>• Refletir sobre a participação popular</li> <li>• Analisar os tipos de participação</li> <li>• Analisar as lutas sociais no Brasil</li> </ul>

Sugestão de material de apoio, disponível em:

<http://www.deolhonosplanos.org.br/processos-participativos/>

<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/parsoc.html>

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/informe\\_controle\\_social/Informe%2013.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/informe_controle_social/Informe%2013.pdf)

### **Ética e mundo do trabalho**

Perfil do docente: Professores, bibliotecários, coordenadores, orientadores.  
Recursos necessários: variáveis de acordo com a metodologia adotada

#### **Habilidades**

- Compreender ética no trabalho
- Analisar a importância da ética no trabalho
- Conhecer códigos de ética profissional
- Conhecer atividades e jogos para trabalhar ética profissional

Sugestão de material de apoio, disponível em:

<http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/3/Workshop%201%20-%20Jogo%20da%20%C3%89tica.pdf>

<https://efetividade.net/2012/04/o-que-e-etica-no-trabalho-quia-rapido-com-10-mandamentos-essenciais.html>

<https://portaldalecarnegie.com/importancia-da-etica-profissional/>

### **Vida financeira cotidiana e familiar**

Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia  
Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)

#### **Habilidades**

- Elaborar orçamento pessoal organizando despesas
- Analisar empréstimos e poupança para tomada de decisões
- Avaliar a importância das despesas no contexto familiar
- Classificar as receitas da família, fixas e variáveis e compreender o comportamento financeira familiar.

Sugestão de material de apoio: utilizar o livro “Educação financeira nas escolas” - Livro 1 - (MEC/CONEF) e os sites selecionados, que estão disponíveis em:

<https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-aluno-bloco1?e=11624914/49399073>

<https://www.guiabolso.com.br/>

<https://freesider.com.br/dinheiro/melhores-taticas-para-uma-administracao-financeira-pessoal/>

<https://dinheirama.com/3-passos-para-mudar-sua-vida-e-fazer-do-dinheiro-um-grande-aliado/>

<https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/cvm-e-mec-lancam-plataforma-para-capacitar-meio-milhao-de-professores-em-educacao-financeira>

<https://www.investidor.gov.br/app/index.html>

<https://www.investidor.gov.br/menu/atividades/CriancaseJovens/InfantoJuvenil>

<https://www.vidaedinheiro.gov.br/2nd-enef>

[seal/?doing\\_wp\\_cron=1636032128.6451919078826904296875](https://www.vidaedinheiro.gov.br/2nd-enef/seal/?doing_wp_cron=1636032128.6451919078826904296875)

## CAPÍTULO III

### EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO MUNDO E NO BRASIL

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2005, educação financeira é *“o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro”*.

#### **Educação Financeira no Mundo: o papel da OCDE**

A OCDE é uma organização internacional composta atualmente de 35 países, com sede em Paris, na França, e tem por objetivo promover políticas que visem ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social de pessoas por todo o mundo.

O Brasil não faz parte do grupo, mas é um parceiro-chave, com quem a OCDE mantém cooperação desde o início dos anos 1990.

Nessa posição, tem a possibilidade de participar dos diferentes órgãos da entidade, aderir aos seus instrumentos legais, se integrar aos informes estatísticos e revisões por pares de setores específicos do órgão, e tem sido convidado a participar de todas as suas reuniões ministeriais desde 1999.

O Brasil contribui para o trabalho dos comitês e participa em pé de igualdade com os países-membros em diversos órgãos e projetos importantes da entidade.

**A educação financeira tornou-se um importante complemento à conduta do mercado, à regulação prudencial (regulação financeira que estabelece requisitos para as instituições financeiras, com foco no gerenciamento de riscos e nos requerimentos mínimos de capital para fazer face aos riscos decorrentes de suas atividades) e à melhoria dos comportamentos financeiros individuais, sendo hoje uma prioridade política de longo prazo em muitos países.**

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e sua Rede Internacional de Educação Financeira (INFE) tem como missão a realização de pesquisas e o desenvolvimento de ferramentas visando apoiar os países – membros e aderentes a desenhar e implementar estratégias nacionais de educação financeira.

Em um número crescente de países, **as implicações a longo prazo dos baixos níveis de educação financeira entre a maioria da população estão levando os governos a agir de forma cada vez mais ativa para uma mudança desse cenário.**

Em 2021, a OCDE/INFE conta com a adesão de mais de 240 instituições públicas – incluindo bancos centrais, reguladores e supervisores financeiros – em mais de 110 países.

Um instrumento relevante para esse tema são os relatórios de testes periódicos do **Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA)** da OCDE sobre o desempenho dos alunos.

Cerca de 600 mil estudantes concluíram a avaliação em 2018, representando algo em torno de 32 milhões de jovens de 15 anos nas escolas dos 79 países e economias participantes.

No Brasil, 10.691 estudantes, em 638 escolas, completaram a avaliação, representando 2.036.861 estudantes de 15 anos (65% da população total de 15 anos).

Os dados levantados no exame do PISA 2018, divulgados em 2020, apontaram que:

a) O **status socioeconômico** foi um forte preditor de desempenho em leitura, matemática e ciências no Brasil. **Alunos favorecidos superaram os desfavorecidos na leitura em 97 pontos** (média da OCDE: 89 pontos). No PISA 2009, a diferença de desempenho na leitura relacionada ao status socioeconômico era de 84 pontos no Brasil (média da OCDE: 87 pontos).

b) No Brasil, cerca de **um em cada dez estudantes desfavorecidos de alto desempenho não espera concluir o ensino superior**, enquanto entre os alunos mais favorecidos de alto desempenho, a proporção é de um em 25.

c) Em média, nos países/economias da OCDE, **94% dos estudantes** relataram que **obtem essas informações financeiras dos pais**; **77%** relataram que **a internet** é uma fonte desses dados; aproximadamente **metade** de todos os estudantes afirmou obter informações sobre questões financeiras **de amigos (51%), da televisão ou do rádio (50%)** ou de **professores (50%)**; e aproximadamente um quarto deles relatou que obtém essas informações de **revistas (25%)**.

d) **Os estudantes mais familiarizados com as finanças ou os termos relacionados à economia também tinham maior conhecimento financeiro**, medido pela avaliação de alfabetização financeira do PISA 2018.

Cada termo adicional, dos 18 propostos, que um aluno relatou ter aprendido na escola nos 12 meses anteriores e cuja definição o aluno ainda conhecia estava associado a um aumento em sua pontuação de alfabetização financeira, em média nos países / economias da OCDE.

Depois de considerar o sexo, o aluno e o perfil socioeconômico da escola, assim como o histórico de imigrantes, cada termo adicional foi associado a uma melhoria de três pontos na pontuação de alfabetização financeira.

e) Em média, nos países e economias da OCDE, **15% dos estudantes tiveram desempenho abaixo do nível 2 em alfabetização financeira**. Esses alunos exibiam apenas **habilidades básicas de alfabetização financeira, como identificar termos e produtos financeiros comuns e interpretar informações relacionadas a conceitos financeiros básicos**.

Eles podem ter sido capazes de reconhecer a diferença entre necessidades e desejos e tomar decisões simples sobre gastos diários, mas ainda **não foram capazes de aplicar seus conhecimentos para tomar decisões financeiras** em contextos que não eram imediatamente relevantes para eles, como reconhecer o valor de um orçamento simples ou realizar uma mera avaliação do valor pelo dinheiro.

**Mais de um em cada três estudantes no Brasil, Bulgária, Geórgia, Indonésia e Peru se apresentou abaixo do nível 2; e mesmo em países e regiões de alto desempenho**

**econômico**, como as províncias canadenses (Colúmbia Britânica, Manitoba, New Brunswick, Terra Nova e Labrador, Nova Escócia, Ontário e Ilha do Príncipe Eduardo), a Estônia, a Finlândia e a Polônia, **entre 5% e 10% dos alunos obtiveram pontuação abaixo do nível 2.**

Essas conclusões dão conta de que **o investimento, cada vez mais cedo, para a promoção da educação financeira das populações, em todos os níveis socioeconômicos, é uma necessidade.**

Os países que investem nesse tipo de educação têm potencial de alcançar melhores resultados na implantação das políticas públicas voltadas para a estabilidade econômica e financeira. O desafio não é simples, e se agrava em países como o Brasil, que tem significativo grau de analfabetismo da população e alto percentual de evasão escolar.

**Na última edição do PISA 2018, o resultado mostrou que o país apresenta baixa proficiência em leitura, matemática e ciências, se comparado com outros 78 países que participaram da avaliação. A publicação revelou ainda que 68,1% dos estudantes brasileiros com 15 anos de idade não possuem nível básico de matemática, o mínimo exigido para o exercício pleno da cidadania. Os índices estão estagnados desde 2009.**

## **Educação financeira no contexto brasileiro**

A **Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF** – é uma mobilização multissetorial em torno da promoção de ações de educação financeira no Brasil. Foi instituída como **política de Estado de caráter permanente**, e suas características principais são a garantia de gratuidade das iniciativas que desenvolve ou apoia e sua imparcialidade comercial.

O **objetivo da ENEF**, criada através do Decreto Federal 7.397/2010, é **contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes.**

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica, Art. 14 da Resolução CNE/CEB nº 4/2010: *“[...] a base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais”.*

## **Como a temática deve ser abordada**

A especialista apresenta a sequência didática a partir dos livros públicos produzidos no âmbito da Comissão Nacional de Educação Financeira – CONEF e já utilizados pelas redes de ensino, disponíveis em [www.vidaedinheiro.gov.br](http://www.vidaedinheiro.gov.br) .

De acordo com a BNCC, a abordagem do tema deve ser feita de forma integrada que considere três níveis de complexidade:

1. **Intradisciplinar**, apresentando o cruzamento dos conteúdos propostos pelo tema com as competências e habilidades da BNCC em um componente curricular;
2. **Interdisciplinar**, propiciando diretrizes para espaços interdisciplinares em que duas (ou mais) disciplinas tratem os assuntos transversais de forma integrada;

3. **Transdisciplinar**, com elementos e sugestões para a inserção das aulas propostas em projetos transdisciplinares que envolvam a comunidade escolar como um todo.

## Premissas

As metodologias deverão **contemplar o conceito de competências** e explicitar a correlação entre componentes curriculares e competências.

Devem **articular objetivos e conteúdos**, e devem considerar aspectos conceituais (aprender a conhecer), procedimentais (aprender a fazer) e atitudinais (aprender a ser).

Devem adotar **metodologias ativas de aprendizagem**, tais como resolução de problemas, trabalhos em grupo, seminários, aula invertida, entre outros.

Devem ainda oferecer elementos para que **o professor atue como facilitador** do processo de aprendizagem, por meio de perguntas que levem os aprendizes a reflexão e superação dos desafios apresentados.

Devem **considerar a diversidade de conhecimentos e formação de professores**, bem como de estrutura das instituições de ensino brasileiras, de modo a serem utilizados com flexibilidade por diferentes perfis de educadores nas diversas regiões do país, sequencialmente ou individualmente, conforme o contexto e especificidade local.

## Para saber mais:

<b>Vida financeira e social</b>
Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre desperdício e poupança</li> <li>• Organizar informações financeiras de modo a poder explica-las em contextos sociais</li> <li>• Analisar as razões do endividamento</li> <li>• Aprender a planejar-se financeiramente</li> </ul>
Sugestão de material de apoio: utilizar o livro “Educação financeira nas escolas” - Livro 1 - (MEC/CONEF) e sites disponíveis em: <a href="https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-aluno-bloco1?e=11624914/49399073">https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-aluno-bloco1?e=11624914/49399073</a> <a href="https://dinheirama.com/educacao-financeira-solucao-sociedade-melhor/">https://dinheirama.com/educacao-financeira-solucao-sociedade-melhor/</a> <a href="https://administradores.com.br/noticias/dinheiro-e-felicidade-vida-social-interfere-mais-na-felicidade-do-que-salario">https://administradores.com.br/noticias/dinheiro-e-felicidade-vida-social-interfere-mais-na-felicidade-do-que-salario</a> <a href="https://www.mongeralaeon.com.br/blog/educacao-financeira/artigo/vida-social-ativa-economiza">https://www.mongeralaeon.com.br/blog/educacao-financeira/artigo/vida-social-ativa-economiza</a>
<b>Economia no país e no mundo</b>
Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar o contexto econômico atual</li> <li>• Analisar a participação do Brasil no contexto econômico internacional</li> <li>• Analisar o contexto econômico mundial</li> </ul>

- Os blocos econômicos

Sugestão de material de apoio: utilizar o livro “Educação financeira nas escolas” - Livro I - (MEC/CONEF) e sites disponíveis em:

<https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-aluno-bloco1?e=11624914/49399073> <https://www.todamateria.com.br/economia-no-brasil/> <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/economia-brasil.htm> <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-bloco-economico.htm>

### **Educação Financeira no contexto da Sociedade de Consumo**

Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia  
 Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)

#### **Habilidades**

- Compreender o que é sociedade de consumo
- Analisar as causas dos problemas financeiros são geradas pelo analfabetismo financeiro, pelo consumismo, pelo marketing publicitário, pelo crédito fácil.
- O consumo sustentável
- Compreender os comportamentos financeiros

Sugestão de material de apoio:

<https://www.parmais.com.br/blog/educacao-financeira-venca-o-consumo/>  
<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/26/26>  
<https://administradores.com.br/artigos/consumo-consciente-e-educacao-financeira-bom-para-o-seu-bolso-bom-para-o-planeta>

## CAPÍTULO IV

### EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM SANTA CATARINA

Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da rede estadual de ensino tiveram a oportunidade de aprender sobre finanças pessoais - incluindo planejamento, orçamento, poupança, investimentos e empréstimos, através da parceria entre a Secretaria de Estado da Educação (SED), a Junior Achievement e o Sebrae/SC que disponibilizou o programa on-line '**Meu Dinheiro, Meu Negócio**', para despertar o empreendedorismo entre os jovens.

Totalmente on-line e com duração de cinco horas/aula, o conteúdo do curso incluiu temas como **planejamento, orçamento, poupança, investimento e empréstimo**.

Este programa foi destinado a estudantes entre 14 e 25 anos e atingiu aproximadamente 300 mil alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em mais de 1 mil unidades de ensino de Santa Catarina.

O sucesso da iniciativa da Junior Achievement, em qualificar jovens catarinenses, ganhou mais capilaridade com a participação dos estudantes da rede estadual de ensino no programa, durante o período de isolamento social.

#### **Tema transversal no currículo**

A iniciativa articulando a parceria entre as três instituições ampliou as possibilidades de ensino e a aprendizagem dos estudantes com foco na Educação Financeira, que é um Tema Transversal Contemporâneo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (CBTC).

A plataforma do programa '**Meu Dinheiro Meu Negócio**' é hospedada pelo Sebrae/SC, fundador da Junior Achievement em Santa Catarina e a primeira mantenedora.

A Junior Achievement tem mais de 110 anos de atuação mundial, está presente em Santa Catarina há 23 anos, onde contabiliza 650 mil adolescentes e jovens beneficiados e mais de 17 mil voluntários que compartilharam tempo, conhecimento e experiências em 330 escolas parceiras de 80 cidades do estado.

#### **Currículo de Santa Catarina**

Em Santa Catarina, o **Currículo Base do Território Catarinense**, apoiado no princípio da educação integral, tem como objetivo **garantir desenvolvimento pleno aos estudantes, do ponto de vista da cidadania, emancipação e liberdade**.

Nesta perspectiva, entre os temas abordados estão a economia, o trabalho, a educação financeira e a educação fiscal.

No Novo Ensino Médio, este tema é abordado por meio dos componentes curriculares eletivos de Matemática Financeira e Educação Fiscal.

Nestas aulas, os estudantes têm acesso a conteúdos como a **história das relações financeiras, matemática aplicada às finanças, a importância de um controle de gastos e investimentos e conhecimentos sobre o funcionamento das instituições financeiras.**

Em 2021, das 120 escolas-piloto que já trabalhavam com o Novo Ensino Médio em Santa Catarina, 37 ofereceram este componente curricular eletivo a mais de 2,2 mil estudantes - o Novo Ensino Médio está sendo implementado oficialmente em 711 escolas da rede estadual em 2022.

Além disso, cinco Centros de Educação Profissional (Cedups) ofertaram os conteúdos como parte do currículo de cursos técnicos oferecidos pelo Governo de Santa Catarina.

O trabalho pedagógico com a Educação Financeira, na SED/SC, foi realizado, ao longo dos anos, como tema transversal. Sempre houve o incentivo aos professores no sentido de desenvolverem a temática com os alunos.

Em 2013, o MEC enviou o livro didático sobre educação financeira. Este livro foi disponibilizado às escolas de Ensino Médio da rede, tendo sido orientado às Regionais que incentivassem os professores para trabalharem o conteúdo com os estudantes, a saber:

BRASIL. Educação Financeira nas escolas: ensino médio, livro do professor. Elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Brasília: CONEF, 2013 ([https://www.vidaedinheiro.gov.br/livros-ensino-medio/?doing\\_wp\\_cron=1600362345.7729189395904541015625](https://www.vidaedinheiro.gov.br/livros-ensino-medio/?doing_wp_cron=1600362345.7729189395904541015625));

Em 2022, o Ministério da Justiça de SC está lançando, para ser trabalhado como tema transversal, o **Programa Aprender Valor** que visa ensinar a educação financeira a alunos do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) das escolas públicas (A SED está analisando e deve fazer a adesão, se houver interesse, até 31/03/2022).

Ressalta-se aqui, que o novo Currículo Base do Território Catarinense trabalha a Educação Financeira como tema Transversal. Especificamente no que se refere ao Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, que adota a política da educação integral e objetiva garantir aos estudantes o desenvolvimento da “cidadania”, “emancipação e liberdade”, construiu-se também um **Componente Curricular Eletivo de Matemática**, para tratar especificamente dessa temática. O nome do componente foi pensado para atrair a escolha dos estudantes, sendo **Educação Financeira: Como Transformar Minha Vida**.

Tem-se também a inserção, na área de matemática, da temática da educação fiscal, “garantindo abordagens voltadas para a economia, o trabalho, a educação financeira e a educação fiscal”. Muitos outros conteúdos estão disponibilizados, como “história das relações financeiras, matemática aplicada às finanças, a importância de controle de gastos e investimentos e conhecimentos sobre o funcionamento das instituições financeiras” (BNCC/Caderno4).

Acrescenta-se que as 120 escolas-piloto, em 2021, que trabalharam com o Novo Ensino Médio, já ofereceram esse Componente Curricular Eletivo, atingindo 2,2 mil estudantes que desenvolveram estudos sobre a temática. Além disso, cinco Centros de Educação Profissional ofertam este conteúdo nos cursos técnicos (Henrique Jacoby Curreau, ASCOM/SED, publicado em 22/02/22).

Destaca-se que, em 22/02/22, foi lançado o Programa de Educação Financeira em Santa Catarina. O Programa é resultado de uma parceria entre o MEC e a Comissão de Valores Mobiliários. O Programa foi lançado no município de Tubarão como um “núcleo de referência em

educação financeira no país”, quando foi apresentado o “Caderno Economia do Guia dos Temas Contemporâneos transversais , seguindo as premissas da BNCC” (Pedro Henrique Jacoby Cureau/Ascom/SED).

Em 2022, em torno de 280 escolas implementaram o componente curricular eletivo Educação Financeira, alcançando um total aproximado de 13.500 (treze mil e quinhentos estudantes).

Destaca-se, ainda, que a BNCC, tanto do Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, quanto a do Ensino Médio, no Componente de Matemática, tem contemplado a temática da educação financeira como estudo de conceitos básicos sobre finanças pessoais. Ambos os documentos mostram possibilidades de trabalhar a temática, como: discussões sobre taxas de juros, inflação, aplicações financeiras e impostos, etc.

Este Componente Curricular Eletivo provoca os(as) estudantes a pensarem:

- O que é Educação Financeira?
- Qual a relação entre gerenciar ganhos e despesas para uma maior qualidade financeira e o planejamento de futuro?
- Como avaliar as necessidades individuais ou familiares de compra e decidir por pagar à vista ou a prazo?

Essas e outras perguntas são norteadoras e, pretende-se, ajudarão o(a) estudante a compreender a Educação Financeira como uma maneira de construir comportamentos básicos para melhorar a qualidade de vida pessoal, familiar e da comunidade. Este CCE está organizado em momentos de estudo, pesquisas, reflexões e experiências com simuladores financeiros. Ele pretende apoiar o(a) estudante para que compreendam qual a relação que cada um(a) tem com o dinheiro, como gerenciar as finanças pessoais e de que forma esse conhecimento pode contribuir para o bem estar dele(a) mesmo(a), de seus familiares e de pessoas próximas. As propostas de atividades foram planejadas prevendo aplicações práticas para a vida pessoal e/ou familiar. O uso de vídeos e textos contribuem para trazer situações e problematizações relacionadas ao cotidiano e atualidades.

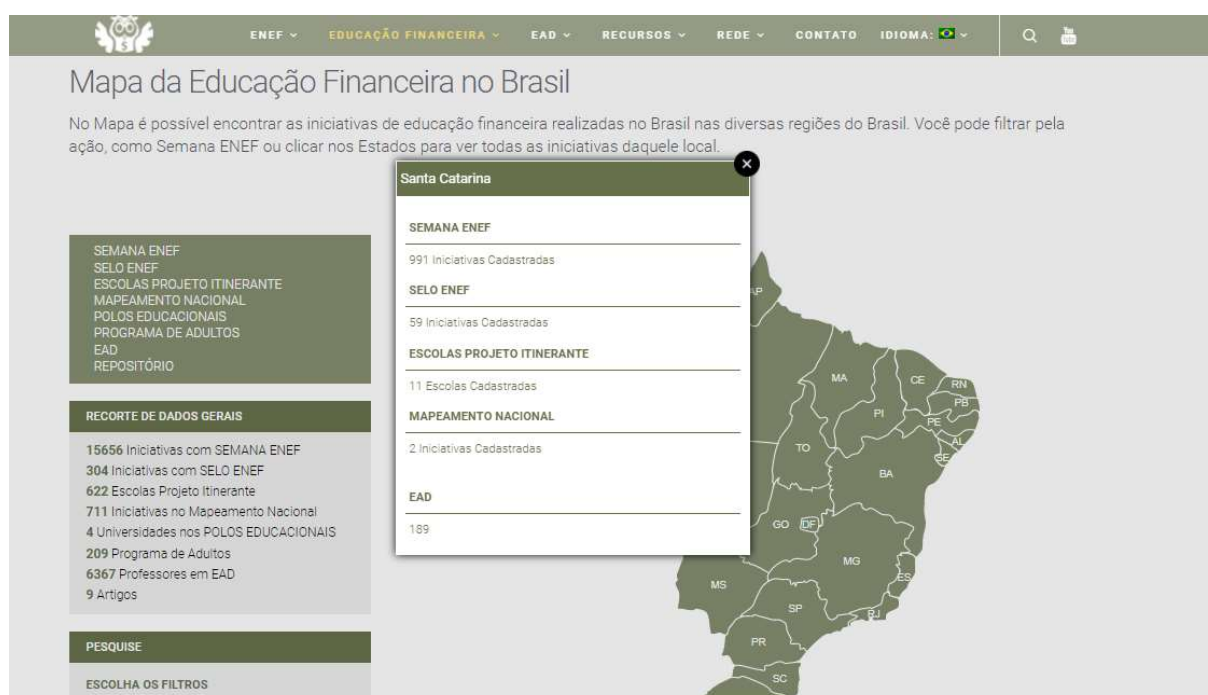
**Para saber mais:**

<b>Planejamento financeiro e <u>projetos de vida</u></b>
Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• A casa própria</li><li>• Aprender a tomar decisões de investimento</li><li>• As profissões e o mercado</li><li>• Construir projetos e metas</li></ul>

Sugestão de material de apoio: utilizar o livro “Educação financeira nas escolas” - Livro 2 - (MEC/CONEF) e sites selecionados, disponíveis em:

<https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-aluno-bloco2?e=11624914/13891016> <http://porvir.org/projeto-de-vida/>  
<https://www.ibccoaching.com.br/portal/vida-profissional/7-dicas-ajudar-elaboracao-plano-de-vida-carreira/>  
<https://blog.mobills.com.br/planejamento-financeiro/>

## Mapa da Educação Financeira em Santa Catarina pela ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira.



**Semana ENEF:** 991 iniciativa cadastradas. Disponível em:

<https://www.vidaemheiro.gov.br/mapas/?mapa=semana-enef&estado=SC>

**Selo ENEF:** 59 iniciativas cadastradas. Disponível em:

<https://www.vidaemheiro.gov.br/mapas/?mapa=selo-enef&estado=SC>

**Escolas e Projetos Itinerantes:** 11 Escolas cadastradas, compreendendo os municípios de Joinville, Blumenau e Florianópolis. Disponível em:

<https://www.vidaemheiro.gov.br/mapas/?mapa=escolas-projeto-itinerante&estado=SC>

**Mapeamento Nacional:** 02 iniciativas cadastradas de Santa Catarina no universo de 260 iniciativas do cenário nacional. Disponível em:

<https://www.vidaemheiro.gov.br/mapas/?mapa=mapeamento-nacional&estado=SC>

**EAD:** 189 iniciativas cadastradas por professores e instituições de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.vidaemheiro.gov.br/mapas/?mapa=ead&estado=SC>

## Iniciativas nos municípios catarinenses – por amostragem

### Joinville

#### Programa Municipal de Educação Financeira de Joinville – SC

Em 2015, em parceria com a AEF-Brasil, a Secretaria Municipal de Educação de Joinville promoveu a **capacitação para gestores e docentes** de 47 escolas, selecionadas entre as 86 existentes no município. Estes, por sua vez, atuaram como multiplicadores do tema em suas unidades escolares.

Este projeto fez parte de uma das etapas da **disseminação da ENEF no país**, para a qual foram escolhidas as cidades de Joinville e Manaus, para início de disseminação da educação financeira no início fundamental.

**Após a capacitação dos profissionais e disseminação do tema nas unidades escolares, a educação financeira foi incluída em cada Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas.** Os projetos pedagógicos foram desenvolvidos em cada unidade de forma contextualizada com a realidade de cada comunidade escolar.

No primeiro momento da implantação da educação financeiras nas escolas municipais de Joinville, foram desenvolvidas atividades que fizeram parte de projetos educacionais interdisciplinares, com as turmas de ano escolar ímpares, ou seja, primeiros, terceiros, quintos, sétimos e nonos anos do ensino fundamental das 47 escolas selecionadas. Em um segundo momento, após a realização dos projetos, divulgação das atividades para toda comunidade escolar e avaliação dos resultados, o processo de implantação da educação financeira na escola foi ampliado para todos os anos do ensino fundamental da rede municipal de ensino.

Os projetos desenvolvidos abordam temas sobre a vida econômica das famílias, como **a importância de planejar e poupar**, por exemplo. Desenvolvem também temas relacionados ao **mercado de trabalho**, buscando preparar os alunos para essa fase da vida. Priorizam o desenvolvimento de temas relacionados ao **consumo consciente**, tratando de questões básicas como os **direitos e deveres do consumidor**. Voltaram-se também para a **sustentabilidade**, propondo atividades pedagógicas que tratam, desde **o consumo do material escolar e da merenda**, sendo que este último se tornou um programa na rede municipal de ensino, o **Programa Prato Limpo**, que trouxe uma redução expressiva do desperdício e dos gastos com a merenda em toda rede de ensino. Além disso, abrange temas como o **descarte correto** dos resíduos, a aplicação dos **5 R's da sustentabilidade** (repensar, recusar, reduzir, reaproveitar e reciclar), o desenvolvimento de **hortas escolares e comunitárias**, oficinas de **reaproveitamento e reciclagem** de diferentes materiais para os alunos e as famílias de acordo com o contexto de cada comunidade escolar.

Como a implementação da educação financeira aconteceu na rede municipal de ensino de Joinville antes da Implementação da BNCC, através de projetos interdisciplinares, atualmente a secretaria de ensino vem promovendo capacitações para que o tema seja abordado em sala de aula de forma transversal conforme preconiza a BNCC.

Entre os projetos realizados pela rede municipal de ensino entre os anos de 2015 e 2019, destacamos os projetos realizados na **Escola Municipal Professora Eladir Skibinski**, que foram incluídos entre os casos de sucesso na página oficial da ENEF, e suas atividades pedagógicas se destacaram nas Semanas Nacionais de Educação Financeira, promovidas pela ENEF durante o período acima citado. Além disso, a escola teve projetos de professoras

premiados e divulgados em revista a nível nacional. Para conferir um pouco do que é desenvolvido nessa unidade de ensino **acesse o vídeo** disponível em <https://youtu.be/gn1QTM-YeE>.

Resumidamente, a implementação da educação financeira no município de Joinville tem buscado **despertar um olhar crítico para o consumismo e a sustentabilidade**, desenvolvendo nos alunos e, conseqüentemente na comunidade, já que os estudantes são disseminadores dos temas em suas famílias, **habilidades e competências para realizarem boas escolhas imediatas e no futuro**.

## **Blumenau**

### **Programa Municipal de Educação Fiscal de Blumenau – SC**

#### **Objetivo**

Despertar nos estudantes a consciência do seu papel de cidadão e da finalidade dos tributos recolhidos pelo poder público e sua aplicação, demonstrando a importância da participação como agente de transformação e dotado de responsabilidade, interagindo com a transparência e com o controle social, a partir das seguintes estratégias:

- Compreensão e sensibilização do cidadão para a função socioeconômica do tributo na manutenção do município, estado e país;
- Divulgação das ações do Projeto Educação Fiscal nas Escolas;
- Conscientização ao exercício de direitos e deveres na relação mútua ente o cidadão e o Estado traçando paradigmas de criticidade ao público atendido;
- Percepção dos cidadãos sobre a administração pública e acompanhamento da aplicação dos recursos públicos.

#### **Estrutura de implementação**

O projeto Educação Fiscal nas Escolas é desenvolvido no município por meio das Secretarias de Educação e de Gestão Financeira, é coordenado pela Comissão Mista de Educação Fiscal composta por quatro membros, de acordo como estabelecido no Decreto nº 8689/2008, tem como foco a ampliação do número de unidades educacionais e de estudantes inseridos no programa.

#### **Eixos**

##### **Cidadão Consciente e Fiscalizador**

Proporcionar aos estudantes mecanismos que o torne consciente de seus direitos, deveres e do funcionamento dos órgãos público, a fim de ser participante, atuante e fiscalizador.

## **Empreendedorismo Social e Educação Financeira**

Despertar o interesse para ações inovadoras, com o intuito de produzir resultados que transformem a comunidade escolar;

### **Sustentabilidade**

Sensibilizar os estudantes nas questões relacionadas à consciência sustentável, visando às necessidades do mundo atual.

### **Ações empreendidas:**

#### **Blog: Educação Fiscal Blumenau 2009 – 2012**

Com a implementação do Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF, pretende-se influenciar positivamente a formação do indivíduo, especialmente do público alvo, instigando mudanças comportamentais e o desenvolvimento de atitudes, na busca de novos valores, competências e habilidades para o exercício da cidadania.

### **Selo comemorativo dos 10 anos do Programa**



Selo comemorativo aos 10 anos do Programa Municipal de Educação Fiscal – 2008/2018

Além das ações desenvolvidas com o programa nas instituições de ensino, os estudantes e professores tem a oportunidade de participar de outros eventos, como:

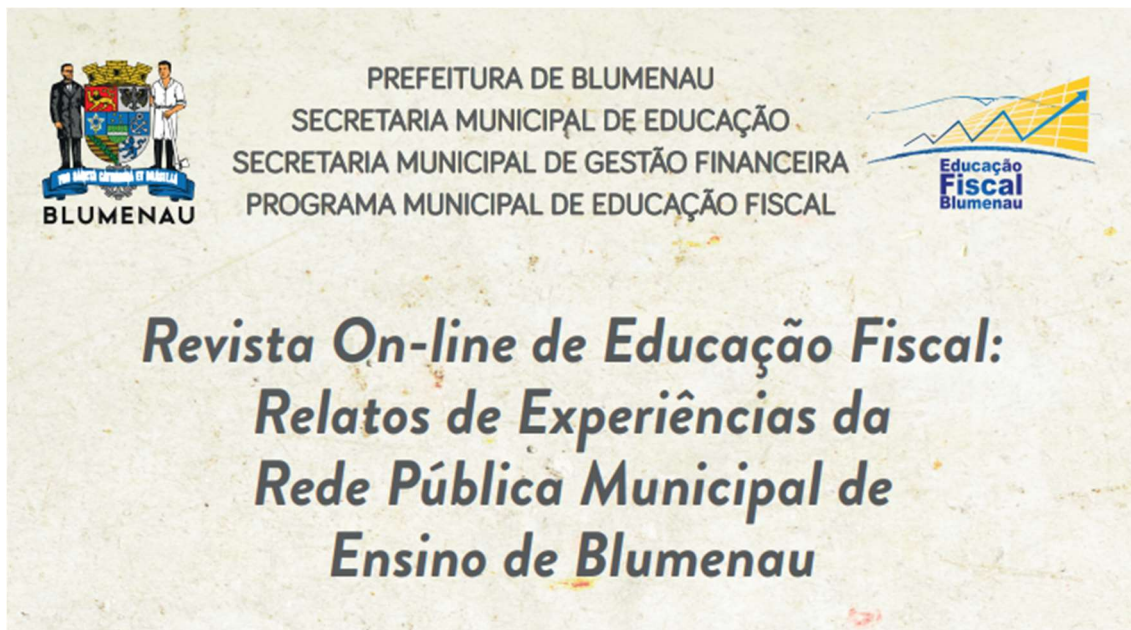
- Seminários,
- Mostras de trabalhos/feiras;
- Palestras;
- Concursos;
- Prêmios;
- Bazar da Receita Federal.

### **Reconhecimento:**

Prêmio Boas Práticas em Gestão Pública 2018 UDESC ESAG  
Categoria: Municipal

Modalidade: Educação em Transparência Pública

1º Lugar: Educação Fiscal nas Escolas – Prefeitura Municipal de Blumenau



[https://www.blumenau.sc.gov.br/downloads/semmed/educacao\\_fiscal/revista.pdf](https://www.blumenau.sc.gov.br/downloads/semmed/educacao_fiscal/revista.pdf)



O programa já atendeu mais de 20 mil estudantes e dois mil profissionais da rede municipal de ensino, trabalhando por meio de diferentes projetos temas, que vão desde ética, gestão pública, tributos, direitos e deveres, além da função social dos tributos e auxiliando na formação do cidadão.

#### **Programas e Projetos que dialogam com a Educação Fiscal:**

Cidade Empreendedora (Jovens Empreendedores Pequenos Passos) - Parceria SEBRAE;

Observatório social mirim - Parceria OSBLU;

Um por todos e todos por um - Parceria CGU, e

Educação Financeira - Parceria Warren.

#### **Tubarão**

#### **Programa Municipal de Educação Financeira e Fiscal de Tubarão - SC**

O Programa é uma estratégia coordenada pela Secretaria Municipal de Fazenda, Coordenadora do Núcleo Sul de Educação Financeira da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, vinculada ao Ministério da Economia.

A proposta visa aumentar o poder dos munícipes, dos consumidores, estabelecendo uma **política pública municipal sobre educação financeira, inclusão financeira, proteção do consumidor e orientações fiscais** na perspectiva de consolidar a cidadania.

Essas políticas, bem como suas ações, são sinérgicas e complementam umas às outras. O Programa é estabelecido por **Lei Municipal**, que está alinhado com a **ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira** e com o **Plano Nacional de Consumo e Cidadania (PLANDEC)**.

O Programa tem como foco em seu desenvolvimento e implementação três públicos-alvo: **crianças, jovens e adultos**.

O Programa chega aos estudantes por meio de ações que serão desenvolvidas em **escolas de Ensino Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Adultos – EJA e Ensino Superior**, sob a orientação da Fundação Municipal de Educação e da Coordenadoria Regional de Educação – CRE, e com a colaboração das demais secretarias que possam contribuir no processo.

O Programa pode realizar **parcerias com agentes privados e públicos** capazes de multiplicar o efeito das ações e temas trabalhados pelo Programa, facilitando a interação com o público-alvo: crianças, jovens e adultos.

As parcerias viabilizam ações que incluem **portais de Internet, palestras, publicações, seminários, reuniões nos bairros, estratégias na comunidade escolar como: competições, gincanas, conferências, feiras, cursos, espaços culturais, programas de TV e projetos interdisciplinares integradores.**

O Programa é **inspirado no conceito de educação financeira e fiscal definido pela OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, adaptado para a realidade brasileira:

“o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro”.

O Programa viabiliza o **mapeamento dos stakeholders** e iniciativas existentes no sistema financeiro e fiscal do Brasil: BCB, CVM, PREVIC, SUSEP, ENAF, PNEF – Escola Fazendária, citando alguns dos grandes *stakeholders* do cenário da educação financeira e fiscal e, como tal, organizaram o mapeamento de outros *stakeholders*.

Cada um destes reguladores citados identificou em suas próprias estruturas iniciativas e possibilidades de interação social por área. A maioria dessas iniciativas tornaram-se programas setoriais de cada regulador, que são disponibilizados pela Estratégia Nacional de Educação Fiscal – ENEF.

Tendo em vista que a sociedade civil como um todo é o *stakeholder* final, outros *stakeholders* foram e serão mapeados, tais como instituições de ensino nos níveis federal, estadual e municipal, compreendendo todos os níveis de ensino.

O Programa realiza **anualmente uma chamada pública por iniciativas**, efetivando o mapeamento temático, onde **qualquer pessoa, entidade, ou organização poderão inscrever suas iniciativas**, disponibilizando sua experiência ao Programa Municipal de Educação Financeira e Fiscal.

## **Mecanismos de governança**

O Programa tem coordenação centralizada, com execução descentralizada. A descentralização possibilita o exercício da autonomia das Unidades Educacionais, respeitando

os PPP – Projetos Políticos Pedagógicos, no mapeamento de parcerias locais e regionais, valorizando as particularidades de cada comunidade, bairro e região.

Essa estrutura também concilia a necessidade de integração de entidades do governo e de fora dele, configurando a **rede municipal de educação financeira e fiscal**.

A gestão do Programa é realizada pelo **Grupo de Educação Financeira**, que tem como objetivo **garantir consistência metodológica entre as ações**, evitando o uso da educação financeira como ferramenta de marketing ou venda disfarçada de produtos e serviços financeiros.

As atividades e projetos descentralizados darão efetividade ao Programa, considerando a gama de possibilidades de arranjos locais, preservando sua finalidade:

- O Programa é uma política permanente no município.
- As ações do Programa são gratuitas para o públicos-alvo definido.
- O interesse público prevalece em todas as ações.
- Os programas, projetos e ações utilizam abordagens no formato: informação - formação – orientação - conscientização.
- A gestão do Programa é centralizada e suas ações são descentralizadas.
- Os planos e ações do Programa devem ser avaliados e revisados periódica e permanentemente.
- As parcerias com instituições públicas e privadas são incentivadas.
- Promover e fomentar uma cultura de educação financeira e fiscal no município.
- Ampliar a compreensão dos cidadãos para que possam fazer escolhas bem informadas sobre a gestão de seus recursos.

## Metodologia

O Programa valida a sua programação para cada exercício, calendário letivo, definindo por um **calendário anual, ou semestral**, a partir do mapeamento dos *stakeholders* (parceiros identificados para o programa por calendário letivo/exercício), com a seleção das propostas e experiências identificadas.

A programação consolida um **percurso formativo**, com o princípio de educação continuada, **destinado a professores e aos gestores educacionais**.

Ao término do percurso formativo os professores concluintes, organizados em grupos por unidade escolar, devem apresentar um **projeto de intervenção, ou de orientação, sobre o tema educação financeira e fiscal para a comunidade escolar**, abordando temas do seu cotidiano, da sua realidade local.

No período reservado para as apresentações dos projetos de educação financeira e fiscal das escolas, o Programa tem um **calendário de eventos** para a temática: **gincana, jogos, olimpíadas e campanhas de conscientização financeira e fiscal**.

A programação tem seu **encerramento idealizado para a primeira quinzena de novembro**, mês dedicado nacionalmente para a educação financeira e fiscal, e, também, coincidindo com o fim das atividades do calendário do ano letivo, com a realização da **Conferência Municipal Infantojuvenil de Educação Financeira e Fiscal**.

## Educação Fiscal

### Importância da Educação Fiscal para a escola

O Programa Municipal de Educação Financeira e Fiscal de Tubarão fortalece a **formação do corpo docente e discente** levando conhecimentos necessários que contribuem para o exercício da cidadania plena.

A Conscientização fiscal, faz com que os alunos tenham uma visão mais detalhada sobre o patrimônio público, de onde vem a "grana" para custear os serviços públicos e conseqüentemente uma participação mais efetiva nas questões públicas (saúde, educação, segurança, dentre outros).

### O que o Programa Municipal aborda sobre Educação Fiscal com os estudantes nas faixas etárias / ano escolar

Nos anos iniciais, do 1º ao 4º ano, se trabalha para que a educação fiscal seja introduzida de forma **lúdica e transversal**. EX.: Criar uma cidade fictícia e ir mostrando como funciona e o que precisa para funcionar corretamente (receitas e despesas).

Para os alunos do 5º ao 9º ano, também é o lúdico/transversal, todavia, com conceitos mais robustos, tais como: **Tributos** (Impostos, taxas e contribuições), **Orçamento público; ética e cidadania e Controle social**.

O tema é abordado por componente curricular transversalmente:

- na matemática, quando do estudo da álgebra (% - alíquotas), trigonometria (ângulos - repartição das **receitas tributárias**);
- na história, resgatando a **história dos tributos** no mundo e no Brasil, desde seu início, até os dias atuais (resumidamente);
- em ciência da natureza, nas relações entre os seres, mostrar que a sociedade deveria viver em simbiose (conceitos) e esclarecendo o que é **parasitismo** (mostrando que tanto o sonegar como o corrupto, são parasitas da sociedade.
- Conceitos de **evasão fiscal** e desvios de recursos públicos.

No Ensino Médio, segue com a carga alinhada aos Anos Finais do Ensino Fundamental, todavia, com mais vivências do cotidiano, tais como: **Peças teatrais, formulação de projetos específicos que valorizem o patrimônio público, o uso das verbas públicas**, fortalecendo os conhecimentos sobre **ética e cidadania**, preparando-os para o **mercado de trabalho**, inclusive aptos para assumirem cargos públicos em todos os níveis de governo.

## Para saber mais:

<b>A Educação Financeira e os Bens pessoais</b>
Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Saber decidir sobre opções de compra</li><li>• Refletir sobre o equilíbrio entre desejo e necessidade nas opções de compra</li><li>• Conhecer os direitos do consumidor</li><li>• Compreender o significado do cartão de crédito e seu uso</li></ul>
Sugestão de material de apoio: utilizar o livro “Educação financeira nas escolas” - Livro 1 -(MEC/CONEF) e sites disponíveis em:  <a href="https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-aluno-bloco1?e=11624914/49399073">https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-aluno-bloco1?e=11624914/49399073</a> <a href="http://www.acrefi.org.br/biblioteca/caderno_cidadania_financeira.pdf">http://www.acrefi.org.br/biblioteca/caderno_cidadania_financeira.pdf</a> <a href="https://www.sunoresearch.com.br/artigos/patrimonio-pessoal/">https://www.sunoresearch.com.br/artigos/patrimonio-pessoal/</a> <a href="http://minhaseconomias.com.br/educacao-financeira">http://minhaseconomias.com.br/educacao-financeira</a>
<b>O trabalho na perspectiva da Educação Financeira</b>
Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Identificar os tipos de trabalho mais atraí em comparação com o projeto de vida</li><li>• Aprender a elaborar currículo</li><li>• Entender as regras da aposentadoria</li><li>• Analisar diferentes tipos de seguro</li></ul>
Sugestão de material de apoio: utilizar o livro “Educação financeira nas escolas” - Livro 2 -(MEC/CONEF) e sites disponíveis em:  <a href="https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-aluno-bloco2?e=11624914/13891016">https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-aluno-bloco2?e=11624914/13891016</a> <a href="https://dinheirama.com/educacao-financeira-ambiente-trabalho/">https://dinheirama.com/educacao-financeira-ambiente-trabalho/</a> <a href="https://www.infomoney.com.br/carreira/quais-os-beneficios-da-educacao-financeira-no-ambiente-de-trabalho/">https://www.infomoney.com.br/carreira/quais-os-beneficios-da-educacao-financeira-no-ambiente-de-trabalho/</a>
<b>Empreendedorismo e Educação Financeira</b>
Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Diferenciar “empreendedorismo por necessidade” de “empreendedorismo por oportunidade”</li><li>• Distinguir “conhecimentos”, “habilidade”, “atitudes” e “competências” no contexto de Empreendedorismo</li><li>• Identificar características de pessoas empreendedoras</li><li>• Distinguir filantropia e responsabilidade socioambiental</li></ul>

Sugestão de material de apoio: utilizar o livro “Educação financeira nas escolas” - Livro I - (MEC/CONEF) e sites disponíveis em:

<https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-aluno-bloco2?e=11624914/13891016>

<https://www.cpt.com.br/cursos-educacao-infantil/artigos/educacao-financeira-e-empendedorismo-nas-escolas>

<http://sebraemgcomvoce.com.br/a-importancia-da-educacao-financeira-para-empendedores/>

## **CAPÍTULO V**

### **EXEMPLO DE PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA**

Para a professora Marilu Bebiane Bonessi da Silva, de Joinville – SC, a Educação Financeira é um dos principais temas da atualidade. Está na pauta das escolas, no cotidiano das famílias, na imprensa e na agenda de governantes e legisladores.

Porém, ainda há pouca clareza sobre o que é, realmente, Educação Financeira e como implantá-la nas instituições de ensino, desde o Infantil ou Fundamental, até os cursos de pós-graduação.

Em resumo, Educação Financeira é um conjunto amplo de orientações e esclarecimentos sobre posturas, valores e atitudes adequadas no planejamento e uso dos recursos financeiros pessoais.

Para se obter êxito o professor precisa de orientações para o desenvolvimento de um planejamento de aula / projeto.

Dessa forma, o tema passa a frequentar naturalmente o cotidiano da escola. As crianças e os pais se interessam, os professores passam a ter contato, a pesquisar, a capacitar-se e, naturalmente, surgem os mais interessados e com potencial para liderar um projeto específico, quando chegar o momento.

Os professores precisam ser capacitados e os funcionários da escola, sensibilizados. Educação Financeira envolve todos os segmentos da instituição, da sala de aula à cantina, passando pela tesouraria. É importante os alunos observarem que a prática na escola é condizente com as teorias da sala de aula. Com crianças não funcionam discursos dissociados das práticas e dos exemplos.

A professora Marilu apresentou ao Conselho Estadual de Educação – CEE/SC um modelo de ferramentas que podem auxiliar os professores na elaboração das aulas e projetos: Template - Plano de Aula; Formulário - Princípios da Implantação; Matriz Educação Financeira x BNCC; Guia para Relato de Projeto, que passamos a registrar:

## Práticas de Educação Financeira na Escola

Material alinhado à nova BNCC

Etapa/Ano	Componente curricular	Unidade Temática	Habilidade BNCC (código e descrição)
Código da Prática:		Nome da Prática:	
Contexto / Justificativa:			
Competências e Objetivo(s) de educação financeira:		Materiais e Recursos:	
<b>Descrição da prática por etapas:</b>  1. Título ○ Momento: ○ Duração: ○ Sugestão de Atividade:  1. Título ○ Momento: ○ Duração: ○ Sugestão de Atividade:  1. Título ○ Momento: ○ Duração: ○ Sugestão de Atividade:			<b>Oportunidades interdisciplinares:</b>  a) Área / Habilidade / Atividade: b) Área / Habilidade / Atividade:
Para saber mais:			Palavras-chave:

## Práticas de Educação Financeira na Escola – exemplo preenchimento

## Material alinhado à nova BNCC

Etapa/Ano	Componente curricular	Unidade Temática	Habilidade BNCC (código e descrição)
Ex. 1º ano EF 3º a 5º ano EF	Ex. Ciências, Matemática, Língua Portuguesa	ex. Matéria e Energia, Números, Leitura	ex. (EF07MA02) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros.
<b>Código da Prática:</b> A definir		<b>Nome da Prática:</b> Um título atrativo e sintético sobre a prática	
<b>Contexto / Justificativa:</b> Texto curto que indique o porquê esta prática é importante para o objetivo proposto.			
<b>Competências e Objetivo(s) de educação financeira:</b> Ex: C 02 Participar de decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis OB2 Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável		<b>Materiais e Recursos:</b> Indicar os materiais pedagógicos, com destaque para os recursos ENEF, incluindo links para acesso	
<b>Descrição da prática por etapas:</b>  1. <b>Título</b> (ex. contextualização / preparação / mão na massa / fechamento) ○ <b>Momento:</b> (ex. antes da aula / no início da aula / ao final da aula) ○ <b>Duração:</b> (x minutos, aulas, encontros) ○ <b>Sugestão de Atividade:</b> (passo a passo)  1. <b>Título</b> ○ <b>Momento:</b> ○ <b>Duração:</b> ○ <b>Sugestão de Atividade:</b>  1. <b>Título</b> ○ <b>Momento:</b> ○ <b>Duração:</b> ○ <b>Sugestão de Atividade:</b>			<b>Oportunidades interdisciplinares:</b>  a) <b>Área / Habilidade / Atividade:</b> b) <b>Área / Habilidade / Atividade:</b>  Indicar até duas oportunidades de conectar esta prática com outras áreas de conhecimento, com sugestão de atividade a ser aplicada pelo professor especialista da área (EF II) ou pelo próprio pedagogo (EF I)
<b>Para saber mais:</b> Indicações de referências, como bibliografias, filmes, cursos, etc. para auxiliar o professor a se aprofundar no tema.			<b>Palavras-chave:</b> Ex. calculo, porcentagens, consumo, poupança, orçamento

## Orientações Para o Desenvolvimento de um Planejamento de Aula/Projeto

### Antes da elaboração do planejamento

- 1. Seja qual for o seu componente curricular, questione:**
  - Que decisões financeiras estão ligadas a esse assunto / habilidade?
  - Como esse tema impacta a comunidade escolar?
- 2. Acesse conteúdos em sites, plataformas, jornais, revistas e outras fontes de pesquisa. Existem vários gratuitos.**

A plataforma da ENEF é um exemplo que você pode acessar através do link <https://www.vidaedinheiro.gov.br/>. Lá, você poderá encontrar livros didáticos para professor e aluno para Fundamental e Médio em formato de *e-book*; curso EAD para capacitação de educadores, jogos, web séries, documentários: Sua Escola, Nossa Escola, além de diferentes textos sobre diversos temas relacionados a educação financeira.

- 3. Identifique um colega que se identifica e se empolga com a educação financeira ou com a ideia do seu planejamento.**
- 4. Perceba os desafios com potencial para se tornarem oportunidades**
  - Quais são as necessidades materiais da escola?
  - Quais são os desperdícios de recursos que hoje acontecem na escola?
  - Como a educação financeira pode ajudar a transformar essa realidade?
  - Tecnologia é um obstáculo? E se sobrar dinheiro para investir nela?

### Durante a elaboração do planejamento

- 1. Observe com atenção o tempo da atividade proposta e a faixa etária.**
- 2. Selecione com cuidado o tipo de atividade (abordagem/texto/vídeo) conforme a faixa etária e o objetivo da aula.**
- 3. Conecte corretamente ano letivo - componente curricular - habilidades da BNCC.**
- 4. Identifique e registre qual competência da Educação Financeira se conecta com o tema abordado na prática pedagógica proposta**

É possível encontrar essas informações em todos os livros do professor, parte I – conceitos pedagógicos, disponibilizados na plataforma da ENEF.
- 5. Identifique e registre as possibilidades de desenvolvimento de atividades interdisciplinares.**

6. **Descreva o desenvolvimento das atividades de forma detalhada** (possibilitando que outro educador consiga desenvolver a atividade proposta).
7. **Informe os links de vídeos e dos conteúdos no campo saber mais**, facilitando o acesso aos mesmos.

### **Durante e após a execução do planejamento**

1. **Registre, divulgue e celebre as pequenas vitórias**
2. **Lembre-se que toda família quer ver suas crianças e jovens mais responsáveis e cuidadosos.**
3. **Perceba que os alunos são disseminadores dos temas trabalhados nas escolas, pois a mudança dos jovens afeta o comportamento das famílias.**

### **Para saber mais:**

<b>Informação e Comunicação na Educação Financeira mediados pelas novas tecnologias</b>
Perfil do docente: com conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Sociologia, Filosofia, Geografia Recursos necessários: computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)
<b>Habilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar os recursos tecnológicos para educação financeira</li> <li>• Os bancos eletrônicos</li> <li>• Compreender fintechs</li> <li>• As startups</li> </ul>
Sugestão de material de apoio:  <a href="https://blog.guiabolso.com.br/2016/05/10/entenda-o-que-e-fintech/">https://blog.guiabolso.com.br/2016/05/10/entenda-o-que-e-fintech/</a> <a href="https://blog.nubank.com.br/fintech-o-que-e/">https://blog.nubank.com.br/fintech-o-que-e/</a> <a href="https://blog.magnetis.com.br/o-que-e-fintech/">https://blog.magnetis.com.br/o-que-e-fintech/</a> <a href="https://investorcp.com/investimento-coletivo/o-que-e-startup/">https://investorcp.com/investimento-coletivo/o-que-e-startup/</a>

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na perspectiva de que os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) não estão vinculados a um ou outro componente curricular, mas transversais a todos eles – e auxiliares – na construção do conhecimento das diversas áreas e da compreensão dos fenômenos e da sociedade, pelo referencial teórico e os exemplos apresentados, entendemos que a prática educativa deve se servir deles para promover o diferencial processo ensino-aprendizagem.

Difundir a Educação Financeira, Fiscal e Trabalho no diálogo com outros assuntos que permeiam os TCTs com atividades práticas dinâmicas de conhecimento sobre o gerenciamento do dinheiro para que a consciência, desde a tenra idade, contribua para uma sociedade mais cidadã e mais igualitária, com investimentos prósperos nas áreas corretas, inclusive na educação, é a nossa proposição.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. F. Apresentação à edição brasileira. In BUSQUETS, M. D. et al. Temas Contemporâneos Transversais em Educação: bases para uma formação integral. 2. ed. SP: Ática, 1999

ARAÚJO, C.A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. Em Questão, Porto Alegre, 12(1): 11-32, jan-jun. 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos Temas Contemporâneos Transversais, ética/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/dcnem.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. MEC, 2017. Brasília, DF, 2017. Disponível em [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sit e.pdf/](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf/)

BRASIL. Ministério da Educação. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao\\_t e\\_mas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_t e_mas_contemporaneos.pdf) .

CORDEIRO, A.M.; OLIVEIRA, G.M. de. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. Rev Col Bras Cir, Rio de Janeiro, 34(6): 428-431, nov-dez. 2007

INSTITUTO UNIBANCO. Reflexão sobre projeto de vida atribui sentido à escola. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/52/> .

MORAES, Maria Cândida. Transdisciplinaridade, criatividade e educação: Fundamentos ontológicos e epistemológicos, colaboração de Juan Miguel Batalloso Navas. Campinas, SP: Papyrus, 2015.

## **Materiais pedagógicos e didáticos sobre o tema**

ENEF. VIDA E DINHEIRO. Livros de Educação Financeira para o Ensino Fundamental. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/livros-ensino-fundamental/>

\_\_\_\_\_. Livros de Educação Financeira para o Ensino Médio. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/livros-ensino-medio/>

\_\_\_\_\_. Game de Educação Financeira para o Ensino Fundamental. Disponível em: <http://taosso.vidaedinheiro.gov.br/>

\_\_\_\_\_. Web série de Educação Financeira para o Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/r-100-neuras-2/>

\_\_\_\_\_. Vídeos em documentários para educadores e gestores. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/suaescolanossaescola/>

\_\_\_\_\_. EAD Finanças sem Segredos para educadores e gestores. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/ead-novos-alunos/>

\_\_\_\_\_. EAD Educação Financeira nas Escolas para educadores e gestores. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/moodle/>

OUTEIRO, ANDYARA DE SANTIS. Lições de Valor. Educação Financeira Escolar. São Paulo: Editora Moderna, 2014. Resenha disponível em: <https://web.moderna.com.br/web/licoesdevalor>

OUTEIRO, ANDYARA. Artigos sobre Educação Financeira na Escola. Disponível em: <https://redes.moderna.com.br/tag/andyara/>

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – CEE/SC  
COMISSÃO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS E INOVAÇÃO  
COLETÂNEA DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS**

**CADERNO 6  
SAÚDE, VIDA FAMILIAR E SOCIAL**



**CONSELHEIROS**

**ELIZABETE TEREZINHA PIOTTO KITAMURA  
GUNTHER MAX WALZER  
MARIANE BEYER EHRAT**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I: TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS.....</b>	<b>5</b>
<b>1 A Escola e os Temas Contemporâneos Transversais.....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO II: SAÚDE .....</b>	<b>11</b>
<b>1 Relevância do Trabalho sobre Saúde no Contexto Escolar.....</b>	<b>11</b>
<b>2 Políticas, Programas, Projetos .....</b>	<b>15</b>
2.1. PSE - Programa Saúde nas Escolas .....	15
2.2. NEPRE – Núcleo de Educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na Escola .....	15
2.3. NEPRE <i>online</i> .....	15
2.4. PROERD – O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.....	15
<b>3 Conteúdos sugeridos sobre o Tema Saúde .....</b>	<b>16</b>
<b>4 Sugestões de Referências para Pesquisa/Trabalho sobre Saúde</b>	<b>16</b>
4.1. Vídeos, <i>Sites</i> .....	16
4.2. Cadernos, Conteúdos disponíveis no site da Secretaria Estadual de Educação de SC ( <a href="http://sed.sc.gov.br/programas_e_projetos">sed.sc.gov.br/ programas e projetos</a> ).....	17
<b>CAPÍTULO III: VIDA FAMILIAR E SOCIAL .....</b>	<b>19</b>
<b>1 Família, Escola e Sociedade .....</b>	<b>19</b>
<b>2 Políticas, Programas, Projetos .....</b>	<b>21</b>
2.1 Busca Ativa: .....	21
2.2 Nome Social:.....	21
2.3 Nome Afetivo: .....	21
2.4 APOIA: .....	22
2.5 Programa Educação e Família - Ministério da Educação: .....	22
<b>3 Conteúdos e Referências para Pesquisa/Trabalho sobre Vida Familiar e Social (Sugestões).....</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO IV: METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS ....</b>	<b>24</b>
<b>1 Possibilidades de Trabalhos e Recursos Didáticos .....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO V: EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS .....</b>	<b>27</b>
<b>1 Boas Práticas de Saúde Mental em Escolas: Um Olhar Para Oito Países.....</b>	<b>27</b>
<b>2 Projeto Pedagógico para a Cidade: Colecionando Memórias e Afetos.....</b>	<b>28</b>
<b>3 Projeto Círculo de Construção de Paz .....</b>	<b>30</b>

<b>4</b>	<b>Programa Inclusão e Acessibilidade para todos.....</b>	<b>31</b>
<b>5</b>	<b>Método <i>Reflecting Team</i>.....</b>	<b>32</b>
<b>6</b>	<b>Aulas, Trabalhos, Projetos nas Escolas .....</b>	<b>34</b>
6.1.	Podcast: .....	34
6.2.	Projeto NEPRE, “Pandemias”: .....	34
6.3.	“ <i>Stop Motion</i> com Massinhas”: .....	35
6.4.	“ <i>Stop Motion</i> com Vídeo .....	36
6.5.	Jornal Escolar (escrito e falado): .....	36
	<b>CAPÍTULO VI: LEGISLAÇÃO PERTINENTE .....</b>	<b>39</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## APRESENTAÇÃO

Educar nunca foi tarefa fácil para pais, responsáveis, instituições e tampouco para educadores.

A velocidade com que os fatos e mudanças ocorrem faz acelerar ainda mais a necessidade de planejar e desenvolver ações que deem conta dessas atribuições com eficácia e de efeito duradouro.

À escola cabe adequar-se e enriquecer sua prática com os recursos disponíveis em prol da aprendizagem de todos os alunos, contextualizada na realidade que os cerca estimulando-os a participar, identificar problemas e buscar soluções que visem melhorar suas vidas.

Por isso a relevância dos Temas Contemporâneos Transversais, pois vêm de encontro às necessidades e vivências desse aluno no seu meio, enriquecendo e auxiliando-o na construção do seu conhecimento, extensivo à família e comunidade.

No presente documento abordaremos os temas “Saúde e Vida familiar e Social” com o propósito de colaborar com o trabalho docente através de pesquisas realizadas sobre os temas, conteúdos e o trabalho pedagógico como um todo.

Buscamos subsídios junto às Secretarias de Educação Estadual e Municipais, com o intuito de colher e apresentar conteúdo concreto, programas e projetos desenvolvidos e possíveis de se realizar.

Nessa busca descobrimos projetos de outras esferas governamentais e não governamentais, que também possuem material riquíssimo sobre os temas.

E sobretudo, atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas, com estratégias diversificadas sobre o assunto. Exemplos de boas práticas, anexas a este documento.

Os temas apresentados aqui possuem uma infinidade de possibilidades de trabalho. Incluímos alguns títulos, sites, links que encontramos no percurso e acreditamos que sejam de grande valia para enriquecer a prática docente.

Lembramos que estamos falando sobre Temas Contemporâneos Transversais, uma oportunidade de trabalho, reflexão e iniciativa que precisa do envolvimento de toda a escola para a obtenção do sucesso.

## **CAPÍTULO I**

### **TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS**

“A nossa mais elevada tarefa é de formar seres humanos livres, capazes de dar sentido e direção em suas vidas”.  
(Rudolf Steiner)

#### **A Escola e os Temas Contemporâneos Transversais**

No atual contexto, em meio às grandes e imediatas transformações sociais e tecnológicas, urge ao ser humano situar-se e apreender todas as informações decorrentes desse avanço que chega de forma muito veloz interferindo em todos os espaços coletivos e particulares.

Tal processo de mudança envolve todos os segmentos sociais, mas cabe principalmente à escola como espaço formativo de socialização e de preparação de crianças e jovens para o exercício da cidadania, através de uma vivência democrática, o compromisso com práticas inclusivas, com ênfase na justiça social, no respeito, diálogo, solidariedade e tolerância.

Educar para a vida é ensinar, principalmente através do exemplo, sobre respeito, ética, empatia e todos os valores necessários para a formação de um cidadão que possa transitar pelos diversos contextos sociais e assumir uma postura íntegra, de respeito, consideração e acolhimento ao próximo. De acordo com a LDB 9394/96, art.1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Há muito a Educação vem tentando inserir temas de relevância social na busca da construção de uma sociedade mais justa e igualitária através da mudança de atitude dos estudantes que perpassa os conteúdos científicos ensinados nas escolas para a autonomia na aquisição e produção do conhecimento, tornando-o protagonista e capacitado para a transformação da realidade.

Nessa busca de consolidar a Educação promotora da democracia e justiça social, algumas pesquisas, estudos e ações foram desenvolvidos, discutidos e aperfeiçoados ao longo do tempo, com destaque aos Temas Transversais em 1997 nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), passando para Eixos Temáticos/Norteadores em 2013 nas DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) e por fim, os Temas Contemporâneos Transversais e Integradores em 2018, na BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Ainda que não sejam uma proposta pedagógica nova, os Temas Contemporâneos Transversais ressurgem na BNCC como referência nacional obrigatória na elaboração dos currículos e propostas pedagógicas, considerados como conteúdos essenciais para a Educação Básica pelo seu caráter contemporâneo e transversal facilitando a proximidade com a realidade do estudante. Tais temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de

ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada.

Os fundamentos pedagógicos da BNCC têm como foco o desenvolvimento de competências, definidas como um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que deve ser adquirido e trabalhado pelos alunos durante o percurso da educação básica para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Relacionamos a seguir as dez competências gerais presentes na BNCC que visam fortalecer os direitos de aprendizagem e desenvolvimento do estudante no âmbito pedagógico, para as três etapas da Educação Básica (BNCC, 2018):

1) Conhecimento:

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2) Pensamento científico, crítico e criativo:

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3) Repertório cultural:

Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4) Comunicação:

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5) Cultura digital:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6) Trabalho e projeto de vida:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7) Argumentação:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e

global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8) Autoconhecimento e autocuidado:

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9) Empatia e cooperação:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10) Responsabilidade e cidadania:

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Os sistemas e redes de ensino, assim como as escolas, têm a responsabilidade de elaborar propostas pedagógicas que considerem e garantam os direitos à igualdade, diversidade, equidade e a garantia do acesso e permanência do estudante nas respectivas instituições. Prosseguindo, conforme a BNCC (2018):

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias. Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. Igualmente, requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Quanto aos currículos, assim se manifesta a BNCC (2018):

A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de

ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. Essas decisões, que resultam de um processo de envolvimento e participação das famílias e da comunidade, referem-se, entre outras ações, a:

- contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas;
- decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem;
- selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.;
- conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os alunos nas aprendizagens;
- construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos;
- selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender;
- criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem;
- manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das escolas e sistemas de ensino.

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Muitos são os desafios a serem transpostos no cotidiano do trabalho escolar, especialmente nesses tempos de pandemia onde tornou-se essencial mudar paradigmas, mudar formas de ensinar e aprender, inovar a prática pedagógica adequando-a às necessidades do aluno. Ao docente cabe o trabalho de resgate do estudante, despertando e atraindo sua atenção, propiciando seu engajamento na busca da aprendizagem.

...inovação será algo inédito, útil, sustentável e de provável replicação. No campo da educação, será um processo transformador que promova ruptura paradigmática, mesmo que parcial, com impacto positivo na qualidade das aprendizagens e no desenvolvimento harmônico do ser humano. Consiste em superar aquilo que se manifesta inadequado, obsoleto. Significa trazer à realidade educativa algo efetivamente novo, ao invés de não modificar o que seja considerado essencial. Pressupõe não a mera adoção de novidades, inclusive as tecnológicas, mas mudança na forma de entender o conhecimento (PACHECO, 2019).

Um novo tempo se descortina e as escolas precisam estar preparadas e acompanhar esse ritmo acelerado de mudanças no jeito de ensinar e aprender. É

preciso convergir competência técnica e humana para estabelecer-se como escola inovadora e atrativa.

Nesse mundo tão vasto de informações, de novidades, de mecanismos de comunicação diversos, com a rapidez de um “click”, a transformação da escola na busca de uma prática pedagógica inovadora é vital para o cumprimento da sua função de preparar um estudante autônomo, que saiba usar a informação e transformá-la em conhecimento para atuar nessa sociedade que se quer justa e democrática, dando voz e vez a todos, na conquista da tão almejada dignidade humana.

...para que haja inovação educacional as tecnologias sociais, as estratégias pedagógicas, os dispositivos e as metodologias deverão ser suporte de garantia de que todos aprendam. Um projeto é inovador se responde a necessidades sociais contemporâneas e tem por referência produção teórica contemporânea, ... o que caracteriza uma inovação educacional é essencialmente a de garantir a todos o direito à educação (PACHECO, 2019).

Dessa forma, o trabalho com os Temas Contemporâneos Transversais deve ser entendido como mais uma contribuição de extrema importância e necessidade quando se objetiva promover mudanças e ajudar o indivíduo a entender e transformar sua realidade. Conforme a Resolução CNE/CEB N°7, 2010:

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular a seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos, que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, ...devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

Na escola, o estudante receberá as informações e construirá conhecimento para atuar com competência no seu meio familiar e social. O ponto de partida deverá ser o seu contexto de vida familiar e da comunidade onde vive. É nessa caminhada escolar, repleta de experiências e conhecimentos adquiridos também por meio de temas contemporâneos trabalhados de forma transversal e integradora que ele se instrumentalizará e desenvolverá as competências que permitirão sua participação na vida em sociedade e o pleno exercício da cidadania, sempre pautado por direitos e ao mesmo tempo, por deveres. No entanto, a escola não dará conta de mudanças significativas e transformadoras se não tiver a parceria das famílias, pois diversos conceitos e valores propostos pelos temas transversais são ensinados pela família e vivenciados em casa.

Para que o trabalho com os Temas Contemporâneos Transversais tenha êxito é preciso, portanto, o envolvimento de toda a escola, uma vez que os componentes curriculares não podem se fragmentar.

A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. ...Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada (CNE/ parecer n°7, 2010).

Abordaremos a seguir os Temas “Saúde e Vida Familiar e Social”, com alguns registros de boas práticas desenvolvidas por organizações, Secretarias de Educação, escolas, principalmente durante a pandemia.

## CAPÍTULO II

### SAÚDE

“As escolas desempenham um papel vital no bem-estar dos alunos, das famílias e suas comunidades e a ligação entre educação e saúde nunca foi tão evidente.”

(Tedros Adhanom Ghebreyesus - diretor-geral da OMS)

#### 1 Relevância do Trabalho sobre Saúde no Contexto Escolar

A preocupação com a saúde é um processo presente em toda a trajetória humana. A busca de um entendimento mais claro sobre o tema tem levado a reflexões e concepções diversas, pois implica em visões e vivências individuais, em estilos de vida, valores, políticas públicas, enfim, uma série de componentes que indicam as prioridades do indivíduo e da sociedade com o assunto.

Entre os diversos conceitos de saúde, o que tem servido de referência para estatísticas, programas e tomada de decisões em saúde pública está o da OMS (Organização Mundial da Saúde) de 1948, que pressupõe: “Saúde é o estado completo de bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”. Questionável por parte de estudiosos e de profissionais da saúde, tal conceito, segundo eles, não especifica o que seria o “estado de completo bem-estar” que é imensurável e depende da realidade de cada indivíduo.

Há quem afirme, conforme artigo do site “Saúde com Ciência”, que tal conceito é ultrapassado e unilateral, pois a “perfeição” não é definível. Defendem que, mesmo que se trabalhe com uma “avaliação do grau de perfeição, bem-estar ou felicidade de um sujeito externa a ele próprio, estar-se-á automaticamente elevando os termos perfeição, bem-estar ou felicidade a categorias que existem por si mesmas e não estão sujeitas a uma descrição dentro de um contexto que lhes empreste sentido a partir da experiência íntima do sujeito.” Afirmam ainda ser inadequado estabelecer distinção entre o físico, o mental e o social, já que não há uma nítida divisão entre o psíquico e o corporal (objetos ainda de investigação), sendo o social interagente, podendo atuar sobre o sujeito, seu estilo e ritmo de vida, trabalho, vida nos grandes centros e outros fatores. Enfim, concluem: “não se poderia dizer que saúde é um estado de razoável harmonia entre o sujeito e a sua própria realidade?”.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 2017, do ponto de vista biológico é possível identificar uma pessoa doente, porém, se ela estiver inserida no seu meio social, integrada e produzindo, independente do seu estado, do comprometimento biológico, será considerada saudável do ponto de vista social. No caso das limitações físicas temporárias devido a acidente e deficiências, não se pode ignorar os aspectos saudáveis pois na grande maioria dos casos, o processo de desenvolvimento humano não é interrompido. E assim com os que produzem ideias, se comunicam, interagem, que apesar da enfermidade não se pode afirmar que estão totalmente doentes. Ainda, conforme os PCNs, “A busca do entendimento do processo saúde/doença e seus múltiplos determinantes leva a concluir que nenhum ser humano (ou população) pode ser considerado totalmente saudável ou totalmente doente: ao longo de sua existência vive condições de saúde/doença de acordo com suas potencialidades, suas condições de vida e sua interação com elas.”.

Independente das controvérsias a respeito da definição exata do termo “saúde”, o importante é que se leve em consideração que a escola, enquanto espaço coletivo de aprendizagem, poderá desenvolver um trabalho de grande valor, auxiliando

sua comunidade na conservação da vida, no bem-estar de seus membros, na melhoria dos níveis de saúde através de orientações e ações de prevenção.

O trabalho com o tema “saúde” contribui para que o aluno exerça sua cidadania através do conhecimento e da conscientização de seu direito à mesma, instigando-o a desenvolver sua autonomia e intervir nesse processo. Que ele possa, através da Educação, ter acesso a informações e exemplos concretos necessários e imprescindíveis a uma vida saudável, permitindo mudança individual e coletiva, oriunda de uma prática compartilhada de conhecimentos e atitudes, identificando e solucionando problemas de saúde pessoal e coletiva na escola, na família e na comunidade. Tais problemas, quando contextualizados, despertam seu interesse por uma aprendizagem que o prepare para a busca de soluções.

A saúde constitui um dos temas contemporâneos muito importantes que a BNCC propõe que sejam desenvolvidos na elaboração dos currículos. A competência 08 (oito) da BNCC (2018): “conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas”, trata desse aprendizado que o estudante deve adquirir em saúde para aprender a cuidar de si e do outro. Citar essa competência, em especial, não subtrai a importância das outras no trabalho com o tema, uma vez que é possível e desejável alcançar a todas.

As discussões sobre Saúde no contexto escolar são uma extensão do que ocorre atualmente na sociedade, nunca se falou tanto em saúde e qualidade de vida, alimentação saudável, na necessidade de atividades físicas, ofertas de academias e outros espaços diferenciados para essa prática. Sites e páginas da internet carregadas de propagandas e ofertas de dietas, cursos, cardápios diversos, uma gama de possibilidades. Além disso, valorização excessiva do corpo malhado, perfeito, o que tem levado pessoas a utilizarem medicamentos e suplementos tanto lícitos quanto ilícitos para aumentar o desempenho ou melhorar a estética. Por outro lado, uma significativa parcela da população ainda permanece sedentária. São esses temas que precisam ser levados à reflexão e discutidos nas escolas, essenciais para a formação dos alunos.

Muitos são os problemas sociais levados ao cotidiano escolar exigindo dos professores e demais profissionais da Educação atenção e cuidados especiais. A escola, instituição que tem como prioridade social o pacto pela defesa da vida, não pode se eximir desse atendimento evitando assim problemas maiores como doenças mentais ou físicas. É preciso observar e interferir, se necessário. Há muitas situações que exigem um olhar mais atencioso por parte dos profissionais, como gravidez na adolescência, ISTs (infecções sexualmente transmissíveis), violência sexual de crianças e adolescentes, violências contra a mulher, LGBTfobias, relacionamentos abusivos, casamentos infantis, e outros. Segundo dados da ONU (Organização das Nações Unidas), divulgados pelo Observatório do Terceiro Setor (Agência Brasileira de Conteúdo Multimídia), 2020, o Brasil é líder em casamentos infantis na América Latina e está em quarto lugar no pódio mundial. É de extrema urgência, para aqueles que ainda não o fazem, a elaboração de projetos e a realização de trabalho contínuo e persistente de orientação e reflexão sobre saúde nas escolas, a fim de tentar evitar tais fatos, pela via do conhecimento.

Segundo o documento “Construindo escolas promotoras de saúde: diretrizes para promover a saúde em meio escolar”, da União Internacional de Educação e Promoção da Saúde (IUHPE), 2009, as escolas podem contribuir substancialmente para a saúde e bem-estar dos alunos, com uma abordagem global e o reconhecimento de que todos os aspectos da vida da comunidade escolar são potencialmente

importantes para a promoção da saúde. E que, há cada vez mais provas de que as escolas eficazes, às quais os alunos se sentem vinculados, podem ter repercussões importantes na melhoria da saúde e na diminuição das desigualdades. Afirmam que: “nos últimos vinte anos, um conjunto considerável de dados foi posto à disposição dos governos, escolas, organizações não governamentais (ONGs), professores, pais e alunos sobre programas eficazes de saúde em meio escolar. Os programas que se caracterizam por uma abordagem integrada, holística e estratégica têm mais possibilidade de produzirem resultados positivos em termos de resultados escolares e de saúde do que os que se implementam apenas em contexto de sala de aula.”

Reproduzimos abaixo alguns registros do referido documento, sobre a finalidade das escolas promotoras de saúde:

- **Melhorar os resultados escolares**

Um aluno saudável aprende melhor. A função principal da escola é conseguir os melhores resultados de aprendizagem. As escolas Promotoras de Saúde eficazes contribuem fortemente para que os seus objetivos pedagógicos e sociais sejam cumpridos.

- **Facilitar ações a favor da saúde gerando conhecimentos e habilidades nos domínios cognitivo, social e comportamental**

A escola é um ambiente no qual as questões e perspectivas de saúde são utilizadas para complementar e enriquecer as prioridades educativas, como a literacia e a numeracia. As ações das EPS ajudam a gerar competências específicas e gerais em termos de compreensão, de análise e de síntese da informação, e em termos de criar soluções às questões locais e globais. Os alunos podem aprender e praticar habilidades pessoais e sociais e adquirir comportamentos promotores de saúde, que podem favorecer as aprendizagens.

A Educação, por seu caráter emancipatório, poderá contribuir e criar condições para que a saúde dos indivíduos, um dos direitos fundamentais do ser humano, seja preservada durante toda sua vida. De acordo com a legislação brasileira, “a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” (Art. 196 da Constituição do Brasil, 1988).

A escola é o ambiente propício para a condução desse trabalho promotor da saúde e do bem-estar dos indivíduos. O alicerce na garantia do acesso à leitura, escrita, interpretação, às informações corretas sobre doenças, prevenção, contágio, tratamento. Ao mesmo tempo é imprescindível que seja o exemplo do que pretende ensinar, o espelho que refletirá sua prática na garantia do sucesso desse processo. Precisa comprovar o que diz, mostrar ações e espaços que valorizem e contemplem acessibilidade, salubridade, asseio, hábitos de higiene, saneamento básico, refeitório adequado, alimentação saudável, ventilação dos ambientes, respeito e cortesia na comunicação com todos, afetividade, resolução de conflitos, cultura da paz, respeito às diferenças, incentivo a comportamentos saudáveis, valorização e respeito ao ser humano em sua plenitude.

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), as escolas que fazem a diferença e contribuem para a promoção da saúde são as que asseguram um ambiente saudável em todo o espaço escolar, valorizam a estética do entorno físico e seus efeitos psicológicos sobre professores e alunos, promovem a participação ativa

de todos os estudantes, contemplam os conteúdos de saúde nas diferentes áreas curriculares, entendem que o desenvolvimento da auto estima e da autonomia são fundamentais para a promoção da saúde, valorizam os cuidados com a saúde de todos os estudantes e trabalhadores da escola, têm conhecimento dos serviços de saúde voltados aos estudantes, reforçam e estimulam estilos de vida saudável com a oferta de opções viáveis e atraentes para a prática de ações promotoras de saúde, envolvem os educadores na participação e elaboração do projeto pedagógico da educação para a saúde, buscam estabelecer inter-relações na elaboração do projeto escolar.

Em junho de 2021 a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicaram um guia para que as escolas promovam saúde. Segundo eles, a relação entre saúde e educação nunca esteve tão clara e esse guia apresenta ações para ajudar a melhorar o bem-estar de 1,9 bilhão de crianças e adolescentes em idade escolar em todo o mundo.

De acordo com as referidas agências, com o fechamento das escolas devido à Covid-19, a interrupção da educação e o acesso a refeições nutritivas, cerca de 365 milhões de alunos do ensino fundamental foram prejudicados, o que contribuiu com o aumento de estresse, ansiedade e outros problemas de saúde mental entre crianças.

Com base em um conjunto de oito referências globais, intitulado “Padrões Globais para Escolas Promotoras de Saúde”, exigem que todas as salas de aula promovam habilidades de vida, habilidades cognitivas e socioemocionais e estilos de vida saudáveis para os alunos. Ainda, de acordo com o diretor-geral da OMS: “esses padrões globais são projetados para criar escolas que estimulem a educação e a saúde que equipem os alunos com o conhecimento e as habilidades para sua saúde e bem-estar futuros, empregabilidade e perspectivas de vida”.

Conforme as agências, intervenções escolares de saúde e nutrição em áreas de baixa renda, apresentam bons resultados e podem aumentar em até 2,5 anos de escolaridade adicional com algumas medidas: refeições escolares nutritivas aumentaram as taxas de matrícula em 9% e a frequência em 8% em média; exames e óculos gratuitos aumentaram em 5% a probabilidade de os alunos passarem em testes padronizados de leitura e matemática; a promoção da lavagem das mãos reduziu as doenças gastrointestinais e respiratórias entre 21% e 61% nos países de baixa renda, resultando em menos ausentes.

Os novos padrões serão testados em Botswana, no Egito, na Etiópia, no Quênia e no Paraguai e contribuem para a meta da OMS de tornar um bilhão de pessoas mais saudáveis até 2023 e para a Agenda de Educação 2030 coordenada globalmente pela UNESCO.

“Educação e saúde são direitos humanos interdependentes básicos para todos, estão no cerne de qualquer direito humano e são essenciais para o desenvolvimento social e econômico”, afirmou a diretora-geral da UNESCO, Audrey Azouley.

Espera-se, portanto, que a abordagem e o desenvolvimento de um trabalho que transite pelos diversos componentes curriculares sobre o tema “Saúde” na escola, sejam entendidos como de grande relevância para a vida dos estudantes garantindo-lhes o conhecimento que os emancipe e prepare para atuar e buscar soluções necessárias para a melhoria da qualidade de vida pessoal e coletiva.

“Uma escola que não promove a saúde não é mais justificável e aceitável” (Audrey Azouley – diretora geral da UNESCO).

## 2 Políticas, Programas, Projetos

- 2.1. **PSE - Programa Saúde nas Escolas** - O Programa Saúde nas Escolas (PSE) é uma política nacional do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, instituído pelo Decreto Presidencial Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, e tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, desenvolvidas tanto nas escolas como nas unidades básicas de saúde. Integra o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), dos Ministérios da Educação e Saúde, com apoio de três organismos internacionais: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).
- 2.2. **NEPRE – Núcleo de Educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na Escola.** Composto por representantes da comunidade escolar, atua de forma integrada e intersetorial em parceria com setores da saúde, justiça, segurança pública, assistência social, conselhos tutelares, ministério público e outros parceiros. Assuntos em que se envolve na escola: discussões sobre ISTs (infecções sexualmente transmissíveis), Educação sexual, uso e abuso de substâncias psicoativas, Cultura da Paz, Alimentação saudável, Práticas corporais, Programa Saúde nas Escolas, estudo do ECA, combate ao Bullying, Nome Social, Gravidez na adolescência, Prevenção à autolesão e ao suicídio, entre outros.
- 2.3. **NEPRE *online*** – Módulo incorporado no sistema SIGESC da Secretaria de Estado da Educação. Uma ferramenta de apoio para o registro das situações de violências na escola, eliminando formulários físicos. Entre os objetivos dessa ferramenta, destacam-se: 1- integrar o trabalho interinstitucional (NEPRE/Escola, NEPRE/CRE/Coordenadoria Regional da Grande Florianópolis/ IEE e NEPRE/SED); 2- gerar dados referentes às violências na escola, possibilitando gerar relatórios para análise e subsidiar planejamento e/ou reformulações de ações de prevenção, conforme prevê a LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015. (Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*)).
- 2.4. **PROERD – O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência** (PROERD) possibilita a articulação entre as áreas da educação e segurança, na prevenção ao uso/abuso de drogas lícitas e ilícitas e na orientação de crianças, adolescentes, assim como pais ou responsáveis, acerca da busca de soluções e medidas eficazes quanto à resistência às drogas. Além disso: aproxima a Polícia Militar da comunidade escolar e, por consequência, da comunidade em geral, permitindo um clima de parceria e confiança; sensibiliza as crianças e adolescentes para valores morais e éticos, bem como proporciona a construção de uma sociedade mais justa, sadia e feliz; trabalha na prevenção da criminalidade relacionada direta ou indiretamente ao uso de drogas; aborda, também,

temas como o bullying, as consequências do uso das drogas e práticas da violência (física, verbal, etc.), a importância de se fazer escolhas certas, perceber a influência dos meios de comunicação e segurança pessoal, tais como: cuidados em casa, em vias públicas, noções de trânsito, como proceder quando presenciar algum fato negativo, entre outros; estimula a participação dos pais no processo de aprendizado sobre a prevenção ao uso das drogas e práticas de violências.

### **3 Conteúdos sugeridos sobre o Tema Saúde**

- Ambiente salubre
- Ambiente seguro
- Ansiedade
- Assédio
- Depressão
- Desconstrução de Esteriótipos
- Distúrbios alimentares
- Drogas
- Endemias, Epidemias e Pandemias
- Estilo de vida saudável
- Exames médicos
- Gravidez na Adolescência
- Higiene Domiciliar
- Higiene pessoal
- Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTs
- Obesidade
- Qualidade dos serviços de saúde
- Saneamento básico
- Saúde Bucal
- Saúde da criança, do jovem, do idoso, da mulher...
- Saúde do trabalhador
- Saúde mental
- Segurança alimentar
- Surtos
- Vacinação
- Vigilância Epidemiológica
- Vigilância Sanitária
- Outros...

### **4 Sugestões de Referências para Pesquisa/Trabalho sobre Saúde**

#### **4.1. Vídeos, Sites**

- OMS: Trazendo saúde para a vida  
<https://www.youtube.com/watch?v=VOy7MBa6-IY>
- Brasil Escola. OMS e datas comemorativas.  
[Brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-mundial-da-saude.htm](http://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-mundial-da-saude.htm)

- Viva Mais SUS – Saúde do Adolescente  
<https://www.youtube.com/watch?v=S4tU2hEfkwl&t=25s>
- A turma da Clarinha em: Higiene e Saúde  
<https://www.youtube.com/watch?v=k2z0ppvRqEY>
- O que significa saúde? – Série SUS  
<https://www.youtube.com/watch?v=q5DXMr5v48k>
- Saúde na escola – Zivaldo  
<https://www.youtube.com/watch?v=OsnorlgJWbM>
- Plataforma MEC de Recursos Educacionais Digitais  
<https://www.youtube.com/watch?v=gejBqyfJr9A>
- Prof. Davi Souza, Temas Cont. Transversais da BNCC-Saúde.  
<http://youtu.be/JXkDrWcjQ20>
- Temas Transversais – Saúde, Maxi Educa  
<https://www.youtube.com/watch?v=ZLDZCrgNXUM&t=364s>
- Instituto GBarbosa – Projeto de Vida  
[Youtube.com/instituto gbarbosa/Canal Projeto de Vida](https://www.youtube.com/channel/UCgbarbosa)
- Biblioteca Virtual em Saúde – Ministério da Saúde  
<https://bvsms.saude.gov.br/>
- Saúde (música infantil)  
[https://www.youtube.com/watch?v=htAWzK2lZ\\_c](https://www.youtube.com/watch?v=htAWzK2lZ_c)
- Saúde e Sexualidade de adolescentes. Construindo equidade no SUS. Organização Pan-Americana da Saúde. Ministério da Saúde.  
<https://iris.paho.org/handle/10665.2/34279>

#### **4.2. Cadernos, Conteúdos disponíveis no site da Secretaria Estadual de Educação de SC ([sed.sc.gov.br/](http://sed.sc.gov.br/) programas e projetos)**

- Caderno: Política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola:** Este documento tem o objetivo de subsidiar os profissionais da educação em relação à prevenção, atenção e atendimento às violências na escola, bem como os aspectos que se interrelacionam na vida estudantil de crianças e jovens, e com a própria violência, enquanto fenômeno multifacetado. Tais aspectos envolvem identidade de gênero, sexualidade, e uso/abuso de substâncias psicoativas (drogas lícitas e ilícitas).
- Caderno: Educação, Adolescentes e o uso de drogas - abordagens necessárias:** Este caderno visa subsidiar a ação dos profissionais da

educação em complementação a outros materiais que as escolas recebem no âmbito da prevenção às condutas de risco de adolescentes, vinculadas ao uso e abuso de drogas.

- c) **Sexualidade:** Para enriquecer o trabalho da temática da Diversidade na vivência das relações sociais e sexuais, disponibilizamos a **OFICINA: A delícia de ser quem somos**. Parte integrante do livro Diversidades Sexuais - Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, produzido pelo Ministério da Saúde. Esta oficina é indicada para trabalhar com os estudantes adolescentes e jovens para a educação entre pares.
- d) **Gravidez na adolescência:** Apresenta vasto conteúdo para planejar e enriquecer as aulas: Lei N° 13.798, De 3 De Janeiro De 2019, sobre alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente da criação da semana de prevenção à gravidez na adolescência; a Proposta Curricular de SC que contempla o tema em um capítulo inteiro sobre “Educação Sexual”; o Portal do Professor, que oferece planos de aula e sugestões de atividades; estudos, pesquisas e demais documentos acadêmicos que podem ajudar como fundamentação teórica, justificativa, indicação de bibliografia e metodologias diferenciadas; cartilhas, jornais, vídeos, livros, etc.
- e) **Educação, Prevenção e Promoção de Saúde em Interface com a Covid-19:** Carta Convite aos professores com sugestões de atividades, que possibilitam promover situações de aprendizagem voltadas à Educação, Prevenção e Promoção de Saúde em Interface com a temática da Covid-19.
- f) **Cartilha Saúde Mental:** Retorno às Atividades Presenciais na Escola e o Cuidado com a Saúde Mental (Ministério Público do Estado de Santa Catarina).
- g) ***Aedes aegypti*:** Mosquito transmissor dos vírus que ocasionam Dengue, Zika e Chikungunya. As ações de monitoramento, prevenção e eliminação de criadouros do mosquito *Aedes aegypti* ainda são as melhores estratégias para evitar surtos e epidemias dessas doenças.
- h) **Prevenção à autolesão e ao suicídio:** Materiais disponibilizados pelo GT Nacional do Programa Saúde na Escola Nacional, para orientar os profissionais da educação na identificação das diferentes situações que envolvem as questões de saúde mental na infância e na adolescência, no cotidiano escolar.

## CAPÍTULO III

### VIDA FAMILIAR E SOCIAL

“A família não nasce pronta; constrói-se aos poucos e é o melhor laboratório do amor. Em casa, entre pais e filhos, pode-se aprender a amar, ter respeito, fé, solidariedade, companheirismo e outros sentimentos.”

(Luís Fernando Veríssimo)

#### 1 Família, Escola e Sociedade

A nossa Constituição Federal, no Artigo 205, deixa claro que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. Já a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Nº. 9.394/96, em seu título II, Artigo 1º, muda a ordem de prioridade e menciona que “a educação é dever da família e do Estado”. Mesmo que a ordem dos fatores seja alterada, o que importa é que ambas as instituições, tanto a família, quanto a escola, se sintam coautoras no dever de proporcionar uma educação de qualidade.

Com o intuito de marcar esta importante e imprescindível parceria entre família e escola no ato de educar, o Ministério da Educação (MEC), em 2001, instituiu o Dia Nacional da Família na Escola. Sem dúvida foi na Pandemia causada pela Covid-19, que se sentiu quão necessária e importante é essa parceria entre família-escola a fim de dividir responsabilidades e somar esforços. A escola teve que inovar usando tecnologias e, sobretudo, na educação infantil, adentrou diretamente nas famílias orientando-as no processo educativo. Graças a essa colaboração pode-se enfrentar os obstáculos causados pela Pandemia e, escolas e famílias certamente nunca estiveram tão próximas. Viu-se com nitidez que filho/a e aluno/a é o mesmo ser humano e que essas duas instituições família e escola estão ligadas pelo mesmo elo, que é a educação desse filho/a e aluno/a.

A Campanha da Fraternidade de 2022 tem como tema “Fraternidade e Educação”, tendo como o lema “Fala com sabedoria, ensina com amor”. Já o Papa João Paulo II (2004) enfatizou:

“Toda família deveria ser uma escola onde se aprende a grande arte de amar, de respeitar, onde se brinca, se joga, se chora, se reza e se pratica os relacionamentos pessoais e sociais. Toda escola deveria ser uma família, onde os laços de amor se ampliam, cresce o respeito pelo diferente, adquire-se cultura e sabedoria para viver os princípios da cidadania e da solidariedade fraterna”. João Paulo II, Hora da Família (2004, p. 43).

Içami Tiba muito bem ressaltou que a educação escolar é diferente da educação familiar, mas que ambas devem se complementar. A família é o primeiro grupo social no qual a criança interage. A família é a base da criança na formação do caráter, valores éticos e morais, na afetividade, no desenvolvimento do equilíbrio emocional. E este papel da família não pode ser terceirizado para a escola. À escola cabe a transmissão de saberes, aguçando o estudante à pesquisa, à reflexão, ao protagonismo, despertando curiosidade e criatividade, preparando o indivíduo para seu crescimento intelectual e profissional (TIBA, 2002).

Ansiamos um mundo melhor para nossos filhos e netos, mas a pergunta é: o que de fato as famílias estão fazendo para deixar melhores filhos para o mundo? Normalmente o primeiro sonho dos pais é **o que** o meu filho/a vai ser no futuro, isto é, que profissão exercerá, engenheiro, médica, juiz, advogado, administrador, professora etc. Poucos se indagam, **como** quero que o meu filho/a seja? Justo, disciplinado, verdadeiro, ético, generoso etc.

Nestas últimas décadas a família sofreu mudanças drásticas. A vida agitada do cotidiano, os compromissos profissionais e a busca dos pais por melhor condição social, afetou o relacionamento familiar, há carência de afetividade e diálogo entre pais-filhos. Nos crescentes processos de divórcios, vimos que os filhos são alvos de negociação e muitas vezes passam a ser apenas um fardo pesado, ao invés de serem uma benção.

Sem dúvida, a família e a escola podem auxiliar a mudar o retrato de uma sociedade violenta, criminosa, discriminadora... Repetimos, para termos um mundo melhor, precisamos deixar filhos mais equilibrados, capazes e de bom senso ao mundo. Família e escola são as instituições mais importantes da sociedade contemporânea que podem influir para um mundo melhor. E, para isso devem unir esforços, traçar estratégias comuns e serem colaborativas.

Dados estatísticos do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) revelam que quanto mais a família participa da vida escolar dos filhos maior é a média de desempenho escolar dos estudantes.

Já há muitos espaços criados pelas escolas de ajuda e aprendizado na educação para as famílias. Cada realidade e contexto deve ser analisado e considerado na proposta de estratégias produtivas e eficazes, mas o foco sempre visa a complementariedade neste mútuo papel na educação de crianças e jovens.

No que tange ao enfoque quanto a Vida Social, a escola não tem braços para alcançar todas as carências e interferir para que haja uma mudança social. Mas ela pode sim, contribuir com o que lhe é próprio e o que ela tem de específico em experiências e conhecimento psicossocial e pedagógico. Neste sentido, ela pode contribuir em e através de projetos sociais com grupos de famílias.

### **Possibilidades/Sugestões:**

- Com a inovação tecnológica a escola tem novas oportunidades de se conectar com o ambiente social ao seu redor. Então, por que não oportunizar ciclo de palestras online com grupos e famílias? Ou outros tipos de encontros?
- Abrir suas bibliotecas e laboratórios de informática para uso dos pais que buscam aperfeiçoamento, novo emprego, ou simplesmente um pouco mais de cultura, de aprendizado, através de um horário disponibilizado somente a eles, de acordo com o de funcionamento da escola.
- Por que não proporcionar um ciclo de palestras a casais que esperam seu primeiro filho sobre a importância da afetividade na primeira infância, da aprendizagem das crianças por imitação dos pais etc.? Todos os profissionais fazem cursos de aprimoramento e por que os casais não se preparam para serem pais? Será que já são experts em maternidade e paternidade sem nunca terem tido experiência vivencial? E assim a escola poderia se inserir na vida social ao seu redor proporcionando ajuda de forma geral, falando sobre a formação de crianças e jovens em cada fase de suas vidas, seu desenvolvimento emocional, seus problemas e desafios. Essa seria uma maneira proativa da escola contribuir para uma convivência mais harmoniosa e para que os pais possam ser mais assertivos na formação e educação de seus filhos.
- Criar oportunidades de estreitamento de laços através de projetos esportivos envolvendo filhos e pais. Disponibilizar o espaço escolar em horário extraclasse para isso. Pedir auxílio ao professor de Educação Física, a algum pai que goste e entenda de esportes ou a voluntários da comunidade.

- Organizar oficinas, palestras com a parceria de profissionais e empresas da comunidade a fim de auxiliar pais e mães desempregados a preparar-se melhor para o mercado de trabalho.
- Incluir insistentemente no dia a dia da escola atividades que incentivem o respeito e o carinho aos pais, aos avós, à família em geral. Que as crianças e jovens reconheçam e valorizem a importância da sua família, do seu grupo.
- Propiciar encontros das famílias na escola em eventos e datas festivas com atividades lúdicas, gincanas, homenagens apresentadas pelos próprios filhos (pais valorizam muito as apresentações dos filhos). Por exemplo: Feira do Livro, Feira de Ciências, Festivais, Auto de Natal, Dia dos Pais, das Mães, dos Avós, e outros. Divulgar bastante esses eventos. Se nos dispusermos a fazer uma pesquisa de satisfação, certamente descobriremos que quando a família retorna para casa após esses eventos escolares, há muito mais diálogo, alegria, leveza no ambiente familiar. E isso trará benefício para a escola no seu trabalho e para a sociedade como um todo.

Sabemos que as possibilidades e sugestões apresentadas não são tarefas fáceis para a escola, porém com a adoção de tais medidas poderá garantir uma presença maior e mais efetiva dos pais na vida escolar dos filhos.

Cabe salientar que na convivência escolar, familiar e social não há como fugir de conflitos. Conflitos são inerentes à vida. Em conflitos normalmente as pessoas lutam umas contra as outras ao invés de juntas lutarem contra o problema. Uma ação inovadora poderia ser a criação de grupos de resolução de conflitos, de círculos de paz ou outras iniciativas nas escolas com a participação de alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

## 2 Políticas, Programas, Projetos

Relacionamos a seguir, alguns programas, projetos, materiais para pesquisa sobre o tema vida familiar e social, que foram apresentados pela equipe da Secretaria de Estado da Educação de SC (SED/SC) e disponibilizados em seu site e do Ministério da Educação MEC).

- 2.1 Busca Ativa:** Ferramenta de apoio para ser utilizada pelas Unidades Escolares, nas situações em que o estudante não apresentar as atividades propostas (virtual ou impressa), no Regime Especial de Atividades Escolares não Presenciais (Portaria nº 924 de 23/04/2020).
- 2.2 Nome Social:** O uso do nome social é um direito dos(as) estudantes travestis e transexuais, ser tanto requerido tratamento oral, isto é, ser chamado exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência, quanto ser incluído nos documentos escolares. Para tanto, nesta pasta está disponibilizado a orientação para o uso nas unidades escolares, acompanhada das legislações e dos requerimentos.
- 2.3 Nome Afetivo:** O uso do Nome Afetivo é um direito dos(as) estudantes sob guarda provisória concedida em processo de adoção, no período que

antecede a extinção do poder familiar originário. Pode-se optar pelo tratamento oral, isto é, ser chamado exclusivamente pelo nome afetivo, em qualquer circunstância, quanto incluído nos documentos escolares. Na inclusão do nome afetivo nos documentos administrativos da escola, sai em primeiro lugar e em destaque, o nome afetivo, precedido da correspondente expressão “Nome Afetivo” e, em seguida, o nome civil.

**2.4 APOIA:** O Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA) visa a garantir a permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, para que concluam todas as etapas da Educação Básica, em todas as redes de ensino (estadual, municipal, federal e particular), promovendo o regresso à escola daqueles que abandonaram os estudos. Com esse objetivo, desde 2001, o Programa APOIA está estruturado a partir de um sistema intersetorial de apoio ao aluno infrequente e à sua família, capaz de gerar, em cada instância do processo, procedimentos mínimos, em prazos curtos, aptos a garantir o retorno do aluno à escola, possibilitando-lhe o aproveitamento do ano letivo.

**2.5 Programa Educação e Família - Ministério da Educação:** Tem a finalidade de, no âmbito das escolas públicas de educação básica, fomentar e qualificar a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu projeto de vida, com foco no processo de reflexão sobre o que cada estudante quer ser no futuro e no planejamento de ações para construir esse futuro.

### **3 Conteúdos e Referências para Pesquisa/Trabalho sobre Vida Familiar e Social (Sugestões)**

**a) Adolescentes e Condutas de Risco** (disponível em: [www.sed.sc.gov.br/Programas e Projetos](http://www.sed.sc.gov.br/Programas_e_Projetos)): Esta série (vídeo) aborda temáticas sobre a adolescência como uma fase da vida marcada por crescente autonomia e independência em relação à família, bem como pela experimentação de novos comportamentos e vivências.

Paralelamente, observa-se, na atualidade, maior exposição a condutas de risco para a integridade física, mental e social do adolescente.

Os principais fatores a serem discutidos sobre comportamentos de risco entre os adolescentes, nesta série, incluem sexualidade, violências, saúde e uso e abuso de álcool e outras drogas, numa abordagem sociológica e educacional.

**b) A Família do Marcelo (Ruth Rocha) – Livro Narrado – Educação Infantil/Anos Iniciais** (disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=clav\\_AUUzto](https://www.youtube.com/watch?v=clav_AUUzto)).

**c) A Família na Contemporaneidade – Luiz Felipe Pondé** (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dBnBphn7dGg>).

- d) **Caderno da Família** (disponível em: [www.sed.sc.gov.br/Programas e Projetos](http://www.sed.sc.gov.br/Programas e Projetos)): Caderno destinado aos pais e/ou responsáveis dos estudantes da rede estadual de ensino, pertencentes aos diversos modelos de organização familiar e de situação socioeconômica. Tem como objetivo contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares, sugerindo dicas de ações para a boa convivência e a interação familiar. É um material que traz sugestões e dicas de ações simples, com abordagem de temas relevantes e a compilação de links com informações seguras, produzidas pela área da saúde e de outros órgãos parceiros.
- e) **Conservadorismo, Rupturas e Novas Configurações de Família - Belinda Mandelbaum** (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IIrITQFErz8>).
- f) **Escola de Pais do Brasil- EPB** (disponível em: [www.escoladepais.org.br](http://www.escoladepais.org.br)).
- g) **Filme: O Enigma de Kaspar Hauser – Werner Hergoz (direção). Alemanha, 1974, 110 min** (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wplj0ITkwho>).
- h) **Mundo Bitá - Nossa Família (Clipe Infantil)** (disponível em: [youtube.com/watch?v=s48phnrkZ5w&t=88s](https://www.youtube.com/watch?v=s48phnrkZ5w&t=88s)).
- i) **Plataforma do Novo Ensino Médio do Estado do Espírito Santo – Sugestões de Planos de Aula/Eletivas/Tema Integrador** (disponível em: [blogteca.sedu.es.gov.br/novoensinomedio/tema-integrador/vida-familiar-e-social](http://blogteca.sedu.es.gov.br/novoensinomedio/tema-integrador/vida-familiar-e-social)).

## CAPÍTULO IV

### METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

“Por outras palavras, significa dispor o ambiente de tal maneira que ele ajude o formando a educar-se a si mesmo. Ninguém diz à roseira que ela deve florir: ninguém a manda florir; se lhe derem as condições que lhe são favoráveis, os botões virão, hão de abrir à luz.”

(António Nóvoa)

Ao trabalhar os temas contemporâneos transversais e sua implementação na escola, acreditamos ser útil discorrer sobre metodologias e estratégias pedagógicas, tão importantes para a diversificação e o êxito do trabalho docente.

As abordagens metodológicas precisam ser bem pensadas, estudadas, pois são elas que devem estimular o aluno a querer aprender, a ser o protagonista do seu próprio processo de aprendizagem. É importante que seja aplicada de forma a oferecer a ele a oportunidade de identificar problemas, refletir, discutir, buscar soluções, criar uma visão ampla sobre determinado assunto.

Grandes aliadas desse processo, as metodologias ativas são alternativas pedagógicas que auxiliarão na condução de uma aprendizagem através de problematizações, de pesquisas e descobertas. Envolvem mais o aluno, pois não recebe tudo pronto, tem que caminhar por sua conta, mas sempre com orientação do professor. A sala de aula é um espaço e o momento de aprofundamento do conhecimento, de discussões e troca de experiências.

José Moran (2021) em Metodologias para uma Aprendizagem Ativa, apresenta algumas reflexões e orientações importantes:

- As metodologias ativas constituem alternativas pedagógicas que colocam o foco do processo de ensino e de aprendizagem nos aprendizes, por meio da mediação docente, envolvendo-os na aprendizagem por descoberta, por investigação ou resolução de problemas numa visão de escola como comunidade de aprendizagem.
- No método ativo os estudantes ocupam o centro das ações educativas e o conhecimento é construído predominantemente de forma colaborativa.
- As metodologias ativas procuram criar situações de aprendizagem nas quais os aprendizes possam fazer coisas, pensar e conceituar o que fazem, construir conhecimentos sobre os conteúdos envolvidos nas atividades que realizam, bem como desenvolver a capacidade crítica, refletir sobre as práticas que realizam, fornecer e receber *feedback*, aprender a interagir com colegas, professores, pais, e explorar atitudes e valores pessoais na escola e no mundo.

Uma aula prazerosa é aquela que envolve o aluno e permite que ele seja o agente ativo de sua aprendizagem. Precisa estar engajado e nada mais instigante e atrativo do que partir da sua realidade, das suas vivências. Quando os conteúdos são relacionados à sua vida, tornam-se mais importantes, com maior relevância. Quanto mais significativo para ele, maior será seu interesse em aprender. É nessa concepção que entram os Temas Contemporâneos Transversais, já que procuram atender às demandas sociais e pessoais vivenciadas pelo estudante, sua família e comunidade na atualidade. Aprendizagem contextualizada.

Há inúmeras possibilidades de trabalhar conteúdos atraindo a atenção desse novo aluno, oriundo desses novos tempos: a cultura “*maker*” (mão na massa)

priorizando o fazer, a aula invertida, aprendizagem entre pares ou times (aprender entre si), a gamificação (o aprender brincando), a criação e contação de histórias, entre outras, conforme sugestões abaixo. As tecnologias digitais são grandes aliadas nesse processo auxiliando o aluno a pesquisar mais, a buscar mais informações, sempre com o apoio do professor.

Quanto ao trabalho com os Temas Contemporâneos Transversais vale lembrar que são temas que necessitam ser abordados sempre de forma transversal às áreas do conhecimento. São assuntos que não pertencem a uma única área e devem atravessar por todas elas de forma intradisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, de acordo com o planejamento do professor ou projeto da escola.

O planejamento, imprescindível em todo o processo ensino-aprendizagem, tem que ser aberto, flexível, sem um fim em si só. Aquele olhar cuidadoso do professor e da escola com o que é essencial para a realidade do aluno. A aplicação de um planejamento aberto ao diálogo, receptivo às contribuições poderá fazer uma grande diferença no percurso e no êxito da aprendizagem de todos.

## **1 Possibilidades de Trabalhos e Recursos Didáticos**

- Campanhas
- Cartazes, panfletos orientativos
- Criação e contação de histórias/narrativa
- Entrevistas
- Estudo de Caso
- Filmes/documentários
- Gamificação/jogos
- Jornais/ revistas
- Histórias em quadrinhos
- Laboratórios de aprendizagem
- Livros físicos e digitais
- Mão na massa (*maker*)
- Mural digital
- Mural físico
- Oficinas
- Pesquisas
- Plataformas digitais
- Podcast
- Portfólios
- Projetos
- Quiz
- Redes Sociais
- Robótica
- Sala de aula invertida
- Seminários
- Trabalhos artísticos (músicas, danças, dramatizações, desenhos, pinturas...)
- Videoaula
- Outros...

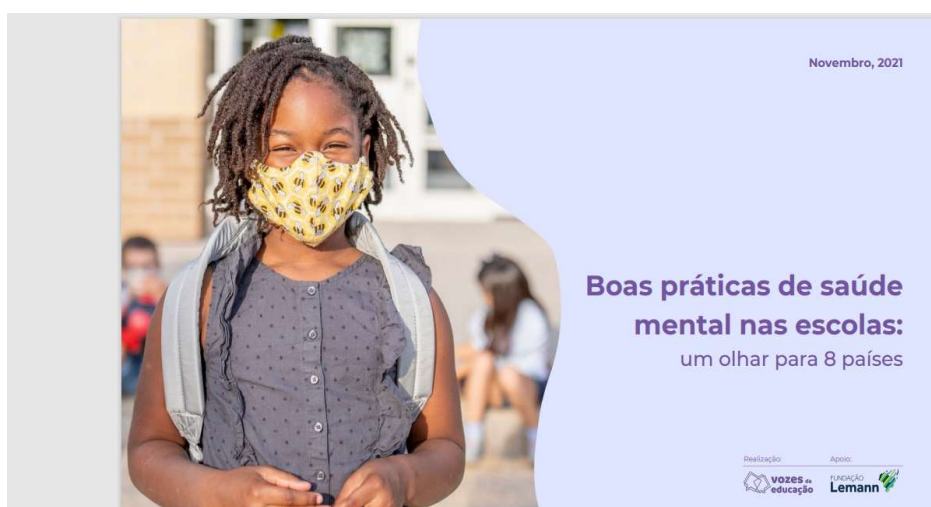
Importante ressaltar que todas as escolas, públicas ou privadas, podem acessar gratuitamente às plataformas digitais *Google* e *Microsoft 365* e ter acesso a diversas ferramentas para trabalhar com alunos da Educação Infantil ao Ensino Superior.

## CAPÍTULO V

### EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS

Neste capítulo apresentamos projetos com relevantes conteúdos e exemplos de boas práticas de importante alcance escolar, familiar e social, relacionados aos temas em estudo. Olhares atentos às escolas e seus atores, principalmente em época de pandemia, onde mudanças bruscas e inesperadas ocorreram, alterando por completo a rotina de todos. Também, trabalhos desenvolvidos por professores em suas aulas, abordando os mesmos temas.

#### 1 Boas Práticas de Saúde Mental em Escolas: Um Olhar Para Oito Países



Fonte: Consultoria Técnica “Vozes da Educação” com apoio da Fundação Lemann – novembro, 2021. Disponível em: [vozesdaeducacao.com.br](https://vozesdaeducacao.com.br)

A “Vozes da Educação” a pedido da Fundação Lemann fez um levantamento internacional sobre “Boas Práticas de Saúde Mental em Escolas”. E, em novembro/21 apresentou subsídios para que redes de ensino possam se inspirar nestas práticas e implementarem alternativas de acolhimento a alunos e educadores, sobretudo, neste período de retorno às aulas, pós-pandemia de Covid-19.

Para a Organização Mundial da Saúde, nenhum sistema educacional é eficaz a menos que promova a saúde e o bem-estar de seus estudantes, familiares, funcionários e comunidade.

A Organização Mundial da Saúde e a UNESCO definiram oito padrões globais para escolas promotoras de saúde, que são: políticas e recursos governamentais, políticas e recursos escolares, governança e liderança escolar, parcerias escola e comunidade, currículo escolar, ambiente socioemocional escolar, espaço físico escolar e serviços de saúde escolares.

O documento enfatiza de que a saúde de crianças e adolescentes “é moldada por meio da relação com os pais e responsáveis, com a comunidade e as escolas, mas também perpassa por contextos abrangentes, como pobreza, conflitos e doenças”. Por isso, são abordadas três esferas de influência: o mundo da criança, o mundo ao redor da criança e o mundo em geral. No documento há práticas elencadas em cada uma dessas esferas. Estas iniciativas abordadas são de uma preciosidade ímpar. Vale a pena se inteirar de cada uma delas.

Destacamos algumas iniciativas mencionadas aqui do Brasil, que estão na esfera de influência do mundo ao redor da criança e ao mundo da criança.

Há o programa V.I.D.A., da Secretaria Municipal de Educação de Londrina/PR, que alcança mais de 38 mil estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA. O programa visa estabelecer uma cultura de paz, trabalhar habilidades, atitudes, valores sociais de convivência e competências socioemocionais.

Com o intuito de dar atenção especial aos profissionais da educação o Departamento de Orientação e Promoção Escolar da Secretaria de Educação de Mogi das Cruzes/SP, instituiu uma equipe para dar suporte, sobretudo, aos profissionais da educação, mas também a alunos e familiares, com o objetivo de proporcionar um espaço de acolhimento, de escuta e trabalhar as vivências no período de Pandemia.

“Corações e Mente” é um livro orientativo disponível no Site do Instituto Palavra Aberta e Plataforma Democrática, com textos orientados para professores poderem utilizar para trabalhar habilidades e competências de convivência social.

“Ame Sua Mente” é um Instituto do terceiro setor, formado por uma equipe multiprofissional nas áreas de educação e saúde, que realiza formações para gestores e professores, através do projeto “Saúde Mental na Escola”, visando trabalhar uma nova cultura sobre saúde mental.

A Secretaria Estadual de Educação do Ceará, em parceria com o Instituto Ayrton Senna e o Instituto Aliança, promovem encontros de escuta, denominados de Giros Socioemocionais, bem como formações continuadas de professores de turmas a fim de trabalhar competências socioemocionais e formação cidadã, com foco em professores, gestores e estudantes.

O LIV – Laboratório Inteligência de Vida, é um programa que desenvolve competências socioemocionais dos estudantes, que tem como objetivo preparar os alunos para os desafios do século XXI.

Estamos cientes de que as iniciativas mapeadas neste documento podem contribuir para reflexão, análise e introdução de práticas voltadas para a saúde mental de estudantes e educadores.

## **2 Projeto Pedagógico para a Cidade: Colecionando Memórias e Afetos**

# **Projeto Pedagógico para a Cidade: Colecionando Memórias e Afetos**

Secretaria Municipal de Educação - Blumenau

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Blumenau, SC – Diretoria de Educação Infantil

Disponível em: [www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br)

O presente projeto, de iniciativa da Secretaria Municipal de Educação de Blumenau, foi desenvolvido no ano de 2020 durante a pandemia da Covid-19 como parte do planejamento pedagógico das atividades não presenciais, com o objetivo de inspirar as crianças, seus familiares e os profissionais ao movimento da curiosidade e pertencimento da cultura de si mesmo e da cultura do outro através de narrativas sublimes e histórias contadas.

O público-alvo do projeto são: Centros de Educação Infantil, Escolas Básicas Municipais (turmas 5-6 anos), OSCS (Organizações da Sociedade Civil), Instituições Privadas Credenciadas, Profissionais da Educação e Crianças da Educação Infantil.

No percurso do projeto foram propostas diversas atividades envolvendo alunos, familiares e profissionais da Educação, como a confecção de um Relicário, onde foram guardadas memórias afetivas das famílias; resgate de músicas e cantigas da infância dos familiares; experimento de receitas de alimentos passados de geração em geração; redescoberta da cidade onde vivem, com seus pontos turísticos e tradições culturais; tiveram a oportunidade de aprofundar conhecimento e ampliar o repertório cultural nas atividades em que conheceram pessoas de destaque que muito contribuíram para a história da cidade de Blumenau como Fritz Muller e Alda Niemeyer.

Aos profissionais da Educação foi oferecido o *webinar* “Memórias, Encantos e Encantamentos da Cidade de Blumenau”, incluindo socialização de práticas exitosas da Rede de Ensino.

Como forma de contribuir para que as emoções pudessem fluir e de certa forma aliviar fortes sentimentos e estresse relacionados ao momento em que estavam vivendo em relação à pandemia, foi lançada a “Colcha de Retalhos”, uma obra de arte coletiva, composta por retalhos de 30x30cm, onde cada profissional teceu criativamente suas memórias e afetos, registrando ali vivências e experiências do ano de 2020.

A colcha, uma linda obra coletiva, atingiu a medida de 184 m<sup>2</sup>, com 2044 retalhos e foi apresentada para a sociedade num Cerimonial de Exposição na fachada lateral do Setor 3 da Vila Germânica, onde foi fixada com o título: “Memórias e Afetos dos Profissionais da Educação 2020”.

Como finitude do percurso, a Secretaria Municipal de Educação, por meio da natureza, dos seus sabores e aromas, presenteou as Instituições de Ensino com mudas de pitangas para serem cultivadas em seus respectivos espaços.

A Agenda Escolar 2021 da Rede Municipal de Ensino de Blumenau trouxe em sua capa uma foto de parte da colcha de retalhos, com o destaque para um retalho com a mensagem: “Vai dar certo!”.

Ressalta-se a mensagem do final do projeto, de autoria da escritora Cris Pizzimenti, muito pertinente ao trabalho realizado e ao momento vivenciado: “...E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de “nós”.”

### 3 Projeto Círculo de Construção de Paz



Fonte: Colégio Evangélico Alberto Torres – Lajeado, RS.  
Disponível em: <https://www.ceat.net>

O projeto Círculo de Construção de Paz, implementado no Colégio Evangélico Alberto Torres (CEAT), em Lajeado, Rio Grande do Sul, é uma iniciativa que tem sido difundida pelo Projeto Justiça para o Século 21, divulgando as boas práticas da Justiça Restaurativa que tem como objetivo pacificar conflitos e violências envolvendo crianças e adolescentes. Iniciativa articulada pela Escola Superior de Magistratura da AJURIS – Associação dos Juízes do RS, através do Núcleo de Justiça Restaurativa.

O Colégio Evangélico Alberto Torres (CEAT), aderiu ao projeto com o objetivo de melhorar ainda mais os relacionamentos na escola, implementando metodologias para o desenvolvimento de competências socioemocionais, adotadas em atividades que integram trabalhos sobre autoconhecimento, empatia e resolução de conflitos. A aplicação da Justiça Restaurativa baseada na metodologia dos Círculos de Construção de Paz apresenta-se com o intuito de prevenir e resolver conflitos através da promoção do diálogo e fortalecimento dos relacionamentos saudáveis, colaborando para uma comunidade escolar mais pacífica.

Um dos pontos importantes do projeto é o aprimoramento e o poder da fala, do respeito à fala do outro, do saber ouvir. O círculo é um processo de diálogo que trabalha intencionalmente na criação de um espaço seguro para discutir problemas difíceis ou dolorosos, a fim de melhorar os relacionamentos e resolver as diferenças, possibilitando que cada participante possa falar e todos se sintam respeitados, com iguais oportunidades e onde os aspectos emocionais tanto de experiências individuais quanto coletivas são acolhidos.

A prática do círculo tem refletido no dia a dia da sala de aula através do desenvolvimento de bons relacionamentos, solução de divergências, entendimento mútuo, fortalecimento de vínculos, sempre tomando por base a comunicação não violenta.

Depoimentos de alunos, professores, pais, equipe pedagógica e gestora da escola, em anexo a este documento, evidenciam a importância e contribuição do projeto para a comunidade escolar. Segundo os professores, o projeto permite

conhecer melhor os estudantes, suas angústias, percepções, sensações na construção de relacionamentos saudáveis. Os pais relatam grande melhoria no comportamento dos filhos, superação de medos, timidez, insegurança. O compartilhamento dos sentimentos, a empatia e o autoconhecimento vão se fortalecendo e ficando mais evidentes. A confiança da família na escola leva os filhos a confiarem também e isso gera maior aprendizado, respeito, socialização e até maior felicidade por estarem em ambiente no qual se sentem bem.

#### 4 Programa Inclusão e Acessibilidade para todos

---



Fonte: Secretaria municipal de Educação de Blumenau – Diretoria de Desenvolvimento do Programa Paradesporto de Blumenau/SC  
Disponível em: [paradesporto.escolar@ensinablumenau.sc.gov.br](mailto:paradesporto.escolar@ensinablumenau.sc.gov.br)

O Programa Inclusão e Acessibilidade para Todos é um projeto da APESBLU (Associação de Paradesporto Escolar de Blumenau) promovido pela Prefeitura da cidade de Blumenau-SC e vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

O objetivo do programa é “oportunizar o esporte como meio de desenvolvimento biopsicossocial das crianças, adolescentes e adultos com deficiência.”

É um programa de estrutura política pública, intersetorial, que conta com o apoio de alguns realizadores, patrocinadores e diversos parceiros.

A APESBLU foi criada em 2012 por professores dos paratletas e pais, professores escolares e outros membros da comunidade blumenauense, inicialmente com o objetivo de captar recursos para apoiar o paradesporto de Blumenau em competições, treinos, eventos e toda a manutenção das atividades realizadas. Em 2016 tornou-se um programa.

Hoje, conta com sede própria doada pela Prefeitura da cidade e presta 950 (novecentos e cinquenta) atendimentos semanais, tendo Blumenau como centro de referência em paradesporto.

O público-alvo é composto de crianças a partir dos 06 (seis) meses de idade, adolescentes e adultos com deficiências auditiva, física, intelectual, visual, síndromes e TEA.

Ofertam 14 (quatorze) modalidades paradesportivas:

- BOCHA PARALÍMPICA – DF (PC severo ou Deficiência severa) – a partir 12 anos
- BOCHA PARALÍMPICA – DF (PC severo ou Deficiência severa) – a partir 12 anos
- BASQUETEBOL EM CADEIRAS DE RODAS – DF (Cadeirante) – Adulto
- BOCHA RAFFA – DF e DI – Adulto
- EQUITAÇÃO ADAPTADA – DV e DF – a partir de 06 anos
- FUTEBOL DE SETE – DF (PC) e DI – a partir 15 anos
- GINÁSTICA ARTÍSTICA – DF – Síndrome Down – TEA – a partir 04 anos
- GOALBALL – DV – A partir dos 12 anos
- NATAÇÃO INFANTIL – Todos os grupos a partir dos 06 meses
- PARA-ATLETISMO - Todos os Grupos a partir dos 12 anos
- PARA-NATAÇÃO – Todos os grupos a partir dos 12 anos
- PARA-REMO – DF – Adulto
- TÊNIS DE MESA PARALÍMPICO – DF – DI – a partir de 12 anos
- VÔLEI SENTADO – DF – Adulto
- ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO MOTOR – Todos os grupos – a partir de 06 anos

Durante a pandemia, em 2020, para que o atendimento não fosse totalmente interrompido, criaram grupos de trabalho e de material para a Plataforma Núcleo de Tecnologia Educacional da Secretaria Municipal de Educação e assim conseguiram atender os alunos de duas a cinco vezes por semana ao vivo, com turmas nos períodos matutino, vespertino e noturno, seguindo um cronograma de atendimento e não deixando seus alunos desamparados. Em 2021 os alunos foram atendidos nos diversos polos que existem no município. E atualmente são atendidos normalmente.

Esse trabalho de acolhida e inclusão gera resultados de muito valor na vida pessoal de cada aluno no que tange ao seu desenvolvimento em atividades da vida diária (AVDs), autonomia, socialização, ensino aprendizagem, diminuição no uso de medicamentos e coordenação motora global. Sem contar na elevada autoestima por estarem entre os principais paratletas do país, com diversas participações e vitórias.

Quando a criança entra no Paradesporto, além da mudança pessoal, há mudança na vida de toda a família. A prática de esportes gera muitos benefícios à saúde do corpo e da mente, melhorando a qualidade de vida de todos.

É um programa de inclusão de grande alcance, um excelente exemplo de boa prática no que tange à valorização e respeito ao ser humano, em todas as suas dimensões.

## **5 Método *Reflecting Team***

Uma proposta inovadora na área de Resolução de Conflitos é o método “*Reflecting Team*”, uma variante do método de “equipe de reflexão” apresentada por *Michael Dahm e Siang Be – “Das Iterative Reflecting Team”* (2000), que pode ser aplicado entre professores para resolução de conflitos e problemas internos na escola e para a criação de pequenos grupos de alunos líderes para resolução de conflitos em sala de aula.

É um método de solução de conflitos muito eficiente que tem como base a conversação em que se constrói novas alternativas. É um diálogo estruturado, como não estamos acostumados a fazer.

Importante ressaltar que o grupo precisa rigorosamente observar a estrutura do método, caso contrário, acabará sendo uma conversa de comadre e compadre. Depois que o grupo adquirir prática, o trabalho levará apenas 45 min aproximadamente para ser executado.

Aplicação do Método:

1. O protagonista relata o conflito. Tempo: 5 a 7 minutos.

Estando de costas ao grupo ele relata as coisas mais importantes que ele acha que o grupo deva saber. Primeiramente só o protagonista relata e as pessoas do grupo só ouvem e fazem anotações.

2. O *Reflecting Team* elogia (Buquê de Flores), e diz o que compreendeu do relato que a pessoa fez. Depois faz perguntas. Tempo: 5 a 7 minutos.

Para verificar o ouvir ativo, os participantes também podem fazer perguntas, que o protagonista responde no próximo passo.

3. O protagonista aprofunda a questão – 5 a 7 minutos.

Aqui o protagonista pode responder as perguntas e mais uma vez refletir de forma mais aprofundada.

4. O *Reflecting Team* reflete sobre possibilidades e sugere ideias para a resolução do conflito. Tempo 5 a 7 minutos.

Aqui os participantes não dizem “tu deves”, mas oferecem um *Büffet* de possibilidades: “talvez a gente poderia fazer assim...”. Aqui é importante que se deem o máximo de ideias e possibilidades, mas não discuti-las, pois é o protagonista que vai decidir se isso é bom para ele ou não.

5. O protagonista menciona as sugestões que lhe ajudam, que são boas. Aqui o protagonista cita o que pensa em fazer. E, com isso se encerra o diálogo e o protagonista se volta novamente para o grupo. Tempo: 5 a 7 minutos.

6. Reflexão conjunta entre o grupo.

Em conjunto mais uma vez se reflete sobre o todo e como foi o método aplicado.

- Perguntas ao protagonista: Como sentiste o método? Como sentiste o conteúdo abordado? O que te ajudou?
- Perguntas ao grupo: Como vocês sentiram o método?
- O encontro é finalizado com palavras de gratidão a todos.

Algumas observações:

- O grupo do “*Reflecting Team*” é formado por 6 a 8 pessoas de diferentes categorias. É indicado que alguém do grupo assuma a coordenação, mas apenas para lembrar o tempo e indicar a sequência dos passos do método.
- O caso a ser relatado pelo protagonista deverá permanecer em sigilo por todos os participantes.

Por que o protagonista deve ficar de costas para o grupo? Vem a ser uma proteção em que a pessoa só se concentra em si e no tema. O protagonista tem os ouvidos abertos, ele é “todo ouvido”. Assim, de costas, também não há uma interferência não verbal através da leitura de gestos e posturas dos participantes.

Fonte: Reich, K. (Hg): *Methodenpool*. Disponível em: <http://methodenpool.uni-koeln>

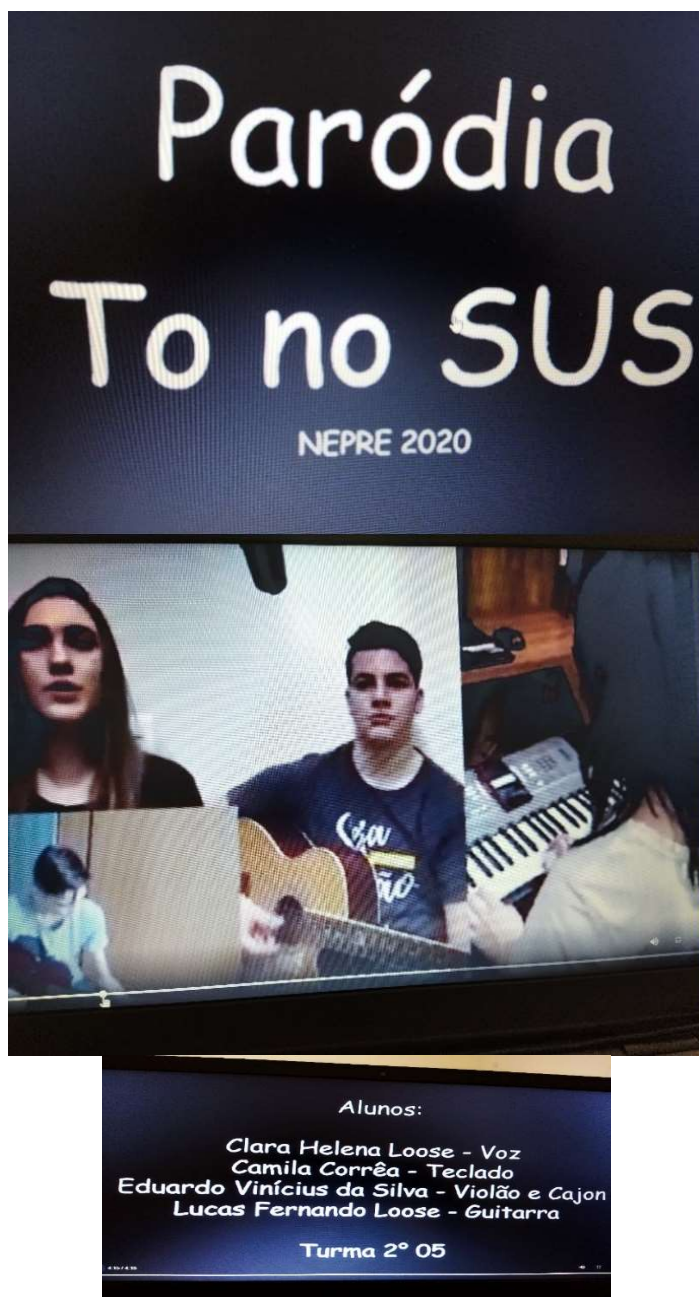
## 6 Aulas, Trabalhos, Projetos nas Escolas

- 6.1. Podcast:** produzido por alunos do Novo Ensino Médio que escolheram o tema “Saúde Mental”, por considerarem relevante, entre outros propostos, devido às suas experiências emocionais na pandemia. Durante as aulas online eles falaram muito do ensino remoto associado à insegurança e pressão psicológica que vinham sentindo. Na gravação do Podcast expuseram suas expectativas em relação às vacinas e como perspectiva futura, o fim da pandemia. Algumas ferramentas utilizadas: *Google Meet* (para gravar), *Google Formulários* (para a pesquisa), *Gerador de QRcode* (para ampliar a divulgação do formulário), aplicativo de celular *Inshot* (para edição), *sites* gratuitos para corte e edição, *Canva* (para criação do *Layout*) e aplicativo de celular *Kinemaster* (para criação da vinheta) e *WhatsApp* (para comunicação)



Fonte: Arquivo do professor. Produzido por alunos do NEM, EEM Prof. Lino Floriani de Jaraguá do Sul. Professora Natália Caron Kitamura  
Disponível em: [https://youtu.be/JFutm\\_KV8ZU](https://youtu.be/JFutm_KV8ZU)

- 6.2. Projeto NEPRE, “Pandemias”:** objetivando maior conscientização dos alunos, famílias e sociedade em geral, a escola elaborou o projeto de modo multidisciplinar, envolvendo alunos do 1º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. Durante a trajetória, professores e alunos utilizaram toda criatividade para tornar os trabalhos mais atraentes. Elaboraram Histórias em Quadrinhos; Acrósticos; Desenhos; Modelagem; Paródias, ... A paródia “Tô no SUS” (*Jingle Bells*) em que os alunos cantam e tocam os instrumentos musicais foi bastante elogiada nas redes sociais



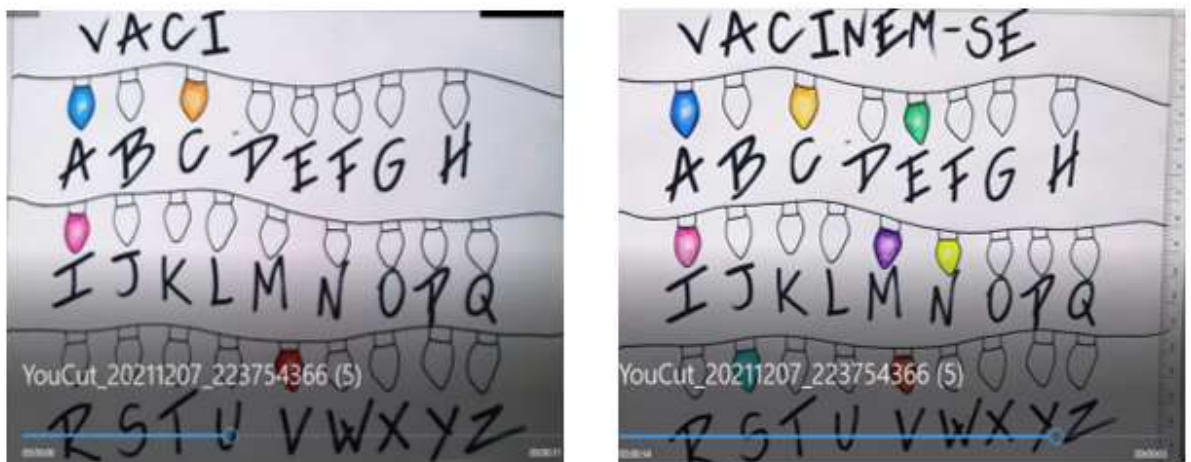
Fonte: EEB Julius Karsten, de Jaraguá do Sul. Alunos do 2º ano 05 NEM, professor Rafael Victor. O projeto envolveu alunos do 1º ano do Ensino Fundamental ao 3º do Ensino Médio. Disponível em: [https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=2957780087671193&id=100003176928485](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=2957780087671193&id=100003176928485)

- 6.3. **“Stop Motion com Massinhas”**: criados por alunos de 7º ano sobre sistema imunológico/ vacinas na Disciplina de Ciências. Habilidades na BNCC: EF07CI10 e EF07CI11. Link de como fazer um *stop motion*: <http://www.youtube.com/watch?v=bZgHaUYdpwY>.



Fonte: Arquivo do professor. Trabalho sobre Imunização e Vacinas, 7º ano EF, Ciências, Professora Natália Caron Kitamura. Disponível em: <https://youtu.be/OJUqC7rCN1Y>

- 6.4. **“Stop Motion com Vídeo”**: trabalho realizado pelos alunos do 2º ano do NEM da EEM Lino Floriani, na eletiva de Educação Tecnológica, sobre Saúde e Tecnologia. O tema escolhido foi “imunização” (ANEXO I).



Fonte: Arquivo do professor. Atividade realizada por alunos do 2º ano do NEM, eletiva de Educação Tecnológica. Tema: Tecnologia e Saúde – Imunização. Técnica: *Stop Motion*. Professora Natália Caron Kitamura. EEM Prof. Lino Floriani, Jaraguá do Sul. Disponível em: <https://youtu.be/YojqcBqdWOA>

- 6.5. **Jornal Escolar (escrito e falado)**: elaborados por alunos dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental sobre Educação Sexual e ISTs, componente curricular Ciências. No contexto atual, de disseminação das ISTs e de gravidez precoce e indesejada se fez necessária a abordagem do tema a fim de sensibilizar os adolescentes a respeito do cuidado com o corpo. Criaram jornais, vídeos, podcasts, cartazes.

**Jornal Escolar**  
Revista que corre mais que o vento.

8º ANO 01  
PROFESSOR: LUAN  
FONE: (51) 3633.2000

---



# SÍFILIS

**Infeção Sexualmente Transmissível (IST) curável e exclusiva do ser humano**

**O QUE É** É uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST) curável e exclusiva do ser humano, causada pela bactéria *Tréponema pallidum*. Pode apresentar várias manifestações clínicas e diferentes estágios (sifilis primária, secundária, latente e terciária). Nos estágios primário e secundário da infecção, a possibilidade de transmissão é maior.

**FORMAS DE TRANSMISSÃO** - A sífilis pode ser transmitida por relação sexual sem camisinha com uma pessoa infectada, ou ser transmitida para a criança durante a gestação ou parto.



**Sobre o Diagnóstico**

Deve-se avaliar a história clínico-epidemiológica da mãe, o exame físico da criança e os resultados dos testes, incluindo os exames radiológicos e laboratoriais, incluindo a coleta de líquor.

**Prevenção** - O uso correto e regular da camisinha feminina ou masculina é uma medida importante de prevenção da sífilis. O acompanhamento das gestantes e parceiros sexuais durante a gravidez vai contribuir para o controle da sífilis congênita. Importante destacar que a sífilis não confere imunidade permanente, ou seja, mesmo após o tratamento adequado cada vez que entrar em contato com o agente etiológico (T. pallidum) a pessoa pode ter a doença novamente.

**Tratamento** O tratamento da sífilis é realizado com a penicilina benzatina, antibiótico que está disponível nos Serviços de Saúde do SUS. A dose de penicilina que deve ser utilizada vai depender do estágio clínico de sífilis. A penicilina é o tratamento de escolha para sífilis, outros antibióticos devem ser avaliados para casos específicos de acordo com a avaliação criteriosa do profissional de saúde. Após o tratamento completo, é importante continuar o seguimento com coleta de testes não treponêmicos para ter certeza da cura. Todas as parcerias sexuais dos últimos 3 meses devem ser testadas e tratadas para quebrar a cadeia de transmissão.

**Cuidados com a criança exposta à sífilis**

Todas as crianças expostas à sífilis de mães que não foram tratadas, ou que receberam tratamento não adequado, são submetidas a diversas intervenções, que incluem coleta de amostras de sangue, avaliação neurológica (incluindo punção lombar), não-X de ossos longos, avaliação oftalmológica e audiológica. Muitas vezes há necessidade de internação hospitalar prolongada.

As crianças expostas à sífilis de mães que foram adequadamente tratadas durante a gestação também devem ser cuidadosamente avaliadas, para descartar a possibilidade de sífilis congênita. A investigação de sífilis congênita deve acontecer na hora do parto, mas também no acompanhamento de crianças nas consultas de puericultura, com realização de testes não treponêmicos.



# HPV

VOL. 0001 | SETEMBRO 06, 2021  
POR: LEODORO NETO / FELIPE SILVA / RODRIGO

**O QUÊ É O HPV?**

O HPV (sigla em inglês para Papilomavírus Humano) é um vírus que infecta a pele ou mucosas (oral, genital ou anal) das pessoas, provocando verrugas anogenitais (na região genital e ânus) e câncer, a depender do tipo de vírus. A infecção pelo HPV é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST).

**FORMAS DE TRANSMISSÃO:**

A transmissão do HPV se dá por contato direto com a pele ou mucosa infectada. A principal forma de transmissão é pela via sexual, que inclui contato oral-genital, genital-genital ou mesmo manual-genital. Portanto, o contágio com o HPV pode ocorrer mesmo na ausência de penetração vaginal ou anal. Também pode haver transmissão durante o parto.

**PREVENÇÕES:**

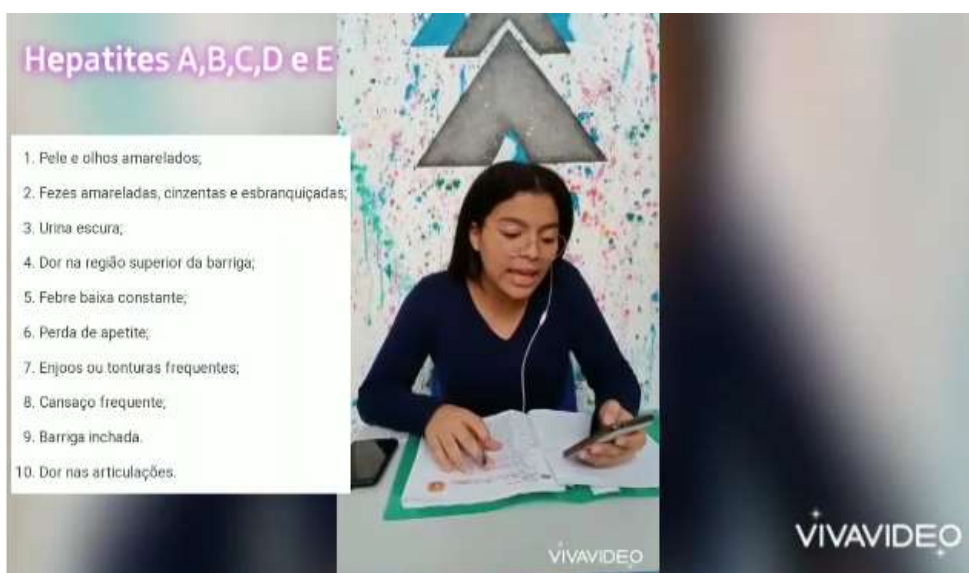
Vacinar-se contra o HPV é a medida mais eficaz de se prevenir contra a infecção. O uso de preservativo (camisinha) nas relações sexuais é outra importante forma de prevenção do HPV. É fundamental que as parcerias sexuais sejam aconselhadas e examinadas. Pode acontecer de a infecção inicial ter ocorrido na parceria sexual que não apresente qualquer sinal ou sintoma. Dessa forma, faz-se necessária a realização de consulta para o casal.



Os tipos de tratamento são químicos, cirúrgicos e estimuladores da imunidade. Podem ser domiciliares, conforme indicação profissional para cada caso. O tratamento das verrugas anogenitais não elimina o vírus e, por isso, as lesões podem reaparecer. As pessoas infectadas e suas parcerias devem retornar ao serviço, caso se identifiquem novas lesões. Além do tratamento de lesões visíveis, é necessário que os profissionais de saúde realizem exame clínico anogenital completo, pois pode haver lesões dentro de vagina e ânus não identificadas pela própria pessoa afetada.

VOL. 0001

Fonte: Arquivo do professor. Jornais elaborados por alunos de 8º e 9º Anos do Ensino Fundamental, componente curricular CIÊNCIAS, professor Luan Gesser Rodrigues, EEM Prof. Lino Floriani, Jaraguá do Sul.



Fonte: Arquivo do professor. Jornal Estudantil sobre Hepatites Virais elaborado por alunos do 8º ano 01 do Ensino Fundamental, componente curricular CIÊNCIAS, professor Luan Gesser Rodrigues, EEM Prof. Lino Floriani, Jaraguá do Sul.

## **CAPÍTULO VI**

### **LEGISLAÇÃO PERTINENTE**

- Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão N° 1/92 a 44/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão N° 1 a 6/94.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- LDB N° 9394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.
- Lei N° 8069/1990 (ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente)
- Decreto N° 6286, de 5 de dezembro de 2007 – Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências.
- Decreto 7.037/2009 – Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH – 3 e dá outras providências.
- Resolução CNE/CEB N° 7/2010 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
- Parecer CNE/CEB N° 11/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
- Resolução CNE/CP N° 1/2012 – Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CEB N° 2/2012 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
- Parecer CNE/CP N° 8/2012 – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Lei N° 13.722, de 04/10/2018, torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil.
- Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão N° 1/92 a 44/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão N° 1 a 6/

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos aqui realizados sobre os temas Contemporâneos Transversais, especificamente “Saúde e Vida Familiar e Social” apontam para a importância e necessidade de sua implementação nas escolas como garantia de uma aprendizagem significativa por meio da conexão com a realidade de vida dos estudantes.

A escola, enquanto espaço formativo de socialização e exercício da cidadania precisa estar atenta às demandas sociais justamente porque elas são os indicativos das necessidades do estudante nos determinados contextos. Ao trabalhar os temas facilitará essa contextualização com assuntos contemporâneos que são relevantes e significativos a ele, conferindo sentido ao que aprende.

É preciso ressaltar que não há necessidade de mudar a rotina da escola e das aulas para o trabalho com os temas contemporâneos transversais, não é um trabalho a mais, não precisa de um momento especial para isso, pois já estão inseridos no cotidiano dos alunos, dos professores, da comunidade e interferindo, de alguma forma, na vida de todos. O que necessita é organizar a presença desses temas na realidade escolar e na vida do aluno de tal forma que se envolva nessa rotina de aprendizagem e na programação do trabalho docente. Essa preparação pode acontecer durante o planejamento anual, compartilhado e discutido com os colegas para um trabalho em conjunto, conforme os eixos temáticos.

O Projeto Político Pedagógico da escola é um grande aliado na garantia desse trabalho com os Temas Contemporâneos Transversais, devendo explicitar claramente a necessidade de sua implementação, conforme orienta a BNCC.

Quanto à temática “Saúde”, é um trabalho coletivo de indiscutível importância já que implica na melhoria da qualidade de vida dos estudantes e por consequência, de sua família e comunidade. A transformação se dará e será percebida nas mudanças de atitudes em relação aos cuidados e atenção com a prevenção de doenças, hábitos e relacionamentos saudáveis, conhecimento dos direitos e dos deveres, afetividade e outros.

Em relação à “Vida Familiar e Social” é relevante trabalhar a relação família-escola em todos os aspectos e a partir daí abranger o social, uma vez que o aprendizado gerado na escola refletirá diretamente na família e na sociedade, interferindo na vida de todos. E a escola, enquanto promotora de relações e diálogo, necessita empenhar-se envidando esforços para envolver as famílias na vida escolar dos filhos. Se assim o fizer, certamente seu trabalho fluirá com maior tranquilidade e acerto.

Dentre as diversas ações necessárias para o trabalho com os Temas Contemporâneos Transversais e adequando-se às inovações educacionais que já estão inseridas no ambiente escolar, há que se reconhecer que a formação docente é essencial. E oferecer capacitação ao professor, uma prioridade. Em meio às mudanças significativas que estão ocorrendo, a prática pedagógica necessita ser enriquecida com o emprego de metodologias adequadas.

Nas pesquisas sobre o assunto e busca de boas práticas que pudessem auxiliar o trabalho docente e conseqüentemente a aprendizagem dos alunos, encontramos conteúdos diversos, sites, links, programas, projetos, material diversificado disponível no presente documento.

Esperamos que este trabalho possa contribuir efetivamente para que os Temas Contemporâneos Transversais se façam presentes no cotidiano escolar de forma significativa, motivadora, condutora de liberdade e transformação social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF. MEC, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/>

BRASIL. **Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Comunicações, 1988. Disponível em <https://www.baixelivros.com.br/ciencias-humanas-e-sociais/direito/constituicao-federal>

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192)

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. MEC, Brasília, DF, 2010. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category\\_slug=agosto-2010pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category_slug=agosto-2010pdf&Itemid=30192)

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90**. Brasília, DF. MEC, 2004. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96**. Brasília, DF. MEC, 1996, atualizada até março 2017. Disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf)

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

BRASIL. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC – Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos**. Brasília, DF. MEC/SEB, 2019.

BRASIL. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC – Propostas de Práticas de Implementação**. Brasília, DF. MEC/SEB, 2019.

CONTE, Sueli Bravi. **Educando para a vida no pós-pandemia**. Barueri, SP: Novo Século Editora, 2020.

CORTELLA, Mario Sérgio. **Não nascemos prontos!: Provocações filosóficas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FERNANDES, André Gonçalves. **Família e vida social**. Disponível em [www.portaldafamilia.org.br](http://www.portaldafamilia.org.br) (acesso em 06/10/2021)

MALLMANN, Eduarda. **Direito à saúde e a responsabilidade do Estado**. 2012. Disponível em <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7652/Direito-a-saude-e-a-responsabilidade-do-Estado> (acesso em 30/09/2021)

MORAN, José M. **Caminhos que facilitam a aprendizagem**. [s.d.]. Disponível em: <https://bit.ly//311IKBV>. (acesso em 22/10/2021)

MORAN, José M. **Metodologias Ativas**. Entrevista ao professor Roberto Iunskovski. Unisul, 2017. Disponível em [youtube.com/watch?v=O4icT4Z8m6Q](https://www.youtube.com/watch?v=O4icT4Z8m6Q) (acesso em 22/10/2021)

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **OMS e UNESCO publicam guia para que escolas promovam saúde**. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/133062-oms-e-unesco-publicam-guia-para-que-escolas-promovam-saude> (acesso em 17/02/2022)

NOVO, Benigno Nuñez. **A importância da relação família e escola**. Disponível em [meuartigo.brasilecola.uol.com.br](http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br) (acesso em 04/11/2021)

OLIVEIRA, Ana Paula. **A Família e sua importância para a sociedade**. Disponível em [www.webartigo.com](http://www.webartigo.com) (acesso em 03/11/2021)

PACHECO, José. **Inovar é assumir um compromisso ético com a educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Família: não apenas um grupo, mas um fenômeno social**. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/familia-nao- apenas-um-grupo-mas-um-fenomeno-social.htm> (acesso em 30/10/2021)

SANTA CATARINA. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense** – Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, 2019.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na Educação Básica** – Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, 2014.

SAUDECOMCIENCIA. **O que é saúde? Definição da OMS e objeções a ela**. 2018. Disponível em [saudecomciencia.com/o-que-e-saude-definicao-oms-e-objecoes.html](http://saudecomciencia.com/o-que-e-saude-definicao-oms-e-objecoes.html) (acesso em 05/10/2021)

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. **O conceito de saúde**. 2001. Disponível em [scielo.br/j/rsp/aztHNk9hRH3TJhh5fMgDFCFj/?lang=pt#](http://scielo.br/j/rsp/aztHNk9hRH3TJhh5fMgDFCFj/?lang=pt#) (acesso em 16/08/2021)

TERÇARIOL, Adriana A. de Lima (organizadora); IKESHOJI, Elisangela A. Bulla (organizadora); GITAHY, Raquel R. Christino (organizadora). **Metodologias para aprendizagem ativa em tempos de educação digital: formação, pesquisa e intervenção**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2021

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. São Paulo, SP: Editora Gente, 1996.

TIBA, Içami. **Quem ama, Educa**. São Paulo, SP: Editora Gente, 2002.

UNIÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE. **Construindo Escolas Promotoras de Saúde: Diretrizes para promover a saúde em meio escolar**. 2009. Disponível em: [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/iuhpe\\_hps\\_guidelinesii\\_2009\\_portuguese.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/iuhpe_hps_guidelinesii_2009_portuguese.pdf) (acesso em 11/02/2022)

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – CEE/SC**  
**COMISSÃO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS E INOVAÇÃO**  
**COLETÂNEA DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS**

**CONCLUSÃO**

O presente trabalho é resultado de pesquisa e estudos realizados por Grupos de Trabalho articulados pela Comissão Especial de Estudos Especializados e Inovação do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC), com vista a disponibilizar um conjunto de Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) relevantes e necessários de serem articulados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Território Catarinense, assegurando uma interface na consecução dos novos currículos.

Visando dirimir dúvidas e estabelecer um norte para a revisão dos projetos pedagógicos dos cursos e respectivos planos de aula, este trabalho foi concebido com o propósito de auxiliar professores e gestores das escolas quanto à implementação dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). Assim, conteúdos tradicionais e temas contemporâneos se articulam, permitindo a implementação de conteúdos pedagógicos contextualizados às áreas de conhecimento, proporcionando uma formação integral.

Indiscutivelmente, tais temas propiciarão uma renovação e melhoria do processo de ensino e aprendizagem, despertando o interesse de estudantes para o pleno desenvolvimento da cidadania.

Entre os temas propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destacam-se: Direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990);

Educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997); Educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012); Educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009); Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003); Educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012); Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004); Saúde; Vida familiar e social; Educação para o consumo; Educação financeira e fiscal; Trabalho; Ciência e tecnologia; e Diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010). Esses Temas Contemporâneos Transversais, consoante a própria BNCC, foram reunidos em seis Grupos Temáticos, a saber: Meio-Ambiente; Ciência e Tecnologia; Multiculturalismo; Economia; Saúde e Cidadania e Civismo.

A estruturação dos temas há de possibilitar uma nova abordagem dos TCTs, orientando ao professor quanto à elaboração de seus planos de ensino, bem como na articulação dos conteúdos inerentes ao desenvolvimento das aulas.

Desse modo, o trabalho proporcionou uma viagem rumo ao aprendizado, que se inicia com a discussão de **ciência, tecnologia, inovação e educação**. Nesta oportunidade, traduziu-se o **mundo da tecnologia, o mundo da indústria, o mundo das profissões**, comércio e serviços, culminando com o **empreendedorismo** e a **educação empreendedora**. As diferentes visões de mundo precisam ser abertas aos estudantes, para que possam tirar o máximo proveito das aulas. Em seguida, foram resgatados os **Direitos da Criança e do Adolescente**, passando pela **Educação para o Trânsito** e a **Valorização e Inclusão do Idoso**. A etapa seguinte dessa viagem alcançou os **Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais na Educação Brasileira**, as **Relações Étnico-Raciais** para uma educação com equidade em Santa Catarina, resgatando-se desafios e pontos de apoio à reflexão, com a recomendação de materiais de consulta e apoio às boas práticas. Ainda nesta etapa, a viagem culmina com a necessária abordagem da **Segregação**, do **Preconceito** e do **Racismo**, seguindo-se a discussão da **Diversidade Cultural**. A viagem na construção do conhecimento e das bases para os Temas Contemporâneos Transversais alcançam a **Educação Ambiental, Educação Alimentar e Nutricional** e a **Educação para o Consumo**, com um **Diagnóstico do Estado de Santa Catarina**, acompanhado de **Ações Práticas Norteadoras**, com sugestões de ações a serem desenvolvidas nas escolas acerca da educação ambiental, a educação alimentar e nutricional e a educação para o consumo. Prossegue-se, então, para a **Educação Financeira, Fiscal e Trabalhista**, em que se trouxe um olhar para o mundo, para o Brasil e para o Estado de Santa Catarina, fechando o foco na escola. A etapa seguinte desta viagem tratou da **Saúde**, e da **Vida Familiar e Social**, incorporando-se metodologia e estratégias pedagógicas, bem como exemplos de boas práticas além da legislação pertinente, para nortear o trabalho dos docentes.

A articulação dos temas transcende os limites da multi e interdisciplinaridade, alcançando a transdisciplinaridade. Permite a criatividade do professor na contextualização dos temas, possibilitando ao estudante uma visão articulada da teoria com a prática efetiva do aprendizado.

Enquanto o presente trabalho pretendeu oferecer uma orientação básica e preliminar aos professores, não esgotando os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) quanto a sua consecução, deixa aos docentes o desafio da implementação com criatividade e inovação.

Assim, será da implementação dos planos de aula e respectivos projetos pedagógicos que se fará a diferença na formação do estudante e no resgate da cidadania, ampliando-lhe a visão de mundo e as possibilidades de inserção social.